

Universidade Federal do Ceará
Centro de Humanidades
Departamento de História
Mestrado em História Social

Memórias de Luta.

Ritos Políticos do Movimento Estudantil

Universitário.

(Fortaleza 1962 – 1969)

Edmilson Alves Maia Júnior

Fortaleza, Março, 2002

Memórias de Luta.

Ritos Políticos do Movimento Estudantil Universitário
(Fortaleza 1962 – 1969).

Dedicatórias

Dioclécia, não tenho como separar o que é meu do que é teu nesta dissertação. Você não está nem ali ou aqui, em algum canto, uma contribuição perdida ou fundamental: não existiria nada disso sem você.

Mãinha, ninguém mais que você me deu apoio para esse trabalho se realizar. Obrigado, de novo e sempre.

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que construíram o movimento estudantil naqueles anos, mulheres e homens que, “no centro da própria engrenagem”, inventaram a contra-mola que resistiu.

*“Já faz tempo eu vi você na rua
Cabelo ao vento, gente jovem reunida
Na parede da memória
Essa lembrança é o quadro que dói mais.”
(Belchior – Como Nossos Pais)*

*“Você tem que ver que o político é pessoal e o pessoal é político (...)
(em algum dia ou madrugada do Benfica dos universitários)*

*Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
e no centro da própria engrenagem
inventa a contra-mola que resiste*

*Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade, decepado
entre os dentes segura a primavera
(João Ricardo – João Apolinário)*

Agradecimentos

Agradeço

A turma do NUDOC, Moreira, Simone, Moacir, Virgínia, Tião, por me introduzir no território da história oral.

Na figura dos tutores que convivi, Pinheiro, Funes e Fred, ao Programa Especial de Treinamento do curso de História da UFC pelos primeiros passos na delicada e sinuosa vida acadêmica.

A Fundação Cearense de Amparo a Pesquisa, pelo apoio financeiro durante todo o curso de pós-graduação. Que cada vez mais a fundação garanta seu papel na produção do conhecimento no estado – pilastra indispensável para o verdadeiro desenvolvimento.

A Regina, que vem cumprindo com competência e simpatia a, até então impossível, função de arrumar a burocracia da pós-graduação da história.

A Nivea Regina por “quebrar alguns galhos” do meio do caminho

A toda turma do mestrado, Ana Maria, Xisley, Ana Rita, Alyson, Manuelzinho, Ramirez, Mônica, foi um prazer conhece-los, dividindo com todos momentos de companheirismo nesta roda-viva de 2 anos....

*Ao pessoal da **segunda** turma do mestrado, Mirtes, Gustava, Henrique, Antônio, Glória, Ivoneide, Isa, pude extravasar as tensões, me divertir, além de aprender, com a sutil maturidade de cada um.*

Ao Professor Gisafran, pelas profícuas conversas, compartilhando suas opiniões e vivências sobre o “nosso” movimento estudantil dos anos 60.

A professora Ivone Cordeiro, pelo carinho demonstrado desde cedo pela pesquisa, sugerindo pertinentes discussões e dividindo suas experiências e conhecimentos do assunto.

A Eurípedes Funes, homem de postura e compromisso como poucos, obrigado pela confiança e valiosa amizade.

A todos que cruzei o caminho dentro do movimento estudantil. Aprendi com todos, acho...

Ao Eduardo Vinícius pela confiança e amizade.

A Régia, pela ajuda com livros, idéias e fotos (que achado, os negativos!). Que venham muitas outras pós, empregos, e espaços e tudo mais pra que nosso

caminho continue se cruzando da maneira “maldita” (espero também mais tranqüila) que você bem conhece.

Ao Joel, novo companheiro de conversas a toa, conversas fundamentais – a tarefa de construção de amizade preciosa.

A Ana Carla, pelo carinho e força.

Ao Aloísio e ao Polly, pela disposição de ouvir, pelo bate-papo e sugestões inteligentes.

Ao Paulo Roberto, Carmem e Cristina, amigos e referências políticas conquistados na militância do PNV.

A Luana, Lena, Magnum e Jeferson, Vânia, Daniela pessoas dispostas a dividir comigo suas vidas.

Aos “tios”, Cizeca e Jean, pela ajuda no meio do curso e porque sei que, de verdade, se sentem felizes com o sucesso da empreitada.

A Virgínia, minha “madrinha” de pós-graduação, pela força desde o início da seleção do mestrado e no seu decorrer.

A Bráulio Ramalho, Ruth Cavalcante, Mário Albuquerque, Paulo Emílio, João de Paula, Pedro Albuquerque, René Barreira, Helena Serra Azul, Francisco Monteiro, Marciano Lopes, Mino, Antônio Ximenes, Maria José (Mazé), Oswald Barroso, Inocêncio Uchôa e Cláudio Pereira. Obrigado por, mais do que darem informações, terem se disposto a falar sobre delicada parte de suas experiências, seus passados, compartilhando seus sentidos e significados.

A Tia Argentina, Vó Hermínia, Nyvea, Ione, Emanuel, Maia, João, João Lucas. Alguns dizem que família é a coisa mais importante que existe. Outros que é a mais complicada. Concordo com ambos. Mas o que importa, afinal, é que acima de tudo vocês.

Índice

Introdução

Parte 01

**Memórias das Disputas, Disputas das Memórias.
Organizações Políticas, Movimento Estudantil Universitário e Ditadura Militar.**

I Trajetórias e Memórias de Uma Geração de Dissidentes

II A Questão do Reconhecimento

III Entre Itinerários, Molotovs e Palavras de Ordem: Um Movimento Em Construção

IV O Lugar da Disputa ou

V O Lugar do Enfrentamento ou O Massacre da José de Alencar e outras escaramuças

VI O Lugar da Representatividade

VII Histórias de Militância

Parte 02

Protesto e Utopia no Universo da Cidade. Significados da Ocupação do Espaço Público.

VIII Um Desfile de Imprevisíveis Novidades. Versões da Festa.

IX Os Bichos Pedem Passagem. Passeatas e Outros Territórios Estudantis.

X A Juventude Dourada e o Dia da Mentira.

XI Proclamações, Apelos, Editoriais. Violência Simbólica em Ação.

XII O “Quebra-quebra do USIS”. Estilhaços de Vidros e Lembranças.

XIII “*Go Home Yankees!*”: Traços da Luta Antiimperialista.

Considerações Finais

Introdução

Prelúdio de Uma Pesquisa

Mais do que qualquer outra justificativa esse trabalho se propõe a (re) construir laços. Laços entre passado e presente em especial, seja dos militantes estudantis da década de 60 com o que são agora, seja dos regimes de ontem e hoje, seja de continuidades e descontinuidades do fazer político...

Contudo, antes de mais nada, foi a necessidade do próprio historiador de fazer ligações entre momentos e expectativas da sua vida aparentemente díspares que motivou a realização desse trabalho. Da leitura de “Brasil, Nunca Mais”, algo marcante nos meus 12 anos de idade, passando por um vazio de engajamento, chegando as dúvidas da faculdade até a própria militância no movimento estudantil, com de quebra uma pesquisa sobre o maracatu do fim do século XIX que não conseguia fazer andar satisfatoriamente durante longos 4 anos, era preciso “juntar as peças” e saber qual o sentido de todos esses processos. Existiria algum?

O próprio ato de parar e pensar indicava um sentido muito claro: viver a história sem separações. Pesquisar por opção, militar pesquisando, ser um historiador de suas paixões mais antigas e pessoais. Daquilo que causou indignação – talvez o primeiro resquício de uma raiva sincera, bruta que se afirmava na pergunta: como foi possível fazerem isso? O arrepio na pele, os olhos molhados, e a certeza de que isso não acabava assim tão melancolicamente em uma leitura de fim de tarde sobre coisas tão terríveis, a luta por um mundo melhor não acabava ali no “pau-de-arara”, “cadeira do dragão” ou na morte de tantos. Daí partir para o fazer político longo tempo, longas vivências. Sem mea culpa entretanto. Estamos aí e as lutas podem não ser as mesmas mas se articulam, têm seus laços, claro que têm. Não se trata de comparar, tirar lições, mas sim de olhar “um passado repleto de sentido”. E se assim o é, aprendiz de historiador que sou, sei que esse sentido não reside “lá atrás”, como algo a ser resgatado, mas está aqui, pulsando, criando impressões todos os dias como experiências que necessitam de explicações e que constroem significados quando recordadas – não são meras lembranças, são pontos de vistas.

Assim, se as lutas de outrora não nos ensinam como lutar hoje, elas nos fazem ver que conflitos ditos por encerrados ainda estão por aí, apesar da

histórias oficiais e/ou recontadas que ouvimos, ou ainda, nos falam que tipo de interesses estão no ar.

Lembro de uma reportagem do Jornal Nacional de maio desse ano, continuação de uma matéria do dia anterior, acerca da tortura e morte de militantes da ALN durante a ditadura militar. O jornal vangloria-se de estar “recontando” a história” de nosso país – foi usada essa expressão: “a história do Brasil recontada”. Por ter “descoberto” a verdade sobre a morte de um casal de estudantes em 1969, pensada até o depoimento de um soldado encontrado pela reportagem como resultado de um acidente. Na realidade tudo não passou de uma farsa da ditadura militar, sendo os dois muito provavelmente, a moça com certeza segundo a perícia, mortos depois de torturados e “plantados” na estrada em um acidente simulado.¹

Engraçado não? Logo quem? Não deixa de ser irônico. O Jornal Nacional, criado em 1969, ano em que a ditadura enfrenta a oposição da luta armada em um momento decisivo. O noticiário, um dos principais órgãos de divulgação das maravilhas de um Brasil tão fantástico², canal de perseguição dos guerrilheiros terroristas que ameaçavam o país na época. Onde estava a Rede Globo na hora em que Catarina era torturada e morta? Nenhuma participação, eu presumo. Não sejamos simplistas... Será? Uma coisa é certa: hoje posa-se de jornalismo investigativo capaz de “recontar” a história do país, (história em que a Rede Globo de Televisão teve um papel muito claro) de esclarecer farsas em busca da verdade. Como ficam as “verdades” que anos atrás ajudou a criar? Sua e de tantos outros responsáveis?

A memória daqueles anos não tem nada de neutra nem tampouco é morta, importando para o hoje o que se lembra e como se lembra. Muito úteis na criação de representações capazes de neutralizar e legitimar atitudes, como bem nos diz Daniel Aarão Reis Filho ao falar do caráter seletivo das representações da história e da memória no tocante a nossa história contemporânea:

¹ Lembremos que não é a primeira vez que a Rede Globo resolve escavar os mortos da ditadura. Ano passado no Fantástico, “sua revista eletrônica semanal”, buscou-se localizar a ossada do deputado Rubens Paiva, em mais um furo jornalístico na sua telinha! Os estudantes mortos eram João Antônio Abi-Eçab e Catarina Helena Xavier Ferreira .

² Falando nisso o clima criado quando do jogo Brasil x Paraguai no dia 15/08/01 nos trouxe de volta o velho ufanismo, tocaram até “Pra Frente Brasil” no dia seguinte... Nada da idéia de se

“Com as esquerdas dos anos 60 de nosso século, não poderia ser diferente. Em nosso país, em todo o planeta, foram anos de movimentos subversivos, de promessas de transformação, de desafios, em que os sistemas estabelecidos foram postos a rude prova. Apropriar-se deste passado, monopolizar, se possível, a sua memória, passa a ser um objetivo crucial para os que vivem e estão em luta no presente.”³ (Grifo Meu)

Ao trazer o episódio novamente a tona, “recontando a história recente do nosso país”, o que se pretende? “Monopolizar” ou simplesmente “não passar batido”? Tiremos nossas conclusões. Continuem assistindo o jornal e vejam mais uma vez como a oposição insiste em promover barulho parando o país em busca de uma “CPI política” (sic)... Ou o MST “invadindo terras produtivas”, e quem sabe até mais denúncias e punições de funcionários públicos corruptos e safados, tudo peixe miúdo claro... O que mudou tanto?

Decidi, assim, colocar meu trabalho nesse território lamadiço⁴: o olhar sobre a luta contra a ditadura militar instalada com o golpe de 1964. Analisar ênfases e lapsos, permanências e transformações que via quotidianamente no espaço em que estudava.⁵

Analisar o movimento estudantil feito durante os anos 60 na cidade de Fortaleza não surgiu, portanto, como algo de encomenda, uma moda acadêmica (viva a sua Fortaleza Belle Époque, Tião) por exemplo. Tratava-se

perder o país se revoluciona, mas que há algo de estranho no reino tupiniquim, um certo cheiro ruim isso há não? Um país mobilizado para ir a copa em plena época de apagão...

³ REIS FILHO, Daniel Aarão. “Um Passado Imprevisível: A Construção Da Memória Da Esquerda Nos Anos 60” **IN:** REIS FILHO, *Versões e Ficções: O Sequestro da História*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. pp 33

⁴ Daniel Aarão aponta para 4 grandes campos da memória sobre as esquerdas dos anos 60. O primeiro teria uma visão de que os militantes eram imaturos e ingenuamente lutavam contra um colosso invencível. Nesta visão, segundo ele, é feita uma conciliação entre passado e futuro buscando-se se esquecer traumas mais profundos. No segundo campo se olha uma disputa de ferro e sangue no período, cujo resultado foi o massacre do estado em cima dos militantes de esquerda. A tônica é a investigação da repressão política, um lembrar dramático daqueles anos, para alguns, realmente anos de chumbo. A terceira, a do autor, coloca como centro a *disposição* dos militantes em tomar o poder. Estudantes, aliados a outros, que decidem conquistar o estado e aplicar seus projetos marcados pela utopia da revolução socialista. Já a última visão, ainda tateante, indica a existência de uma identidade estudantil, uma forma de ser e estar no mundo naquele momento: um *ethos* com fatores concretos que estariam nas passeatas, símbolos e imaginários em todo o planeta. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op Ci t* pp 31- 45.

⁵ A construção do atual espaço do Benfica remetia ela mesma a questões como: por que da desagregação do CEU – Clube dos Estudantes Universitários que funcionava onde hoje é o Departamento de História; porque do nome do Bar tantas vezes freqüentado Pertinho do Céu, alguma referência ao antigo complexo; a própria quadra do CEU que até hoje permanece com esse nome? Mais uma vez a busca de se perceber laços.... Onde isso vai parar?

de reconhecer um movimento que se levantou como principal opositor do regime e que na fase da luta armada forneceu a maioria dos quadros perseguidos, torturados e mortos pelo estado brasileiro. Interpretar seus passos contra o regime militar, perceber sua atuação, quais suas bandeiras e formas de se expressar. Fazer uma relação direta com a presença do autoritarismo que perpassava a sociedade brasileira, (e obviamente, imaginava, a sociedade fortalezense) para que assim pudesse entender melhor continuidades e descontinuidades.

Daí ter escolhido o anos de 1964 a 1968 como pontos da pesquisa. O golpe e o ano do AI-5, consagrados pela memória coletiva como marcos da história política contemporânea do país e que, para mim, soavam como anos cheios de mistérios e sentidos.

Porém, se aí encontra-se a primeira motivação situava-me ainda dentro do óbvio! Era preciso ir além...

Indo as Passeatas ou Por Um Antropologia Histórica dos Eventos Estudantis

Nas idas e vindas a bibliotecas, comecei a tatear a documentação e buscar trabalhos que existissem sobre o tema aqui no Ceará.

Encontrei um diretamente relacionado ao tema chamado “As Lutas Políticas dos Estudantes Cearenses” de Braúlio Ramalho. Uma dissertação dividida em duas partes. A primeira, acerca da evolução do movimento estudantil antes da criação da Universidade do Ceará em 1954, e outra iniciada com a criação do DCE e que vai até 1968.

Nessa segunda parte, a que mais me interessava, pude ver alguns pontos importantes: a própria cronologia de fatos colocada na parte final do trabalho (material que instigou questões da busca de fontes nos jornais); a relação de nomes de pessoas do movimento algo essencial na elaboração das colônias de entrevistados; e as questões analíticas do autor acerca das tendências políticas presentes no movimento no seu período de ascensão na

cidade: os anos de 1966-1968. Uma discussão que mais na frente poderei esclarecer melhor.⁶

Porém, o que mais me chamou a atenção e como tal acabou sendo o mais visado nas idas a documentação, foram as notícias das passeatas estudantis, em especial das “passeatas dos calouros” as quais nunca tinha ouvido falar. Tais eventos, como o próprio nome sugere, eram comemorações daqueles que tinham sido aprovados no vestibular em Fortaleza. Sempre em um Sábado ganhavam as principais ruas da cidade. Nas fontes citadas por Bráulio vemos o cerceamento promovido pelas autoridades quando da realização das manifestações dos calouros tendo como justificativa a “ação dos subversivos” em “desvirtuar” a realização do “desfile tradicional”.⁷

Na pesquisa, iniciada pelo ano de 1968, logo nos primeiros momentos outros eventos chamaram-nos a atenção e ajudaram a estabelecer relações entre a ação dos estudantes e a crítica ao autoritarismo. Primeiro destaque para o clima de ebulição visto nos jornais. O planeta parecia arder; México, Praga Los Angeles, Rio de Janeiro, Brasília, etc. Cada jornal aparecia como um verdadeiro mosaico de rebeliões, crises, conflitos. Os principais incendiários: os estudantes, que pareciam realmente dispostos a fazer o valer o “poder jovem”⁸, termo constantemente usado com variantes, e realizar uma revolução no planeta.

Se o jornal não traz a verdade do que aconteceu sendo um fragmento do real, nunca o mesmo em si, não se pode esquecer também seu caráter de recriação do social, seu papel na elaboração de novos significados, na percepção de temas sociais, mesmo que fale de posições não de meras informações neutras. Era visível o esforço de se classificar as atitudes juvenis.⁹

Nos primeiros seis meses de pesquisa pude catalogar notícias acerca de conflitos entre os estudantes e as autoridades universitárias, protestos contra a

⁶ RAMALHO, Bráulio. As Lutas Políticas dos Universitários Cearenses. Dissertação de Mestrado, UFC, 1992.

⁷ RAMALHO, Bráulio. “Datas, Atividades e Fatos relacionados a história do ME no Ceará” In ---. *Op Cit.* pp 02; 03.

⁸ O termo junto com outras expressões remete a visualização no período da importância dos jovens na transformação social como novos agentes políticos se impondo no cenário contemporâneo. Um jornalista da época muito respeitado, Jäder Carvalho, escreveu acerca da “Revolução dos Estudantes” . Como ele muitos outros nos jornais se pronunciavam sobre o assunto.

⁹ DARNTON, ROBERT. O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p18

ditadura militar e o imperialismo ianque esse principalmente simbolizada na célebre luta contra os acordos MEC-USAID, reivindicações estudantis como a questão dos excedentes etc.

Por esse período encontro (obrigado, Régia) um acervo com 50 negativos das passeatas dos calouros de 1966 e 1967. Neles vemos todas essas questões se cruzando dentro de um clima festivo e singular: carros alegóricos, desfiles de rainhas, blocos de cursos, cartazes contra a figura do tio Sam, em defesa da Amazônia, críticas as “eleições” feitas nos moldes da ditadura....

Tinha diante de mim um desafio interessante: interpretar esses momentos analisando a documentação dos jornais, as falas dos nossos entrevistados, e os “negativos”, cada uma com sua linguagem própria falando de um espaço em que posturas e simbologias pareciam ressignificar práticas políticas.

Algumas questões se impunham: como se relacionavam o lúdico e o político nessas passeatas? E outra decorrente: para entendermos o movimento estudantil que importância possuíam? O que falavam das trajetórias dos militantes estudantis?

E um problema essencial: como trabalhar os eventos estudantis, uma vez que além da sua singularidade, procurava através das passeatas perceber dinâmicas do movimento estudantil? Momentos que, sejam nos jornais, sejam nas memórias, escritas ou orais, sejam no acervo iconográfico, se destacavam justamente como a consagração de um momento, se estabelecerem como algo especial?

Daí a leitura de autores que tratassem do evento como um cruzamento de tensões, como possibilidade de entendimentos de significados sociais, não como meramente um ápice de processos, um ponto de chegada dentro de um encadeamento. Sem se fazer uma a-historcio, é preciso considerar o evento na perspectiva de como é contado e vivido dentro das tramas sociais, sendo ele também um momento de redefinição dessas tramas.

Nesse momento é que faço uma re leitura de um livro da faculdade que me foi caro nas primeiras relações travadas com a antropologia. Da Matta, Shallins

HISTÓRIA POLÍTICA UM VIÉS RELAÇÃO HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA (POLÍTICO E O SIMBÓLICO!)

“A história política que está de volta, ao aproximar-se da antropologia simbólica, penetra no imaginário político, procurando desvendar mitos, ritos e símbolos que a sociedade resgata e a política coloca em ação. Objetos antes ignorados são oferecidos ao historiador: cerimônias as mais variadas – posses, desfiles, funerais, celebrações etc. A nova forma da história política estuda o uso que o presente faz do passado, evidenciando as relações entre memória e história, na trilha aberta pela escola sociológica de Emile Durkheim, tão bem absorvida por Maurice Halbwachs.”¹⁰

Relação entre o particular e o coletivo: (biografia), trajetórias individuais contando tramas sociais. GIOVANNI LEVI, BOURDIEUR.

Rostos dos processos, demarcação dos discursos políticos, diálogo com historicidades trazidas a tona através das memórias. O subjetivo aparece como forma de compreender os processos, movimentos e tramas.

Memórias de Luta

Pierre Nora ao se debruçar sobre as relações entre memória e história coloca muitas oposições entre ambos. A história propõe-se universal, atravessa fronteiras, a memória vive delas, é o reino do particular, das identidades e territórios. A história busca

Talvez pelo fato de querer se contrapor aos lugares da memória dentro do processo de aceleração acaba por fazer da história um cavaleiro a entrar soberano nos territórios da memórias, pronto para lhe devassar estabelecendo as devidas causalidades e mesmo desvios. A história assim se apropriaria da memória, evitando ser uma mera reproturoda das suas tramas.

Há um autor por-me que questiona essa visão partindo para imbricadas relações entre memória e história. Conjuntemo com os

¹⁰ RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. “A Volta da História Política e o Retorno da Narrativa Histórica.” In: SWAIN, Tânia Navarro. (org) *História no Plural* (2ªEd) Brasília: Editora UnB, 1994. p 100.

fragmentos ele demonstra como essas versões do passado em especial as duas primeiras se copnfuemd e se defime muito mais tendo em vista a legitimação que posuem do que prorimante das formas que podem assumir.

Parte 01

***Memórias das Disputas, Disputas das Memórias:
Organizações Políticas, Movimento Estudantil
Universitário e Ditadura Militar.***

*“Este é um tempo de partido...
De Homens-partidos”
(Drummond – Nosso tempo)*

FOTO

Capítulo I

Trajetórias e Memórias de Uma Geração de Dissidentes

Mário Albuquerque¹¹ ao falar de sua iniciação política, lembra que desde muito novo se embrenhara pelo terreno da política quando da última eleição para prefeito de Fortaleza realizada antes do golpe militar de 1964. Dentro de uma frente de oposição na qual seu pai, membro do Partido Comunista Brasileiro, militou ativamente, ele nos traz seu primeiro contato com a política, recorda-se que *“no período mais forte da campanha eleitoral, quase que praticamente me transferi para dentro, eu era garoto e me transferi, foi uma campanha imensa muito disputada.”*¹²

Com um irmão nas Ligas Camponesas, Pedro Albuquerque, Mário tem dentro de casa a presença de referenciais de esquerda, vivencia um momento visto como de ruptura e dissidências em relação a antigas organizações e métodos políticos, a década de 1960.

Com humor relata as divergências postas a mesa no jantar ou almoço:

“É, em casa, o Pedro era do PC do B, eu trotskista e meu pai do PCB. [risos] Na hora do almoço era um cacete danado. A gente brigava muito por conta disso, a gente não sabia que também na base disso havia muitas questões pessoais, familiares, coisas de formação, depois com o amadurecimento é que a gente foi ver que tinha muito, principalmente em família como era a nossa, tinha muita questão de família, de briga de irmãos, etc de disputa, e isso foi uma boa descoberta depois, transformou a gente mais maduro e mais aberto, mais tolerante do ponto de vista político etc.”

¹¹ Mário Miranda de Albuquerque, militante trotskista do movimento secundarista nos anos de 1965 a 1968. Mário é acessor político, presidente da Associação 64-68, que buscar divulgar a memória dos perseguidos pela ditadura militar, bem como buscar direitos, indenizações etc. Sua entrevista foi logo no início do trabalho e, através dela, outros nomes, contatos e temas se delinearam.

¹² A eleição era do membro do Sindicato dos Bancários Moura Beleza. Outros 2 entrevistados, Inocêncio Uchôa e Oswald Barroso, lembraram-se dessa campanha como uma das marcas de sua iniciação política. O primeiro logo quando chegou na cidade de Fortaleza vindo do interior, quando veio na *“condição de simpatizante, então tinha aqueles grandes comícios do Beleza e tal, que foi candidato a prefeito de Fortaleza, a gente participava, mas não tinha ainda militância, ainda não tinha encaixado essa coisa, só se encaixou na universidade 2 anos depois”*. Já Oswald era filho do vice de Moura Beleza, Antônio Girão Barroso, *“meu pai era presidente e foi fundador aqui do Partido Socialista Brasileiro em Fortaleza, e sempre se candidatava, foi candidato a vereador 2 vezes, a vice-prefeito 2 vezes, perdeu todas, e eu participava de certa forma das campanhas deles, fazendo planfletagem, desde menino que eu acompanhei essa trajetória política dele”*.

Além do amadurecimento pessoal, a disputa entre irmãos, os conflitos familiares devem, também, ser considerados a luz dos processos políticos vivenciados. Sua fala aponta, inicialmente, para a percepção de um processo de rupturas e dissidências com o “velho” PCB. Pode ser encarada como uma metáfora do quadro político de insatisfações acerca da atuação do Partido Comunista Brasileiro, em especial no período João Goulart, e, melhor dizendo, é uma metáfora da retórica concebida por outras organizações no ataque ao PCB. O golpe militar é motivo da ruptura, visto como “culpa” do PCB, de seus esquemas “reboquistas”, distantes das massas, “cupulistas”. As muitas organizações não têm nada a ver com isso e se inauguraram cada uma como a verdadeira organização revolucionária – o que também se demonstra na fala de Mário: o fracionamento das esquerdas.¹³

Para além dessas conhecidas versões acredito que Daniel Aarão dá um passo a frente ao colocar no centro do debate uma incômoda questão: as complexas relações **entre** as organizações políticas de esquerda, inclusive o PCB, que não podem ser vistas como à reboque do golpe militar. Devem ser entendidas em um quadro de relações permeadas de tensão, mas sempre como agentes capazes de formular pontos de vistas, conceber retóricas, apontar novos caminhos, participar de disputas.

Os “rachas” não são frutos, somente, de derrotas políticas, mas também de divergências internas, com grupos buscando espaços e/ou redefinindo (ou não) linhas políticas. Muitas vezes mais importante do que o impacto das derrotas são os significados delas extraídos e, principalmente, como esses significados são veiculados nos embates políticos. Jacob Gorender, por exemplo, expõe o processo de discussão que se teve dentro do PCB logo após o golpe militar para se ganhar a direção do partido, não foi de uma hora para outra a debandada do partido. Houve antes muito desgaste e a tentativa de internamente reelaborar o trabalho político do PCB. De uma forma ou de outra temos um processo vivo cheio de magoas, desilusões, esperanças, com um permanente movimento de idéias e crenças¹⁴.

¹³ Essa visão acerca da ruptura da busca de se distanciar, em um processo quase de expurgação da influência do PCB é relatada em inúmeros trabalhos sobre o assunto, sendo que um bem peculiar, por ser bem pessoal e ao mesmo tempo bem analítico, é o de Jacob Gorender em *Combates nas Trevas*.

¹⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

Daniel Aarão, pois, não percebe o processo de engajamento contra o regime militar num contexto de ruptura com o PCB e a criação de novas tendências políticas ou reafirmações de novos grupos, em um sentido mecânico de causa e efeito. Evitando reduzir a discussão a visão auto-explicativa de que as organizações vingaram por conta da desmoralização do PCB em relação as suas posições no governo João Goulart, coloca como central os próprios pressupostos das organizações, que, inclusive, têm no contraponto ao PCB um de seus fundamentos.

Uma realidade antes do golpe militar, nos mostra, ao explicar seu ponto de vista da discussão sobre as diferentes formas de memórias existentes da luta contra a ditadura.¹⁵ Para ele, não se trata de conciliar interesses, nem vitimizar as esquerdas brasileiras, mas entendê-las como organizações políticas que naquele instante “aparecem como uma contra-elite, alternativa que parte ao assalto do poder político.”¹⁶ Vemos isso com Pedro Albuquerque¹⁷, que se lançou na busca desse “assalto” antes mesmo do golpe militar: com menos de 18 anos vai em busca de uma transformação social mais radical para o país:

“Depois, em 1961, eu deixei o Liceu e fui para Recife participar das Ligas Camponesas. Eu tinha 16 anos, ficou como minha grande experiência política na minha vida, que eu guardo isso muito vivo na minha cabeça essa memória. Conheci um dos maiores líderes políticos do Brasil, que é Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, que são a mãe, matriz do MST hoje, sendo que as Ligas Camponesas tinham uma postura muito mais avançada que o MST.”

¹⁵ Daniel Aarão situa 4 grandes campos da memória sobre as esquerdas dos anos 60. O primeiro teria uma visão de que os militantes eram imaturos e ingenuamente lutavam contra um colosso invencível. Nesta visão, segundo ele, é feita uma conciliação entre passado e futuro buscando esquecer traumas mais profundos. No segundo campo se olha uma disputa de ferro e sangue no período, cujo resultado foi o massacre do Estado em cima dos militantes de esquerda. A tônica é a investigação da repressão política, um lembrar dramático daqueles anos, para alguns, realmente anos de chumbo. A terceira, a do autor, coloca como centro a disposição dos militantes em tomar o poder. Estudantes, aliados a outros, que decidem conquistar o Estado e aplicar seus projetos marcados pela utopia da revolução socialista. Já a última visão, ainda tateante, indica a existência de uma identidade estudantil, uma forma de ser e estar no mundo naquele momento: um ethos com fatores concretos que estariam nas passeatas, símbolos e imaginários em todo o planeta. REIS FILHO, Daniel Aarão. “Um Passado Imprevisível: A Construção Da Memória Da Esquerda Nos Anos 60” IN: REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org) Versões e Ficções: O Seqüestro da História. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. pp 31-45

¹⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. Op Cit. 1997 p 40.

Desta forma, Mário, Pedro e outros ex-militantes do movimento estudantil, ligados a organizações de esquerda, ao relatarem suas trajetórias nas entrevistas ressignificam suas antigas experiências políticas no desafio do “assalto ao poder político”. Tecem uma trama das marcas deixadas nessa empreitada, em que há uma “conexão entre biografia e história, entre experiência e as transformações da sociedade”¹⁸. Através de suas memórias, a afirmação de Daniel Aarão Reis Filho, na sua “composição”¹⁹ sobre a luta contra a ditadura militar, ganha e reforça sentidos:

“Rejeitando as tradições defensivistas e frentistas dos velhos partidos comunistas latino-americanos, sobretudo instauradas em meados dos anos 50, depois do processo de desestalinização, e inspirada pela vitória da revolução cubana e pela guerra revolucionária no Vietnã, toda uma geração de dissidentes, desde o início dos anos 60, vai colocar a questão do poder político no centro de suas reflexões, como um desafio imediato.”²⁰ (Grifo Meu)

Ressalto a perspicaz escolha do termo: “dissidentes”, não meramente opositores e/ou desertores. Os atores das organizações em questão abandonam determinados receituários, mas não se colocam do outro lado. Pelo contrário, buscam ainda afirmar algumas continuidades, mesmo que para

¹⁷ Pedro Albuquerque

¹⁸ PORTELLI, Alessandro. “História Oral Como Gênero” In: *Projeto História* 22. São Paulo, Educ, 2001. pp 09-36.

¹⁹ O termo é usado a partir de Alistair Thompson: “Composição é um termo adequadamente ambíguo para descrever o processo de construção de reminiscências. De certa forma, nós as compomos ou construímos utilizando as linguagens e os significados conhecidos de nossa cultura”. Considerando que Daniel Aarão insere seu trabalho dentro do campo de disputas das memórias sobre a oposição a ditadura militar, creio ser possível encarar sua proposta como ela mesma fazendo parte dos materiais das diferentes composições feitas. Ressalto que este conceito norteia toda nossa empreitada de compreender percursos políticos a partir das entrevistas feitas. De uma forma ou de outro sempre termos em mente esse processo de composição ao observarmos as entrevistas dos ex-militantes. THOMPSON, Alistair. “Recompondo A Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias” In: *Projeto História*. N.º 15, São Paulo: PUC, 1997. pp 56-57.

²⁰ Além da própria sugestão de Daniel sobre como percebe as práticas políticas dos militantes de esquerda também influencia decisivamente minha análise as idéias levantadas por ele sobre a interpretação ainda preliminar de Vera Sílvia Magalhães de se buscar combinar elementos políticos com outros na construção de uma identidade estudantil, um ethos da revolta. Por outro lado, a noção de geração nos permite perceber temporalidades históricas, evitando o biológico e sim centrando no simbólico e no cultural como marcos dos processos históricos que forjam diferentes culturas políticas vistas em suas discontinuidades e continuidades, com iniciações individuais distintas. REIS FILHO, Op Cit. 1997. pp 31-45. SIRINELLI, Jean-François. A Geração In: AMADO, Janaína. & FERREIRA, Marieta de Moraes (org) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. pp 131-137

tanto reivindicuem e disputem entre si a legitimidade de antigas práticas, fechando os olhos para a própria participação nos processos que criticam a atuação do PCB. Não é assim que se colocam os dissidentes?

Uma outra dimensão dessa dissidência aparece na fala de Ruth Cavalcante²¹ quando perguntada sobre como se iniciou sua militância política matizada pela Igreja Católica:

“Eu estudei em 3 colégios religiosos, católicos, passei 8 anos no Colégio Imaculada, depois 1 ano no Santa Cecília, 2 anos no Santa Isabel, uma formação adquirida já na família que era muito católica. Então o caminho era natural por aí. Só que devido exatamente ao meu despertar de uma consciência mais crítica, a ação católica favorecia muito isso, ela abrangia todos os setores, eram todas as vogais: JAC, Juventude Agrária Católica; JEC Juventude Estudantil; JIC Juventude Independente; JOC Juventude Operária e JUC Juventude Universitária. Eu era da JEC, e a JEC também foi um espaço de conscientização importantíssimo para mim, porque já tinha toda uma visão mais progressista mesmo, de uma visão mais progressista da igreja, da Teologia da Libertação, então sempre com uma conotação muito freiriana, Paulo Freire tinha também uma importância na JEC. Então começou daí já meu despertar de uma consciência mais crítica ainda ligado a Igreja, mas já com essa consciência mais crítica, é tanto que a Ação Católica ela foi exatamente um desdobramento mais do ponto de vista marxista leninista, daqueles que vinham da influência da ação católica que esse espaço não comportava mais.”

A citação nos permite observar como uma das ex-militantes da AP, a Ação Popular, explica sua ligação à organização, colocando os percalços trilhados até a opção mais “crítica”, bem como as divisões no seio da Igreja Católica. Temos a referência à militância católica como um dos muitos caminhos que essa geração de dissidentes percorreu. Tal trajeto se distancia da ruptura traumática com o PCB, uma vez que a grande dissensão foi com uma tradição diferenciada e inaugura até mesmo uma nova forma de se estar dentro dessa tradição, feita como o relato de Ruth expôs, nada tranquilamente, e para muitos nem mesmo uma ruptura se verificando.

Nem por isso, contudo, podemos afirmar a impossibilidade de se pensar que os militantes oriundos da Igreja Católica a partir da idéia de uma geração de dissidentes. Mesmo sabendo que a análise de Aarão refere-se as

²¹ Maria Ruth Barreto Cavalcante: estudante da Faculdade de Pedagogia a partir de 1967, também foi diretora da entidade estudantil dessa unidade de ensino no ano de 1968 e integrante do GRUTA – Grupo de Teatro e Arte Universitários, importante grupo cultural estudantil dos anos 60 em Fortaleza. Hoje psicopedagoga. Entrevista feita no dia 30/08/2000.

organizações comunistas do período creio que muitos foram os caminhos, e o termo “geração” não pode homogeneizar diferentes propostas, em muitos casos conflitantes. O mais adequado é pensarmos como se deram cruzamentos e separações desses grupos e o que projetos políticos têm em comum: a questão do poder político como um “desafio” a ser encarado e decifrado. Assim, a ruptura com a Igreja vai se dar para esses militantes oriundos da Ação Católica na medida em que procurarem uma análise mais aguda e transformadora da sociedade, visando novos espaços de conscientização, agora proibidos e/ou vistos como insuficientes para se alcançar os objetivos almejados.

Por outro lado, através do exemplo da AP vemos que não se deve encarar esses processos como lineares, foram caminhos traçados com muitos percalços, dúvidas e propostas, acontecendo em meio a trajetos diferenciados. Bráulio Ramalho²² recorda-se que sua militância iniciou-se com a forte influência católica, em um grupo “mirim” ligado a Roberto Vieira, membro da Ação Católica e homem de esquerda. Posteriormente, Bráulio atuou no CLEC, sendo militante da JEC, onde fez vários pichamentos do “Brasil Urgente”. Porém, dentro do movimento estudantil inclinou-se para a militância no PC do B, depois de um “*fase iconoclasta*” pré academia.²³

Desta forma, se os militantes podem ser entendidos como uma geração de dissidentes em relação aos antigos modelos, vivendo a construção de novos projetos políticos, o termo não pode anular as tensões existentes e as múltiplas estradas. Pelo contrário, só tem real valor se for visto não só como ponto de convergências, mas também de filtragem de variadas experiências e opções políticas. Os militantes possuem seus marcos, muitas vezes se aproximando e outras se distanciando. O que divide é o que unia, a dinâmica das organizações, a forma como concebiam seus projetos é o centro da questão.

²² Bráulio Ramalho militante do PC do B no período. Hoje professor da Universidade estadual do Ceará. Bráulio escreveu uma dissertação na Faculdade de Educação da UFC sobre o movimento estudantil universitário daquele período. Mais na frente poderemos perceber que isso implicou em uma nova perspectiva no campo das composições sobre o período. Entrevista realizada dia 25/08/2000.

²³ Cabe citar a importância dessa ação católica que permitiu a inserção política de pessoas até então. É preciso observar que o caminho não era tão “claro” assim... A fala de Ruth não confirma uma tendência majoritária mas antes Ressalto ainda que sua fala também ressaltou as dificuldades da esquerda católica na relação com a Igreja, a JEC sofrendo “*até algumas restrições da própria igreja*”.

Vários entrevistados referiram-se a esse processo nas suas iniciações políticas, demonstrando a própria disposição de lutar contra a ditadura em favor de um novo regime a ser concebido por uma brusca ruptura a ser alcançada: a revolução. Pedro quando saiu de Fortaleza para se juntar as Ligas foi em busca desse projeto político, tão forte que é capaz de ser ainda um marco a ser destacado como crucial na sua trajetória. Mário aponta para a mistura de relações políticas e familiares como algo não percebido na época e que depois, ao ser encarado de outro prisma, “*transformou a gente mais maduro e mais aberto, mais tolerante do ponto de vista político etc*”. Ou seja, na época, mesmo considerando a força das tensões familiares podemos dizer, “no mínimo”, que o clima de tensões oriundas das disputas entre as organizações se combinava a outros elementos e acabou por não permitir uma maior lucidez das causas das brigas entre os filhos e pai. Somente depois, quando inclusive os próprios conteúdos políticos se esvaziaram significadamente, foi possível, com um rearranjo dos porquês dos embates, uma maior tolerância e se perceber que “*tinha muita questão de família, de briga de irmãos*”.

A primeira grande questão, mais do que pano de fundo, diz respeito as relações travadas entre as organizações de esquerda, seja na disputa entre os que se contrapunham ao PCB, seja desse com elas, ou delas entre si. Não creio, por exemplo, que Mário e Pedro, como outros militantes de organizações de esquerda que entrevistei (AP, PC do B, trotskistas²⁴), tivessem na luta pela redemocratização seu principal foco. Algo que para Daniel Aarão está presentes em alguns dos relatos de militantes e é o centro de sua análise: a esquerda brasileira que aderiu a luta armada, e cujas organizações recrutavam militantes, não se propunha democrática e sim revolucionária – o que, como poderemos discutir logo a seguir, não significa dizer que dentro do movimento estudantil essa empreitada fosse visada de maneira linear e determinista, ou mesmo conseguida.

Pelo contrário, o que verifiquei ao longo de todo o trabalho foi justamente a complexidade das relações entre movimento estudantil e organizações alimentando-se, distanciando-se em outros momentos. As lideranças

²⁴ Irei aos poucos definindo o papel de cada grupo dentro do movimento. Por hora cabe afirmar a presença destacada das 3 entidades dentro do movimento estudantil universitário. Mais na frente as relações entre elas, bem como sua inserção serão melhor discutidas.

estudantis não foram meros joguetes de organização. E se as organizações não colocaram como central a retomada da democracia burguesa, o movimento estudantil se constituiu em um agente político fundamental, senão na abertura, consciente, de novas formas de democracia, mas na denúncia e enfrentamento a ordem autoritária – transformando-se, assim, em um campo de possibilidades da luta democrática.

O recurso para começar esclarecer essas relações foi a análise da inserção de cada grupo no meio estudantil, tendo em vista os parâmetros políticos agora colocados quando se recordam. A interpretação deve ser feita sobre os discursos que hoje se concebem e que tipo de posturas os militantes visam demarcar. É aqui que chegamos a “questão do reconhecimento”, elemento chave na criação das composições dos nossos entrevistados, na maneira de como procuram conceber as lembranças de sua participação e do papel das organizações políticas na oposição ao regime militar e na construção do movimento estudantil naqueles anos.

Capítulo II

A Questão do Reconhecimento

“Eu não me lembro de ter pensado, não me lembro de ter pensado em outra coisa, eu acho que quando eu fiquei angustiado, o 1º pensamento que eu fiquei sem saber sobre o que fazer a tese a dissertação, mas quando estalou a coisa, a 1º coisa que estalou foi logo sobre o movimento estudantil, foi o movimento estudantil, “eu vou fazer alguma coisa sobre o movimento estudantil, eu vou falar sobre a minha experiência, foi levantar essa história e tal”, aí eu comecei...”

Foi com as palavras acima que Braúlio Ramalho começou a falar sobre sua volta para trás no olhar acerca da sua militância nos anos 60. Braúlio escreveu uma dissertação de Mestrado na Faculdade de Educação sobre o assunto. E como vemos não lhe ocorreu outro tema. Creio que seu trabalho adentrou o campo das memórias sobre o movimento estudantil universitário de Fortaleza, sendo uma importante oportunidade de reflexão sobre os “comos” e os “porquês” das composições. Para tanto, vejamos como estruturou seu trabalho.

Em um 1º momento apresenta a história do movimento estudantil no Ceará até o golpe militar de 64. Fala-se da atuação do Liceu na cidade, do Centro Estudantil Cearense. No final destaca os principais grupos que se organizaram dentro do movimento estudantil após o golpe militar: o Partido Comunista do Brasil, a Ação Popular e o Partido Operário Revolucionário Trotskista, ou simplesmente “os trotskistas” como se referem seus (e meus) entrevistados. O PCB é citado como grupo de menor importância, é citado seu declínio face ao golpe militar de 1º de abril de 1964, uma vez que este “representou a derrota das concepções reformistas, do caminho pacífico para o socialismo e da crença nacionalista da burguesia brasileira”, idéias “defendidas pelo PCB e que após o golpe perdem terreno”. Por conta disso, para ele, é assim que surgiram as referidas organizações que, “oriundas ou não de rompimentos do PCB, despontaram viçosas e revigoradas.”²⁵

Chama a atenção a informação de que todos os referidos grupos tiveram sua gênese, no Ceará, relacionada ao ambiente estudantil. Isso indica a

necessidade de se perceber com muito cuidado e rigor as relações tecidas entre esses grupos e o movimento, de outro lado também reforça a nossa percepção de compreender as organizações como se inaugurando marcos em si mesmas, buscando afirmar suas posições. Desse fascínio, talvez, venha o esforço do autor em rastrear as origens e os percursos de cada tendência política a partir de jornais e, em especial, da fala de seus entrevistados.²⁶

Na 2ª parte do trabalho começa a analisar o movimento estudantil nos anos de 64 a 68 tendo em vista o que chama de “questões fundamentais”. São pontos que dizem respeito principalmente acerca das dinâmicas ocorridas entre essas organizações, mas também tratam da “resistência ao autoritarismo” e da “luta pela redemocratização”. No final da 1ª parte, quando começa a esboçar o processo de surgimentos das organizações políticas, elementos dessas questões já aparecem, depois se tornando uma parte específica do trabalho. Essa discussão, comentou na entrevista que me concedeu, não existia no início do trabalho e foi com as entrevistas que surgiu como foco de análise. Eis as “questões fundamentais”: a questão moral, a questão cultural e a questão da hegemonia.

Sobre a questão cultural escreve a importância que a cultura teve “como instrumento de politização e aglutinação dos universitários”, sendo ainda “uma variável a ter forte influência na reestruturação e crescimento do ME no Ceará no pós-64. Além disso as atividades e manifestações culturais dos universitários, no período, irão se caracterizar como uma forma de resistência ao autoritarismo. Diz que, por consequência desse papel, “há grande valorização do fator cultural entre as diversas tendências políticas de esquerda”, com exceção dos trotskistas. PCB, AP e o PC do B, por sua vez, “visam instrumentalizar a cultura”²⁷. Dessa forma, mesmo essa questão, que se afasta das demais, no sentido de ir além da visão das tendências dentro do movimento, tem sua relação com os grupos políticos, que, assim, são chamados ao centro do debate para se entender os rumos do movimento estudantil.

²⁵ RAMALHO, Bráulio. As Lutas Políticas dos Universitários Cearenses. Dissertação de Mestrado, UFC, 1992.

²⁶ Id. Ibidem p

Isso fica ainda mais evidente quando vemos as outras 2 questões fundamentais: a questão moral e a questão da hegemonia. Ambas se entrelaçam no sentido de explicar porque o PC do B conseguiu se tornar a força hegemônica do movimento estudantil universitário “possuindo” vários diretórios e o DCE. Para Bráulio, a hegemonia do PC do B pode ser explicada por: 1) a postura moral dos seus militantes à frente das entidades estudantis quando “não partidariavam as entidades estudantis”, não discriminando os opositores seja na distribuição de vagas nas residências universitárias ou para as refeições no restaurante universitário; 2) as propostas táticas dos militantes do PC do B, do Ceará, de lutarem por questões específicas do interesse dos estudantes e, ao mesmo tempo, evitarem desgastes em confrontos com a polícia, em um “comportamento democrático, não só a frente das entidades, mas no próprio trato e encaminhamento das reivindicações”²⁸.

Sobre a hegemonia do PC do B ainda, Bráulio explica que contribuiu para isso a prisão dos militantes da AP em 1965, quando tentavam reorganizar a UEE. Depois de presos e processados no bojo do Ato Institucional Nº 2, os principais líderes da AP acabam “queimados”, e por se afastar do movimento, deixando a atuação nas mãos de militantes inexperientes. Daí um dos motivos do PC do B conseguir a hegemonia com militantes já experimentados, muitos oriundos do PCB, e que discutem seriamente, desde o nascedouro da organização dentro do movimento, as relações entre as vanguardas e as massas, buscando formas de aproximação mais eficazes.²⁹

Uma passagem resume bem as observações de Bráulio sobre como se davam as relações das lideranças e a “massa” dos estudantes:

“O objetivo e a oportunidade de manifestações eram discutidos [pelos membros do PC do B] em assembléias. O roteiro, erros e acertos das passeatas e outras mobilizações eram analisados nas salas de aulas de cada unidade de ensino superior. Os trotskistas e militantes de AP, pretendendo queimar etapas e não possuindo vinculação estreita com os estudantes, tentavam desviar o roteiro das passeatas e assumiam atitudes não-democráticas. Assim afastavam-se das bases.”³⁰

²⁷ Assim, Bráulio reafirma a discussão clássica do declínio do PCB em todo o país após o golpe. Em especial dentro do movimento estudantil novos grupos se apresentaram ou reforçaram sua posição. RAMALHO, Bráulio. Op Cit. 1992 p157.

²⁸ Id. Ibidem p

²⁹ Bráulio fala de hegemonia como isso e aquilo lá Id. Ibidem p159-167.

³⁰ Id. Ibidem p174

Desta forma, a hegemonia do PC do B, é explicada, em boa parte, pelo tratamento diferenciado do partido em relação aos outros estudantes. Diferentemente dos outros grupos, consegue uma maior aproximação diante das “bases”. Porém acredito que em vez de pensar no distanciamento entre as organizações, deve-se perceber também o que têm em comum. Não simplesmente aceito que o PC do B era mais próximo das bases, e sim busco debater o porquê dessa separação, base – partido/grupo político, algo que aparece em quase todas as entrevistas. Procuo verificar o sentido dessa estratégia e quais desdobramentos trouxe no comportamento dos militantes ao comporem suas reminiscências – para assim conseguir compreender melhor o significado das organizações dentro do movimento estudantil.

Esse é o caminho para entendermos os impasses existentes entre os depoimentos que veremos agora.

Bráulio afirma que os militantes do PC do B procuravam pensar as questões específicas e que “discordando da posição do PC do B, a AP e os trotskistas menosprezavam a luta pelas questões específicas. Consideravam-se a vanguarda.”³¹

Porém, não é o que verificamos na fala de Helena Serra Azul³², militante da Ação Popular, quando conta que no seu curso, Medicina, “*a gente tinha uma vinculação muito grande com os problemas locais também*”. A 1ª greve que fizeram “*foi por causa de um professor*”. Queriam a mudança “*não era nem do professor mas da forma como ele avaliava, e conseguimos, então isso fortaleceu muito a turma*”. Acrescentou que essa prática era comum dentro de uma “*estratégia*” na qual se fazia:

“a vinculação de todas as questões com as questões gerais, que até hoje eu acho que você faz movimento de massa dessa forma: você vincula as questões específicas às questões gerais até para poder o grande número de massa perceber o processo, senão não percebe, você fica falando lá em cima e o pessoal não percebe o que está acontecendo na sua vida real.”

³¹ Id. Ibidem. p163.

³² Helena Serra Azul Monteiro, professora da Faculdade de Medicina, militante atualmente do PC do B. Na época era estudante do curso de Medicina e militante da Ação Popular.

Também para os trotskistas encontramos a mesma observação. Segundo Inocêncio Uchôa³³, sua organização primava por estabelecer uma luta mediada contra a ditadura, pois se “*já conseguia ver que a luta era contra o sistema, era contra o regime militar também*”, era possível conseguir “*toda uma grande massa de militantes intermediários e de massa mesmo que a gente conseguia levar para a luta por pequenas reivindicações.*”

Temos uma encruzilhada. Quem está falando a verdade?

É essa a pergunta que devemos fazer? Em vez de perguntarmos de que lado está a “verdade histórica”, não é melhor perguntar que tipo de nuances estão envolvidas dentro dessas composições do passado? Ou seja, “investigar a estrutura e o significado” de cada construção narrativa dos eventos³⁴?

Podemos começar a entender os porquês dessas composições a partir dos próprios fundamentos de sua prática, tendo em vista uma inversão de análise feita por Daniel Aarão Reis Filho. Na verdade, tal inversão complementa a proposição anteriormente citada do autor. Uma vez defendendo a análise da luta contra a ditadura militar, tendo como um dos pontos centrais as próprias idéias e motivações da esquerda, nada mais lúcido do que entender suas práticas políticas a partir de suas próprias escolhas e não como becos sem saída, que, por serem incoerentes, tinha inevitavelmente que dar errado. O que, em muitas análises, “interpretações correntes”, é visto como equívoco das organizações de esquerda agora é tratado como justamente o que esses grupos entendiam como essencial.

Em torno das “derrotas e desencontros” das organizações comunistas no período, Aarão fundamenta como funcionavam seus processos de afirmação; demonstra que, o que aparece para muitos como motivo da derrota, foi ponto de identidade, componente da própria luta em que estavam envolvidas as esquerdas na luta contra o regime militar.³⁵

Para ele, são 4 esses componentes: os “pressupostos fundadores”, a “dinâmica excludente”, a “estratégia da tensão máxima” e o “papel central das

³³ Inocêncio Uchôa, militante trotskista nos anos de 1966 a 1968. Era aluno da Faculdade de Direito. Hoje juiz do direito trabalhista Entrevista realizada dia 10/07/2001.

³⁴ PORTELLI, Alessandro. “O Massacre de Civitela Val di Chiana (Toscana, 29 de Junho de 1944) mito e política, luto e senso comum” In: AMADO, Janaina. & FERREIRA, Marieta de Moraes (org) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

p 107

³⁵ BBBB

elites intelectualizadas”. Todos atuaram como “fatores de coesão, indispensáveis para o funcionamento e fortalecimento das organizações comunistas”. O centralismo, a tendência de vanguarda, de se acharem “estados revolucionários”, o messianismo, o isolamento, a crença quase apocalíptica no devir da revolução não foram as causas em si da derrota. Pelo contrário, eram o que, se acreditava, traria a vitória, e funcionavam como mecanismos essenciais da maneira como as tendências de esquerda encaravam a luta revolucionária, seus meios e sua própria inserção na sua deflagração, sendo que, neste sentido, eram o que possibilitava sua existência enquanto organização.³⁶

Para o autor, portanto, não se trata de:

“(...) atribuir a derrota a debilidades de percepção, de concepção ou de formulação, como se os acontecimentos pudessem ter tido lugar se outro fosse o “nível” teórico, ou outro fosse o conhecimento da realidade. Características intrínsecas predispunham as organizações comunistas num determinado sentido de ação e de pensamento: elas estavam preparadas, coesas e mobilizadas, em uma palavra, prontas – mas a revolução faltou ao encontro ...”³⁷ (Grifos Meus)

Ao se debruçar sobre o papel que essas organizações tiveram dentro do movimento estudantil, é necessário não esquecer a força das idéias no seu tempo, com a atenção voltada para como os sujeitos políticos elaboraram respostas para seus desafios. Daí porque entender como as trajetórias pessoais são explicadas, reelaborando suas práticas políticas, enchendo-as de novos significados, mas ainda dentro do território das tensões que existiam.

É possível levantar através das trajetórias individuais elementos da prática política, o teor revolucionário pretendido pelos militantes. Pensando na discussão proposta por Alessandro Portelli, ao refletir sobre que “assunto” fala a história oral, os “gêneros” que se inserem neste campo, pode-se pensar nos usos possíveis da relação intrínseca entre o “o pessoal e o social” (vivenciada

³⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. A Revolução Faltou Ao Encontro. Os Comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990. pp 181-187.

³⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit. pp 186

na entrevista) no entendimento das tramas levantadas nas falas dos nossos entrevistados³⁸.

Tramas que não se resolvem na ação do historiador: são resultados dos comos e porquês pensados na narrativa pessoal e que assim podem significar perceber diferentes relações e usos políticos almejados nas entrevistas. São a ponte para fazer da memória não mero fornecedor de dados neutros mas antes interlocutor privilegiado na compreensão de utopias e significados políticos do período hoje recordados.

Questões como a representatividade do projeto revolucionário, a possibilidade de uma esquerda democrática e revolucionária, a relação entre tendências e movimento aparecem como pontos a serem analisados no entendimento de como os militantes fizeram sua prática dentro do movimento. E, neste sentido, de como a disputa entre os grupos foi elemento da dinâmica do movimento, sendo um corte no seu tecido.

Disputas ainda em evidência nas memórias dessa geração de dissidentes aparecem em diversas obras como colocou Aarão³⁹. Uma questão essencial é a própria visão acerca do papel pretendido do movimento estudantil. Agente em busca da redemocratização ou revolucionário? Inocência Uchôa é taxativo ao definir como ele e outros militantes de outras tendências se proclamavam:

“a nossa luta era revolucionária, a gente não está lutando para melhorar a universidade mais, não estávamos, é mentira quem disser isso, nós não estávamos, o movimento estudantil naquele momento era um movimento revolucionário mesmo, ele tinha a natureza revolucionária”

O que na opinião de Braúlio, tanto na sua entrevista, como na sua dissertação não se apresenta. Para ele do movimento deve ser destacada a

³⁸ Sua definição expressa bem a íntima relação entre o individual e o coletivo como fazendo parte das entrevistas e como tal devendo ser problematizada dentro do trabalho do historiador e foi uma inspiração decisiva na minha visão: *“De qualquer maneira que possa ser, a história oral expressa a consciência da historicidade da experiência social e do papel do indivíduo na história da sociedade em eventos públicos: guerras, revoluções, greves, inundações (como no trabalho de Selma Leydersdorff), terremotos (como no trabalho de Eugenia Meyer).”* PORTELLI, Alessandro. “História Oral Como Gênero” In: *Projeto História* 22. São Paulo, Educ, 2001. pp 09-36.

³⁹ além dos que ele cita na sua exposição sobre os campos da memória posso acrescentar ainda 2 exemplos interessantes de composições: os carbonários, anos rebeldes e o poder jovem.

luta pró-democratização e contra a ditadura, a luta revolucionária está no espaço dos partidos, que algumas vezes, não o PC do B, esquecem o nível de consciência da massa e visam trazer pro movimento práticas não democráticas.

As idéias de Daniel Aarão Reis Filho nos ajudam a perceber como nossos entrevistados vêem a si mesmos na resolução de problemas e dilemas como esse. Acerca da postura do militante diante da necessidade de fazer a revolução, mas também de ser estudante, participar de um movimento que não podia, como veremos, ser o agente principal da derrubada da ditadura. Eles encararam novamente esses “pressupostos fundadores”, chegando, hoje, a conclusões distintas de seus significados e eficácias.

Os militantes, ao falarem da sua inserção na luta contra a ditadura, tecem explicações para o que deu errado. Interpretam suas próprias práticas na busca de comporem um “passado importante” para si mesmas e do que desejam expor de suas experiências. Interpretação, como diz Alistair Thompson, não apenas um construção privada, mas também pública. E preciso estar dentro das memórias públicas, se defrontar com seus marcos, pelo reconhecimento deve-se algumas vezes enfrentá-los. Como por exemplo acerca da legitimidade da ação das organizações de esquerda.⁴⁰

Temos, pois, um processo de tensão, e busca de solução, muitas vezes, entre a memória pública e as memórias pessoais:

“As imagens e linguagens disponíveis usadas pelo público nunca se encaixam perfeitamente às experiências pessoais e há sempre uma tensão que pode ser manifestada através de um desconforto latente, da comparação ou da avaliação”⁴¹

Há, portanto, a necessidade de se compor memórias com as quais se possa conviver. Daí a necessidade e o problema do reconhecimento, pois “o processo aparentemente pessoal de compor reminiscências seguras é, na verdade, um processo inteiramente público”.⁴² Um reconhecimento em vários planos: para a importância do movimento como um todo na luta contra a

⁴⁰ THOMPSON, Alistair. “Recompondo A Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias” In: Projeto História. N.º 15, São Paulo: PUC, 1997. pp 51-71

⁴¹ Id. Ibidem, pp 56.

⁴² Id. Ibidem, pp 58.

ditadura; para as organizações políticas; ou individuais nas quais se costumam tramam pessoais e públicas.

Vê-se logo que esse processos de reconhecimento não parecem ser tranqüilos e sem conflitos.

Pelo contrário.

O trabalho de Braúlio acaba por reproduzir, em seu cerne, as antigas disputas das organizações políticas, que exerceram, na época, um papel dinamizador do movimento, fazendo parte das estratégias e projetos políticos abraçados pelos militantes. Pela sua disposição de levantar essa história do movimento que fez parte começou a adentra esse territórios das composições. Nas entrevistas que fez, foi “comprovando” o papel do PC do B dentro do movimento. Seus entrevistados, alguns de outras organizações, vão colocando as disputas em torno dos grupos ressaltando o caráter democrático do PC do B, assim como sua capacidade tática de enfrentar a polícia na hora certa.

Acredito que as questões de Braúlio foram pontos que invadiram seu trabalho, com sua cumplicidade, no sentido de, cerca de 3 décadas depois, reatualizarem essas disputas e posições, mudando o sentido de se querer afirmar a supremacia do PC do B.

Cabe observar, ainda, que a própria estruturação do mapeamento das tendências dentro do movimento exclui o PCB. Será apenas porque realmente o partido, não só aqui, mas em todo brasil viu sua ação reduzida a quase zero dentro do movimento? Ou Braúlio e eu, ao nos debruçarmos sobre as tendência majoritárias, entrevistando militantes acabamos por não investigar até que ponto esse papel foi mesmo assim?

Digo isso porque na hora de romper com a direita nas entidade, um estudante moderado simpatizante ao PCB foi que conseguiu articular um movimento de reconstrução do movimento, Homero castelo Branco, o que pode ter havido em todas as outras entidades num período tão tenso como os anos de 64 a 66. Também na reestruturação da UEE tentada em 65 o PCB não participa junto com a AP?

É claro pois, a possibilidade se perguntar se nesse momento em especial mas não só, se o PCB não teve também sua participação ainda que, realmente inferior, as outras tendências e que claro tenha sim cedido espaço dentro daquele lógica das derrotas que acabou sendo responsabilizado e na

sua atuação pós-golpe. A contribuição de uma entidade ou militante não deve ser vista apenas no sentido quantitativo aceitando o pressuposto de quanto mais entidades melhor: deve-se reconhecer as disputas e posições, mas também buscar as tramas políticas que os sujeitos não viram ou não querem lembrar mas viveram.

Muitas composições (tanto as das entrevistas feitas por Braúlio, como também as minhas) se apresentam no sentido de perceber o que deu errado, sem, contudo, conseguir questionar as próprias estruturas de ação dos grupos políticos. Não se discute os conteúdos e as possibilidades do projeto revolucionário de suas organizações, assim como os limites do movimento estudantil diante da ordem autoritária que se consolidava.⁴³ Os ex-militantes reproduzem antigas fórmulas de condução do movimento buscando com isso descobrir culpados, falhas, desvios. Quem era revolucionário ou não? Quem conduziu corretamente o movimento, quem conseguiu as maiores vitórias? Quem tinha maior contato com as bases? Ou partem para o ressentimento: é claro que não podia dar certo, as tendências só queriam se aproveitar do movimento...

Tanto Inocêncio, como Helena e Braúlio falam da ligação entre as questões específicas e gerais – a questão não é quem está mentindo, mas sim perguntar que tipo de saldo essa relação podia ter e como ela se esgota dentro do movimento no sentido da luta contra o regime. Como, ao ser um ponto

⁴³ Marcelo Ridenti critica Daniel Aarão e afirma que este supervaloriza o papel dos grupos de esquerda sendo que o que faltou foi a concretização de um projeto revolucionário que os militantes possuíam mas não conseguiam vender para a sociedade. Apostavam em uma representação que não possuíam perante a sociedade e com isso não fizeram como elemento intrínseco de sua prática política a relação com as classes trabalhadoras. Seu projeto revolucionário não vingou não somente por se isolarem em “estados-maiores”, como observa Reis Filho, de uma revolução que nunca veio, mas muito mais pelo próprio movimento da sociedade brasileira, que incorporou críticas, e críticos, deixando impasses entre propostas e desenvolvimento dentro de uma modernização conservadora. A luta de classes sendo refeita sem que os militantes conseguissem, por não se inserirem nessa disputa, ter peso nessa redefinição. Em suma o isolamento foi uma consequência, não uma causa. A crítica creio procede no tocante a dar ênfase ao processo subjetivo das condições revolucionárias, não se trata somente de ficar preparado cumprindo determinado receituário de práticas, como fizeram as organizações de esquerda, e esperar o devir da revolução. Não se pode reduzir a vitória da revolução a um mero encontro das organizações preparadas e as condições objetivas revolucionárias. O projeto revolucionário deve possuir mecanismos de participação na luta de classes, o que não aconteceu com as organizações militantes. Deve-se construir uma representatividade perante os setores sociais escapando da ilusão da representação. Essas reflexões virão mais na frente a tona quando continuarmos a discutir as posturas de ação das organizações dentro do movimento estudantil. RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: UNESP, 1999 . pp 243-276.

“reformista”, o que não podia deixar de ser, não faz mais do que criar condições de mobilização que seriam logo depois esvaziadas pela ação do regime.⁴⁴

É importante sabermos se tem uma relação direta com a hegemonia do PC do B, mas não só reduzir a própria dinâmica do movimento a essa questão. Ver que a própria orientação de fazer a ligação entre as questões gerais e específicas demonstra uma separação entre estudantes e organizações e é essa relação que deve ser esmiuçada: como projetos de organizações apareceram dentro do movimento, não para perverterem, mas sim para ajudar a fazê-lo ser do jeito que se deu – o que só pode ser entendido se buscarmos o movimento da relação entre as tendências e delas com o movimento, não aceitando a cristalização do que era fluido e pura tensão.

Assim, construo como uma chave na interpretação das memórias dessas disputas (e das disputas dessas memórias) a questão do reconhecimento. Através dela podemos evitar que as falas se coloquem como marcos inquestionáveis, uma vez que significa levarmos em conta as disputas em torno do reconhecimento, em múltiplos planos, almejado. As falas, juntas a outras fontes, ajudam a compreender que relações existiam entre os grupos e o movimento, limites e condições, ver como se deu a construção dos itinerários estudantis.

⁴⁴ A idéia do reformismo nos vem de Marcelo Ridenti que consegue colocar bem o “problema” da “estruturação do movimento”: “no sentido da reivindicação de direitos”. Havendo divisão em relação ao teor da luta a ser travada pelo reformista ou revolucionária. Prefiro, por hora, investigar o peso dessa discussão no movimento sabendo que de qualquer forma a relação fundamental entre todos os grupos é vanguarda-movimento, havendo uma diferença no tocante aos “níveis” da massa, e que todos eram marcados pela crença no devir das condições revolucionárias e, por conseguinte, do seu próprio valor enquanto estados-revolucionários – o que acabou por ser decisivo na própria visualização do papel do movimento estudantil .

Capítulo III

Entre Itinerários, Molotovs E Palavras De Ordem: Um Movimento Em Construção

Os relatos dos nossos entrevistados destacaram as passeatas como ritos políticos. Esta é a idéia chave a ser debatida. Nelas estão presentes o conflito com a polícia, os mecanismos de luta contra repressão, momentos “heróicos”, a ação das tendências políticas para intervir de forma decisiva dentro das manifestações; a importância do evento para a luta contra a ditadura a organização do movimento e sua significação em meio ao contexto da ditadura; ritos de coesão interna das tendências que fizeram parte.

As falas, no entanto, não devem ser tratadas nem de um lado de modo espontâneo, nem de forma mecânica no sentido de que o entrevistado não é refém do entrevistador, o que está em jogo é o caráter dialógico do depoimento. Acredito que as lembranças sobre as passeatas trazem a tona valores e opiniões acerca da militância naquele instante, dentro de uma composição mútua entre entrevistado-entrevistador. Na pesquisa dos jornais, temos a referência às grandes passeatas, eventos de significação política. Ao fazer os roteiros de perguntas, os ritos, como as eleições, as grandes passeatas, os confrontos, eram destacados.⁴⁵ Porém, se temos aqui a presença do entrevistador, não podemos esquecer que o entrevistado também “entrevista”, procurando também, dentro do campo dialógico, propor explicações, passar visões de mundo, lidando com expectativas próprias em relação a seu depoimento. As narrativas são, antes de tudo, instrumentos de construção de visões, prenes de subjetividade da qual retiram seu vigor, reencontros consigo mesmo, mas também momento de reconhecimento público.

Paulo Emílio⁴⁶, ao contar sua militância universitária, afirma características nada doces em relação a vivência política daquele tempo e traz a tona vários termos de estigma: “passeatismo”, oportunismos, voluntarismo

⁴⁵ Assim como a dissertação de mestrado de Bráulio Ramalho foi um território que desde o início desbravei, aos poucos percebendo suas implicações.

etc. Os termos aparecem de maneira ácida em vários momentos. No trecho específico, no início da entrevista, Paulo já apresenta as próprias dúvidas acerca de sua militância, uma vez que a crítica não é atribuída ao momento. Já em pleno 1968, logo depois de entrar no Curso de História, ele diz ter percebido que o militante:

“(...) só era reconhecido dentro do movimento se ele participasse de tudo, estivesse presente a tudo e fosse aquele que tivesse demonstrando maior coragem, maior garra no momento de repetir as palavras de ordem e, bom, era mais ou menos isso, era uma maneira de aquelas pessoas se afirmassem politicamente perante os outros grupos através do grito mais alto, através da imposição da palavra de ordem de cada partido político; numa passeata se definia claramente a tendência de cada um pelas palavras de ordem que eram propostas por cada partido.”

Penso em 2 implicações do depoimento de Paulo Emílio, que serão vistos em outros depoimentos. Em 1º lugar, o caráter da passeata como lugar da identidade do militante, onde se percebe seu valor, sua participação, onde se concebe a valorização da sua utopia política. Em segundo lugar, decorrência da 1ª, a atenção dada às disputas entre os grupos políticos – que define as passeatas como lugares de encontros e desencontros estudantis, onde os grupos buscavam se reafirmar em um processo em que o conflito, a busca pela hegemonia, encontra um espaço específico pra se apresentar. As memórias das passeatas aglutinam os significados citados no início e se transformam em ponto de intersecção de vários processos, o que não significa defender uma homogeneidade das explicações. No caso, ainda não se pode esquecer o tom de crítica anunciado pelo entrevistado, que, assim, dá a sua explicação um quê de amargura, e de conflito interno dentro do processo que viveu.

Os militantes não realizavam essas práticas apenas nas passeatas, ou mesmo essas eram o fim propriamente da ação política dos militantes – o “tudo” a que se refere Paulo Emílio vai muito além da presença nas manifestações de rua. Mas, uma vez escolhidos como lugares da memória dentro do diálogo com os entrevistados, creio ser possível através desses

⁴⁶ Paulo Emílio estudante da Faculdade de Direito na década de 60, militante de uma tendência trotskista caindo depois na clandestinidade, entrevista realizada dia 07/04/2001. Atualmente é professor de História.

eventos perceber processos de construção das identidades dos militantes na sua colocação dentro do ambiente estudantil.⁴⁷

As memórias sobre os eventos aparecem não como relatos de informação (lacunas a serem preenchidas) mas antes como momentos em que as disputas se reanimam em meio a elementos de construção de passados políticos. Lembranças de eventos cujos sentidos políticos eram variados e hoje se apresentam como pontos do discurso que são feitos acerca do período e que visam apresentar versões verdadeiras sobre o que aconteceu. Sendo verdadeiras de acordo com a composição de cada um e devendo ser entendidas em relação umas com as outras, assim como com processos maiores de se lembrar acerca da ditadura militar.⁴⁸

Sobre a passeata como lugar de identidade, de referência obrigatória na construção da identidade dos militantes podemos observar os campos da memória levantados por Daniel Aarão. Em todos, vamos ver a presença das passeatas como grandes marcos para se pensar os sentidos da luta política. Há uma série de memórias, artefatos culturais acerca das passeatas estudantis da década de 60 contra o regime militar. Livros, seriados, filmes, músicas, apresentam as ruas como grande pano de fundo da resistência estudantil. Em uma alegoria inversa e macabra da análise de rituais brasileiros de Roberto Da Matta centrada na reflexão sobre a rua(o lugar impessoal) e a casa (reino da segurança e solidariedade), o porão escuro e sujo é o lugar da tortura, enquanto as passeatas são momentos da afirmação da luta, da presença viva da resistência.⁴⁹

⁴⁷ Até porque procuro localizar bem os sentidos políticos dos embates entre os grupos políticos, situando o papel das passeatas.

⁴⁸ Os jornais por exemplo dificilmente trazem a tona essa multiplicidade de posições acerca dentro das passeatas, pelo contrário nos jornais os eventos estudantis são por excelência o lugar do encontro estudantil, seja para o protesto ou outro objetivo os jornais nos trazem é a idéia da homogeneidade do evento no sentido de sua oposição ao regime ou por outro motivo. As passeatas contra o regime são antes de tudo lugares de oposição.

⁴⁹ Os ritos presentes nesses locais são vistos com as idéias de Da Matta sobre os rituais: “é por meio do rito que se podem atualizar estruturas de autoridade, permitindo situar, dramaticamente e lado a lado, quem sabe e quem não sabe, quem tem e quem não tem, quem está em contato com os poderes do alto e quem se situa longe deles. Não é, pois, por motivos estéticos que em todos os ritos sempre encontramos um centro, uma zona focal, geralmente controlada por um sacerdote ou quem faz a vez dele. Pois é por aqui que se faz a ligação e a afirmação dos que têm com os que não têm, na conhecida dialética dos desfiles, procissões, paradas e reflexos de um grupo sobre o outro, no **jogo complicado das múltiplas legitimações**” DA MATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis. Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990. pp 27.

Em “Os Carbonários. Memórias da Guerrilha Perdida”, Alfredo Sirkis nos mostra a sua apreensão/iniciação nas ruas do Rio sessentista, durante a ditadura militar. A primeira parte, “Tempo das Passeatas”, apanha diversas situações de como se vivia a resistência, a utopia da derrubada do regime no asfalto carioca: variadas formas de se estar na passeata, colocando-as como grande palco/artista do cenário político pré AI – 5. Seu livro tem nas passeatas sua primeira parada, com um ápice em seqüência, quando trata da “Geração 68’ momento no qual os eventos têm também sua centralidade. As passeatas foram os grandes ritos de passagem do autor, do “liberalismo” e da defesa da “revolução” de 1964 ao “Abaixo a ditadura”. Ele conta sua indefinição em gritar o nome de “Che Guevara” em uma passeata, a 1º do livro, em plena “hora do rush”:

“Permaneci em silêncio. Não grito palavras de ordem comunistas, pensei. Eu até admirava a coragem do Che, que acabava de morrer, dias antes, na Bolívia. Mas achava que isso de gritar GUE-VA-RA! Era coisa de comunista e eu não era comunista.”

Ficou em silêncio enquanto os outros gritavam a todo volume no seu ouvido o nome do “futuro herói favorito” do autor como se achassem que “furando os tímpanos” ele ia ficar “surdo” e “convencido”. O alívio veio logo a seguir quando se retomou a palavra de ordem anterior :

“Felizmente alguém atacou de novo com o POVO ORGANIZADO/DERRRRUBA A DITADURA! e eu joguei a garganta no mundo, feliz em demonstrar pra todos que eu também estava ali, com o povo organizado pra derrrubar a ditadura, com quatro erres...”⁵⁰

As passeatas eram lugares de conscientização, de variados pontos de vista – e como vimos na fala de Paulo, espaços em que se pode vislumbrar as disputas de projetos, convergências e distanciamentos, e a sua tônica de criticidade levanta a idéia de tensão dentro da experiência política dos militantes.

⁵⁰ SIRKIS, Alfredo. Os Carbonários. Memórias da Guerrilha Perdida, Rio de Janeiro Global, 1980. pp 21-34

O mesmo se dá em relação à fala de Sirkis, que nos alerta para como as lembranças podem trazer a tona antigas tensões entre os participantes, assim como nos aponta a necessidade de colocar as passeatas dentro das composições dos militantes. Não é à toa que seu livro inicia-se com as grandes passeatas de 67/68, destacando suas dúvidas pessoais de até onde ir no engajamento contra o regime.

No caso dos militantes cearenses, este mesmo processo de crítica é valioso para entender que a passeata é também lugar de tensão entre o que quer a organização política e as dúvidas e temores dos militantes. Temos, pois, outro ponto de contato entre rito e política no espaço da passeata: as expectativas e os próprios anseios envolvidos na realização dos eventos, no cumprimento das tarefas destinadas. A própria fala de Paulo já coloca esse ponto, das pressões envolvidas em torno dos eventos de protesto, dentro do que Daniel colocou como a “estratégia da tensão máxima”.⁵¹

Isso fica claro também com Oswald Barroso, ao lembrar que quem fosse para uma passeata de confrontação com a polícia iria ter que cumprir o estabelecido dentro da sua organização, a Ação Popular. Quem por exemplo não jogasse os coquetéis molotovs de autodefesa no confronto com a polícia, como estava previsto, *“tinha depois uma discussão que fazia a autocrítica ideológica”*. Um companheiro seu *“foi para uma passeata dessas e não jogou esse coquetel molotov”*, na seqüência na reunião da célula da organização *“houve uma discussão que ele ia fazer autocrítica, na próxima passeata ele levava 2 molotov”*. Oswald conclui de maneira irônica: *“o pobre não teve coragem de jogar uma, ia jogar 2”?*

Assim, as organizações existiam a partir de seus integrantes, que por sua vez não são autômatos, têm seus temores, anseios e existe uma tensão entre o exigido e o realizado – ampliada com a expectativa da repressão. As entrevistas são depósitos de antigos ressentimentos, conflitos não resolvidos, que vêm a tona dentro dos depoimentos. Muitas vezes aparecem como grandes “autocríticas”: não saem do seu próprio território de análise; explicações continuam a serem feitas observando antigos mecanismos políticos.

⁵¹ REIS FILHO.

O primeiro passo é entender o que significava para o militante ir na passeata. Qual o sentido de se estar em meio a uma e que tipo de preparação havia e como as organizações se inseriam dentro delas. Ver que têm uma relação mecânica direta com o que acontece nas manifestações. Se o seu objetivo, como vimos, é ter um projeto para essas passeatas, não podemos pensar que haja um determinismo entre o pretendido e o realizado. Deve-se identificar a preparação feita quando da realização dos eventos justamente por isso: para se perceber o grau de inserção das tendências nos eventos, de forma que se recupere boa parte dos significados políticos presentes.

A organicidade das entidades e grupos políticos em relação às passeatas é ressaltada por um outro militante da AP, Francisco Monteiro⁵², que nos conta acerca da preparação da AP, porque “*a maneira para que determinada palavra de ordem de determinada organização política aparecesse era você se organizar*”. O sentido da organicidade é justamente fazer com que a palavra de ordem prevalecesse, sair na frente – mostrando a rua como um lugar de incessante embate dos grupos para garantir suas posições.

Recapitulando até aqui as passeatas: 1) lugares de construção da luta contra a ditadura, estudantes indo para as ruas concebendo seus projetos, transformando o espaço público em lugar de ressignificação dos significados políticos presentes nas formas de luta contra a ditadura; 2) perceber no coletivo a aspiração de sentidos sociais variados, o teor de disputas como componente do movimento, elemento de construção do movimento.

Neste sentido, devo tomar um rumo decisivo: evitar que a explicação do coletivo sobreponha-se a “perspectiva de pensá-lo como uma experiência múltipla, construída por sujeitos com bagagens culturais diferentes, visões diferentes e propostas e projetos de futuro diferentes” visualizando como disputam “lugares e formas de organizar e de encaminhar o futuro”⁵³. A preocupação sendo situar as passeatas como ritos estudantis, não se deve pensar apenas na caracterização de sua unidade, mas também percebê-las a partir das tensões que as envolviam, dando-lhes parte de seus sentidos. Evitar

⁵² Militante da Ação Popular, estudante de medicina.

⁵³ KHOURY, Yara Aun. “Narrativas Orais na Investigação da História Social” In: Projeto História 22. São Paulo, Educ, 2001. pp 86-87.

que as lembranças da ditadura relatadas, por pretenderem um reconhecimento, sejam vistas exclusivamente sob o ponto de vista político de quem as recorda. Para, assim, enfrentar a difícil tarefa de, dentro dos territórios das memórias colhidas, se possa “realmente compreender a experiência do outro e incorporar a diferença, não como desvio, mas como elemento constitutivo dos processos sociais”⁵⁴.

As disputas dentro das passeatas apontam para a percepção das múltiplas intenções imaginadas, para o enredo de embates entre as organizações no como imaginavam que devia ser a luta contra o regime e a condução das bandeiras estudantis. Ao invés de simplesmente perceber a homogeneidade dentro dos eventos temos que perceber como o plural dinamizou a luta contra o regime, foi um limite, mas ao mesmo tempo uma **condição** da mobilização na luta contra a ditadura.

Isso fica claro se acompanhamos a cobertura da passeata dos 20 mil apenas pelos jornais. Somente em um momento temos a presença da diferença, quando se noticia que, na manifestação “alguns estudantes gritam “Vietnam, Vietnam”, os que estão mais próximo lhes censuram gritando mais alto e mais forte: “Brasil. Brasil”⁵⁵. Esta passagem apresenta a idéia da divisão dentro do evento, considerado como o maior evento dos estudantes. Uma manifestação que reuniu além dos estudantes, seus grandes organizadores, “padres, mães de família, deputados do MDB, operários, e populares que se encontravam nas ruas”. Nas manchetes, a notícia que “foi um sucesso a passeata dos estudantes”, reunindo “20 mil pessoas”, um número simplesmente arrasador se pensarmos a população da cidade, 600 mil e de estudantes, cerca de 5 mil.⁵⁶

Porém, se a lembrança dos entrevistados reflete a idéia de uma vitória, uma grande satisfação acerca da passeata também, estamos diante da divisão da inserção política dos grupos políticos.⁵⁷ Ruth Cavalcante, com um riso nos lábios, não se lembra de ter sido “*oradora nessa passeata porque a briga pelo*

⁵⁴ Idem, p87.

⁵⁵ Gazeta de Notícias, 28/06/1968 p04

⁵⁶ Gazeta de Notícias, 28/06/1968 p04

⁵⁷ Em outro momento veremos que o “saldo” dessa passeata, como de outras realizações, vai ser reivindicado também, situando-se essas memórias militantes dentro do campo de composições que buscam seu reconhecimento na construção do movimento estudantil no período.

microfone era grande [risos]". Também Oswald Barroso não deixa de demonstrar a divisão dentro da passeata, apesar de existirem "*certos acordos entre as lideranças para a condução da passeata*":

"(...) havia uma disputa muito grande para saber quem ia subir no palanque, havia quase uma briga pela liderança da passeata, pelo microfone e pelos pontos mais importantes, e nessa passeata então você subia no meio da passeata você subia em uma árvore e começava um comício relâmpago..."

A disputa concebendo a passeata também está presente na fala de Francisco Monteiro, que se recorda que a AP tinha um método muito eficaz de garantir que suas palavras de ordem predominassem:

"A gente fazia mosquitinhos, que são papéis que ficam com determinados refrões, determinadas palavras de ordem, que a gente tinha e punha duas pessoas uma no começo e outra no fim, os outros militantes da organização distribuía os mosquitinhos no corpo da passeata, ficavam distribuindo em toda a passeata e ficavam dois puxadores de palavra de ordem, um no começo outro no fim, eu era um deles. Então a gente ficava como lançadeira rodando a passeata para frente para trás e todo mundo gritava as nossas palavras de ordem porque a gente éramos os mais organizados, os outros não conseguiam gritar porque eram abafados pelas coisas que a gente dizia pelas pessoas que a gente tinha espalhadas que puxavam, as pessoas tinham na mão os mosquitinhos e tinha dois puxadores de palavra de ordem. E depois a gente também fazia comício relâmpago, trepado no poste, e se posicionava quando parava em um canto nas manifestações."

Estas falas apontam para o modo como as tendências políticas relacionavam-se entre si e como eram partes integrante do movimento em meio a célebre tensão vanguarda-base estudantil.⁵⁸ As passeatas eram lugares, como nas greves, assembléias etc, em que o lugar das lideranças deveria ser garantido, dentro da engrenagem do poder eram essenciais. Brigava-se pelo microfone, por onde a passeata devia ir, por quais palavras deviam ser ditas, e, claro, brigava-se com a polícia, na garantia da presença dos estudantes nas ruas. Afinal de contas, não era em outro lugar que o movimento podia se exprimir que não fosse nas ruas da cidade (as

divergências que existiam em torno era mais do que uma divergência de sua necessidade). Este era o principal objetivo das forças políticas: construir um movimento forte capaz de servir como trampolim político para outros setores e assim conseguir-se a tão sonhada revolução. Nenhum deles achava que conseguira promover a derrubada da ditadura com os estudantes.⁵⁹

As manifestações de rua vão sempre ser mecanismos de reivindicação e projeto, possuindo uma dinâmica paradoxal, por isso mesmo difícil de captar. São fins políticos duplamente: como resultados, existem em si mesmas, tanto no período como nas memórias; mas vivenciam projetos maiores – com as organizações tentando absorver para si a força da manifestação, criando sentidos diversos ali em pleno meio da rua. Racham o movimento ao mesmo tempo que o concebem.

Estariam “errados” os militantes? Apenas usariam o movimento como forma de angariar forças contra a repressão? Ou seria possível falar em uma complexa intersecção de posições, com os militantes em várias interações, se observando, trabalhando seus limites, sendo militantes de um movimento que eles mesmos sabiam não poder ir muito longe sozinho, mas que era seu ponto de partida, a chave para novos caminhos? Não é assim que podemos entender a afirmação de Bráulio de que as 3 tendências, PC do B, AP e trotskistas, têm sua gênese dentro do movimento? As organizações migraram/nasceram onde tinham maiores possibilidades de atuar; o movimento, por sua vez, se desenrolou com a presença delas, suas lutas sendo reelaboradas pelos grupos políticos.

Percursos em constante combate, a presença da precaução contra a polícia, as brigas em torno das palavras de ordem em busca do protagonista ausente, o “povo brasileiro” – temas que nos ajudam a pensar a atuação política de estudantes que se pretendiam verdadeiros revolucionários, mas faziam parte de um movimento social envolto em um sistemática ação de

⁵⁸ A seguir poderemos compreender melhor essa questão, que nos remete ao conteúdo social da luta estudantil. A presença do corte de classe dentro deles, que não se define como classe independente, mas como categoria social na qual atuam as lutas entre as classes.

⁵⁹ Marcelo Ridenti tem uma posição curiosa a respeito sobre a AP. é sabido da disposição nacional da tendência de provocar atos públicos de denúncia do regime visando ondas de rebelião e solidariedade políticas. Assim é que fala da possibilidade de pensarmos na AP como

repressão política/militar e com claros limites “estruturais” (“reivindicando direitos”). As tensões dos projetos políticos dos militantes devem ser discutidas no sentido de que tipo de valores suas experiências históricas possuíam e possuem hoje quando recordadas.

Neste sentido, vamos continuar localizando as passeatas, atentar para a sua fabricação dentro das lutas estudantis. De outro lado é preciso conhecer melhor mapear o lugar de cada um dentro da passeata, conteúdo e forma. As falas apontam 3 lugares na vivência estudantil: o lugar da disputa, o lugar do enfrentamento e o lugar da representatividade.

O esforço é ver estes lugares como momentos de construção do movimento no período, mas também eixos centrais, na minha compreensão, para se interpretar organizações políticas, movimento estudantil e ditadura militar na cidade. Temos como grande pano de fundo a própria sociedade, que em um momento ou outro assiste essa briga de Davi contra Goliás, tomando aqui e acolá posições, sem, contudo, conseguir ter fôlego para se inserir na disputa contra as forças do regime.

a única tendência que pensou sim no movimento revolucionário. Nas entrevistas que fiz essa questão aparece e poderemos debate-la melhor. RIDENTI, Marcelo.

Capítulo IV

O Lugar da Disputa

I

Francisco Monteiro desta maneira respondeu a minha indagação sobre as disputas entre os grupos políticos nas manifestações:

“Cada organização política tinha determinado tipo de palavras de ordem e você disputava, você disputava o microfone do comício na praça, disputava o microfone em uma manifestação, você disputava porque você estava indo na passeata aí parava na Praça porque tinha que pedir licença e dizer qual era o trajeto da passeata, aí se dizia que quem fazia isso estava conciliando com a ditadura, então nós tínhamos que romper, mudávamos o itinerário, entendeu?”

Sua fala continua a descrever uma situação onde a dinâmica do movimento estudantil parece cortada pelas disputas entre os grupos políticos – o que nos leva a pensar qual o sentido dessas disputas, porque tanta divisão. Também já vimos como coloca a AP participava das acaloradas discussões sobre as formas de condução do movimento.

Jacob Gorender, ao se debruçar sobre a divisão entre as esquerdas, no período logo a seguir ao golpe de 1964, levanta algumas variáveis explicativas (“a questão da luta armada”, “antecedentes partidários e doutrinários”, “influências teóricas de origem nacional e internacional”, “pressões de países socialistas”, “limitações regionais” etc). Analisa o ponto, mais precisamente, da seguinte forma:

“O número de siglas não tem relevância quando o apoio de massas funciona como seletor. Nas fases de ascenso político, prevalece a tendência aglutinante, importando menos para a ação prática que pequenos grupos sobrevivam à margem das grandes organizações ou gravitem em torno delas. Já nas fases descendentes, após o impacto de derrotas e no ambiente de refluxo do movimento de massas, em condições de clandestinidade cada vez mais densa, quando o intercâmbio flui através de precários canais, prevalece a tendência à fragmentação, às cisões repetidas. São as fases de rachas, de divisões e subdivisões, às vezes motivadas por questões secundárias ou pelas rivalidades personalistas”.

Da fala concluímos que, sem movimento de massas, é inútil a ação das vanguardas, caem naquilo que Marcelo Ridente analisou como “*dinâmica da clandestinidade*”. O isolamento não é visto como algo a ser superado, chega a ser muitas vezes pensado como uma condição, embora provisória, da ação política.⁶⁰ Esta questão nos faz pensar na divisão dentro do movimento estudantil e, creio, se transformou em uma das grandes explicações acerca da divisão das esquerdas e dos porquês da sua ação vanguardista. Podemos entender o peso desse isolamento dialogando com a análise de Daniel Aarão acerca da ação das organizações comunistas. Trata-se de olhar sua ação não como algo equivocado, passado hoje mais de 3 décadas, e sim perceber suas práticas políticas como o centro das ações, seus fundamentos. Assim, se pode observar que limites eram de fato vivenciados e não simplesmente reduzir as organizações a meros grupos irresponsáveis vistos com os olhos de quem não encara a questão central de historicizar suas utopias e ritos políticos.

No caso das organizações dentro do movimento estudantil universitário na Fortaleza dos anos 60, pode-se pensar que há uma complexa teia de significações quando olhamos para a participação de militantes, sendo preciso compreender que tipo de conseqüências a prática política vai produzir no seio do movimento, assim como que tipo de limites vão impor-se para as organizações.

Quando perguntei a Francisco Monteiro sobre a relação entre as organizações políticas ele me respondeu que “*a relação se dava como se dá qualquer relação de partidos: composições e conflitos dependendo do momento, da situação política*”, havia muito amizade entre os militantes e que realmente o ponto dos conflitos era como hoje no sentido de que “*você pode ter vários partidos juntos dentro de uma determinada circunstância e em outra circunstâncias eles estarem disputando o mesmo espaço*”. Porém, havia uma diferença fundamental para com a política atual, a presença da ditadura:

*“(...) mas isso era um jogo da política que permite isso porque o que as pessoas têm dentro de um determinado momento, um determinado momento que era contra a ditadura militar, contra a ditadura lutava todo mundo, **a forma de conduzir o movimento é que divergia só(...)**” (Grifo meu)*

⁶⁰ GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. São Paulo: Ática, 1998. p87. RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: UNESP, 1993. p

E como era isso, divergir acerca “da forma de conduzir o movimento”? Francisco Monteiro, o Chico Passeata, explica que:

“Você estava em uma discussão que propunha alguém: “Não, vamos fazer uma manifestação dentro da universidade”, aí vinha outro: “Que na universidade rapaz, aqui todo mundo já sabe, nós temos que ir para a população, ir para o meio da rua, fazer um comício, fazer uma concentração na José de Alencar, começa com a concentração e faz uma passeata.”

A discordância de como conduzir o movimento nos leva a ver que 2 proposições se intercalam, ao mesmo tempo em que se distanciam, de um lado “*contra a ditadura lutava todo mundo*”, do outro “*divergia a forma de conduzir o movimento só(...)*”. Qual espaço sintetiza essa mistura de experiências? As manifestações. Nelas se apresenta a proposta de como se realizar as manifestações, de como se organizar a luta política contra a ditadura, de como se orientar o movimento estudantil.

As divergências levantadas nos levam a pensar em projetos em disputa, em como se pretendia fazer a luta contra a ditadura andar, ao mesmo tempo considerando as especificidades do movimento estudantil. Remetem a qual o papel dessas disputas dentro da organização do movimento e como interagem com a própria estruturação do movimento.

Sebastião Velasquez procura caracterizar essa demarcação, demonstrando qual o sentido da luta pelas entidades, que tipo de implicações a organização do movimento estudantil, em UNE diretórios por faculdade, por universidade, e antes da ditadura no caso, as estaduais, vão ter e como as organizações vão travar seus embates tendo em vista a inserção dentro dessa estruturação. As organizações se batiam dentro de uma “visibilidade do poder”, sendo que “qualquer novo movimento de idéias que quisesse trazer sua mensagem para o seio do movimento estudantil” necessariamente devia almejar a participação dentro da “engrenagem da luta pelo poder nos diretórios e grêmios”⁶¹. Tal inserção levava a uma característica da política feita dentro do movimento estudantil, em vez da eclosão de “miríades de grupelhos

⁶¹ J.A. Guilhon Albuquerque. “Movimento estudantil e classe média no Brasil” in: J. A. Albuquerque (coord). *Classes Médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p 123-124.

autônomos”, as organizações “organizavam-se no interior do movimento” ocasionando que:

“Essas tendências se aliavam ou se enfrentavam a todos os níveis, desde o Diretório até a UNE, dando lugar a **uma espécie de mobilização partidária permanente** no meio estudantil”⁶²
(Grifo meu)

As palavras de Francisco Monteiro, assim como de outros entrevistados, devem ser entendidas dentro dessa dinâmica de disputas do movimento, que não pode ser vista como uma debilidade, mas sim ser entendida dentro do seu contexto, como fruto da organização política até então conseguida, com suas falhas e problemas. Se, de um lado, pode-se pensar na clássica questão do “aparelhamento” das entidades, de outro não podemos esquecer também, que como vimos anteriormente na disputa pela representatividade travada entre os grupos, a busca da “visibilidade do poder” passa também pela conquista dessa representatividade dentro do movimento. Se, de um lado, os militantes têm que conquistar postos, por outro têm que se fazer merecedores, obedecendo a mecanismos do movimento, com suas entidades e outros mecanismos políticos de participação. Claro que aqui estamos em um complicado campo de tensões – onde se misturavam diferentes enfoques de participação.

É salutar a discussão proposta por João Martins Filho: “*no interior do próprio movimento definem-se dois níveis de análise sem dúvida inter-relacionados, mas que mantêm entre si um significativo grau de autonomia*”. Tais níveis, para ele, apontam para uma questão que dentro do sindicalismo se coloca nos termos “*classe e partido*”: de um lado, temos a “*especificidade das práticas e das orientações ideológicas que se configuram no nível da direção do movimento, ou para usar a terminologia cunhada pelos próprios líderes estudantis, no plano da “vanguarda”*”; de outro, não se deve esquecer que “*as práticas e as orientações do conjunto da categoria – da “massa” estudantil, para conservar os termos do movimento – nem sempre se expressam diretamente e sem intermediações nas bandeiras levantadas por sua direção política.*” Esta reflexão nos leva ao arremate final do autor:

⁶² Idem, p 123-124.

“É preciso investigar, em cada caso, quais as reivindicações passíveis de suscitar apoio de massa, como se expressa esse apoio, quais as propostas e as táticas originárias da “vanguarda” que encontram respaldo na “massa”.”⁶³

Assim, ao se recordarem de sua própria atuação os militantes contam como encararam essas atitudes. Seus pontos de vista ressaltam os marcos de sua própria experiência política reproduzindo a idéia vanguarda-massa, em muitas ocasiões a discussão vai acontecer nos termos de quem conseguiu melhor trabalhar a relação. Não se questiona, em si mesma a forma como se apresenta. Ou seja, recorre-se a um modelo de explicação em que velhos mecanismos são reatualizados. Martins Filho, ao levantar a discussão coloca que uma das suas maiores motivações é “*considerar a possibilidade de que a vanguarda estudantil avance no sentido da superação de seus limites de classe.*”

Minha proposição em relação ao tema não procura estabelecer como se avança na superação desses limites, mas sim pretende perceber como seus militantes encaram essa questão, vendo como se dá a reconstrução dessa relação base-vanguarda e como viam sua atuação política naquele momento. Destaco aqui os da relação pensada nesses termos, “*vanguardas*” e “*classe*”. Pois, assim, podemos entender as trajetórias feitas, os becos sem saídas que se pensava serem soluções, os limites de uma forma de fazer política que se mostrou errada não por si mesma, cujo sentido da derrota só pode ser pensado inserido-a dentro do jogo de relações de poder da qual participou e que hoje é explicada de maneiras distintas, ainda situando-se dentro de marcos de poder.

Nas memórias acerca desse ponto, pode-se perceber reavaliações desse processo, como se observa essa delicada teia de relações políticas travadas no momento. Através delas as experiências políticas, no debate passado-presente, ganham novos contornos, significados continuam pulsando sobre essa inserção, a “*mobilização partidária permanente*”(em que se insere “*o massacre das tarefas*”) enquanto princípio político acaba por deixar grandes marcas a serem refletidas.⁶⁴

⁶³ MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968. Campinas: Papyrus, 1987. p30-31

⁶⁴ É claro que continuo inserido dentro da discussão de Daniel Aarão de entender a participação política centrada nos pressupostos que orientavam os militantes, as razões da

È o que vemos com Paulo Emílio:

*“E aí a gente começou a perceber o quanto o movimento estudantil era **despreparado teoricamente**, o quanto o movimento estudantil era feito por jovens que sonhavam, se encontravam se abrindo pro mundo, de repente os primeiros livros de nível universitário começavam ser abertos por esses jovens e eles já queriam mudar o mundo, eles queriam explodir o mundo, eles já queriam explodir o velho regime e construir um novo dentro de uma **perspectiva voluntarista**, as vezes dentro de uma **perspectiva oportunista** como sempre acontecia e isso nos levava, muitas vezes a quantidade de reuniões era tão grande que nem muitas vezes dava tempo de ir em casa comer, trocar roupa, tomar um banho, repousar, até mesmo as aulas eram desprezadas, era um **passeatismo permanente**, sempre (...)”*
(grifos meus)

Neste sentido, podemos pensar que as passeatas contra o regime apresentam novamente aqueles dois níveis que se relacionam e concebem a passeata: de um lado, a dinâmica da luta contra a ditadura; de outro, as maneiras políticas, os distintos recortes das organizações, sua participação dentro dos eventos. A dinâmica de disputas entre os grupos promove um novo recorte dentro do espaço público, apresentando diferenças políticas, demonstrando caminhos diferenciados. A vivência dentro do movimento aparece marcada pelo signo da disputa, pela necessidade de se entregar sem ressalvas. Paulo Emílio recorda do momento enquanto algo tenso, já na época da sua militância dentro da organização trotskista fazia as ressalvas. Todavia, ele percebia as contradições, mas nem por isso deixava sua organização. Concluo, pois, que abraçar um projeto político não significa incorporá-lo por completo mas, antes, em meio a limites e possibilidades. Considero que lembrar dessa experiência é se ver diante de um momento de entrega, abraçando-se projetos vivendo em meio a ritos políticos de fortes significados (porque assim foram vividos) a serem, agora 30 anos depois, reavaliados.

derrota não podem ser vista com fatalismo anacrônico, mas sim como parte de uma proposição política, dentro de projetos e debates. Em um âmbito maior pode-se se dizer que se trata da necessidade de se perceber a experiência política desses militantes enquanto suas experiências, não como modelos equivocados ou irremediavelmente não-realizáveis. Mesmo se o fossem – o que importa é a adesão que despertaram, a força, a vivência que os militantes tiveram desses projetos.

Um documento do DCE de 1968, logo após a eleição para o órgão ganha pelo PC do B, apontando a avaliação do resultado, demonstra bem a dinâmica na qual estavam inseridos os grupos partidários:

“O movimento estudantil no Ceará avançou sensivelmente no Ceará com a realização das últimas eleições para a sucessão para os Das e DCE. Ao pleito deste último, pela primeira vez, com perspectivas políticas diferentes – embora todas voltadas para o combate a ditadura e ao imperialismo – e divergentes sobre o encaminhamento a ser dado às lutas do movimento estudantil.

Não se procurou, assim, como geralmente acontece, forjar uma unidade com fins meramente eleitorais, que poderia redundar em graves prejuízos futuros.

A esmagadora maioria dos votos obtidos pela chapa Universidade e Povo, por nós encabeçada (2.300 votos sobre o 2º colocado) patenteou a justeza da linha política adotada pela gestão passada e comprovou o repúdio total dos colegas às concepções aventureiras difundidas por alguns no seio do movimento estudantil”⁶⁵

A movimentação da vida política estudantil, passava, assim, pela disputa em relação aos “*encaminhamentos*” a serem dados para “*as lutas políticas do movimento estudantil*”, demonstrando que movimento, lutas, organizações não podem ser vistas em uma unidade, mas em relação, em uma influência mútua. A retórica apresentada demonstra os campos dessa relações, as “*concepções aventureiras*” se referem a falta de enraizamento, a idéia de que não se pode fazer movimento sem conseqüência.

Sem entrar no mérito da questão “quem tem razão ou não”, percebemos que a disputa se ajusta dentro da dinâmica do movimento sendo um importante fator para se chegar a visibilidade de sua idéias. Ainda mais se pensarmos que logo após o golpe se tem a intervenção em 1964, 1965, a desconstrução da União Estadual dos Estudantes (UEE), e o deslocamento de poder e coordenação dos estudantes para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) que, dentro da legislação autoritária acabou se transformando na entidade mais abrangente no âmbito universitário do estado. O informativo do DCE, por outro lado, demonstra bem a consciência da “necessidade” da disputa com uma condição naquele momento, longe de ser visto como uma deformação e

⁶⁵ O texto em questão é um editorial assinado pela diretoria eleita do DCE da UFC em 68. BISU (Boletim Informativo Semanal Universitário) Informativo do DCE Fortaleza, ano II, n 16, sem data.

trabalhada enquanto componente da vida política estudantil. O editorial mostra-se ciente, e com isso, acaba por apresentar, claramente, a lógica de ação das vanguardas políticas atuantes no movimento: há as lutas conjuntas, mas também divergências no como se encaminhar as bandeiras.

Bráulio Ramalho cita a questão da UEE como sendo a busca isolada da AP em conseguir “*reorganizar o ME de cima para baixo, desligadas da massa*”. Enquanto isso, militantes do PC do B buscavam, um maior amadurecimento em relação a novas formas de aproximação com as bases. Resultado: vão presos os militantes da AP que queriam restaurar a UEE, ficam “queimados”, na gíria da época, e acabam por perder espaço, enquanto o PC do B consegue, a partir dessa situação acontecida com a AP, a hegemonia.⁶⁶

Portanto, antes de mais nada, devemos considerar que o elemento da repressão fez parte da redefinição das forças políticas, sendo que a AP fez uma opção em relação as outras tendências, que em outros estados se mostrou acertada⁶⁷. Porém, o esforço foi vítima em especial da intervenção provocado pelo AI 2, que nos leva a atentar que a repressão não foi feita apenas de uma vez, mas foi um processo contínuo de redescobrimto de forças, de criação de novos mecanismos, de depuração, de construção de hegemonias políticas. Assim, o movimento estudantil será alvo desde o princípio das forças autoritárias, tendo sempre que lidar com essa presença, existindo possibilidades diferenciadas de ação.

A Ação Popular não conseguiu a reorganização da UEE, e, de acordo com a lei Suplicy, o DCE acaba por se tornas a principal entidade universitária da cidade. Vejamos que há claramente no trabalho de Bráulio depoimentos que mostram a margem de manobra dos militantes: a AP opta pelo trabalho de reconstrução da UEE, o grupo ligado ao PC do B, muitos oriundo do PCB, visam um trabalho mais lento no qual o DCE se estabelece como principal entidade do momento. Mesmo dentro da intervenção no movimento através da Lei Suplicy e do AI 2, vemos que as organizações têm suas opções e

⁶⁶ RAMALHO, Bráulio. Bráulio coloca que esse processo de deflagração de eleições para UEE teve oposição interna de militantes da AP que tinha dívida da “oportunidade ou não da eleição da UEE, face a falta de propaganda e preparação do eleitorado” sendo porém voto vencido.

⁶⁷ Também o PCB é citado por René em entrevista como participando dessa tentativa.

trabalham diferentemente estratégias em relação ao que deve ser feito.⁶⁸ Com clareza no depoimento de René Barreira usado por Braúlio aparece o ponto:

“Nós tivemos muitas dificuldades nesse trabalho de reestruturação da UEE. De um lado porque algumas tendências do ME universitário da época não reconheciam a importância da reestruturação da UEE, preferiam trabalhar no âmbito do DCE e dos DAS. Então nós tínhamos resistência interna no ME universitário, e a repressão do governo”

Assim vemos que, dentro do movimento posições divergiam acerca de como deveria ser feita a reestruturação do movimento e que a AP se ressentiu do apoio dos outros grupos. Depois de tudo programado com eleições marcadas e tudo, outros grupos teriam condição de enfrentar a AP dentro dessas circunstâncias? Por outro lado, não se deve esquecer o momento, o AI 2, com um fechamento de condições – no caso da UEE, uma intervenção empreendida com a ajuda de estudantes ligados a “gloriosa revolução”, como vemos em uma nota de jornal em 1964 e depois sua extinção taxativa feita pela Lei Suplicy.⁶⁹

Com a Lei Suplicy, as entidades estudantis ficam restritas ao nível de cada curso (DA), de cada universidade (DCE) e uma entidade para cada estado, capital ou território que possua mais de uma unidade de ensino superior (o DEE). Com o boicote ao DEE feito pelos estudantes, o que leva a sua extinção no estado, o DCE acaba se constituindo na entidade mais representativa dos universitários locais, reunindo as entidades da universidade federal, das unidades estaduais e aquela que por ventura fossem se federalizando também.

Dentro de uma situação de força, o DCE acaba se transformando nessa principal entidade e será através dele, bem como das outras entidades de curso, que o movimento teve sua estrutura de organização, assim como em

⁶⁸ Deve-se se ressaltar ainda que como em outros estados para o movimento acabou por se constitui em fator positivo a obrigatoriedade do voto prevista na lei. Vemos como se construiu a partir de um instrumento repressor um suporte para a representatividade estudantil. Destaco o exemplo da eleição de 68 em que os estudantes através de um recurso conseguiram promover eleição direta pra o DCE, algo não estabelecido. Ao votar no diretor de seu curso, os estudantes acabaram por votar também em seus prediletos para a diretoria do DCE, no fim o conselho dos diretores de cursos eleitos apenas ratificaram a eleição feita pelo conjunto dos estudantes.

⁶⁹ O POVO /04/64

grande parte através deles aconteceu a disputa pela visibilidade. Ou seja, se, em outros estados, a luta pela entidade estadual se configurou em um elemento da reconstrução do movimento aqui a unidade estadual acabou por se esvaziar de conteúdo, dentro de um processo em que atuou a repressão, mas também as escolhas dos militantes. O tema, nas memórias trabalhadas por Bráulio foi pensado a partir da hegemonia do PC do B dentro do movimento, explicada em parte pela prisão dos principais membros da AP por ocasião da preparação das eleições para a UEE.⁷⁰

Em 1966, primeiro ano de eleição para o DCE, Homero Castelo Branco, apontado como moderado, simpatizante do PCB, ganha a eleição. O grupo vencedor tem a participação do PC do B, que assim conseguiu uma boa inserção, enquanto os outros partidos se distanciam, segundo Bráulio (concluindo através das falas de militantes do PC do B) : *“o PC do B soube fazer proveito da situação, as outras tendências não”*. Mesmo assim em 1967 temos uma frente única das tendências para o DCE, com João de Paula do PC do B, como presidente, mas outros vice-presidentes de outras tendências. Como a própria nota fala a eleição de 68 é a 1ª que temos *“com perspectivas políticas diferentes – embora todas voltadas para o combate a ditadura e ao imperialismo – e divergentes sobre o encaminhamento a ser dado às lutas do movimento estudantil.”* Nesse momento não se procurou *“como geralmente acontece, forjar uma unidade com fins meramente eleitorais, que poderia redundar em graves prejuízos futuros.”*

O que houve para se romper o processo de unidade anteriormente citado? As tendências menores agora já tinham de condições de disputa com o PC do B que por sua vez também não queria mais alianças *“aventureiras”*? No trabalho de Bráulio a referência a essa frente de organizações se dá situando a hegemonia do PC do B com a predominância de cargos.

Ruth Cavalcante participou dessa chapa:

“Então, essa frente foi uma experiência riquíssima nossa porque pela 1ª vez não foi um único partido com a hegemonia no DCE, foi uma frente mesmo, então se por um lado havia um processo muito mais lento de discussão, de chegada de posição,

⁷⁰ Os trotskistas dentro do movimento estudantil secundarista compram a briga que a AP fez em relação a UEE, montam o congresso do CESC, entidade secundarista e se tronam a maior força do momento ali.

era um processo muito rico porque todas as correntes chamavam seus militantes e simpatizantes, então as reuniões do Conselho do DCE eram verdadeiras assembléias onde todos os grupos de partidos estava ali representados. Então a movimentação do DCE tinha uma correspondência muito positiva e de participação muita intensa das lideranças todas, o conselho que era composto por cada representante dos diretórios, não ia só o presidente do Diretório, ia toda aquela frente de que seu presidente fazia parte. Então foi uma experiência muito rica.”

Posso imaginar que sendo indireta a eleição para o DCE, segundo a lei Suplicy devia ser feita por um conselho formado pelos diretores eleitos em cada curso vemos que provavelmente chegou-se a um consenso de divisão de cargos dentro da diretoria, cada grupo político possuindo faculdades e isso se refletindo na sua participação na eleição, como presidente João de Paula do PC do B.

Dessas eleições, de 1967 e 1968, Pedro Albuquerque fala que em 67 “a nossa chapa era uma chapa chamada *Unidade e Luta*, foi uma chapa que uniu nesse momento o PC do B, a AP, os trotskistas, o Partidão, todas as forças ficaram unidas e elegemos uma chapa, essa chapa da qual eu participei.” Para logo a seguir, em 68, “nós elegemos *Genoíno*, aí já foi uma disputa, quer dizer a disputa já se deu logo a seguir. Nossos adversários eram, os adversários do PC do B, eram a AP e os trotskistas”, sendo que, como apresenta o notificado do DCE, o PC do B acabou por vencer “as duas chapas com uma quantidade de votos muito superior.” A “disputa logo a seguir” também se explica pelo fato do Conselho do DCE ter elaborado uma forma de burlar o voto indireto: no ato da votação para o diretório de seu curso indicava que diretoria queria para o DCE. Conforme acordado, o novo conselho formado pelos presidentes de cada curso apenas homologaria a prévia feita pelos estudantes.

O que se apresenta em um caso ou noutro é a disputa como elemento central dentro da estruturação estudantil, desde o momento da reorganização das entidades, passando para a fase de organizar as lutas estudantis. As organizações se inserem dentro da lógica peculiar do movimento, não havendo muito sentido em se reafirmar a idéia do exército e outras autoridades a respeito da presença das organizações no movimento muitas vezes classificada com “elementos estranhos a classe”, “grupo de subversivos etc”⁷¹.

Não corremos este risco e de antemão desqualificarmos a ação política da tendência A ou B? Não incorporamos a lógica de que estes não representam os sentimentos da classe”, são “infiltrados”, um “punhado de subversivos” – deixando, em **contrapartida**, de pensar a intrincada relação das organizações políticas com o movimento?

Neste sentido, podemos pensar o “lugar” de cada organização dentro do movimento. A “aliança operária-estudantil-camponesa”. Uma proposta trotskista dentro do movimento, a partir da Faculdade de Direito, acabou por ocupar a direção da entidade em 2 anos seguidos, sendo talvez o maior orgulho dos trostkistas na época (na fala de Paulo Emílio, por exemplo apesar de toda acidez quando se refere ao movimento na época a satisfação está bem presente ao fala desse momento: “*organizou-se a Aliança Operária Estudantil camponesa que se tornou célebre no movimento estudantil aqui no Ceará*” e também falou da grande comemoração que foi a vitória na entidade do direito).

Inocêncio Uchôa nos informa que, depois de uma eleição também “frentista” com as forças de esquerda se unindo, no mesmo ano da eleição de chapa unificada das esquerdas para o DCE, 1967, o grupo trotskista rompe com as outras forças e acaba por promover uma chapa sua, tendo como princípio a busca pelo trabalho de massas a partir do movimento estudantil, algo também caro para o PC do B, que na sua chapa para o DCE propôs claramente sua bandeira: “Universidade e Povo”.

Desta forma, a disputa entre os grupos que aparece claramente nas manifestações de rua faz parte da visão das organizações acerca do movimento, que é campo de embates em busca de visibilidade de posições. Nelas vemos a disposição de defender princípios e demonstrar encaminhamentos da luta política dos estudantes, assim como apresentar pontos das relações entre o movimento e as tendências que não podem se vistos como dois pontos isolados, mas vivendo complexas relações muitas vezes carregadas de tensão.

O PC do B defende a frente ampla, com grandes alianças, os trostkistas o trabalhos com as massas rejeitando a burguesia e a AP a ida as ruas. Contudo, nenhuma dessas posições impediu de cada grupo ter um relativo espaço dentro do movimento, ainda mais se considerarmos as condições de criação e existência de cada um. O PC do possuía mais entidades, porém

grandes centros eram da AP e a faculdade do Direito, reduto de quadros valiosos do PC do B, era fortemente defendido pelos trotskistas. Na questão da hegemonia Bráulio colocava a questão da democracia e dos trabalhos com a massa, mas que então a AP possuía alguns dos grandes centros. Na eleição de 67 do DCE o mesmo número de diretores do DCE entre a AP e PC do B. 68 parece Ter sido ao ano do grande conflito entre as entidades, com uma tumultuada convivência em 67. Em 68 é que partem cada uma para se colocarem como os grandes estados revolucionários, se colocarem nas ruas e espaços.

A questão apresenta-se no sentido que, limitados ou não, seus movimentos são parte de sua historicidade enquanto forças políticas que foram em um contexto específico. O papel dos grupos, portanto, como das disputas entre eles, remetem ao entendimento do que chamavam de democracia, do que pretendiam como fundamento da sua prática política. Só assim podemos entender as divisões e o significados que os grupos pretendiam ter dentro do movimento e como, de fato, acabam por atuar nos suas dúvidas e convicções.

Observemos a participação que se tinha dentro dos momentos políticos como as passeatas, assembléias, reuniões; nelas, tínhamos a construção do movimento pelas tendências, a “*mobilização permanente*” construía o movimento apresentando claros limites na sua construção. A dinâmica da clandestinidade, conjuntamente com a auto-percepção de vanguarda entre as tendências, vai fazer com que a questão democrática não se coloque como principal, o que não significa dizer que eles eram autoritários. Significa apenas aceitar a maneira política que possuíam, seus limites e possibilidades, dentro de uma situação de autoritarismo.

O movimento ia se concebendo tendo em vista a presença dos mecanismos de cerceamento mas que, sempre, não se pode esquecer o peso das próprias escolha feitas, sob pena de se negar a historicidade das lutas estudantis – o que vem a tona com os próprios militantes. Ser de um partido naquele instante significou defender posições claras. Como no caso de Helena Serra Azul e Francisco Monteiro, Helena Concentração e Chico Passeata. Chico nos fala que por defenderem a posição da AP nos conselhos acabaram marcados por esses apelidos, que denotam o humor corrosivo em relação ao posicionamento já deles esperado:

“Então era um negócio interessante porque além da gente querer ir para rua, essa era uma característica da Ação Popular a gente queria ir para rua, não queria ficar em lugar fechado, aí a própria história do Chico Passeata porque eu puxava mesmo eu queria logo vamos para a passeata...”

Helena concorda *“que a gente era doído por passeata”*, e que isso era *“uma das diferenças de AP”*. Daí o *“apelido do Chico ser Chico passeata”*. Lembra que *“aí o pessoal brincava dizia assim: “Helena, tu chama para a concentração, aí o Chico sai em passeata” [risos] aí começou a brincadeira por causa disso, aí pegou, sabe aqueles apelidos?”*

Assim, *“quando o Chico chegava no Conselho de representantes ou em qualquer local, aí o pessoal gritava: “Lá vem a passeata.”* Neste trecho entendemos o porque Chico falou que ele era quem mais o pessoal pegava no pé, por ser militantes mais experiente que Helena, assim o concentração de sua namorada veio mais como uma *“gozação”* – namorados, andando juntos e, claro, *“loucos”* por passeatas, nada mais natural do que passeata e concentração andassem juntas...

A discussão dos apelidos nos fazer que não é apenas uma gozação de bom humor, mas que este foi um recurso oriundo de uma motivação política presente na época entre os militantes. Se estamos diante do pessoal, vemos que toda a fala de Helena e Chico referem-se a esfera pública de discussão do movimento, *“conselho de representantes”, “ruas”, “universidade”* ou mesmo *“qualquer local”*. A marca da militância da Ação Popular faz parte da subjetividade de como se conta as próprias histórias, e por outro lado mostra que a experiência política de se estar nas organização tem claros limites e posturas. Desta forma a marca política fica expressando significados do que era pertencer ao uma organização e de como temos uma impermeabilização que dá coesão, mas também impede novos debates⁷².

⁷² Legal ainda perceber que até hoje Chico é conhecido pelo apelido, sendo que Helena diz que em um momento quando perseguidos pela repressão a alcunha acabou por evitar o reconhecimento de Francisco Monteiro. Atrás do *“Chico passeata*, a polícia não o identifica pelo nome, através da solidariedade dos outros presos, não se descobre de quem se trata o subversivo. Helena fez questão de registrar esse episódio – mais uma vez afirmando o caráter dialógico da entrevista como há interesses na fala do entrevistado, como leva uma agenda pra entrevista, como questão suas se manifestam, como pessoal e social se combinam na historia oral. Em que presente e passado se influenciam em busca de legitimidade como a própria

Mário Albuquerque fala da dinâmica das reuniões em que na “*verdade era para cada um já ir com posições fechadas na verdade*”, isto “*principalmente na última fase do movimento estudantil não é?*” ou seja, quando do maior cerceamento e quando o maior temor da repressão e infiltração como logo a seguir colocou dentro de um processo de “*autofagia*” motivada “*um pouco por conta da ditadura e também acho que do próprio estímulo também, de forças infiltradas*”, um “*aspecto aí que ainda a gente só conhece a ponta do iceberg que é esse cabo Anselmo...*”

Assim, é preciso ter em mente os fundamentos do fazer político verificando quais pontos estavam presente de fato na construção do movimento, com seus limites, mas sempre encarando a questão de se observar as experiências políticas, não idealizações a posteriori. As organizações fariam o movimento buscando se consolidar. Sobre a hipótese de Mário cabe pensarmos, mas sem deixar de dar a própria inserção de cada grupo dentro do movimento.

Oswald Barroso fala que:

“quando a gente ia para uma reunião, para uma assembléia, já estava todo mundo sabendo o que ia dizer, e dividido lá, como que ia intervir, como é que não, que posição ia defender e ali o cara tinha que defender mesmo. Também como é que seriam as manifestações quem é que ia fazer o que nessas manifestações era a célula de base que decidia.”

A luta política dos estudantes estava perpassada pelos ritos políticos concebidos pelas tendências, que funcionaram como mecanismos de atuação política. Olhar para eles não significa renega-los mas reconhecer sua historicidade. A memória não pode ser campo de opressão mas antes de diálogo, ponto de cruzamento dessas historicidades que se cruzam, às vezes se renegam, buscam se acertar ou mesmo se romper. A presença de vários dilemas sobre essas experiências nos aponta para a percepção de nova tramas sendo feitas em cima das antigas. Daí a importância de vermos quais ritos eram realizados pelos militantes e como agiram no desenvolvimento das manifestações, no encaminhamento das lutas políticas. Enfim, no jogo de

Helena fala ao deixar claro que “até hoje adora passeata” pois acredita que “tem muita coisa que se resolve mesmo na rua”...

tensões que construiu o movimento, compreender as memórias de quem fez parte dessa “mobilização partidária permanente”.

Penso nas palavras de Helena Serra Azul quando se recorda das divergências em relação a linha de integração aplicada pela AP. A crítica ao processo se fazia na época, porém, não se aceitava que o militante recuasse. Como na questão dos molotov levantada por Oswald, a organização tinha um fundamento claro para qualquer discordância. Helena assim situou a questão:

“Só que, imagina, a gente era muito jovem dentro de um processo daqueles, mesmo quem levantava esse questionamento interno em AP era considerado como um desvio ideológico, era muito interessante sabe? [riso] Quer dizer, você não levava em conta que era uma posição divergente não, era uma coisa bem simplista, partia do ponto que aquilo era um desvio ideológico, que a pessoa estava fraquejando ideologicamente, você não levava em conta os argumentos.”

No caso, se percebe a atuação de pressupostos dinamizadores da organização, não falhas cometidas. O “desvio” aparece como mecanismo de coesão da AP, de garantia da unidade da organização e dos seus objetivos. Mesmo sem ser uma organização comunista propriamente dita, e por isso não entrando na análise feita por Aarão, não se deixa de se visualizar como princípios norteadores da organização acabam por apontar por determinado sentido de ação em vez de outro.

No caso da AP talvez até de maneira dramática, uma vez que o grupo passa por toda a década de 60 por um processo de indefinição, o que nas entrevistas lhe valeu várias “referências” de militantes de outras tendências, com várias cisões na discussão das matizes que vão se apresentando dentro da organização, cada vez mais concebendo ritos de coesão em meio aos acirrados debates que vão lhe modificando.

II

Quando reflito sobre as entrevistas que fiz com os militantes do movimento estudantil na década de 60, penso na formulação de Alessandro Portelli ao discutir o “*massacre de Civitella Val di Chiana*”:

“Representações e fatos não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que **são** fatos; os

fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envolvidos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como **história** com fatos reconstruídos, mas também, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações.”⁷³

Vejo, portanto, que as memórias de nossos entrevistados atrelam suas disputas, lutas políticas, reivindicações, às maneiras de se comportar na passeatas. Em um complexo jogo de linguagem, fatos e representações se ressignificam, exigindo interpretação dos sentidos que são reivindicados dentro das memórias.

Isso se mostra nas composições de nossos entrevistados e também no trabalho de Braúlio Ramalho. No seu texto, outras lembranças encontram espaço para se afirmarem, assim como o próprio autor “edita” suas próprias conclusões com os fatos “reconhecidos e organizados de acordo com as representações”. Lá também o conteúdo e as formas de reivindicar surgem ligadas à legitimidade de suas organizações, de como conseguiram ou não sucesso.

O autor define que trotskistas e militantes da AP “queimavam etapas”, se distanciando dos estudantes, querendo iniciar de uma vez uma luta revolucionária, se proclamando organizações “verdadeiramente” revolucionárias. O PC do B, por sua vez, teve desde seu nascedouro a preocupação de evitar esquemas vanguardistas, querendo construir uma maior aproximação com os estudantes. Esta posição foi fruto da experiência de alguns quadros do partido, oriundos do PCB, e que acharam oportuno rediscutir velhas táticas.

Através de entrevistas com militantes do período, Braúlio informa que dissidentes do Partidão começaram a discutir os temas: “a questão da luta ideológica; o papel do ME e do estudante; as relações entre massa e vanguarda”, dessas reflexões saem com uma “visão mais crítica da atuação no ME das organizações de esquerda no período anterior a 64”. O teor dessa

⁷³ PORTELLI, Alessandro. “O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de Junho de 1944) mito e política, luto e senso comum” In: AMADO, Janaína. & FERREIRA, Marieta de Moraes (org) Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p 111.

crítica é justamente a percepção de que os dirigentes desses grupos não eram reconhecidos pelo conjunto dos estudantes como seus líderes, havendo assim um fosso de representatividade. Com um programa demasiadamente voltada para a “política nacional” esqueciam-se de *“bandeiras que dissessem respeito mais de perto ao estudante”*⁷⁴.

Assim, depois da reflexão crítica da atuação das organizações no pré-golpe, a partir da necessidade de se evitar o isolacionismo, legitimada pela linha política do seu partido, é que os militantes do PC do B partem para seu trabalho político depois do golpe:

“Convictos da justeza de realizar um trabalho junto as massas estudantis, de conviver, aprender, lutar com e por elas; da diretriz tática de combinar o trabalho legal com o ilegal e da necessidade de ligar as lutas específicas às gerais os novos militantes do PC do B no Ceará voltam-se para um trabalho nas salas de aula, nos diretórios e centros acadêmicos e no DCE.”

Um dos pontos principais da hegemonia do PC do B foi esse ponto do contato com a base estudantil, saber o que elas estavam reivindicando fazendo a ponte com as lutas maiores mais nunca queimando etapas. Relacionando essa postura, como vimos, ao documento do Comitê Central que dizia ser necessário:

“Levantar as reivindicações mais sentidas e imediatas dos estudantes, relacioná-las com os problemas gerais, procurando ao mesmo tempo elevar o nível das lutas e de consciência política das massas estudantis”

O PC do B, portanto, não via *“as questões específicas como se fossem apolíticas”* e, por outro lado, achava *“errôneo insistir na denúncia vazia da ditadura militar”*, sendo que a *“posição correta seria fazer a ligação das lutas*

⁷⁴ Um artigo desempenhou papel importante nessas reflexões segundo os entrevistados de Bráulio: Luta Ideológica – Objetivo Central do Movimento Estudantil, publicado na Revista Brasiliense. Segundo Bráulio os militantes imbuídos das idéias de Chasin partiram para a construção do movimento: o nascimento da tendência dentro do movimento assim já se dá de forma diferenciada com a crítica as posturas anteriores e com a disposição de se evitar esquemas isolacionistas em prol da luta de massas. Por outro lado o autor ainda pontua que é “interessante observar que essa diretriz, “voltar-se para um trabalho com as massas, evitando-se as ações “heróicas e de vanguarda”, terá também respalda-se na orientação do PC do B aos seus militantes. O documento em questão é publicado em 1966 e chama-se “União dos Brasileiros para livrar o País da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”. RAMALHO, Bráulio. Op Cit p142.

específicas às gerais". Uma postura que, "além de aumentar a autoconfiança das massas, possibilitou a obtenção de numerosas conquistas", como das residências universitárias conquistadas por essa época, segundo um dos entrevistados de Bráulio, Pedro Albuquerque. Esse comportamento evidenciado em outros pontos como veremos atribui ao PC do B a hegemonia do movimento, já que AP e trotskistas "menosprezavam a lutas pelas questões específicas. Consideravam-se a vanguarda." Horácio Frota, militante da AP entrevistado por Bráulio, afirma que, "à época, era expressão corrente entre os integrantes de AP que "luta por bebedouro não era tarefa de revolucionário" .

Porém, como vimos em outro momento, tanto Inocêncio Uchôa como Helena Serra Azul recordam-se de que suas organizações, trotskistas e Ação Popular respectivamente, também tinham na articulação das questões específicas e gerais um de seus princípios. Oswald Barroso, em um relato semelhante ao de Helena, situa o quanto era difícil diferenciar o específico do político: "Na verdade, na Ciências Sociais a gente discutia inclusive o assunto das matérias em sala de aula, a discussão, a luta política começava em sala de aula", sendo seus professores "comiam fogo com a gente".

Bráulio Ramalho, na sua dissertação, traz à tona o acirrado debate acerca do papel do movimento estudantil, bem como das diferentes tensões perante as ações ditatoriais. Ao lembrarem desse ponto creio que são essas percepções que se colocam. Bráulio, dentro do seu trabalho, ressignifica memórias dos ex-militantes, trazendo também as antigas disputas entre eles. Não é que alguém esteja mentindo acerca da atuação do PC do B, ou que não seja importante reconhecer o lugar dos discursos e posições. Porém, é preciso também procurar observar que tipo de mecanismos estão presentes dentro dessas memórias, sem deixar que as lembranças imponham significados por si mesmas – sem "enfrentar" seus processos de seletividade.

No caso da hegemonia do PC do B frente ao DCE e outras entidades nos anos de 67-68, não podemos esquecer o papel fundamental da derrocada da AP na reestruturação da UEE, o que Bráulio chama de um dos fatores da hegemonia. Porém, tal reestruturação ela mesma como apresentou René Barreira, enfrentou oposição interna das outras tendências. Na luta contra a lei Suplicy, se decide pelo boicote e resgate da entidade extinta, mas a força da

repressão acaba por fim com a tentativa de reorganização da entidade estadual.

Desta forma, nas memórias levantadas de raspão, se apresenta esse dado da disputa, das escolhas feitas no sentido da reorganização do movimento, mais que uma fatalidade, um produto das relações de força que se travaram no momento. As falas acabam por colocar a disputa a partir do ponto de vista de quem dirigiu mais entidades e/ou teve mais coerência política, sem entrar na questão dos pressupostos que levavam os militantes a esses embates e suas implicações.

Um ponto me parece fundamental: o que se desejava do movimento estudantil em meio à ditadura? É através desse papel que o militante se reconhece, se orgulha, se amargura, enfim, constrói seu “passado” com o qual pode conviver. Todos os militantes reafirmam seu posicionamento acerca de sua participação. É preciso mergulhar no debate entre os militantes, recuperar a tensão das relações, o objetivo dos projetos políticos. As memórias não as omitem, pelo contrário as reafirmam, daí a sua força: querem ainda vencer! Daí a necessidade de se entender os sentidos das experiências dos militantes tendo como centro o debate sobre os significados das lutas políticas concebidas no seio do movimento.

Inocência Uchôa apresenta sua visão acerca do papel dos trotskistas com sua valorização dentro da organização do movimento. Na sua fala, articula a militância e a posterior perseguição sofrida. Indagando acerca do seu tempo de prisão, “*mas porque eu peguei um ano de prisão?*”, ela aponta a efetiva atuação dos trotskistas:

“Nós fizemos o cão, todas as manifestações aqui nós impulsionávamos efetivamente, porque a gente era a esquerda do movimento, muitas vezes o PC não queria porque achava que a massa não estava preparada, aquela história de que a massa não está preparada, o PC do B às vezes também entrava nessa, e a gente empurrava o processo para frente, e eu peguei um ano de prisão.”

Assim, o que aparece dentro da visão de Bráulio como uma “falha”, que levou ao isolamento dos trotskistas no movimento, aqui é lembrado (lembrar é intervir) como um ponto positivo da ação dos trotskistas. A questão que se

apresenta é de que, como vemos, a disputa pelo reconhecimento como um norte da análise dos depoimentos. Para além de se querer contar como foi sua participação, como foi a história do movimento, está em jogo aqui uma busca para se compor um passado que possa ser reconhecido socialmente.

Pedro Albuquerque, ao falar da divisão entre os grupos na manifestação se recorda que uma das 2 principais divergências era “a oportunidade”, se deveria haver ou não manifestação, ou ainda se informaria o roteiro da passeata, a outra era acerca das “palavras de ordem:

“nós gritávamos nas ruas “o povo armado...” oh, desculpe, “O Povo Organizado Derruba a Ditadura”, os trotskistas e a AP gritavam: “O Povo Armado Derruba a Ditadura”, mas só quem fez a luta armada foi o PC do B.” (Grifo Meu)

Depois do ato falho sobre o motivo da divisão, as clássicas palavras de ordem, **a ressalva mortal**: *“mas só quem fez a luta armada foi o PC do B”*. Parece bem caracterizado como dentro da memória temos a presença da questão do reconhecimento, que nosso caso específico vai muitas vezes aparecer reproduzindo antigas disputa dentro do movimento estudantil, antigos pressupostos legitimadores das tendências políticas. O mais importante foi afirmar a única experiência de guerrilha deflagrada por uma organização de esquerda, a Guerrilha do Araguaia. Porém, na fala Pedro acaba por afirmar o critério de que AP e trotskistas eram a favor da luta armada, mas ambos trotskistas eram radicalmente contra a luta armada sendo que a disputa em torno das palavras refletia muito mais a disposição de cada um quanto ao sentido da revolução brasileira, frentista/nacionalista em um 1º momento, opção do PC do B; ou socialista já de imediato, abraçada pelos trotskistas e a discussões da AP buscando seu caminho político em meio a grandes embates internos.

Longe de uma artimanha maquiavélica, esse processo de busca pelo reconhecimento faz parte do próprio mecanismo de compor reminiscências. Logo, ao falar de sua militância, de uma forma ou de outra temos que levar em conta a função dessa reminiscência de explicar o passado, de ser algo com o qual se tenha uma relação equilibrada e de aceitação. Digo isso porque nem todos têm a mesma visão de Inocêncio Uchôa, nem mesmo dentro da sua

tendência vamos perceber uma homogeneidade do tipo “*realmente os trotskistas foram importantes*”, pelo contrário, outros 2 trotskistas entrevistados, Mário e Paulo, demonstram um comportamento diferenciado.

Mário Albuquerque, de um lado, refere-se a esse processo como em que:

“o PC do B tinha uma visão mais lúcida, hoje eu digo claramente, o PC do B tinha uma visão mais lúcida na época, acho que os trotskistas serviram muitas vezes para provocar reação da repressão, dar motivo para isso, necessariamente não isolar o movimento, porque na medida em que você radicaliza sem corresponder a uma base social, você afasta essa base social era um radicalismo mais dos grupos, não da base social. Nesse sentido, os trotskistas foram muito sectários nesse aspecto aí, tem muito a ver com a juventude, as experiências e tal.”

Bem distinto, pois, da fala de Inocêncio, que, por sinal, em outro momento, reafirmou sua opinião acerca do papel dos trotskistas. Nesta sua fala, vemos também como se pode pensar em estratégias das memórias no tocante às disputas travadas em torno do reconhecimento:

“Porque o pessoal do PCB sempre achava que as massas não estavam preparadas, o pessoal do PC do B entrava muito nisso daí, e a gente trotskista procurava impulsionar o processo o máximo possível e eu acho que a gente teve um papel muito importante nesse processo. Se você entrevistar pessoas isentas mesmo eles vão dizer, aliás o ideal é que você entrevistasse o Arlindo, o Arlindo Soares, eu não sei se você já entrevistou.”

Paulo Emílio, como vimos, é uma verdadeira “metralhadora giratória”, tendo um comportamento ácido em relação ao movimento estudantil, “onde o carreirismo, o voluntarismo e o oportunismo estavam sempre presentes”. Critica a sua própria organização e também as outras – para ele marcadas por vícios políticos e imaturidade – sem, entretanto, deixar de ressaltar que “o PC do B sempre foi um partido mais organizado, mais estruturado.”

Helena Serra Azul, militante da AP, expressando sua opinião sobre a qualidade da luta, acrescentando novos elementos da disputas travadas em torno das passeatas, nos fala que às vezes “*você tinha divergências de por onde a passeata devia ir, um queria ir por uma rua, outro queria ir por outra, até a própria disputa, que é uma coisa que faz parte do processo democrático.*”

Mais adiante, Helena afirma que, dentro do movimento, a AP conseguia manter sua posição graças a sua inserção em algumas faculdades, dirigidas por militantes da organização, se na *“hora h, que você ia pôr para o conselho de entidades, a gente não tinha numericamente, mas se você para ia para a rua a gente tinha”*. Em determinado momento, a organização simplesmente usava seu peso:

“Eu lembro que a gente chegava e dizia assim: “Se você não quiserem fazer passeata, nós vamos fazer sozinhos”, a gente dizia assim: “A medicina faz a passeata sozinha”, aí o pessoal da Agronomia, “A Agronomia vai junto”, aí a Filosofia, e muitas vezes o próprio Conselho de Centro concordava, porque senão a gente fazia mesmo a passeata.”

A AP, então, se apresenta como importante força política do período dentro do movimento universitário, a 2ª força como coloca Bráulio, mas vemos que a fala de Helena, ao reivindicar para a AP um significado político não apresentado na estrutura do trabalho de Bráulio, traz o papel da disputa de uma maneira mais sofisticada, assim como demonstra mais uma vez a percepção de um embate entre as memórias dos militantes. Por outro lado, incorporamos, interpretando essas memórias em disputa, a diferença como parte constituinte do movimento estudantil. Cada organização procurava ter sua inserção dentro do movimento – o que acabou por fatia-lo entre elas. Não se trata de perceber quem fez mais, e sim captamos a lógica das tendências na sua busca pela visibilidade, pela garantia de suas idéias – o que todas fizeram.

Todas tinham seus ritos de coesão e iniciação por exemplo. Além das posições fechadas temos o “recrutamento” como falou Oswald sobre sua a turma:

“E lá na nossa turma tinha todas as tendências tinha dentro, tinha eu que puxava para a Ação Popular, tinha a Danísia puxava o pessoal do PC do B, a Maria Francisca puxava o pessoal dos trotskistas, só não tinha o pessoal do partidão, mas o resto tinha.”

Assim, como também vemos nas falas de Ruth e Chico Monteiro acerca da passeata dos bichos onde os veteranos “davam os toques para os calouros”, sendo um grande momento de iniciação “político-etílico” dos

universitários. Não esqueço ainda a fala de Cláudio Pereira das tensas relações com os partidos políticos no difícil tema do aparelhamento da cultura. Lá ele nos conta que não eram bem vistos pelos trotskistas e trabalhavam em conjunto com o PC do B, mas estes olhavam para eles, da “esquerda festiva” com o “rabo do olho”. Digo esses exemplos para reafirmar a posição dos ritos de coesão/iniciação das tendências, no sentido de perceber no que se aproximavam e no que se distanciavam. Para que não vejamos as diferenças com os olhos dos diferentes que nossa parcialidade seja de outro ponto de vista não do que as memórias apresenta: vencedores de um lado e perdedores doutro, quem fez mais, quem construiu mais o movimento, visto incorporar as variadas contribuições na construção do movimento re aí sim dar a César o que é de César percebendo papéis e interações – tendo a memória como fonte não como armadilha se alimentando justamente de sua força e sentidos.

Desta forma, longe da idéia de que a hegemonia do PC do B explica por si mesma a dinâmica do movimento, vemos que cada memória busca trazer à tona recortes da participação de cada um em busca do que lhe parece ser a restituição de seu valor. Isso nos permite pensar em como a dinâmica do movimento era marcada pela disputa entre os grupos e como hoje as recordações aparecem também marcadas por essas disputas, agora centradas na questão do reconhecimento. A própria idéia da hegemonia do PC do B como norte da reflexão não acaba por ser uma resignificação das antigas disputas? As falas coletadas por Braúlio, incluindo a sua própria, acabaram por leva-lo a uma adequação das memórias dentro do seu trabalho. Isto se dá porque as falas não são neutras e buscam compor passados, visam algum tipo de reconhecimento. Braúlio também foi militante dos anos 60 ligado ao PC do B: até que ponto sua própria composição influenciou a estruturação do seu trabalho?

Retornando a discussão de Daniel Aarão⁷⁵ podemos afirmar que as memórias sobre a ditadura estão profundamente marcadas por posicionamentos políticos em busca de se firmarem. Neste sentido, se destaca a própria idéia de encarar os pressupostos das práticas políticas das organizações em vez de situá-las como meras idealizações, um voluntarismo pueril, em que o peso dos projetos políticos em disputa é esvaziado.

Neste sentido é que vemos que, na verdade, ao lembrarmos a luta contra a ditadura não podemos esquecer que o movimento estudantil, bem como a sociedade brasileira, estava entrecortado por projetos em disputa e hoje, ao lembramos deles muitas vezes se esvaziam seus conteúdos, seja por ressentimento, avaliação, ou simplesmente arrependimento – todos cortados por posições políticas passadas e presentes.

No caso, destaquemos que para muitos não é saudável recordar que a sociedade brasileira conseguiu viver em relativa harmonia com a sua ditadura militar. Os militantes, passados cerca de 30 anos, no jogo das composições feitas, têm as vezes do que se orgulhar, “nós resistimos”, ou de se arrepender, “não podia dar certo, estávamos isolados” – importa, para além do valor que os entrevistados buscam expressar quando compõem seus passados, e, através da “confrontação crítica com a alteridade dos narradores”, entender suas representações sobre o período. Representações que nos ajudam a compreender a própria organização do movimento, a perceber que o mesmo estava “fatiado” e que dessa disputa se produziam limites, mas também possibilidades de ação. São esses aspectos que devem ser trazidos à tona em um processo de adentrar as composições, ao mesmo tempo em que se descortinam faces dos significados das experiências políticas dos ex-militantes.

Foi assim que, analisando as composições feitas, pois, concluo por 3 pontos de sua visualização.

Primeiramente, a questão da disputa entre as memórias pelo reconhecimento de cada tendência dentro do movimento, com de um lado, o trabalho de Bráulio Ramalho como um lugar onde essas disputas das memórias encontraram um eco com a “vitória” (novamente?) do PC do B; do outro, a fala de Inocêncio Uchôa reivindicando a importância dos trotskistas dentro do processo, assim como de Helena Serra Azul fazendo o mesmo em relação a AP. Segundo, a percepção de que não há homogeneidades nesse processos de composições, há relação entre eles, mas não uma absoluta uniformidade. Por exemplo, Paulo Emílio, trotskista, não deixa de se queixar das tendências como um todo, para ele o movimento em si era permeado por vícios políticos e pela imaturidade; por outro lado, Mário Albuquerque, também militante trotskista, reconhece que realmente o PC do B foi mais “lúcido”

⁷⁵ Sobre os pressupostos fundadores das organizações de esquerda na época da ditadura.

atentando ainda para a “imaturidade” de todos. Por fim, que as histórias de militância de cada um devem ser vistas situadas dentro de como os relatos se apresentaram, destacando alguns mecanismos e recursos, dos quais as disputas fazem parte.

A questão do reconhecimento foi até agora o foi condutor na percepção do significado da dinâmica da disputa. Os dois últimos pontos serão abordados a seguir. Primeiro, perceber como o papel do conflito e da representatividade na construção do movimento em suas manifestações e sentidos políticos no período, bem como nos depoimentos. Posteriormente, discutirei que tipo de “importância” os entrevistados dão a própria militância na constituição de sua vida – como concebem seus “passados” em linhas gerais e que tipo de implicações trazem nas delicadas relações entre passado e presente quando falamos de luta estudantil contra a ditadura.

Capítulo V

O Lugar do Enfrentamento

O Jornal Gazeta de Notícias do dia 25 de Junho de 1968 trouxe estampado na sua 1ª página a seguinte manchete:

**“POLÍCIA REALIZOU AUTÊNTICO MASSACRE:
PASSA MAL ALUNO ATINGIDO COM DOIS TIROS”**

Nas fotos, pessoas correndo do cerco policial. As chamadas apresentam o acontecimento, destacando que quem “não correu foi espancado”. O estudante de agronomia Antônio Juvenal Nogueira foi internado em “estado grave” depois de levar 2 tiros, “um no fígado e outro no diafragma”. A praça José de Alencar, na tarde/noite do dia anterior, uma segunda-feira, fora transformada em um “verdadeiro quartel-general da violência” em que foram utilizados “cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e tiros de revólver” para dissolver um comício estudantil.

A manifestação realizava-se em torno da estátua de José de Alencar, no centro da Praça, quando foram cercadas todas as saídas e os policiais foram dispersar o comício. Durante cerca de 2 horas, “as violências se prolongaram pondo em pânico a população que transitava pelo centro”. Hora do rush, 18 horas, a manifestação ocorria justamente no principal terminal de ônibus, totalmente lotado. A polícia bateu “indiscriminadamente em todos” – “quem não correu foi espancado” – não importou se era estudante, jornalista ou transeunte esperando ônibus.⁷⁶

Mesmo aqueles que correram, no entanto, sofreram a violência policial. O estudante citado, Antônio Juvenal, foi alvejado cerca de 6 quarteirões distante do centro, atingido por 2 tiros na entrada de uma residência universitária para onde fugia. Outros estudantes também ficaram severamente feridos. Assuero Castro Pinto foi baleado na coxa “por um policial louco que disparou contra mim”, conforme diria alguns dias depois⁷⁷; outros foram severamente espancados como Bergson Gurjão.

⁷⁶ GN 25/06/68: 1

⁷⁷ GN 2?/ 06/68

A violência policial se estendeu à depredação da Escola de Odontologia localizada na praça José de Alencar e para onde vários estudantes fugiram da repressão, talvez já imaginando-se seguros. O que, porém, se verificou foi a tentativa de invadir o local e disparos policiais aliados a bombas de gás lacrimogêneo atiradas para dentro da escola. O próprio Assuero foi atingido no portão da Escola de Odontologia.

A manifestação estudantil era um protesto contra a bárbara repressão policial verificada na semana anterior no Rio de Janeiro. Aquilo que se chamou a “semana sangrenta”, com estudantes e populares do centro do Rio, durante os dias de quarta-feira a sexta-feira sendo alvos da violência policial. Proibida a manifestação na cidade, algo válido para todo o país, os estudantes decidiram levar a cabo em plena Praça José de Alencar. Em represália, os policiais transformaram o centro da cidade em um praça de guerra. O que, como vamos ver, só viria a ocorrer com a mesma dimensão na manifestação contra a prisão dos estudantes que foram ao Congresso de Ibiúna. Espancaram, perseguiram, atiraram.⁷⁸

Para o movimento estudantil universitário na cidade, aquilo significou um divisor de águas, na medida, em que foi a primeira grande repressão verificada. As idéias de uma ditadura dirigindo o país se confirmavam na medida em que uma manifestação pública era desta maneira tratada. Nos últimos meses do regime foi uma constante em todo o país a repressão policial às manifestações estudantis; aqui, o movimento sentia na pele, através desse batismo de fogo, uma tendência que já se afirmara em outros lugares e que estava sempre denunciada – como mostra inclusive o intuito da manifestação do dia 25 o protesto contra a repressão na Guanabara.

Pela cobertura imediata, percebemos a criação de uma primeira conseqüência do enfrentamento: a criação de condições para o discurso estudantil se agudizar e se enraizar socialmente. Nas notas estudantis publicadas após o “massacre”, é clara a dimensão de uma interpretação da ação policial em sintonia com a denúncia do regime. O movimento estudantil, onde já havia amadurecido a idéia da ditadura, agora via como água cristalina

⁷⁸ Sobre a Semana Sangrenta, podemos dizer que se confirmou como um dos grandes marcos da resistência estudantil diante da ditadura militar e em certo sentido, mesmo da contestação em relação ao regime por setores mais abrangentes.

a face do regime e podia expressar sua aguda lucidez. Não é por outro motivo o sucesso da realização da passeata dos 20 mil na cidade, 3 dias depois. Como no Rio, aqui verificamos a criação de solidariedade, o esvaziamento da repressão, a possibilidade de algum tipo de expressão – ainda que criada e vivida em uma grande tensão. A passeata dos 20 mil só viria a ser liberada pelo governo estadual 2 horas antes do horário marcado, seguindo orientação federal. Até o dia da passeata não havia ainda qualquer garantia com o Secretário de Segurança Pública, no dia da sua realização, garantindo que “reprimirá qualquer manifestação pública dos estudantes, mesmo que seja necessário recorrer a violência e custe o que custar”. Por muito pouco, não tivemos a realização de outro massacre.

Com certeza, contribuiu para isso a repercussão do “massacre” durante a semana. Inúmeras opiniões ganharam as páginas dos jornais, que à sua maneira tentam captar o clima e participam com suas matérias e editoriais da disputa que vai permear a cidade. Nos jornais, foram vários os manifestos: notas do sindicato dos jornalistas (protestando contra o espancamento do repórter Sabino Henrique) e bancários, dos professores da Agronomia (em solidariedade ao estudante do curso “mortalmente ferido” exigindo que sejam “exemplarmente” punidos os “responsáveis pelos excessos verificados”); a reunião do reitor da Universidade Federal com o governador para “estudar” uma “solução para a crise estudantil”⁷⁹.

Em um editorial intitulado “A rotina da violência”, GN se pergunta por que o Ceará está também “pagando seu tributo de sangue” afirmando que “o povo começa a se convencer que os estudantes não estão na rua com o único e irrefletido propósito de fazer baderna, mas protestando e pleiteando soluções para um estado de coisas que atinge, indistintamente, a todos.”⁸⁰

O enfrentamento com a polícia, pois, condensou diferentes usos políticos de criação do movimento, bem como de possibilidades de expressões na cidade. Como um rito político, vai reforçar tendências de quem já tinha a compreensão da luta contra a ditadura, assim como estudantes vão se reafirmar diante de tamanha barbaridade. Uma tendência para os militantes, não se deve esquecer, que vale também para os estudantes do movimento. O

⁷⁹ O POVO 26/06/68: 6

⁸⁰ Gazeta de Notícias 25/ Junho/1968:3

movimento estudantil, e num certo sentido até mesmo outros setores, puderam se manifestar nos dias seguintes, gerando uma grande manifestação utópica: a passeata dos 20 mil.

Isto ficou mais claro ao se debruçar sobre as falas dos entrevistados. É através de suas falas que surgem, ou melhor, são definidos os mecanismos de coesão, construção de legitimidades, a passagem em busca da representatividade, o espaço para se continuar verificando as divisões dentro do movimento – como elementos que ajudam a definir sua trajetória. Passar por esses conflitos e depois relatá-los foi, para quase todos, um momento difícil. Estão presentes marcos claros da truculência policial em uma experiência inteiramente singular e que significa um momento de passagem, deixando significados políticos do autoritarismo.

Se, nos jornais, vemos a importância e o peso do episódio, o que dizer da memória de nossos entrevistados? Os jornais apresentam o calor do acontecimento, registram relatos do acontecido, em que para além da descrição do próprio ocorrido, o evento ganha força e significado pela ênfase que marca a cobertura do “massacre”. Nas memórias, o que vemos é a marca da experiência que o jornal não compreende, por estar em uma outra posição. Falo da situação do acontecido como rito político. Como momento em que posições mais uma vez se confirmaram, o próprio enfrentamento ocupa um lugar chave na criação de novos significados – ainda que os próprios estudantes se preparem para uma coisa que não soubessem bem o que ia ser. Algo muito claro na memória dos militantes.

Inocência Uchôa nos fala da importância dessa passeata *“uma passeata de muito sucesso apesar dos pesares, apesar de ter toda essa repressão foi uma passeata de muito afirmação do movimento”*. Para ele, pelo mérito de que *“ela teve coragem de enfrentar a polícia”* num processo em que *“fomos só nós mesmo, a polícia estava toda armada, armada mesmo de bala, de metralhadora, de fuzil, e nós fomos para o confronto físico com os caras”*. Recorda enfaticamente de um momento do conflito em que um colega seu *“deu um bufete no soldado que o cara caiu, você sabe levantar vôo assim, “pá”? Caiu, estatelado lá na frente chorando.”*

A decisão de realizar a passeata a todo custo foi tomada tendo em vista a necessidade de dar uma resposta, sem se saber o que poderia acontecer. É

que vemos na fala de Pedro Albuquerque, ao dizer que foram 3 tentativas pra se “*tomar a praça*”, uma vez que a polícia proibira a manifestação e resolvera cercá-la.

Pedro fala que “*saímos para enfrentar mesmo, e levávamos bomba molotov dentro dos carrinhos de picolé, pegamos um bocado de carro de picolé, compramos o picolé e tal, botamos bombas molotov*”. Não teve jeito, então, e “*aí foi o enfrentamento com a polícia e novamente nós nos refugiamos dentro da Odontologia, aí quando houve troca: a polícia jogava gás lacrimogêneo e nós jogávamos bombas molotov*”.

O enfrentamento ocupa um lugar quando o movimento é perseguido por ser uma voz distante, o que acontece em parte por conta das organizações que o permeiam. As múltiplas interações não são tão dissecadas dentro dos jornais, vai ser nas memórias que o ponto vai ser melhor colocado e vai se expressar com clareza. O enfrentamento dentro das memórias vai ocupar vários lugares, às vezes ao mesmo tempo, às vezes em oposição. Foram, como no caso de outras passeatas, lugares de identidade e de construção, de referenciais da luta, da reafirmação de valores, da criação de mecanismos de coesão e vislumbramento políticos.

Foram também momentos em que as divisões vão aparecer na reafirmação de ritos de disputa entre os grupos políticos. Inocêncio Uchôa nos conta que:

“esse tipo de manifestação por certo ela não era assim tão homogênea quanto parecia, para acontecê-la havia todo um trabalho de preparação, reunião de DCE e tal onde se discutia o que fazer, isso tudo tinha divergências muito grandes, muita gente era contra até a manifestação, até porque achava que a polícia ia massacrar e tinha medo, enfim tinha uma série de divergências nisso aí, até que acontecia a passeata”.

Como no caso da passeata dos 20 mil, mais vez vemos que, se o jornal percebe a unidade, nas memórias temos a diferença enquanto parte integrante das experiências políticas, como parte do processo de construção do movimento.

Dos militantes de organizações entrevistados, todos estavam presentes no “*massacre*” da José de Alencar. Transformei-a em ponto de discussão dos meus roteiros, seja porque eles espontaneamente colocaram o evento como uma marco de sua experiências políticas, seja porque levantaram pontos

divergentes e/ou complementares. O que verifiquei foi a localização diferenciada do evento nas recordações; nos como e porquês das suas composições. O enfrentamento é pensado como parte, mas também como ponto de recriação das composições, de reafirmação de pontos já falados e também da percepção de novos processos dentro do movimento. È o que vemos, por exemplo, quando alguns entrevistados se referiram logo ao massacre sem que nem mesmo eu tivesse tocado no assunto. Junto com a passeata feita como protesto pela prisão dos estudantes que foram ao Congresso de Ibiúna, o cerco ao CEU, essa manifestação foi citada.⁸¹

Inocência Uchôa recorda-se que “as balas batiam na parede, você ouvia as balas na parede...”

Helena Serra Azul também se lembra das balas, narrando sua experiência dentro do “*massacre*”. Depois do avanço da polícia, a fuga em desespero para a Escola de Odontologia:

“Nós entramos lá, aí foi um horror porque eles jogaram bomba de gás lacrimogêneo para desalojar, atiravam, ficou marcas de tiro do lado de fora, e teve um atentado a um grupo de estudantes que vinham andando na rua. Eu lembro bem que foi um atentado contra o Arlindo, que hoje é um professor da Sociologia de Pernambuco, eu lembro bem dessa história. Eu lembro bem que eu caí, aí os caras empurraram a gente, a gente saiu ralado, que foi justamente depois dessa manifestação...”

Antônio Ximenes, participante do movimento e colega de Juvenal no curso de Agronomia, esclarece que realmente o colega não era o alvo do atentado, fora vítima por estar ao seu lado o militante que queriam acertar. Antônio Ximenes nos contou que o fato marcou Juvenal para o resto da vida, interferindo inclusive na sua escolha de não mais morar no Ceará. Depois do atentado, Juvenal “*ficou sempre vigiado, a casa e tudo*”. Terminado o curso, o medo da repressão continuaria e o faria viver na Bahia após a aprovação em um concurso: “*(...) ele ficou totalmente traumatizado, com medo mesmo – todo mundo tinha medo, de 68 em diante o medo dominou mesmo...*”

⁸¹ Uma manifestação de conflito que militantes relataram com muita ênfase foi o cerco ao CEU em 67, quando o corpo de bombeiros ficou jogando jato de água contra os estudantes.

Ao falar das manifestações marcadas pelo confronto com a polícia, Bráulio apresenta a marca de quem viveu esses tempos, de quem não esquece a repressão. Na sua fala, expressa bem a lembrança do conflito:

“E eu me lembro, e eu digo, ainda hoje eu sou neurótico de guerra porque foi um negócio violento, era uma agressão muito grande, ainda hoje por exemplo quando eu escuto cano de descarga de carro, aquela pancada “POW”, aquele negócio, eu tomo susto, [derruba o gravador] como essa pancada agora [risos], mas essa ainda é pequena [risos] Mas eu me assusto ainda, eu acho que é neurose de guerra, os nossos pracinhas tinha isso aí, quer dizer quando voltavam, não podiam ouvir estampido de fogos e tal porque se assustavam, e ainda hoje eu me assusto. Agora já menos, mas eu me lembro que eu tive... Foi um período muito violento, muito estressante... Teve muitas mortes que a gente veio saber depois, pessoas que desapareceram até hoje...”

Se hoje temos essa reação, que dizer dos momentos imediatamente seguinte aos conflitos? Através dessas falas, recuperamos parte da tensão envolvida e também, principalmente, como os entrevistados trabalharam essa tensão; experiências intensas, marcadas pelo medo. Visualizamos também o peso político da ação estudantil, as formas de resistência diante destes confrontos. A percepção dos usos do evento, da vivência do protesto estudantil, aparece, por exemplo, na fala de Helena Serra Azul ao dizer que no dia seguinte ao massacre da José de Alencar *“a gente pegou o estudante que tinha sido mais ferido e levamos de sala em sala e levantamos a faculdade todinha, isso deve ter acontecido nas outras também...”*

Outras estratégias do movimento se delinearam. A agitação tomou conta da cidade nos dias seguintes, estudantes realizando:

“comícios relâmpagos em vários pontos da cidade, informando a população sobre os últimos acontecimentos e responsabilizando as autoridades pelas violências de segunda-feira e a integridade física dos colegas atingidos”⁸².

Assim, em um esforço conjunto das organizações, o movimento respondeu em peso a violência da polícia, conseguindo aglutinar simpatias sem, contudo, abdicar da disposição de luta.

Os estudantes entram em estado de tensão máxima, com militantes conseguindo transformar o movimento em ponta de lança na busca de novos mecanismos de luta. O Clube dos Estudantes Universitários permaneceu em

vigília nestes dias de tensão, preparando a resistência caso a polícia resolvesse invadir o Clube.⁸³ Além do protesto contra o regime, a liberação dos presos durante os conflitos com a polícia é uma exigência da assembléia estudantil: 3 comerciários e 5 estudantes.

Portanto, para além de grupos, o que vamos ter é a construção de campo de protesto e vivência desse mesmo protesto por parte dos estudantes. As experiências não se limitam a ser deste ou daquele partido, mas também são parte de sua dinâmica, não se devendo confundir a questão da entidade ou organização como se fosse por si só o movimento, há uma rede de relações entre estudantes, grupos políticos, militantes, sociedade. Um passo pra se compreender esse emaranhado é observar o sentido das experiências estudantis dentro desse processo de tensões. Como nos fala Antônio Ximenes, que se recorda que logo após o massacre da José de Alencar:

“o Juvenal foi para o hospital, ficou uma vigília lá – porque eles queriam tirar ele preso, aí ficou a gente lá embaixo 24 horas pra não deixar a polícia entrar, segurando enquanto havia as negociações envolvendo reitor governador tudo. Lá nós pedimos, nesse dia eu participei tive coragem e pedi a expulsão dos americanos, que a gente fazia assembléia – enquanto ele estava com risco de vida nós fizemos uma assembléia no diretório, onde os professores participaram também, nós ficávamos em assembléia 24 horas, revezando, aí todo dia abria e eu ficava aí um trazia notícias e tal.”

A ação dos partidos não deve ser confundida com a ação do movimento, em especial no sentido de ver que estamos falando da vivência de militantes, mas também de diversos estudantes que compõem o movimento sem ligação com grupos (como no caso de Ximenes), e ainda que, mesmo fazendo parte de grupos, o que marca definitivamente sua participação, militantes não deixam de ser estudantes nem de obedecer as regras do movimento. Assim, se não há oposição, não há também determinismos; entender o papel das tendências é entender como eram vistos os mecanismos de representatividade, as relações entre base e vanguarda, tentando até mesmo perceber que tipo de limites e desvio aconteciam. Ressalto que continuar achando que as vanguardas são elementos estranhos ao movimento é incorporar de certa forma a lógica da

⁸² GN 2/06/68: 4

⁸³ O POVO 26/06/68: 6

violência simbólica dos alçozes do movimento, que, como vamos ver, continuarão a entender o movimento como corrompido por elementos estranhos à classe.⁸⁴

Em um manifesto distribuído pelo DCE e o CESC aprofundamos o entendimento destas relações. As bandeiras estudantis conseguem alçar legitimidade, denunciando a ação violenta, o caráter ditatorial enrustido a serviço do imperialismo, gastando mais com “milhões com armamentos para serem usados contra nós” enquanto “o povo ganha salário de fome”, “há crise de professores e verbas” no ensino brasileiro, por fim enfatiza o sentido da luta estudantil nas ruas:

“Estas e outras denúncias nos levaram às ruas. Nós, estudantes e povo, fomos lado a lado estabeados e caçados a bala. Companheiros nossos foram alvejados como criminosos pela DOPS e outros estão presos. Mas eles, descaradamente, negam tudo isto. Apesar do testemunho de milhares de pessoas que se encontravam na Praça José de Alencar. Apesar de saberem que temos uma das balas extraídas do corpo do nosso colega.”⁸⁵

O Diretório Acadêmico da Escola de Administração também se refere ao ocorrido denunciando como o “retrato fiel deste regime que caminha para o fim” achando ter o “direito de matar impunemente”. Falam do atentado à figura de Juvenal, feito a “sangue frio” contra um grupo de estudantes. Finaliza: “Depois de cumprir a patriótica missão de eliminar os “inimigos da pátria” os assassinos fugiram”. Assim, se temos a clara influência das análises de orientação partidária, como a visão da ditadura caminhando “para o fim”, ao mesmo tempo é possível perceber a construção de legitimidades políticas para a ação do movimento com a denúncia da ditadura e de sua ideologia de segurança nacional.

Faz parte dessa construção a batalha simbólica em torno do evento.⁸⁶ Autoridades e polícia procuram, através de um recurso da violência simbólica⁸⁷

⁸⁴ Logo a seguir, observo este papel simbólico, algo que poderemos aprofundar no item “Visões da Juventude” na 2ª parte do nosso trabalho.

⁸⁵ GN 26/06/68: 4

⁸⁶ Já venho utilizando esta discussão há algum tempo, mas cabe aqui o esclarecimento. Entendo o simbólico como campo de disputa tendo em vista a afirmação de Bourdieu de que há uma função social do simbolismo que vai além da sua função de comunicação pensada pelos estruturalistas, agindo também como uma autêntica função política. BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p10

muito utilizado (como veremos mais na frente com mais detalhes), separar o joio do trigo, em cima da construção do movimento através da representatividade. Para o jornalista Dário Macêdo, Chefe da Casa Civil, tudo já estava bem definido horas após o incidente, sendo que:

“as autoridades policiais estão devidamente científicadas de que agentes da subversão, infiltrados nos meios estudantis, realizaram disparos de revólveres contra os agentes da DOPS e contra soldados da PM.”⁸⁸

Dentro da “crise estudantil” que se instalara na cidade o delegado Edílson Moreira da Rocha, Secretário da Polícia, fala que “o terrorismo foi implantado em Fortaleza e que tudo obedece a um plano”. Cita como exemplo atentados conta a figura do subcomandante, cujo carro fora atingido por “um balaço”; o incêndio de uma “Kombi da polícia” e uma caminhonete da prefeitura de Acopiara “confundida com um veículo da polícia”. Sobre os acontecimentos da praça José de Alencar, o delegado diz ter certeza que se tratam de acontecimentos relacionados ao terrorismo implantado tendo “provas insofismáveis de que o tiroteio na Praça José de Alencar foi iniciado pelos estudantes”; sobre o atentado a vida do estudante Juvenal, também garante que não partiu da corporação da polícia, pela diferença do calibre utilizado e o veículo não ser da corporação. Porém, não sabendo quem procedeu ao crime acredita que os tiros possam ter “partido dos próprios terroristas com o fim de criar clima próprio as suas agitações”.

A classificação feita dos eventos é elemento da construção das legitimações de ação, tanto dos estudantes como dos policiais. Se Helena Serra Azul nos falou da ida a cada sala com o estudante mais ferido, no jornal depois de toda essa batalha simbólica em torno do ônus da manifestação reprimida, o delegado é enfático ao se referir aos terroristas, que “estão

⁸⁷ Queremos verificar como essa caracterização pode ser vista enquanto dimensão da “violência simbólica” imposta a ação política do estudantes, pois o que está em jogo é “o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrárias – embora ignorados como tais – da realidade social.”⁸⁷ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p 12.

⁸⁸ GN 25/06/68: 4

armados“ e, assim, “para segurança da população temos que usar de todos os meios para manter a ordem”⁸⁹

É preciso perceber que, se o jornal fala de unidade, temos que as memórias nos mostram claramente outras interações fazendo parte do evento. Acredito que as próprias organizações estão inseridas em planos maiores apesar de ajudarem a defini-los. No documento do DCE sobre o “*massacre*”, vemos sua atitude na construção da legitimidade. Nele apresenta o porquê da manifestação: “contra o terrorismo policial verificado no país e que culminou com o assassinato de vários estudantes e populares na Guanabara” e cita os estudantes feridos na cidade pela “sanha policialesca”. Diz ainda que o DCE resolve “decretar greve geral e luto no meio estudantil, por tais acontecimentos.” Para tanto, “conclama a classe estudantil no sentido de que todos os estudantes permaneçam em suas faculdades e promovam sua ocupação”. Por fim, a nota não deixa de alertar que “responsabilizará o Secretário de Polícia e o Comandante da Guarnição Policial por tudo que acontecer com os estudantes e ao povo de Fortaleza.” Aqui para além das organizações, é o movimento dos estudantes, através de todas as suas dimensões e instrumentos, onde entram os grupos e as entidades, que se insere na situação de crise. A representatividade conseguida faz com que se misturem várias dimensões e aponta para a questão de que o sufocamento democrático encontra nos estudantes seus principais opositores. Uma representatividade que é constantemente bombardeada pelas autoridades através do discurso da “infiltração” de grupos dentro da “verdadeira” classe estudantil.

Podemos aqui retomar a questão que Bráulio Ramalho coloca em sua dissertação. Para ele, na medida em que o PC do B foi se afastando das bases, foi se ligando aos grupos isolacionistas, fazendo ações quase “*foquistas*”, um processo verificado no 2º semestre de 1968. O PC do B, contudo, também se encontra inserido dentro de um processo que o engloba e indica ações de enfrentamento – diga-se de passagem, já no primeiro semestre. É claro que poderíamos ainda lembrar que, na explicação de Bráulio, amparada por entrevistas, o PC do B reconhecia os momentos em que se poderia desobedecer a proibição policial quando sentisse o apoio das massas.

⁸⁹ O POVO 26/06/68: 6

O que o diferenciava da AP e trotskistas era a noção tática. Porém, nesse caso, vemos justamente a criação de ritos nos quais todos os grupos estão inseridos e que o PC do B não é senhor dessa situação e se encontra em um momento de decisão política, em que a posição de enfrentamento ocupa um lugar em todas as organizações e aparece como um limite estabelecido para o próprio movimento e para a sociedade como um todo. Militantes da AP e trotskistas reconheceram sua ênfase em relação ao movimento nas ruas, a postura de enfrentamento, o que demonstra posições diferenciadas, mas nestes momentos específicos vemos o que há de comum nas organizações por se encontrar além de sua margem de ação.

As organizações têm soluções diferenciados para o impasse do teor do confronto, sendo distintas as maneiras de lidar com a representatividade e a questão do sufocamento democrática; porém, são parte do movimento e acabam por se afirmarem como tal. Não é assim que vemos a agitação estudantil que se espalha pela cidade na semana do “massacre da Praça José de Alencar”, assim como os “comícios relâmpagos”, os “grupos volantes” fazendo “pichamento em ônibus”, distribuindo manifestos das entidades estudantis? Pedro Albuquerque, apesar de ainda lembrar da vitória do PC do B ao promover a passeata dos 20 mil, não deixa de afirmar que no momento de sua preparação *“todos nós nos demos as mãos, AP, trotskistas, o PC do B, todo mundo, todos, e foi uma grande passeata.”*

Mais uma vez, observamos como as tendências têm que se ver com mecanismos do movimento e, ao seu modo, entendem a necessidade de encarar isso como um princípio político de sobrevivência, em especial em uma situação de repressão. A disputa que existe é uma condição, não uma anomalia.

Para Braúlio o conflito vai acontecer na medida em que a repressão radicaliza e o movimento também. Para a mim repressão redefine o movimento e da visibilidade à disputa entre os grupos. Mas também, que antes de uma postura comum de radicalismo que acaba por engolir o PC do B igualando-o aos outros grupos, quero crer que isso foi um condição histórica colocada pra o movimento estudantil em que para além das tendências políticas, colocam-se situações de enfrentamento específicos que ajudam a moldar a ação dos grupos.

Inocência Uchôa recorda que esse momento foi planejado pelo movimento como um todo, assim como Francisco Monteiro, em conselhos marcados pelas divergências, mas que saíram posições de unidade. A própria presença dos militantes de variadas tendências indica justamente a ritualização política do evento como possibilidade de reafirmações de utopias, assim como as estratégias feitas para se conseguir destaque dentro da passeata. Uma vez não conseguindo derrubar a ditadura de uma vez, é preciso agir por dentro dela objetivando miná-la, e para isso é preciso simplesmente fazer com o que movimento expresse sua vontade: não há aqui oposição entre organizações e movimento. Pelo contrário. Diferentemente do momento em que o PC do B evita o confronto, e AP e trozkistas o visam, o enfrentamento aparece como consenso e como forma necessária de luta em uma situação de afirmação de valores indispensáveis ao movimento naquele momento. A aproximação entre os grupos não reflete um nivelamento por baixo, a radicalização, mas uma condição histórica do movimento estudantil como campo capaz de se contrapor, dentro de claros limites, ao autoritarismo.

Estamos no momento de maior auge do movimento na cidade e a agitação, os piquetes, as “ações que foquistas estão no auge”. Todos os grupos participam dessa “mobilização permanente” em um momento que ajudam a criar, mas sobre o qual não têm total controle. No decorrer do ano de 1968, as divisões internas, a força bruta em massa, e principalmente a fala de legitimidade do movimento, algo que independe dele, vão levar a um isolamento, do qual as tendências têm responsabilidades, mas não devem ser vitimizadas ou demonizadas. Como veremos, grupos políticos identificam a necessidade de um recuo, refazer estratégias, ainda que ações heróicas ainda ocorram, entre elas a desastrosa escolha clandestina do Congresso de Ibiúna. Porém, vemos que se trata também de algo que as ultrapassa, ao mesmo tempo que as envolve: a questão da representatividade social do movimento que, como bem falou Daniel Aarão, enfrentou a “ditadura de uma sociedade”.⁹⁰

A ação do movimento face a representatividade que podia ter em meio às relações de força, a violência simbólica que o engole pode ser vista no final de 68 na realização da passeata por ocasião da prisão dos estudantes no Congresso da UNE. O jornal O POVO apresenta a expectativa no dia da

preparação da passeata, mostrando os dois lado da guerra: o “*front estudantil*” (onde o “*clima permanece tenso*” com “*vários cartazes*” e outros detalhes sendo preparados para a “*passeata proibida*”); e o “*front policial*” em que o Secretário de Segurança pública afirma não haver razão pra se lançar nenhuma “*nota de advertência, uma vez que os estudantes conhecem a proibição de passeatas*”, sem a “*necessidade da nova advertência*”. A proibição era ainda agravado pelo clima de terror vivido na cidade com a descoberta de uma bomba no IBEU, dias antes. Segundo Edilson Moreira da Rocha, “*a proibição se torna mais forte depois do atentado ao IBEU*”⁹¹.

É dentro desse clima que se realiza a manifestação. Francisco Monteiro se recorda que:

“(...) depois que se teve a notícia que o pessoal foi preso, aí a gente fez uma passeata aqui que era móvel, você chegava em um canto a polícia abafava, você se reunia em outro canto, a gente saiu fazendo vários cantos, a polícia estava braba, então você jogava bomba molotov, inaudível ali na Barão do Rio Branco perto do Diogo, se deu o primeiro entreverio, eles fecharam a cavalaria, jogaram a cavalaria em cima, a gente [inaudível] os cara pá atiraram a gente fugiu e se encontrou na cidade da criança aí começou de novo outra agitação, eles baixaram de novo, você foi para a Praça José de Alencar. Então ficou nessa coisa nessa confusão, eles atirando, obviamente que algumas pessoas se feriam.”

A passeata vai se deslocar pelo centro da cidade, enganando a repressão. Em um momento em que os policiais investiam contra um local, noutro ponto um grupo de estudante já começava novo comício e passeata. Os molotov abriam uma linha de fogo e fumaça impedindo a passagem da polícia e permitindo a fuga dos estudantes. Desenvolveu-se “*uma verdadeira guerrilha urbana*”, nas palavras de Oswald Barroso, “*porque foram muitos choques com a polícia, foi em todo o centro da cidade, pipocando de choques, pipocando de comícios, pipocando de acontecimentos.*”

⁹⁰ sua sociedade

⁹¹ A bomba foi descoberta pelo zelador e por muito pouco, segundo peritos, não explodiu. A matéria tomou várias páginas de O POVO durante a semana. Em uma nota, o DCE vai relacionar a bomba à outras medidas da reitoria pra denunciar o clima de terrorismo armado na cidade contra o movimento estudantil. É nessa mesma nota que pede pra evitar o radicalismo nas ruas, com menos atividades e mais discussões internas evitando servir de motivo para um endurecimento planejado pelo regime militar.

O enfrentamento se coloca como forma de protesto, de denúncia da prisão dos estudantes, e também do isolamento do movimento. Um isolamento, porém, que não tem a ver somente com a tendência de vanguarda das organizações, mas sim com o solapamento do movimento perante ao esvaziamento social da luta contra a ditadura militar. Ao falar do evento, hoje, os entrevistados recordam-se da violência vivenciada, que realmente foi uma ação decidida já antes da viagem dos estudantes, caso acontecessem as prisões como de fato ocorreu. É óbvio que os estudantes não pensavam em ir às ruas e ganhar a batalha da violência contra os policiais.

Ir para as ruas significou a oportunidade de se lutar pela representatividade do movimento, em defesa de sua entidade máxima, demonstrando que o movimento estava de pé, pronto pra responder a altura em defesa de seus líderes máximos. “A UNE somos nós”, recorda Bráulio Ramalho:

“Nós fizemos uma passeata violenta aqui, uma passeata violenta aqui denunciando a prisão do pessoal, o lema da passeata, a palavra de ordem da passeata era: “A UNE somos nós, a UNE somos nós”. Que é que gente queria dizer com isso? Quer dizer qual era o nosso discurso na época? Era que apesar do líderes estarem presos, os principais líderes estarem presos, mas a UNE continuava, a UNE não era só os líderes, a UNE era o movimento estudantil era todos os estudantes. As lideranças que ficaram aqui nós fizemos essa passeata com essa palavra de ordem, “A UNE somos nós”, e foi uma passeata muito violenta, foi uma passeata violenta, com molotov, nós levamos molotov, e eu tive muita sorte, nesse dia foram presos muitos estudantes e eu não fui, eu não fui, e eu tive sorte porque os estudantes que foram presos ali, assim como os estudantes que tinham sido presos antes e estavam sendo presos nessa fase, eles se lascaram mesmo, se lascaram e tal.”

A defesa da representatividade levada às últimas conseqüências, com o posicionamento de conflito definido para que se conseguisse nas ruas a garantia do protesto. Ao lembrarem dessa passeata, vêm à tona esses elementos da busca da legitimidades, de se abrir caminho, de se “*defender com molotovs*”. Podemos pensar se o movimento não andou dentro do campo do inimigo, ao aceitar o confronto como lugar da legitimação política, também não acabou por se deixar cair no poder simbólico. Lembrando que também o uso da força é parte deste poder, sem ela não há eficiência, vemos que maior demonstração de truculência que a prisão dos principais líderes do movimento

estudantil em todo país e a declaração de terror nacional a qualquer manifestação estudantil?

Penso em uma reportagem da *Veja*, de setembro de 68, em que se pergunta acerca da “Culpa da Violência”, sobre os constantes choques entre estudantes e policiais. Depois de apresentar, como início dos conflitos, a ocasião da morte do estudante Edson Luís, a revista caracteriza (e mesmo historiciza) a questão:

“(...) Era o comêço de uma nova fase de manifestações estudantis atingindo várias cidades do país. Uma fase nervosa quebrando o silêncio de quase cinco anos. Nêles, foram esquecidos os gritos de “o petróleo é nosso” dos estudantes de outros tempos, em que as passeatas eram chamadas de “desfiles”. Para as de agora, as autoridades usam outro nome: “guerrilha urbana”. De um tempo de protesto romântico, o movimento estudantil passou para uma época de violência, contida – no clima de tensão que antecede as passeatas – ou desencadeada nas lutas a pau e pedra contra o gás lacrimogêneo, o cassetete e o tiro.”⁹²

A revista apresenta o problema irrompendo a partir da morte do estudante Edson Luís, quando sabemos que, pelos menos em 1965, já se começa em todo o país um processo de reaglutinação dos estudantes nas suas entidades representativas, inclusive tendo como uma das principais bandeiras a “luta contra a ditadura”. Ou seja, a movimentação estudantil partiu de um lento processo de rearticulação, em que pouco predominou “o silêncio” se atentarmos para os jornais fortalezenses de 1965 até 1968. Mas isto a revista não apresenta. Fica presa ao indiscutível marco simbólico que representou a morte do estudante, ponto de partida para manifestações em todo o país e, por fim, na maior manifestação contra a ditadura que foi a “passeata dos cem mil”.⁹³ Porém, a revista tem neste marco o deflagrador da “*revolta estudantil*”, elemento para discutir “a culpa da violência” (que logo depois do título da matéria diz que “ambos os lados admitem a violência”)⁹⁴, e razão dos constantes choques entre policiais e estudantes que caracterizaram o ano de 1968 no Brasil. Vemos na passagem citada a ação política de outrora de certa

⁹² A Culpa da Violência In: **VEJA**. São Paulo: Abril, Nº1, 11/09/1968. p22

⁹³ Um apanhado acerca do papel da morte do estudante no ascenso dos movimentos sociais no ano de 1968, bem como do significado político da “passeata dos cem mil” para a oposição a ditadura pode ser visto, por alguns dos seus principais protagonistas, em VENTURA, Zuenir. **1968, O Ano que Não Terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

forma glamourizada, chamada de “desfiles”, com uma simpática palavra de ordem, “O petróleo é nosso”.

Em 1968 reina o medo, apreensão, a desordem e, claro, a violência sem sentido, gerando uma “fase nervosa”. Dimensões que se apresentam não só durante a manifestação mas também no seu prelúdio: como falamos, o medo de ir para uma passeata transformou-se em um dos seus principais componentes.⁹⁵ No entanto, para a revista, não se trata de vivenciar os problemas de protestar em uma situação autoritária, mas sim o “conflito pelo conflito”, táticas e estratégias a serem constantemente renovadas para surpreender o “*exército*” inimigo. Como no O POVO, o conflito é visto pelo aspecto militar, em que se pense na situação política que lhe dá sentido. O romantismo cedeu lugar ao terror, sem que nem a situação anterior (da época dos desfiles, “o petróleo é nosso”, nem do presente), (o militarismo no poder), sejam contextualizadas). O marco dos conflitos, da guinada, é o mesmo marco simbólico apresentado pela oposição como instrumento contra a ditadura, a morte do estudante Edson Luís, mas os efeitos criados são distintos.

Assim, quando se trata de “apresentar” os fatos dos embates, a “coletânea de relatos”⁹⁶ descontextualiza os conflitos, e simbolicamente impõe significados em hipótese alguma neutros. A classificação feita da ação estudantil fornece material para que a situação autoritária concretamente vivenciada seja escamoteada. A “guerrilha urbana” falada nada mais era do que táticas de enfrentamento com o regime: fazer passeata em vários pontos ou o uso de coquetéis molotov. Porém, ir pra as ruas neste tipo de planejamento indica o caráter evasivo da luta e mesmo a disposição do enfrentamento como último recurso. A terminologia bélica penetrou na sua prática cotidiana, dentro do movimento estudantil. Ou seja o olhar do outro, classificando-o arbitrariamente e também o teor de sua luta, é aceito sem se dar conta disso, transformou-se no caso dos estudantes em limite e força opressiva contra eles mesmos, no que Bourdieu chama de “poder simbólico”.

⁹⁴ A Culpa da Violência In: **VEJA**. São Paulo: Abril, Nº1, 1109/1968. p22

⁹⁵ Aqui podemos lembrar o livro de memórias do jornalista Fernando Gabeira que coloca o papel da mídia como intimidadora da participação das pessoas nos protestos contra a ditadura, apresentando em noticiários no horário nobre novos aparatos militares de repressão (o “brucutu” por exemplo) as manifestações. GABEIRA, Fernando. **O que é isso Companheiro?** São Paulo: Companhia da Letras, 1996. p

⁹⁶ DARTON

No caso do movimento estudantil universitário de Fortaleza podemos discutir esse ponto vendo as diferenças entre os dois momentos: o massacre da Praça José de Alencar e a passeata por ocasião da “queda” de Ibiúna. Eles demonstram a impossibilidade do movimento face a repressão, e as escolhas das organizações políticas, que, quase todas a partir do fim de 68, vão **escolher** andar dentro do campo da luta armada, acreditando possuírem uma representatividade perante a população brasileira que não tinham, conforme vemos na análise de Marcelo Ridenti sobre a dinâmica da clandestinidade.

O problema não é quem detém a hegemonia e sim se havia condições para que o movimento conseguisse continuar seus mecanismos de representatividade. No primeiro semestre temos também confrontos agudos e molotovs. Greves locais ganhando fôlego dentro da manifestação de confronto com a polícia. No 2º semestre, greves tentadas por ocasião da prisão dos estudantes vão falhar, restando a passeata de protesto proibida.⁹⁷ Lembre-se que Fortaleza foi um dos poucos lugares que conseguiu realizar manifestação de protesto contra a prisão, face a repressão presente no país naquele instante e a própria desmobilização, com as principais lideranças presas. O protesto aqui realizado vai demonstrar a capacidade de mobilização do movimento em relação à outras lideranças, mas também, com a greve fracassada nas faculdades de Agronomia e Filosofia, o desespero do movimento para marcar posição pelo confronto. Uma passeata, aliás, em que estiveram presentes segundo um dos estudantes na avaliação feita a noite no CEU, muitos mais secundaristas do que universitários.⁹⁸

Podemos perguntar até que ponto o confronto vai fazer a coesão, até que ponto realmente vai afastar. Até que ponto as organizações contribuíram pra se andar no território minado da “*guerrilha urbana*” no final de 68. Porque os confrontos explodem no início de 68? Não acredito nem de um lado apenas porque as vanguardas conseguiram agir acertadamente; ou de outro apenas porque havia insatisfação social e liberdade ainda suficientes para se levar estudantes as ruas e também, por fim, a outros setores. A construção da luta estudantil passa pela disputa de espaço dos grupos, pela capacidade de enfrentamento, mas principalmente pela construção de uma representatividade,

⁹⁷ O POVO 17/10/68: 6

⁹⁸ O POVO 16/10/68:6.

que em alguns momentos fez do movimento, inclusive, intérprete de vários setores sociais.

Neste sentido, os mecanismos de legitimidade são os mesmos pra todos os grupos, o que demonstra a situação de cada um dentro do movimento, com seu espaço mais ou menos garantido. Para além de se pensar que a hegemonia do PC do B foi pelo afastamento das massas e aproximação com os outros partidos, cabe a pergunta: será que a questão da representatividade era um questão-chave para os grupos diante o fechamento do regime? Ainda teriam condições de continuarem concebendo-a dentro dos quadros que possuíam e a situação autoritária se consolidando em vários sentidos? A resposta pode ser indicado pela fala dos entrevistados e pela cobertura dos jornais de 1968, em que vemos o planejamento por parte das entidades em começar a luta pelos excedentes do ano de 1969 e se evitar o radicalismo nas ruas concentrando-se as forças para o início do outro semestre. Essas perguntas, enfim, podem ser respondidas com outra: pra que sair do movimento, um ótimo campo de recrutamento e mobilização? Mesmo sabendo que a luta revolucionária não era possível a partir do movimento, não há nenhum indício de que as organizações estivessem disposta a abandoná-lo.

Vale a pena perguntar quais os meios de representatividade e se podem sobreviver em uma ordem autoritária, se conseguem estabelecer mecanismos de sobrevivência política dentro de um campo minado.

Para terminar, gostaria de examinar um ponto que demonstra convergências e divergências no processo de composições dos ex-militantes. Trata-se do “*massacre*” da Praça José de Alencar. Chamou-me a atenção, um elemento que aponta pra a força da memória dentro da disputa e vice-versa, como reafirmação de valores políticos e como um momento em que se cruzam de forma espontânea, a questão do reconhecimento como marcada pelo signo do político.

São 4 as entrevistas em questão: Francisco Monteiro, Pedro Albuquerque, Inocêncio Uchôa e João de Paula. Falando do “*massacre*” da Praça José de Alencar, ambos referiram-se à figura de Bergson Gurjão Farias. Citado nas matérias de O POVO e GN, Bergson era militante do PC do B e vice-presidente do DCE. O jornal apresenta sua situação em que foi “*brutalmente massacrado pelos policiais que o prenderam e teve de ser*

hospitalizado sob custódia”, Bergson recebeu “pancadas de cassetetes por todo o corpo e foi atingido por um ponta-pé na nuca, apresentando derramamento de sangue no ouvido”.

Além desse momento, Bergson também foi citado em outras entrevistas todas ressaltando sua morte no Araguaia. Mino, inclusive, referindo-se a ele como um dos “*heróis*”. Também no trabalho de José Gerardo, vemos sua situação de um ente querido perdido, um herói proibido.⁹⁹

No caso de nosso trabalho em torno do seu nome há a afirmação do rito político; nas memórias, sua atuação dentro do massacre é um marco da luta e ao mesmo da presença da diferença, tendo em vista as múltiplas interpretações presentes na construção das composições da cada um.

Os entrevistados ao serem perguntados sobre o evento, falaram do episódio como uma das coisas mais marcantes que vivenciaram, “fato interessante” etc. Trata-se de um momento em que um coquetel molotov arremessado pelos estudantes atinge um carro estacionado em frente à Escola de Odontologia. João de Paula recorda-se do evento 2 vezes, incluindo o episódio de Bergson:

“Eu me recordo muito nitidamente de 2 episódios. Um com o Pedro, quando a gente na Praça ainda, quando a polícia vem querendo dissolver, lembro da atitude do Pedro que estava do meu lado que correu para cima da polícia querendo enfrentar. E a gente puxando, agarrando o Pedro dizendo que era loucura. Até que conseguimos nos refugiar na Faculdade de Odontologia, aí a polícia cercou, eu me lembro nitidamente porque esse episódio foi do meu lado, esse episódio eu estava muito perto. Alguém jogou um coquetel molotov, caiu debaixo de um carro que estava estacionado do lado de fora. A polícia atirando, no meio daquela confusão houve esse caso. E então o Bergson quando viu que aquele carro de alguém, que estava estacionado ali ia pegar fogo, o Bergson pulou o muro e ele era muito forte, muito grandão, tentou tirar o carro do perigo do incêndio. E nesse momento ele foi cercado pela polícia e violentamente espancado ali, e por consequência disso teve que ser internado, foi preso pela polícia, e aí, ele estava tão machucado que o levaram para um hospital não sei dizer qual. Eu fui visita-lo depois nesse lugar. Então desse episódio o que mais me marcou foi essa atitude do Pedro de enfrentar a polícia de peito aberto sem nada na mão, e a outra esse gesto de heroísmo do Bergson que para salvar um veículo se expôs daquela forma.”

O mesmo episódio também foi relatado por Francisco Monteiro que situou o massacre como um dos grandes momentos de conflito com a polícia – o outro foi a manifestação que ocorreu quando da prisão dos estudantes em Ibiúna. Francisco recorda que *“foi um fato muito interessante”* do massacre.

Na fala de Pedro Albuquerque, militante do PC do B, parte chave da diretoria do DCE, o *“Bergson foi fazer um ato heróico”* – *“foi salvar um carro que estava pegando fogo, o carro estava... Nós jogamos uma bomba e a bomba caiu debaixo do carro e o carro começou a pegar fogo e o Bergson foi lá salvar, a polícia prendeu e massacrou o Bergson mais outros.”*

Dada a repercussão nos jornais a situação de Bergson e esse marco tão forte nas memórias de João, Pedro e Francisco, podemos deduzir que, já na ocasião, o fato foi bastante comentado dentro do movimento.¹⁰⁰ Hoje, o ato de Bergson é ressaltado como parte da denúncia da arbitrariedade e terror do regime. Mas também há espaço pra divisão de opiniões no sentido da disputa entre os grupos políticos. Inocência Uchôa, ao comentar o massacre, lembrou do fato, sem se lembrar bem quem tinha ido socorrer o carro, não deixou de dizer a sua opinião, na qual a atitude não foi heróica, mas irresponsável:

“(...) o carro começou a incendiar, o Sérgio Miranda (sic) saiu do seu lugar, ele era um dirigente importante jamais poderia entrar em uma daquelas, que um militante maluco fizesse tudo bem aquela prisão seria sem consequência nenhuma mas era diferente de uma prisão de um dirigente importante. Porra, voltou e tentou a aquele fogo, cara, que importância tinha aquele carro, o processo revolucionário passa por cima disso. Quer dizer uma coisa desse gênero a gente, na minha cabeça jamais poderia ir atrás de socorrer um carro de um rico, que naquela época quem tinha carro podia ser chamado de rico...”

Assim, demonstrando um dos mecanismos de disputa entre as organizações, ser ou não ser revolucionário, Inocência recorda-se do fato destacando a falta de responsabilidade do militante, afinal um dirigente. Temos, pois, que ver como processos convergem mas também divergem em relação às memórias em um processo sutil e complexo, marcado pelo signo político, de formar composições.

⁹⁹ VASCONCELOS, José Gerardo. Memórias do Silêncio: Militantes de Esquerda no Brasil Autoritário. Fortaleza: EUFC, 1998.

¹⁰⁰ Jornais

Capítulo VI

O Lugar da Representatividade

Encerrando a discussão de como o movimento se fez movimento, observando a relação entre entidades, partidos, militantes, questões do movimento, podemos dizer que chego a uma breve conclusão que articula parte das questões até aqui levantadas. É como um fio condutor que leva a uma paisagem que agora pode ser admirada em toda sua totalidade, seus contornos e horizontes.

Depois de vermos o papel da disputa, os sentidos do confronto político, ritos que delinearam visões e projetos políticos dos militantes, aglutinaram estudantes, costuraram legitimidades, cabe aqui perceber, tendo essa visão de conjunto constituída, alguns pontos sobre a representatividade que o movimento conseguiu ter. Ou melhor compete, também perguntar de maneira mais incisiva onde e como a questão foi apresentada.

As organizações procuravam tirar proveito do movimento, era seu campo de ação possível. Porém, elas também são condicionadas dentro da conjuntura que engloba o movimento e coloca desafios. O problema da representação que esperavam ter diante da sociedade, no caso, aparece mediado pelas expectativas presentes no campo que desejam atuar. Além do que, não podemos esquecer, eram também (os militantes) estudantes. Se temos o problema dos vícios políticos que as organizações introduzem (como a falta do debate, as posições fechadas, a utilização do movimento para o recrutamento) não se pode negar a importância destas tendências na dinâmica da movimentação estudantil.

Retomando Martins Filho acerca das relações entre base e vanguarda, quando uma pode superar a outra ou não, temos que perceber que ambas não se confundem mas também não se opõem, assim como também não têm uma relação mecânica.¹⁰¹ É praxe dentro das direções das entidades e partidos a comemoração de vitórias como forma de se alavancar a estrutura. Porém, não devemos imaginar que as organizações são tão fortes a ponto de controlarem o processo. Por isso, falar de movimento estudantil é necessariamente falar da

¹⁰¹ MARTINS FILHO, José Roberto.

AP, PC do B, trotskistas, os grupos mais fortes, assim como também é falar dos mecanismos de representação, as lutas mais diretas. Não é verdade, todavia, o contrário: o movimento vai além da soma de suas partes, é a interação delas, que sozinhas falam de si mesmas, não do movimento em si.

Porém, se não devemos cair na armadilha de superestimar o papel das tendências, nem negativiza-lo, reconhecendo-o dentro de sua historicidade, há também outros perigos a se evitar. Martins Filho, ao encarar a discussão, acaba por se colocar dentro da idéia das lutas sociais determinando o teor do movimento, sendo que como vimos, vai localizar a questão e tentar perceber como as vanguardas *avançam* em relação a classe. Um ponto, que tentamos discutir até agora, é que colocar as coisas nesses termos, base-vanguarda, é correr o risco de se deixar induzir pela lógica de ação das tendências sem se perguntar que limites esta relação possui na construção do movimento. Outro, e esse o próprio Martins já falou, é a determinação do conteúdo e mesmo da mobilização estudantil pelo corte da luta de classes. O autor discutindo toda uma bibliografia, vai fazer a questão vim à tona: mesmo ressaltando que o movimento estudantil não é classista, e sim um movimento de categoria, plural em sua composição, não há muito espaço dentro da formulação dos autores trabalhados para se pensar a relativa autonomia do movimento frente às lutas sociais, seja no tocante ao papel da vanguardas, a preocupação de Martins Filho, seja no tocante à análise da relação de seus mecanismos de representação e mobilização com grupos políticos e as lutas estudantis.

É o que vemos, por exemplo, no texto de João Luís Sanfelice acerca da atuação da UNE na luta contra a ditadura militar. Argumentando sobre o discurso da entidade em relação as medidas autoritárias, o autor conclui que, no fim das contas, o enfrentamento dos estudantes era secundário, uma vez que a “burguesia nacional aliada a burguesia externa” ia conseguiu seu objetivo de “criar condições políticas para continuar exercendo sua hegemonia”¹⁰². A UNE e os estudantes, perderam no próprio instante em que foram identificados como obstáculos a serem removidos diante o objetivo em questão. Identificação verdadeira, uma vez que:

¹⁰² SANFELICE, José Luís. Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo, Cortez, 1986.

“com um salto qualitativo, o movimento estudantil se definiu como força auxiliar na luta antiimperialista, apesar de ser formado por estudantes que se identificavam como pertencentes à classe média, mas que podiam desempenhar um papel de aliados a classe revolucionária”.

O problema da idéia é que o autor não consegue captar a tensão dessa derrota dos estudantes no sentido de perceber que o discurso da entidade UNE, de onde conclui o “salto qualitativo” no anos de 1967 e 1968, reflete a presença das organizações e não vai ser necessariamente a opinião que vai prevalecer no movimento estudantil. Para além das divisões e disputas entre grupos, é preciso também entender que projetos políticos permanecem em ação entrecortando a ação do movimento estudantil. Exemplo disso é a própria classificação feita das esquerdas na época em que previam a crise do capitalismo e a falência da ditadura, com a criação das condições ideais para a revolução. Esta opinião ia orientar as organizações e assim, neste sentido, definiu rumos do movimento; porém, não deve ser confundida com o que acontecia com os estudantes na resolução de seu dilemas, na tensão do projeto de carreira, por exemplo.¹⁰³

Desta forma, é preciso avançar no entendimento das tensões entre entidades, organizações e movimento estudantil tendo como fio da meada a **noção de representação**. Verificamos que temas sociais são trabalhados pelas tendências que não podem inventá-los. A própria associação da luta estudantil aos setores populares não é uma unanimidade e a luta contra a ditadura e o imperialismo são bandeiras mediadas por inúmeras variáveis que vão desde as reivindicações até o enfrentamento nas ruas.

Questões como a dos excedentes, por exemplo, serviram como elementos da construção da coesão estudantil. Foram trabalhados pelas organizações. No início do ano, começava-se o esquentamento para a luta dos estudantes. Acabou por ser um forte elemento de coesão em que as tendências políticas mostram sua presença e situaram-se como aglutinadores

¹⁰³ Observa-se que o jovem universitário dos anos 60, longe de por ter entrado na universidade perder seus vínculos de classe, redefine-os no sentido de um compromisso social de classe esperado dele. O que há é uma nova expectativa, a expectativa do avanço ou reprodução social através da elitização, através da profissão, da efetivação de uma carreira. Uma formação do profissional que aponta para a distinção e o reforço da hierarquia social. É a realização dessa formação que aponta para as contradições, pois “com essas características, o jovem universitário configura-se como um “projeto de profissional”, que vê na carreira o seu próprio

da luta estudantil. Podemos ver isso com Oswald Barroso, quando fala das suas visitas constantes ao acampamento dos excedentes, que se fazia na reitoria ou na praça da Bandeira, reivindicando o acesso negado até então. Tema capaz de chamar a atenção das autoridades, os excedentes como trata toda uma bibliografia clássica do movimento, foram a ponta de lança do movimento no sentido de angariar representação social. Pais, padres, políticos se inseriam na discussão, que se relaciona diretamente com a busca da classe média pelo acesso ao ensino superior como alavanca social.

È esse processo que o movimento, em Fortaleza, vai conseguir sua visibilidade, nos primeiros meses dos anos. Entre 1966 e 1968 é uma constante a movimentação logo depois da aprovação no vestibular. Em 1967, vemos parte desta tensão verificada no empenho do próprio governador em solucionar o problema dos excedentes de Filosofia que o procuraram.

Em uma matéria de O POVO de 07/03/1967, temos o depoimento de que o Governador do Estado na época, Plácido Castelo, recebeu “com os lábios trêmulos e os olhos molhados” um grupo da Faculdade de Filosofia, excedentes do vestibular daquele ano, que, assim, realizavam uma prática que, cada vez mais, iria se tornar freqüente: recorrer às autoridades na busca de auxílio para entrarem na Universidade, pois afinal haviam sido aprovados. É apresentada uma situação em que o Governador, comovido, chorando, se solidariza a ponto de dar sua palavra no sentido de assegurar a presença dos jovens na turma daquela ano na referida Faculdade. Isto resultará em “novas lágrimas, agora da parte dos beneficiados, e risos, palmas e uma explosão de euforia que ganhou as ruas e acabou nas redações dos jornais”. Assim, é necessário fazer essa relação entre problemas que afligem a sociedade, mais especificamente a classe média, e o movimento estudantil como um dos possíveis núcleos de (re)elaboração de leituras e proposições acerca desses problemas.

O caso citado se prolonga, pois não foi suficiente a palavra do governador para resolvê-lo, o que causou mais revolta e indignação, reuniões e novos protestos. A situação não é tão fácil, pois se ele se compromete com os estudantes da Filosofia, quem irá se responsabilizar por todos os outros

projeto; as relações que ele passa a estabelecer com seu projeto de carreira assumem importância fundamental na formação de sua consciência radical.” Martins Filho, op.cit. pp

excedentes dos outros cursos, que também aparecem nos jornais, reivindicando seu lugar na Faculdade? E cabe a pergunta: quem vai se responsabilizar pelos excedentes futuros? O tema não podia ser resolvido por caneta, o que demonstra as inúmeras notícias de reuniões do Conselho Universitário, as soluções caseiras dadas por cada Escola Superior, as viagens do Reitor Fernando Leite à Brasília, na busca de uma solução efetiva para o problema.

Enquanto isso, que faz o movimento se não se organizar para atuar no sentido de canalizar tanta insatisfação? Se o movimento é feito com a clara participação de tendências, não podemos esquecer que não são elas que vão garantir sua força, sua capacidade de adesão, o que não quer dizer que com isso estejamos subestimando seu papel. O que quero dizer é que há claramente níveis de interação entre a sociedade, classes e categorias sociais, inclusive estudantes.

O movimento estudantil têm sua força não na luta pelo socialismo, ou na eficiência da propaganda comunista, como pensavam as “autoridades constituídas”, mas sim das maneiras que (re)elaborava soluções para problemas, na medida em que se constitui como instrumento de crítica de determinados procedimentos do regime autoritário. A tensão existente entre organizações e movimento não se mostrou um empecilho; se é um limite foi condição da existência da movimentação estudantil na cidade. Dentro das passeatas, nas greves, nas eleições, elas estão lá buscando garantir seu espaço, tendo que lidar com as expectativas do movimento. Não é a toa que a questão do reconhecimento traz a tona justamente a disposição de alguns militantes em verem valorizadas suas organizações – eles também não participaram dessa mobilização, até mesmo na busca de melhorarem a situação de suas tendências?

Acontece aqui, ao mesmo tempo, uma crescente disputa em se ter acesso ou se comemorar a oportunidade de ascender socialmente, pois um dos focos da tensão é justamente esse: a busca desvairada expressa politicamente por membros da classe média no acesso a esse verdadeiro divisor de águas social vislumbrado nas últimas décadas: a universidade. Desta forma, o ensino superior e sua materialização concreta em múltiplas dimensões, a universidade, podem ser pensados a partir dos anos 30, tendo

uma radicalização nos fins dos anos 50 e durante os anos 60, como “uma área politicamente sensível”¹⁰⁴ dada as possibilidades que abria para setores médios, cada vez mais dispostos a lutar por um lugar ao sol.

Os militares não querem discutir democraticamente a questão, gerando ainda mais impasses para uma situação delicada. O regime só viria a encontrar um meio de solapar o discurso dos estudantes através da força e da estratégia de apoio explícito ao ensino superior privado.

Porém, saltar da temática das reivindicações para o terreno político foi uma tarefa difícil para os estudantes. Mesmo depois de várias manifestações estes ainda enfrentariam a violência simbólica de tentar resumir seu movimento a grupos subversivos ou ainda a questão de gerações, a manifestação do “poder jovem”. Tiveram que enfrentar a questão dos “*infiltrados*” como já vimos. Desde o início da ditadura, o movimento vai ser tratado como um lugar perigoso e nele se temerá a proliferação da subversão.¹⁰⁵ Porém, mais que atacar comunistas, o movimento é que será atacado na sua principal pilastra que era a representatividade conseguida junto aos estudantes. A lei Suplicy vem por termo à autonomia das entidades, atrelando-as aos órgãos oficiais da Educação.

Entre as regras, o estabelecimento do voto obrigatório com punição de provas finais para quem não votar. A dissolução da UNE é mais um passo. A entidade estadual fica atrelada à Secretaria de Educação, os diretórios de curso à direção, o diretório por faculdade à reitoria, com repasses e papéis definidos por esta. Ainda acaba-se com a eleição direta para o principal órgão das universidades o diretório central passa a ser eleito pelo conjunto de diretores eleitos de cada curso. No caso de Fortaleza após a intervenção na UEE, esta entidade perderá sua força junto aos estudantes. Como vimos, em um processo em que a força desempenha um papel central, o DCE passaria a ser o principal instrumento de representação dos estudantes.

O rompimento com a direita dentro da entidade intervencionista vai se dar logo após a eleição de Homero Castelo Branco em 1966. Já se falou

¹⁰⁴ VELASCO E CRUZ, Sebastião C. “Movimento Estudantil e Crise na Política Brasileira.” In: Primeira Versão. Nº 32, 1FCH/UNICAMP, 1991. p11

¹⁰⁵ FAVERO, Maria de Lourdes de A. A UNE em Tempos de Autoritarismo. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. POERNER, Arthur José. O Poder Jovem. História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros. (2ª ed) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

acerca do papel das tendências de esquerda sobre o trato das reivindicações estudantis. A esquerda ganha as entidades por conseguir expressar o descontentamento face as medidas autoritárias e principalmente aos problemas mal resolvidos pelo regime em relação a demanda do ensino superior. A direita fica sem base social, enquanto o discurso crítico das organizações de esquerda consegue encontrar eco.

Fortaleza não foi diferente com pouquíssimos diretórios da direita conseguindo alguma coisa logo depois das intervenções feitas em 1964, e continuadas até 66. Logo nas primeiras eleições sob o sistema da Lei Suplicy o que acaba por ocorrer é a inversão dos mecanismos de repressão. A luta contra a lei aglutina os estudantes e o que vai ocorrer é à vitória expressiva dos estudantes ligados a organizações de esquerda, que conseguem ter com seu discurso elementos de coesão e disposição de luta – são como espelhos de uma grande insatisfação.

Todo início de semestre dos anos de 1966, 1967, 1968 o que vai ocorrer é justamente a ida, **obrigatória** agora, dos milhares de estudantes das faculdades estaduais e federais as urnas para elegerem militantes ligados a AP, trotskistas e do PC do B, alguns bem poucos do PCB e, aqui e acolá, um da direita.

Na eleição de 1968, os estudantes driblam a eleição indireta para o DCE. No ato da votação para o diretório de seu curso, indicavam que diretoria queriam para o DCE. Conforme acordado no conselho do DCE, o novo conselho formado pelos presidentes de cada curso apenas homologaria a prévia feita pelos estudantes. Como foi baixíssimo o índice de ausência, a eleição conseguiu alta representatividade para as diretorias eleitas, incluindo assim o DCE.

Vemos pois que os estudantes vão tecendo uma teia de mobilizações que lhes permite a construção de legitimidades políticas – processo no qual as organizações são decisivas, com avanços e recuos dentro de estados de tensão. Faz parte dessa teia, além das eleições, também as reivindicações. Falando das relações entre as organizações e as lutas estudantis, é difícil encarar o ponto a partir da fala de Bráulio acerca da hegemonia do PC do B. É claro nas falas o domínio do PC do B em relação ao número de entidades e

mesmo nas discussões. Porém os motivos dessa hegemonia são reivindicados por todos os grupos. Penso nas palavras de Oswald que levantam a idéia de planos diferentes que se relacionam algumas vezes em tensão outras em sintonia. Quando lhe perguntei da integração com as massas respondeu-me que *“essa bandeira de se integrar as massas era mais uma bandeira do partidos, não era do movimento estudantil entendeu?”*. Segundo ele:

“não se levava para o congresso esse negócio... Outra coisa quem levava eram os trotskistas, a aliança operária-estudantil-camponesa, mas o PC do B e Ação Popular, principalmente, não defendiam essa bandeira, o movimento estudantil é para lutar pelas liberdades democráticas e contra o imperialismo, contra a ditadura e contra o imperialismo, essa é bandeira.”

É claro pois alguns cuidados se devia ter.

É assim que a passeata dos 20 mil, ao lado dos grandes conflitos, expressou a representatividade máxima do movimento dentro da cidade e para o conjunto dos estudantes. Depois de várias lutas por residências, envolvendo o restaurante, a própria discussão dos problemas da universidade, teremos sua realização. É impossível imaginá-la sem a presença forte das entidades junto aos estudantes nos anos anteriores. Militantes de todas as organizações indicam a participação de seus grupos dentro dos cursos e na universidade como um todo. Vai ser ainda ressaltada essa interação de plano entre as organizações, lutas, estudantes. Oswald se recorda da sua turma, em que se misturava gente de todos os partidos e independentes todos muito dispostos à luta. Helena Serra Azul a mesma coisa em relação à Medicina. O que dizer da aliança-operária-estudantil-camponesa dos trotskistas, condenada por Oswald, mas vitoriosa nas eleições face aos outros grupos? Se, na falta de debate, as posições fechadas existiam, vícios políticos condenados tão duramente por Paulo Emílio, as organizações também relacionam-se com os mecanismos de representatividade, conseguindo razoavelmente se afirmar cada uma. Isto porque, creio, a natureza de determinadas lutas e bandeiras foi capaz de fazer grandes encontros comuns, estes também marcados por ácidas disputas.

Numa época de pouco mais de 4 mil estudantes, conseguiu-se colocar nas ruas 20 mil, o que demonstra a importância do movimento na ocasião, para pensar que tipo de abertura podia se ter. Os estudantes são os grandes articuladores da passeata, da qual vão participar inúmeros setores da

população. A impressão que tenho, observando as falas dos envolvidos na passeata, é essa: o movimento estudantil indo no limite de sua representação perante a sociedade, abrindo brechas diante do autoritarismo. Como uma brisa de liberdade, o evento conseguiu a adesão de muitos, a não participação da polícia, uma brecha dentro da situação autoritária. Todos os entrevistados que vivenciaram a passeata são unânimes em falar do poder dos estudantes, em promover um evento dessa magnitude.

Também dentro dela estava presente a disputa entre as organizações, mas também vemos que essa disputa não é algo de prejudicial para o movimento. Ainda que seja um limite, não foi por isso que o movimento se perdeu no meio fio. Pelo contrário, o que vemos é que a dinâmica da disputa limita, mas também constrói o movimento. Assim é que Pedro Albuquerque pode falar que todos se deram a mão, se deram a mão brigando pelos espaços dentro da passeata: “*a briga pelo microfone*”, nas palavras de Ruth. Sobre o conflito interno, cabe citar um momento. Antes da passeata iniciar Genoíno empunha uma bandeira nacional, jogando outras para a multidão que lhe escuta. Paulo Emílio recorda-se de uma passeata em que Genoíno enrola-se em um bandeira nacional, sendo implacável na sua análise (de trotskista?):

“eu me lembro bem que o Genuíno, uma vez se enrolou na bandeira do Brasil numa das passeatas e saiu com ela enrolada sobre o corpo o que isso significa uma verdadeira heresia em termo de internacionalismo proletário, aquele que faz parte do marxismo deve esquecer os nacionalismos, as bandeiras nacionais, o próprio nacionalismo, mas isso acontecia e se manifestava, era na verdade uma manifestação do oportunismo do PC do B em relação a burguesia nacional que de certo modo existiu nos movimentos(..)”

Não acho exagero pensar que os dois momentos são os mesmos e que dentro de uma passeata de tamanha envergadura a disputa pelo espaço também se verifica nas ideologias de cada grupo. A idéia da frente ampla do PC do B, da etapa nacional da revolução brasileira, encontra ótimo espaço pra se apresentar.

Com a manifestação, feita logo após o massacre da José de Alencar, um dia após a passeata dos 100 mil no Rio, vivemos um clima de possibilidade democrática conseguido boa parte pela presença dos estudantes na vida

política da cidade. Uma presença iniciada com os excedentes, com a preocupação com as questões universitárias, pela mobilização permanente. Em uma situação autoritária, o movimento acaba por receber uma função que não é sua, ou pelo menos não só sua: zelar pela liberdade democrática. Liberdade entre aspas, pois, como vimos até o último instante a passeata dos 20 mil esteve por um fio, a ponto, tendo em vista a opinião da Secretaria de Segurança Pública, de ser também um novo palco da repressão policial.

Paradoxalmente, uma liberdade não priorizada pelas organizações mas que caiu nas mãos do movimento estudantil no 1º semestre de 68. É o que vemos nas falas dos participantes da passeata que se pronunciaram em notas nos jornais durante a semana ou mesmo na passeata em si. Através deles, vemos a solidariedade e também a possibilidade de expressar sua insatisfação, manifestando bandeiras comuns, como o caso do imperialismo, como poderemos trabalhar em outro momento, em oposição à idéia do nacionalismo.¹⁰⁶ Antes do seu início e durante seu percurso cantou-se o hino nacional, empunhou-se bandeiras.

O Sindicato dos Bancários lançou um manifesto em que, além do apoio e solidariedade aos estudantes manifesta seu apoio a luta política dos estudantes. Cita a luta como uma:

“reação a toda uma política dirigida por interesses estranhos ao povo brasileiro, que resulta principalmente no esmagamento da classe trabalhadora sobre quem pesam as leis de greve, arrocho salarial, previdência anárquica, FGTS, lei de segurança nacional”.

Assim, a luta estudantil é percebida em sintonia com interesses maiores e a passeata dos 20 mil abre espaço para bandeiras, o movimento é o aríete da defesa de determinados interesses da abertura de possibilidades de expressão. A Frente de Renovação Sindical aproveita a ocasião para denunciar “a inércia dos pelegos que há 15 anos dirigem o Sindicato” diante os

¹⁰⁶ Em vários momentos teremos a reverência luta patriota do estudantes a denúncia do interesses externos. Em outro ponto discuto mais aprofundadamente a questão. Cabe ressaltar para efeito do que quero provar o quanto esta passeata dos 20 mil selou sintonia entre o movimento estudantil e setores sociais, o quanto consegue mostrar sentidos políticos presentes e que têm um momento de visibilidades e mesmos de forte efeito político apesar de não conseguir levar adiante sua mobilização.

acontecimentos, entre eles a prisão dos 3 comerciários no “massacre” da José de Alencar.

O padre que irá ler o manifesto dos sacerdotes afirma ter deixado sua paróquia no interior do estado para “apoiar o movimento estudantil, que acha justo, e denunciar que no sertão o povo morre de fome enquanto que na cidade o povo morre de violência policial”¹⁰⁷. Aí mostra toda a capacidade de canalização do evento e num sentido mais amplo, da luta estudantil em expressar tendências políticas dispersas pela sociedade e muitas vezes aglutinadas e trabalhadas pelas organizações políticas.

20 arcebispos dão apoio incondicional aos estudantes distribuindo o manifesto. Nele, dizem que querem falar ao povo da sua solidariedade para com os estudantes, respeitando seu direito de se manifestarem “para a construção do mundo que irão viver”. Não deixam também de participar da luta simbólica em torno do teor da luta estudantil:

“(...) protestamos contra as acusações de “baderna” e “agitação” que lhes fazem os que desejam manter privilégio e sustar mudanças historicamente necessárias; contra as pressões a que é submetida a Universidade Brasileira; a estrutura que impede a livre participação, a livre expressão, a livre reivindicação; contra as prisões de estudantes e comerciários durante as manifestações populares aqui realizadas”¹⁰⁸

O comentário final do Gazeta de Notícias sintetiza as esperanças diluídas na passeata, escritas por um narrador. Depois de descrever a passeata desde o começo, com a chegada das pessoas na praça, a fala inicial de Genoíno, o pitoresco na praça, um soldado em correria de bicicleta, vaiado depois de ter medo do avanço da multidão. O narrador oferece à imaginação possibilidades que se abriram ali depois do sucesso da manifestação, quando do final da passeata no Clube dos Estudantes Universitários. Sem bases sociais, contudo, se perderiam na imaginação ou inércia de quem pouco pode fazer no recrudescimento do regime, que no fim das contas acompanhava tudo com muita atenção e jogaria cartadas decisivas. Logo depois de passar em frente ao local onde Juvenal Nogueira fora baleado, fez-se o silêncio:

¹⁰⁷ GN 28/06/68:4

“Vinte mil pessoas pararam e silenciaram por um minuto a um só gesto. Era noite já. Foi impressionante. E, por fim, chegaram ao CEU. A multidão se dispersou. Nas rodinhas as vozes roucas comentavam: “Vencemos. Tudo foi muito bom e muito bonito. Nós provamos que não somos baderneiros. Não houve um só incidente. As idéias vencem as armas. Queríamos uma Democracia assim.”¹⁰⁹

“Federação dos Trabalhadores Cristãos”, “Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo do Ceará”, “Sindicato dos Bancários do Ceará”, “Frente de Renovação Sindical dos Comerciários”, “Sindicato dos Conferentes do Ceará”, o “arcebispo de Fortaleza Dom José Delgado”, “vinte sacerdotes das Arquidioceses de Fortaleza”, a presença de familiares dos estudantes, professores etc todos reunidos fazendo da passeata a principal demonstração de força pela luta contra a ditadura. Interesses que convergem ou destoam, mas que se unem no sentido de conseguir protestar.

O que não deu certo afinal?

O movimento não poderia exercer essa função aglutinadora por muito tempo. De um lado, a pressão da ditadura com medidas progressivamente duras, de outro, a própria incapacidade, por si, mas também por outros motivos, das organizações conseguiriam continuar dentro do movimento sua mobilização.

Isto se deu porque os mecanismos de representatividade foram esmagados. O campo que as organizações tinham de trabalho se restringiu de maneira absurda. Daí escolhas variadas apareceram. Podemos acompanhá-las e perceber como foi brutal a destruição dos mecanismos do movimento e decisivo para a dinâmica das organizações políticas. Estas tiveram opções, mas acima de tudo foram condicionadas.

No início de 69 ainda se tenta articular manifestações de protesto, mas os cães estão soltos farejando carne. Não há espaço para luta política. Quem continuou no movimento não pôde fazer muito, acabaria preso torturado, corrido. Bráulio Ramalho nos contou que foi pra ele um momento de muita angústia:

¹⁰⁸ GN 28/06/68:4

“quando em 69,70, rapaz, era uma dor lancinante, que eu passava pelo diretório e via, a sala fechada e tal porque lá era nosso ponto de encontro e tal, lá não só saíam as diretrizes nossas, mas também dia e noite, dia e noite ali, e de madrugada no período de ocupação, mas dia e noite, as vezes ia de manhã, a noite e tal, as nossas música, a gente tinha centenas e centenas de discos, e tudo que era estudante ia para lá, era o ponto de encontro dos estudantes, era o ponto de encontro, era onde a gente se sentia bem, era nossa casa ali. Foi uma coisa... Eu quase abandono a Faculdade, eu quase não tinha mais, eu achei que não... Foi um esforço muito grande para eu terminar a Faculdade que eu queria abandonar, ainda pensei em abandonar porque eu achava que não tinha mais sentido...”

Continuou-se.

Oswald Barroso, por outro lado, relatou sua experiência dentro do movimento na clandestinidade, quando fez parte da diretoria do DCE eleita em uma assembléia clandestina. Depois disso uma saga de prisões até, passando pela luta dentro das esferas legalistas, a queda dos militantes da AP. A tentativa de fazer um movimento não vingou dentro do movimento, as coisas cada vez mais se restringindo sem que se consiga ir além de meras brigas formais dentro dos conselhos. Ocorre um processo de aglutinação de militantes em Recife, a ida para outros centros como estratégia de ação das organizações. Trotskistas, Ação Popular, PC do B, muitos saíram. Aqui, um grupo da AP sofreria graves perdas com a queda de militantes no início dos anos 70. Longe de ser uma questão do movimento, é preciso observar que sociedade é essa que não reage contra a ditadura e que tipo de propostas políticas foram feitas pelas organizações.¹¹⁰

Cabe aqui a discussão de Ridenti sobre a questão. Em que ele nos apresenta qual verdadeiramente o grande limite do movimento e que as organizações não identificaram. Para elas o movimento não podia ser revolucionário por ser constituído de pequenos burgueses, que lutavam por direitos pequenos burgueses não estavam imbuídos da lógica revolucionária proletária. O autor no entanto coloca que sobre o papel do movimento estudantil naquele instante:

¹⁰⁹ GN 28/06/68: 4

¹¹⁰ REIS FILHO, Aarão Daniel.

“os limites, portanto, não estavam especialmente no fato de que o ME fosse composto de pessoas com extração social de classe média, como supunham muitas organizações, e sim na própria estruturação do movimento, no sentido da reivindicação de direitos – o que lhe poderia dar, se quiserem usar a expressão, um conteúdo necessariamente “reformista”.”¹¹¹

Na verdade, pois, falamos da tensão entre um movimento reivindicativo, que busca direitos e as organizações disposta a avançar em um processo revolucionário. A questão é da solução política dada pelas organizações em meio a uma situação de fechamento para se fazerem ouvir e conseguir se fazerem opções. Sabemos já que de uma lado as organizações acabaram por fazer do isolamento uma condição para sua ação, no que optam, então, por serem estados maiores, de outro não discutiram o sentido de seus dogmas e da dinâmica da clandestinidade – não se fizeram uma opção viável.

Por outro lado, ainda, quero deixar minha opinião de que, bem ou mal, as organizações estavam muito limitadas nos seus espaço e que o espaço que tinha, o movimento, usariam a até o fim creio. Ou seja, elas saíram do movimento expulsas, muitas caíram na lua armada mas não deixariam de fazer seu trabalho no movimento é uma questão de sobrevivência de trabalho político. Se de um lado havia a opção foquista, o movimento não deixaria de ser uma base de apoio e trabalho político, durante todo o ano boa parte das organizações não agiu assim em todo país? Por outro a AP, contra a luta ramada, lembremos, iria até o fim com sua tentativa de levar os estudantes as ruas, era essa a sua filosofias de luta, não abriu mão dela nem mesmo depois da luta então porque não faria ainda o trabalho com os estudantes?

Assim, a representatividade esteve sempre do movimento como um grande nó a ser desatado – somente na interpretação da crise do AI-5 foi que as organizações resolveram apostar em outro tipo de representação uma ilusão de representação que no caso do movimento estudantil passava por grandes testes. Agora não mais, as organizações viram em um grande quarto escuro de espelhos onde não sabiam identificar mais o inimigo, nem si mesmo e as classes trabalhadoras que sonhavam ter ao seu lado quando há verdade enxergava as propria manobras, no início em desafio depois em tenebrosa fuga.

¹¹¹ Op Cit pp 133.

As organizações apostaram numa crise que nunca veio da maneira que esperavam. Dentro do movimento isto foi um dado, mas ao lado deles existiam outros. Só vão abandonar o barco quando não mais tiverem condições de atuar dentro do movimento estudantil. Bem ou mal, este se constituíram campo de ação deles, mas também de aliança para vários setores – o que nos leva a pensar que não foi apenas o movimento estudantil o derrotado e sim muitos outros setores sociais. Dentro do processo de modernização autoritária, não foi mais possível construir uma reação. As organizações acreditaram na luta armada e sem condições de realizar, pelo menos aqui no caso de Fortaleza, seu trabalho com os estudantes priorizaram outras formas de luta.

Nos quase 10 anos, de 69 até 79, das entidades estudantis fechadas devem ter partido lutas veladas ou com algumas mobilizações. Quando o movimento voltou às ruas, não era mais o mesmo. Isto porque, apesar de grandes continuidades que perduravam, até hoje por sinal, a sociedade que fazia parte não era mais a mesma; certos laços, alguns de vida e sangue, haviam sido cortados, incluindo com as organizações que o dinamizavam, bem como, o mais importante, com as utopias que defendiam. Como disse um entrevistado, “*mudou totalmente o leme de onde o país podia ter se dirigido*”.

Capítulo VII

Histórias de Militância

Acredito que antes de situar as entrevistas em relação aos depoentes é interessante também fazê-lo em reação ao entrevistador, para que assim se possa ter uma idéia de como as trajetórias que levaram a essas pessoas foram delineadas.

Tal tarefa, bem que poderia ser feita a posteriormente, com todas as entrevistas transcritas, hipóteses confirmadas, ou derrubadas, caminhos fechados outros abertos, seria muito fácil fazer tudo ter sentido com o que penso hoje, mas não é bem assim. A (s) lógica (s) da pesquisa, se o existem, não existem assim tão lógicas. São construídas muito mais de páginas rasgadas do que vitoriosas, de roteiros mal feitos do que perguntas exatas. Ainda mais se decidimos caminhar dentro do campo dialógico que caracteriza a pesquisa oral. Desta forma posso garantir que falo muito mais de becos sem saídas e longas noites maldormidas, do que dias bem sucedidos de trabalho e elucubração acadêmicos. Falo de trajetos percorridos e como o caminhante se faz ao fazer a caminhada.

Isto se mostra quando vemos o caminho que me levou a nossos entrevistados. Acho que podemos dividi-los em 3 grupos, algumas vezes em intersecção. O primeiro grupo são aqueles levantados por amigos, pessoas próximas que, ao saberem do meu tema apresentaram nomes de pessoas que sabiam ter tido algum tipo de participação dentro da universidade no período. No mínimo todos foram estudantes universitários (a única exceção é Mário Albuquerque – estudante secundarista) entre os anos de 1964-1970. Outro grupo foi aquele levantado na pesquisa feita em jornais e no trabalho de Braúlio Ramalho. Por fim, talvez fosse possível situa-los também no grupo da pesquisa, são aqueles citados dentro de entrevistas realizadas como pessoas que podiam esclarecer melhor questões do período, tiveram atuação mais destacada etc. Acredito que esse grupo se distingue do anterior pois estamos diante de estratégias de memórias diferenciadas, na busca de se consagrar determinado tipo de visão do passado, in ou conscientemente.

Assim, percebo que de uma forma ou de outra estão em jogo caminhos simbólicos de construção de memórias, seja pelas pessoas próximas, que manifestam sua opinião, seja nos jornais, ou no trabalho de Bráulio Ramalho. Estratégias que se apresentam como seletores, em níveis e mecanismos distintos, de memória, seja na própria ação do historiador, que faz escolhas específicas do que vai ou não consagrar na história e na memória acerca da luta estudantil contra a ditadura militar.

Assim, ao sair de casa ao encontro do futuro entrevistado, ficava pensando na palavras de Certeau acerca do trabalho do historiador, quando sai do arquivo e pergunta o que consiste o trabalho, dentro da célebre discussão da “operação histórica”. Se o trabalho do historiador consiste em lidar com diferentes lugares sociais, incluindo o seu mesmo, dentro de uma dialética de afastamento e aproximação com a institucionalização promovida dentro da história, o que dizer da história oral, da busca pelo morto em que insistimos fazer viver?

Creio que incorporamos temáticas desses lugares dos nossos entrevistados. Nas entrevistas feitas percebo o quanto de lugares sociais se cruzam e a riqueza desse procedimento em verificar tensões existentes entre o trabalho do historiador e as memórias levantadas. Entre presentes e passados:

“Assim, fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não pára de encontrar o presente no seu objeto, e o passado na suas práticas. Ela é habitada pela estranheza que procura, e impõe sua lei às regiões longínquas que conquista, acreditando dar-lhes a vida.”

No caso do trabalho com a história oral, estas palavras tornam-se enigmáticas e proféticas.

Nelas inspirado, vejamos alguns procedimentos de alguns de nossos entrevistados em relação a esse território em disputa que é a memória acerca da luta contra a ditadura. Para além, e ao mesmo tempo, algumas vezes, dentro da questão já levantada do reconhecimento da ação política de sua militância/organização, vemos também ressentimentos, esquecimentos, ênfases, tudo situado dentro de narrativas onde se destacam a ironia, a mágoa, a epopéia, a tristeza e a saudade. Às vezes em oposição, às vezes dentro um

do outro. Os entrevistados escolhidos foram Mário Albuquerque, Paulo Emílio, Oswald Barroso, René Barreira, João de Paula, Inocêncio Uchôa e Cláudio Pereira. Cada um permite observar distintos mecanismos de composição e foram escolhidos por apresentarem interessantes pontos para se refletir os como e porquês das relações entre memórias e história. Há, ainda, a referência ao “militante ausente” que se fez presente em várias falas: Bergson Gurjão Farias.

Mário Albuquerque foi nosso 1º entrevistado¹¹². Através dele, outros nomes, bem como temas, apareceram. É clara na sua entrevista, a noção da importância de sua fala para o esclarecimento de questões da época. Na época Mário era presidente da Associação 64-68 e toda a sua entrevista pontua questões de foro íntimo como grandes temas da época, de quem já tem toda uma visão do período. Isso não significa dizer que não existam caminhos em aberto, conflitos dentro dessa visão já delineada. Se ele nos apresenta toda aquela trajetória da esquerda, desde o período Jango/reformas de base, o declínio do PCB, ascensão de grupos armados etc, também na sua entrevista vamos ter espaço para a resolução de traumas pessoais, para se perceber que, dentro das questões mais gerais, de foro público, também está agonizando o privado, o pessoal.

Na memória não há como delimitar onde o político e o subjetivo se aproximam e se distanciam, sendo que, concordando com toda uma discussão feita por Pollack, Thompson, Portelli, o que temos é que a memória é necessariamente marcada pelo elemento político na busca de reconhecimento. Há a luta da memórias subterrâneas na construção de significados/representações, em constantes rearranjos entre as memórias pública e individual, entre processos subjetivos e coletivos de apropriação do passado.¹¹³

¹¹² **O engraçado é que não me lembro por qual caminho o nome de Mário aparece (creio que devo essa ao Moacir, companheiro de trabalho do NUDOC, que conhece bem a família Albuquerque e ao saber do meu tema logo me apresentou tanto o nome de Mário, quanto o de Pedro, seu irmão Pedro Albuquerque).**

¹¹³ Essa discussão creio se sintetiza no modo como cada um a partir de seus procedimentos e pesquisas pessoais vão aprofundando a discussão sobre a memória para além do conceito de memória coletiva de Halbwachs. Creio que aqui também vemos a questão da história oral aparecendo como instrumento que traz a tona dimensões políticas da memória que o conceito esconde ou não se preocupa em levantar. Isto se mostra claramente principalmente no caso de Pollack que assume a postura de dialogar com esse autor. Os outros 2 o fazem a partir de suas pesquisa com questões que remetem claramente a discussão propostas por Halbwachs e Pollack. POLLAK, Michel. “Memória, Esquecimento, Silêncio” *In* : **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Vol.2, 1989. pp 03-15. A passagem em questão é: “(...) o

É o que observo na fala de Mário, ao relatar a perda de seu filho na luta contra a ditadura tendo em vista a tarefa prioritária de “fazer a revolução”:

“Sim, nós achávamos que em 3 anos nós estávamos no poder, é tanto que nós sacrificamos tudo: pra que estudar, pra que constituir família, pra que trabalhar, se em 3 anos nós vamos estar no poder, se nós vamos derrubar essa porra e estar lá? Então essa era a grande questão, então nós sacrificamos tudo mesmo, eu mesmo, do ponto de vista pessoal meu, sacrifiquei inclusive filho tipo aborto, minha mulher teve que fazer aborto porque como é que a gente podia ter filho sendo revolucionário, ameaçado de ser preso a qualquer momento etc? E muitos fizeram isso, abandonaram a universidade, foram trabalhar no campo, aqui tem a Helena Serra Azul que hoje é a presidente da ADUFC, o Chico Monteiro que é o marido dela que é hoje membro do Conselho Regional da Medicina foram duas pessoas que..”

Vemos aqui como se misturam na narrativa elementos consagrados da história pública sobre a luta revolucionária com elementos privados, pessoais. A questão aqui é a importância de como se misturam esses procedimentos, como bem demonstrou Alistair Thompson, ao tratar da lenda dos soldados australianos¹¹⁴. No caso de Mário, o que vamos ter é um esforço permanente para mostrar que essa história, já uma memória consagrada, seja feita a partir das histórias de seus conhecidos e de si mesmo, não seja vista como algo abstrato, isolado. A questão é que, ao misturar elementos ele de um lado reforça estereótipos, mas também é possível ver que experiências não consagradas também a toa e no caso também pedem por explicações que vão além da sua própria explicação de “*que foi coisa da juventude*” ou “*tínhamos soldados e poucos generais*”. Ou ainda, vemos como na memória aparece a força de quem largou tudo pra se inserir na luta armada – o que só faz sentido dentro da contextualização da sua vivência.

A memória do presidente da associação 64-68 deve ser (e o é) articulada, com uma perfeita visão do que foi a ditadura, das razões da derrota, dos preços e equívocos. No caso de Mário, disputas legais envolvendo difíceis

problema que se coloca para a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam invadir o espaço público e passar do “não dito” à contestação e a reivindicação (...)” POLLAK, Michel. **Obra citada**. p9. Aqui cabe a referência a recém-criada “Associação 64-68” em Fortaleza. Fundada por ex-militantes estudantis e/ou presos políticos do período da ditadura militar, não estaria essa associação lutando para a passagem do “não dito” ao espaço de “contestação e reivindicação”?

indenizações, reconhecimentos, isso ainda tem um peso considerável. Porém, mesmo aí, ressaltado, há espaço para que considerações, menos prontas, apareçam.

Na narrativa se confundem marcos pessoais e públicos, em um claro processo de compor reminiscências. É, assim, que ele fala que perdeu a mulher, que viajara enquanto ia para cadeia (“*na véspera de viajar desisti por causa de pressões dos companheiros*”), que perdeu o filho, como vimos “*revolucionário não podia ter filho*”, que passou pelo “*menu da tortura*”¹¹⁵, que teve que passar 13 anos na cadeia, reconstruir a vida.

Mário pode usar essas marcas para compor um sentido político da sua militância, e o faz, o que, porém, não significa dizer que isso é um processo apenas exterior. Se, de um lado, há o uso político desses traumas, por outro, isso acaba por fazer uma reconciliação, mesmo que ainda incerta, sobre si mesmo. Não esqueçamos a fala de Portelli de que experiências e fatos se influenciam reciprocamente.¹¹⁶ E é assim que entendo Mário, quando falou da importância de dar entrevistas sobre a sua experiência:

“Tenho muito prazer não cobro nada entendeu? E isso para mim é uma terapia falar, porque foram momentos muitos trágicos, difíceis e se você não bota para fora isso adocece você, então você tem que pagar um terapeuta não é? Então, eu prefiro falar, que eu sei que muitos companheiros meus que não conseguem falar e estão aí ruim, não consegue, as suas vidas travadas e tal. Então eu não tenho nenhum problema pode perguntar a vontade.”

Assim estamos dentro de um território que não se reduz apenas a ser ou não presidente, apesar disso ter sua importância. Temos o peso dos mecanismos de composição de reminiscências, momentos em que o privado e

¹¹⁴ THOMPSON, Alistair.

¹¹⁵ Fala de Mário em uma reportagem de O POVO acerca da indenização de presos cearenses levados para o Recife. Interessante observar que a expressão de Mário, dentro da frase, demonstra aquela idéia de uma visão bem amadurecida acerca da luta contra a ditadura, própria de quem fala em nome de uma associação disposta a fazer valer os direitos dos perseguidos políticos.

¹¹⁶ “*Representações e fatos não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como **história** com fatos reconstruídos, mas também, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações.*” E em cima disso a pergunta: os fatos falam de que senão de experiências históricas? PORTELLI. Alessandro. Op Cit. pp

o público travam intensas relações, em que as memórias buscam seu reconhecimento não apenas para dizer muitas coisas, mas antes para que se possa ter uma saudável relação com seus passados. Não custa repetir, é preciso fazer com que o passados faça sentido, é preciso estar em paz com a própria memória.

Desta forma, temos que lidar com esses mecanismos pois, ao nos dar entrevista, os entrevistados estão compondo trabalhos, histórias suas. Se nós temos a academia, eles têm a própria vida para explicar a si mesmo e aos que estão próximos e, dentro de um contexto maior, da própria história que imaginam que deve permanecer – o que aliás é um dos grandes fundamentos da entrevista em si, dar uma entrevista é o que, senão ter seu valor reconhecido e entrar para a história? Como vemos claramente no trecho citado de Mário, *“muitos amigos estão travados”* porque *“não falam”*. A entrevista é lugar de construção de novos significados, de construção de novos passados...

Dentro dessa linha destaco outro entrevistado que afirmou a importância da entrevista na sua percepção das coisas.

Vamos falar agora de Paulo Emílio, começando pela sua última frase das quase 4 horas de entrevista que me concedeu.¹¹⁷ Ele concluiu depois de responder sobre sua vivência após sua última prisão no final da década de 70:

“Fique a vontade, está dito. A primeira vez que eu tive realmente verdadeiramente coragem de dizer tudo e falar de..”.

Sua fala se acrescenta a outro momento em que conversamos no qual me dizia o efeito da entrevistas de Gerardo Vasconcelos e a minha na sua vida (o que mais uma vez aponta para percepção da importância da entrevista também para o entrevistado, que assim também têm suas expectativas com relação a ela). Depois delas, se sentiu mais à vontade para falar do assunto nos últimos tempos, uma assunto tabu durante muitos anos depois da sua

¹¹⁷ Cheguei na sua casa as 8 da manhã. Depois de acabadas as 3 fitas, (seguí a recomendação de que mais que isso é por demais enfadonho tanto para entrevistador como entrevistado, sendo melhor deixar o restante do “roteiro” para outro dia) Paulo Emílio falou que não, íamos terminar hoje, desceu de sua casa rapidamente e foi comprar mais uma fita no shopping ao lado da sua casa. O que é que eu podia fazer?

“adesão ao capitalismo” e em que ficou muito tempo sem falar em “marxismo, comunismo, humanitarismo”. Ele nos contou que:

“Mas nesses últimos meses eu tenho sentido a necessidade de largar tudo e começar a escrever sobre essas experiências fazendo uma interpretação do processo histórico dentro dessa ótica de visão do homem como um ser essencialmente individualista.”

A passagem, além de apresentar a disposição de Paulo em superar o bloqueio, apresenta também a sua maneira de entender a questão. Paulo quer falar da luta contra a ditadura, mas dentro de sua interpretação: durante a entrevista Paulo nos falou da sua decepção com a esquerda depois de episódios dentro do movimento estudantil (permeado por vícios, como vimos); nas viagens que fez pela sua organização na clandestinidade, dentro da prisão.¹¹⁸ Tudo converge para a idéia de pensar que ele está ressentido com as conseqüências de sua própria experiência, um homem que não sabe muito bem o peso de sua participação, que está triste em ver desmoronar sua utopias, em entender que apesar de todo o espírito revolucionário também se tinha espaço para picuinhas, rivalidades, disputa, sacanagens, e mesmo para ser “igual como seus algozes”. A solução, falada em vários trechos, inclusive nesse em questão, é entender o homem com um ser individualista, determinado por uma “genética” que o apresenta como ser necessariamente egoísta, o lobo do homem. Que ideologias ou utopias podem mudar isso? Nenhuma, segundo Paulo Emílio. Triste fim?

Não é bem assim. Apenas pelo menos não. Paulo está se recordando depois de torturas e outras mazelas e é óbvio que está ressentido. Isto fez com que fizesse escolhas políticas bem claras de se afastar da esquerda e mesmo condena-la. Mas então o que fazia tão sorridente em uma reunião alguns meses depois da nossa entrevista em uma feijoada organizada pela Associação 64-68, presidida por Mário Albuquerque, seu “colega de trotskismo”, e em que se afirmavam antigos

¹¹⁸ Paulo já falou dos vícios presentes dentro do movimento estudantil. De um episódio em que foi aplaudido pelos seus dirigentes por abrir uma carta de um grupo interno adversário. Também falou do Tribunal Revolucionário, que planejava assassinar traidores da revolução dentro e fora da prisão. Das disputas e divisões mesquinha internas dentro das esquerdas no

ritos da esquerda revolucionária? Se procurando marcar o espaço dos antigos militantes e em que me falou, entusiasmado, dos processos criminais que Mário havia conseguido?

Aguardemos, pois se é certo que o passado reivindicado por Paulo é um passado cheio de ressentimentos, é também um passado que ainda está em aberto e, como vemos na sua ânsia de terminar a entrevista, é algo que ele ainda quer deixar bem terminado e, principalmente, para além das dúvidas pessoais, é um passado em que muitos caminhos estão em aberto, em conflito, as explicações contrastantes têm que se ver com as críticas às perseguições, à própria esquerda e creio em especial como o próprio autor fala de si mesmo.

Isto se vê quando das partes mais heróicas de sua narrativa, em que, pelo contrário da individualidades, dos vícios, vemos brotar os marcos da solidariedade entre os presos da cela “X-9” no presídio Tiradentes, onde ouviam a Internacional. Ou ainda dos momentos antes da sua prisão, que marcam o terreno da própria loucura que era a luta contra a ditadura.

Não é bem resolvida a sua relação com a própria militância. Claramente reproduz os mesmos jargões de derrotas e vícios para explicar uma experiência que precisa ser encarada de frente, ser historicizada. Paulo nos fala de uma esquerda que não foi capaz de esquecer quase até o fim. Sua entrevista é isso mesmo: um desabafo, cheio de ressentimento contra a esquerda, contra o que foi, mas também, uma grande ponto de interrogação de quem tem uma postura de autocrítica com as próprias experiências. Sendo incapaz de abandonar os próprios pressupostos que tanto condena, longe de querer reconhecimento pra sua organização ou pra si mesmo a entrevista me parece um momento em que procura se reconciliar com seu passado – extremamente cheio de sentidos muitas vezes conflituosos.

Vamos, porém, dar um tempo nos trotskistas pelo amor de deus. É hora de chegar junto no “bloco do PC do B”.¹¹⁹

João de Paula Monteiro Ferreira nos deu sua entrevista em seu trabalho. Antes como condição pediu que feito o trabalho lhe desse uma cópia, pois

cárcere – na presença dos bundas-mole e bundas-dura, segundo o critério valorativo de quem tinham pego em armas na luta contra o regime (os bundas-dura) .

¹¹⁹ É claro que não achamos que as memórias sejam assim tão divididinhas em relação as tendências que participam os militantes. como já mostrarmos há regularidades, mas também

estava cansado de dar entrevistas sobre o assunto e não ter acesso ao resultado das pesquisas.

De sua entrevista uma questão chama muita atenção. Também uma passagem final em que fala das marcas e efeitos da ditadura militar no Brasil. Ela é bem emblemática para se entender como coloca a importância de sua militância, a relação passado-presente, enfim, criou a sua posição dentro das disputas da memórias:

“Agora, eu acho que não devemos estar com rancores não em relação ao passado. Eu passei por muito desabores, prisão, exílio, e tal, mas não estou interessado em vingança, nem um pouco interessado em perdemos o tempo com essas coisas do passado. Eu acho que nós devemos ter uma postura de olhar para o futuro todo, olhar para o futuro com um objetivo: desenvolver esse país, acabar com essa miséria, resolver essas injustiças e efetivar o imenso potencial que esse Brasil tem. Eu acho que os brasileiros precisam se unir em torno desse objetivo. Não precisamos gastar energias com as raivas do passado não, não podemos cair no que o Chile está hoje. O Chile, um país que está em uma situação econômica melhor do que a nossa, pode se amarrar porque está lá... Eu estive agora no Chile, está com 2 meses, eu vive lá durante um ano, voltei ao Chile, e senti isso... Temo que o Chile fique imobilizado porque o Chile está dividido em relação ao passado e se consumindo em relação a essa questão do passado. Eu acho que nós não podemos entrar nessa, nós temos é que encontrar a união, mas aí tem que ser em torno do desenvolvimento do país, tem que ser para acabar a miséria, tem que ser para acabar com a corrupção, tem que ser para construir um país novamente. É isso.”

Como disse o trecho foi uma resposta a minha pergunta acerca dos efeitos da ditadura. Para melhor ficar claro, vou colocar a pergunta feita:

“(..) que é que o senhor acha que ele colaborou em termos de permanente, o que ficou mesmo, e também os efeitos da ditadura militar?”

A entrevista de João de Paula se apresentou bem “certinha” sem muitos traumas, com exceção da passagem acerca do enfrentamento com a polícia. Acredito que a passagem sintetiza a diferença de sua para de Mário e Paulo Emílio por exemplo – para eles ainda são muito marcantes as marcas e talvez

há diferenças a partir de como estão inseridos hoje os militantes, de suas próprias trajetórias dentro das organizações, no pós-anistia etc.

por isso a solução política usada pelo entrevistados seja diferenciada. Nada de revanche de um lado, do outro ressentimentos ou a luta pelas indenizações, reconhecimentos dos desaparecimentos: serão essas as “*coisas do passado*” a que se refere?

Opções políticas aparecem de um lado e de outro dentro das memórias que não são assim coisas que falam do passado, mas antes de onde se está agora. O ex-presidente do DCE no ano de 1967 me deu uma entrevista com começo meio e fim, onde o conflito está lá atrás, enterrado no passado que deve ser esquecido, ou melhor, conciliado. O passado não é campo de batalha para ele, tudo parece bem resolvido com a hegemonia do PC do B dentro do movimento, o exílio, o que importa é refazer as nossas vidas não importando-se com o detalhe de que muitos não tiveram ou têm essa chance.

Hoje teatrólogo, Oswald Barroso já é outro estilo, sua narrativa demonstra claramente o efeito teatral que quer passar e que na verdade faz parte do que é sua narrativa e do que são todas as narrativas. Sua fala é específica porque se faz a partir de soluções e encantos próprios capazes de expressar ambivalências e consagrar visões. Militante da AP de meados dos anos 60 até início dos anos 70, vai por várias vezes falar de autocríticas, de erros, de infantilidades, mas nunca fala em conciliação nem mesmo em derrota.

Para ele, tudo valeu a pena, com todos os equívocos e diferentemente do que se comenta, não foi o movimento que radicalizou, apesar de falar várias vezes em confronto. Também o movimento buscava as massas e por ela poderia morrer, “*não queríamos o poder, nós queríamos o poder para o povo*”. É claro que não é bem assim, como vimos em outros trechos de sua entrevista, ao falar da sua organização, de todos os ritos de coesão que existiam, dos mecanismos de recrutamento. Porém, não deixa de falar da profunda “*generosidade*” que os jovens do movimento possuíam. Talvez, no fundo, uma forma de explicar a falência de algumas utopias, a surpresa diante da ineficiência da sua prática política. Ao falar do trabalho político há também espaço para se pensar nos grandes equívocos, nas grande dúvidas, e pôr em xeque a própria militância, quando se lembra que ia no Morro do Teixeira, na Praia do Mucuripe, fazer curso de alfabetização para os pobres e no final do curso quão foi a sua decepção ao perguntar ao fazer a avaliação do curso, e

perceber que “a maior parte disse que estavam comovidos porque eu parecia São Francisco:

“O professor parece São Francisco, vem todo dia lá da sua casa na Aldeota, subindo essas dunas (porque lá o ônibus não chegava nem perto), essas dunas a pé e vem dar aula aqui para os pobres, o professor é muito bom, parece São Francisco”.

Oswald ficou “*absolutamente frustrado*” com esse resultado – “*esperava que tivesse desenvolvido a consciência da luta de classes e na verdade desenvolvi a consciência cristã deles [riso].*” Depois, no final da entrevista conclui:

“Porque era um movimento de um desprendimento, de uma generosidade extrema, a pessoa se doar como se doava, arriscando a vida, passando fome, se misturando ao povo, é como o cara disse, é só para São Francisco mesmo, é como os pescadores lá do Morro do Teixeira disseram: “Esse só pode ser São Francisco” e é mesmo. Era uma juventude de uma generosidade, completamente destituída de qualquer ambição material, qualquer ambição inclusive pelo poder(...)”

Sua fala demonstra ainda que nem todos têm tão claro as discontinuidades e continuidades. Quando lhe perguntei acerca da ditadura e a derrota da AP ele me deu uma resposta desconcertante, ou será que errei na pergunta? Vamos ver o trecho todo que é melhor:

“E – Qual foi o momento em que você viu que não deu mais, a AP mesmo desmoronou?

O – A AP não desmoronou nunca não.

E – Que realmente o movimento depois da clandestinidade...

O – A AP é o PC do B hoje, inclusive os principais dirigentes de PC do B vieram de AP.

E – Não, mas eu falo no sentido de que a perspectiva da derrubada da ditadura falhou...

O – Não, nunca, acabou derrubando. Não falhou não cara, falhou não, foi vitoriosa. Ora, o que é que aconteceu? Na Clandestinidade continuou a luta interna dentro da Ação Popular: vai para o PC do B ou não vai? Vai ou não vai, vai ou não vai, caráter da revolução não sei o quê, documentos para lá para cá, a luta interna ativíssima, aí se fazia de morto depois que começou a repressão mesmo...”

Desta forma, não há derrota. Para ele, a luta continuou e a AP conseguiu se fazer vitoriosa no pós-anistia, com as diretas já e em especial com a definição do próprio PC do B, que acabou por incorporar a AP.¹²⁰

Há também espaço para mais histórias prontas e curtas de quem parece não querer se comprometer muito. Por sua posição já tem um claro lugar para a própria participação e de como se apresentar diante dela. Todos na verdade são assim, mas alguns buscam na entrevista soluções pessoais, outros no entanto, como o caso de René Barreira, são bem práticos, articulando dentro da sua história fatos e processo bem consolidados. Dentro de uma entrevista curta e grossa, extremamente polida, não se preocupa em apresentar grandes novidades e sim se situar dentro de marcos já bem claro e públicos do que foi a luta contra a ditadura, seus significados mais reivindicados. René, na época da entrevista, era vice-reitor e me deu sua entrevista em seu gabinete. A impressão que tenho é que, mais importante do que lembrar das coisas do seu passado, para ele, havia já uma visão pronta da história de sua participação. Porém, diferentemente de Mário, René não fala de grandes perdas, nem de como é importante falar pra desabafar, nem faz autocríticas – para ele o importante é apresentar como a ditadura fez mal ao país e foi preciso lutar contra ela. É um passado já bem claro pra ele e no qual temos a importância de se deixar tudo bem no campo do já conhecido, sem entrarmos em muitos detalhes – nada de envolvimento pessoais¹²¹.

Não importa se inserir dentro da luta a partir de uma posição heróica, mas mostrar um passado no qual sua experiência está diluída, neutralizada em algo maior – o quadro de memórias da ditadura militar. Estão presentes expressões consagradas como o “*golpe dentro do golpe*”, as perdas públicas irreparáveis. Temos a explicação de sua “*saída*” do movimento, nos anos de

¹²⁰ Legal também perceber que no trabalho de Bráulio e na fala de Pedro Albuquerque aparece a definição de como a AP engoliu o PC do B transformando em uma coisa sectária Pedro fala que a “o PC do B é aquela coisa sectária, é a AP de ontem”. Ou seja na opinião de Pedro, hoje militante do PDT, não há nada de positivo na absorção da AP pelo PC do B.

¹²¹ Devo esclarecer que René foi minha 2ª entrevista, onde ainda não dispunha de muitos dados, nem tinha formulado questões que diante outros entrevistados viria a formular. Porém, meu esforço é situar a entrevista como campo dialógico em que partes fazem pressões, entrevistam a partir de seus pontos de vista. Assim, se por um lado a falta de algumas perguntas induz a também o comentário do entrevistador, é importante, como quero fazer em todas as entrevistas, situar as impressões que tive de como o entrevistado encarou sua entrevista, nos limites da mesma, deixando pontos marcados, lacunas, roteiros observáveis. Tudo dentro da idéia de tentar observar como falou de seu passado, o encarou, articulou sua militância etc.

66-68, por causa da prisão de membros da AP na reestruturação da UEE, que demonstram um afastamento do “calor dos acontecimentos”, como quem perde o melhor da festa e, hoje, parece não se importar muito com o fato.

Continuemos com mais um trotskista, Inocêncio Uchôa. Poderia bem chamar sua entrevista do “o militante que nunca para, ou parou”. Inocêncio concedeu sua entrevista em seu escritório no seu apartamento defronte a Beira-Mar. Lá muitas vezes se referiu a nomes e situações das revoluções socialistas, em especial a soviética. A atuação política tem como base os modelos revolucionários, dentro de uma perspectiva seletiva, conforme apresentou Aarão. Aparecem na sua narrativa, quando conta que para eles, trotskistas, “a idéia de revolução era o exemplo clássico da União Soviética, onde foram criados os sovietes de operários, sovietes de camponeses, de soldados, de estudantes, o Estado civil já não agüentava mais, quando desencadeou o processo revolucionário foi de arma na mão, mas praticamente não houve um tiro na revolução bolchevique naquele 1º momento...”

Estávamos cercados por quadros, souvenirs, estatuetas de Lênin, o navio Aurora, a praça de San Petesburgo... Elementos a que recorreu quando falava de sua militância trotskista, sua crença na revolução a partir dos detalhes heróicos da grande revolução russa, para ele a grande revolução:

“Quando o cruzador “Aurora”, ali está ele ó (aponta para o quadro na parede), eu estive na Rússia, tem aqui um bocado de coisas de lá que eu vou lhe mostrar depois, inclusive o Lênin está aí nosso camarada, isso aí é em Riunera – São Petersburgo, ali é a Fortaleza Pedro Paulo, quando o cruzador “Aurora” deu o tiro que disparou o processo revolucionário os caras, a massa, eles se dirigiram para o Palácio do Inverno, o Palácio do Inverno não, o Ermitário, o Palácio do Czar, chama-se hoje Ermitário, um grande museu, e adentraram de arma na mão e prenderam o governo provisório que estava reunido lá sob a direção do Keresnki, que era o chefe do governo provisório. Não se deu um tiro, não se deu um tiro, quer dizer na verdade o processo revolucionário russo veio a se defrontar com o exército branco, aí houve realmente luta armada, e também claro que eles aprisionaram as pessoas, mas não foi um processo, não foi uma revolução sangrenta, não houve muito sangue. Houve depois, quando o velho exército e a direita, os grandes agro-pecuaristas, os grandes fazendeiros começaram a se organizar para derrubar os revolucionários do poder.”

Em outros momentos, também vai reverenciar a figura de Leon Trotski, forma dos diferentes grupos trotkistas reivindicarem a herança da revolução

rusa marcando a diferença com o processo de stalinização. A atuação dos trotskistas dentro do movimento é reivindicada, assim como a crença no trabalho de massas, no caso do movimento estudantil cearense com a organização da *“aliança operária-estudantil-camponesa”*, uma tentativa de fazer avançar a luta dos estudantes, mas que, como vimos, na prática não conseguia penetrar nem o campo, nem o operariado, conseguindo uma razoável penetração do movimento estudantil.

Sobre o seu trabalho de hoje, juiz do trabalho, Inocêncio não quis deixar por menos e dizer que se considera trotskista e *“que existem juizes e juizes”*, referindo-se a casos que dominavam o cenário quando da época da entrevista: o caso do juiz Nicolau – *“tem juiz que solta o Lalau, tem juiz que não solta o Lalau”*; e da corte inglesa, quando do pedido de julgamento do ditador Augusto Pinochet na Inglaterra, em que *“dos 3 juizes 2 votaram em liberar o Pinochet, 1 não votou”*.

Outro detalhe importante da entrevista de Inocêncio Uchôa é a sua reivindicação da participação do trotskistas dentro do movimento estudantil – em oposição à postura presente no trabalho de Bráulio, como vimos. O que, reintero, não se aplica a outros trotskistas: Mário Albuquerque e Paulo Emílio. Cada um, a seu modo, tem uma postura crítica da inserção do grupo no movimento. Inocêncio, ao contrário, quer lembrar *“que nós tivemos um papel importante nisso aí”*.

A trajetória de Inocêncio, por outro lado, tem um papel importante no “como” o juiz conta a sua história. Sua passagem pelo movimento estudantil ocupa **uma** página central dentro da sua vida de militância. Homem público que é, Inocêncio não deixa de falar de todas as suas militâncias. Bancária, estudantil, trotskista. Advogado que trabalhou em grandes lutas de posse de terra no Ceará, e que também, no pós-anistia, ajudou a fundar quase todas as seções sindicais do estado: *“você conta nos dedos as que não tiveram a minha acessoria”*, bem como participou da luta em movimentos populares urbanos. Momentos em que destaca participou como advogado e como *“militante político”* porque *“não era só advogado de gabinete não, era advogado de ir para a luta mesmo, de acompanhar assembléia, de enfrentar a polícia, o cacete, os patrões e tal, isso na área urbana e também na área rural.”*

Daí a idéia do militante que nunca pára. Afinal, ele até se recorda que um dia pode até voltar pra sua cidade “*onde eu sou assim uma espécie de filho ilustre*” pra se candidatar a um cargo de prefeito, quem sabe...

Não é necessário dizer que não estamos falando de demagogia, e sim de usos da memória marcados pela política. Formas de atuar intrínsecas às formas de compor reminiscências, sempre em níveis e maneiras distintas; uma forma de reconhecimento marcado pela política. Inocêncio recorda a sua trajetória de lutas fazendo com que a memória seja também militante ao seu favor. O risco que corremos, é que não podemos entender essa memória como **uma cristalização das experiências**, o que de certa forma ela pretende ser, temos que entender suas razões e motivações.

Para terminar essa exposição dos gêneros de algumas entrevistas queria situar 2 histórias de militância que apareceram nas entrevistas: Cláudio Pereira e Bergson Gurjão. O 1º, um dos criadores do GRUTA, pela sua militância diferenciada e que acaba por exemplificar processos não percebidos com outros militantes de organizações, que poderiam ser resumidos na conceituação militância político-cultural. A história de Bergson, por sua vez, se apresenta como um militante presente na ausência. De todas as falas quase sempre havia um espaço para se falar nele como uma grande referência a ser feita, a apesar de em graus e sentidos variados.

Vamos lá.

Cláudio Pereira tinha um irmão da UNE e conta que “*apareceu no Ceará a UNE-Volante, e eu, então, comecei a ter contato, tinha muito nacionalismo, o anti-americanismo daquela época*”. Fala do quebra-quebra dos ônibus que participou, das expectativas na Praça do Ferreira em torno da chegada dos jornais mais críticos vindo do Rio e de São Paulo. Apresenta suas iniciações políticas em torno de esferas distintas, dentro de centros culturais de formação de opinião, até chegar na presença decisiva da UNE- Volante como inspiradora de como deveria organizar sua capacidade de buscar novos rumos. Ao lhe perguntar de como surgiu o GRUTA começou a responder:

“O GRUTA como eu lhe falei eu tinha participado aqui do momento da UNE-Volante. A UNE-Volante trazia música, teatro, exposições de arte, de nível nacionalista-contestador. E eu fiquei

muito seduzido com aquele movimento todo, eu era uma espécie de mascote, eu era do movimento secundarista, e então fiquei muito entusiasmado com o que eu vi lá. Eu em 1964 fui ao Rio de Janeiro, em dezembro acho, entrei em contato com as pessoas que faziam parte do movimento vanguardista de cultura, o primeiro show do opinião com Nara Leão que era: “Podem me Prender, Podem me Bater” eu estava lá, eu ajudei na montagem, ajudei como um mascote, nada importante, igual a um figurante.”

Depois veio o grupo CACTUS, com peças e atividades de conscientização na cidade. Até se chegar no formato do GRUTA, hoje reivindicado como maior grupo cultural do período, que inclusive reunia militantes de várias tendências políticas. É claro que temos que ver o peso da cultura naquele instante e como é uma dimensão tensa da mobilização, existindo diversas maneira de encarar o ponto. Cláudio com o gruta foi uma delas. Interessante pensar que sua trajetória demarca um território tenso de cruzamento entre política e cultura na qual nem sempre foi possível convergências. Já vimos como falou das antipatias com alguns grupos e da relação difícil com outros. Mas sua fala aponta para a politização por outro viés, em vez de grupos militantes, organizações culturais promovendo atividades culturais para se fazer a politização. Como disse, há tensões, mas também convergências, Ruth por exemplo fazia parte da AP e era membro do GRUTA..

Mas a experiências levantadas por Cláudio levantam, outras dimensões dessa geração de dissidentes as caravanas do GRUTA onde se conhecia outros países e se tinha uma sede de aventura capaz de enfrentar uma péssima infra-estrutura. Cláudio indica que a geração de dissidentes refere-se a política, mas também a experimentações que ultrapassam o formalismo dos partidos ou da revolução da tomada do poder político.

Já Bergson foi citado em vários momentos de distintas formas. É, muitas vezes, o herói da luta perdida – a palavra foi usada em mais de uma entrevista. É também o companheiro engajado do IBUC nas palavras de Maria José, ao lembrar de toda a agitação cultural e política do Benfica dos anos 60 seu nome veio logo, como uma fagulha de lembrança de toda a brasa que ardia na universidade. O militante atrevido, o que se arriscou a toa. Não o que fez de

tudo pra salvar um carro. O que morreu no Araguaia, o militante valente que a polícia perseguia implacavelmente porque não conseguia dobrar... Está no nome do filho do grande amigo Pedro

De uma forma ou de outra Bergson encarna o processo vivo de se tentar conviver bem como o seu passado, dependendo dos sentimentos envolvidos como ele vamos ter diferentes forma de evocação, desde a mais pública até a mais intimista em que o sentido da luta não se dissocia das mágoas sentidas e muitas vezes em aberto. Gerado Vasconcelos falou do processo de saudade envolvendo Bergson o militante que não voltou do Araguaia e que ainda é velado como algo intocável.

No caso do meu trabalho Gurjão encaran também esse papel do herói perdido, mas é possível também perceber que encarna também a centelha de um outro tempo, que não pode ser marcado pelo da derrota nem da ida ao Araguaia, é esse tempo falado por Mazé, tempo das esperanças e utopias.

Um dos caminhos mais interessantes é justamente compreender sua relação com outras, como fazemos ao observar as disputas das memórias dos militantes. Ou ainda, como se relaciona em relação a formas de lembrar mais gerais em que a disputa está também presente. O que importa é que sempre essas memórias são formas públicas de lembrar.

Halbwachs estava certo quando lembra que as memórias são coletivas no sentido de que não podem existir apenas individualmente. Porém, conforme se vem cada vez mais estudando, esse “coletivo” não pode homogeneizar, sufocar, anular diferentes formas de lembrar que atuam muitas vezes em conflito na sociedade. As formas institucionais da memória, nacional, social, pública, não podem sufocar grupos, as diferenças que projetos nacionais visam abolir, varrer pra debaixo do tapete.

Por outro lado, se as memórias devem ser pensadas em relação, não se pode vê-las como harmônicas por conta disso. Seja em relação aos militantes, seja em relação ao campos de memória apontados por Aarão, o que vemos é uma permanente tentativa de reconhecimento – um reconhecimento visado de diversas formas e segundo diversos pontos de vistas, que às vezes, dentro de uma mesma entrevista, se apresentam ou se distanciam.

Lembrar da luta estudantil contra a ditadura tem significados diversos, a mágoa do que se perdeu, a autocrítica em relação aos projetos políticos que

ficaram pra trás, a busca por compor um passado público de peso e/ou não comprometido, a reivindicação pela participação individual ou do seu grupo.

O que se demonstra é que esse é um processo vivo, de certa forma ainda em aberto, tanto no sentido de levantar novas questões do passado, como, talvez por isso, abrir novas fendas no presente. A experiência não está morta, não pode ser cristalizada, e por isso mesmo segue buscando novas explicações e apresentando novas verdades.

Os militantes, quando recordam, de certa forma, não militam novamente? Ainda que seja, em alguns casos, por coisas bem diferentes do que queriam anteriormente e o façam, mais do que pelo futuro da revolução, pelo direito ao reconhecimento de suas experiências?

A busca pelo reconhecimento não é a história em si mesma, mas parte dela, atalho para novas encruzilhadas nas relações entre passado e presente, mais que isso é a certeza de que a história faz parte de um território em constante batalha...

Parte 02

Protesto e Utopia no Universo da Cidade.

Significados da Ocupação do Espaço Público.

*“Nunca mais você saiu a rua em grupo reunido.
O dedo em “V”, cabelo ao vento, amor e flor...*

Que é do cartaz?”

(Belchior - “Velha Roupa Colorida”)

FOTO

Capítulo VIII

Um Desfile de Imprevisíveis Novidades. Versões da Festa.

A primeira vez que ouvi falar na passeata dos calouros dos universitários cearenses foi na Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Estava pesquisando o jornal O POVO de junho de 1968.

Na pesquisa sobre tão conturbado ano, repleto de notícias de greves, protestos, conflitos com o regime, não podia imaginar um evento com este formato em Fortaleza. A especificidade do evento já se pronunciava na manchete em relação a sua função: a apresentação no centro da cidade dos estudantes universitários aprovados no vestibular!

Também aí já se via a singularidade das linguagens usadas na festa – a notícia fala da presença de “bichos” de verdade cedidos por um circo que se apresentava na cidade. Na primeira página a foto enquadrando, em plena Praça, um elefante entre os estudantes. A ligação com o movimento estudantil aparecia através da temática que tomava conta da passeata daquele ano, “*a política educacional do governo*”, expressa nas faixas e cartazes levados a rua pelos estudantes.¹²²

De imediato, assim, pensei na festa como momento de expressão dos estudantes, tendo uma especificidade a ser melhor compreendida. Uma passeata, cujo significado apontava para uma apresentação social, um rito de passagem para os calouros universitários, acabava por se transformar em um grande veículo de expressão das bandeiras estudantis. Era preciso qualificar melhor o espaço da passeata e saber até que ponto era mesmo esse canal diferenciado e que tipo de interações permitiam sua existência.

O esforço, então, foi, a partir das entrevistas e jornais, levantar a memória da manifestação estudantil. Sabendo da existência dessa passeata naquele ano, e também, através da pesquisa nos jornais, desde 1965, queria compreender como os entrevistados encaravam a passeata, que significados emergiam de suas falas. Transformei-a em um ponto de discussão dos meus roteiros, fiz com falassem dela para que assim pudesse captar novos sentidos

¹²² O POVO /05/68:1

do que representou para o movimento e para relação da juventude universitária com a cidade.

Mário Albuquerque e René Barreira foram os primeiros entrevistados. Acredito que ambos, somados com a fala dos jornais, em que vimos a presença do autoritarismo coibindo evento, introduziram significados do evento em nosso trabalho. A memória da festa se impôs, sendo que foi preciso para entendê-la incorporar elementos presentes nas falas e em outras fontes. Entender os processos de construção de memórias sobre o evento e como eu historiador, lidei com elas.

Neste sentido, vejamos a resposta de Mário Albuquerque quando lhe perguntei sobre a passeata dos bichos. Sua fala inicial é longa, mas nos permite perceber sua visão da passeata dos bichos como um todo, para assim entendermos melhor a força de sua memória na nossa reflexão:

“É como eu te disse e o documento da imprensa aí mostra, a recepção dos calouros da universidade, era uma recepção para a cidade aos calouros. A cidade tinha os estudantes ali, universitários, aqueles que estavam entrando, como uma vitória dela, de toda a cidade. Então era uma festa da cidade para eles, era uma recepção que não era só dos estudantes é tanto que não era feito dentro da universidade era feito na rua. Era no Sábado e que era uma mistura como eu falei de passeata e de curso carnavalesco, com muita diversão, mas também com muito humor político. A tônica era o humor político, por que o carnaval também na época aqui em Fortaleza também tinha essa característica, era um carnaval também com humor político, entendeu? É, a crítica social junto com o carnaval, e era uma coisa muito boa por que é como eu falei também para você, era um, fazia parte eu acho que de uma, de uma sociedade que infelizmente acabou com isso que era um ritual social, os ritos de passagem. Quer dizer, toda sociedade, como todos nós individualmente temos nossos ritos, passagem de criança para a adolescência, da adolescência para adulto etc. nas sociedades primitivas, nas sociedades indígenas que fazem bem isso. Nós não, isso é feito sem a gente nem perceber, é feito aos troncos e barrancos, sem um processo de conscientização a gente é jogado na marra nesses processos de passagem. Mas a sociedade também tem seus ritos de passagem também e um deles é o carnaval e o outros era essa calourada, essa recepção aos calouros. E era um dia de festa na cidade em que os estudantes se preparavam para esse dia, os carros enfeitados, se tinha fantasia. E era muito, muito, milhares e milhares de pessoas virava um curso carnavalesco. Era Sábado pela manhã, a cidade em peso ia assistir, não é? E a crítica social e política era marcante. Você vai ver aí no material de imprensa lá várias, do tipo por exemplo, me lembro aqui de uma: “se os americanos não tomarem cuidado, os brasileiros terminam

tomando conta do Brasil". É: "Jonhson, antes era talco, hoje é sangue para as criancinhas no Vietnã" – a crítica ao Lindon Jonhson que era o presidente americano na época do Vietnã, eram, várias palavras de ordem, interessantíssima, ricas, de conteúdo, de humor e isso interagia com a sociedade... Acho muito diferente de hoje que aquelas palavras de ordem que não interagem: abaixo, só abaixo, não pô!"

Sua fala mistura elementos pessoais, da sua própria vivência do evento, com aspectos extraídos da pesquisa que fez nos jornais acerca do movimento estudantil no período. Um material que me passou e várias vezes fez reverências na sua fala. Fica difícil, inclusive, difícil retirar de onde tirou as palavras de que se recorda: dos jornais ou de suas lembranças.

Nitidamente ocorre uma alimentação da sua posição atual, presidente da "Associação 64-68", com suas reminiscências. No que Alistair Thompson pensou como um processo inteiramente público, Mário Albuquerque recorre a outros materiais culturais pra compor sua memória do evento, criando, assim, condições para sua legitimidade. Sua memória foi uma das mais amplas e, somente como a entrevista de Francisco Monteiro, vai afirmar veementemente a importância do evento dentro do contexto do movimento. Com ênfase, o situa enquanto um lugar singular nas suas memórias acerca dos embates estudantis, por conta das suas possibilidades de expressão e vivências políticas diferenciadas.

Através de sua formação de sociólogo, detecta o campo de ação do evento, explicando seu sentido no contexto das relações entre movimento, juventude universitária e a cidade. Faz uma classificação do que significava o evento, tendo como recursos o material que recolheu, mas também suas próprias recordações. A carnavalização do protesto, a ideia de rito de passagem, a legitimidade da passeata como uma festa da cidade para seus universitários, são elementos presentes na fala de Mário e que acabam por ocupar espaço na minha argumentação sobre o papel do evento no entendimento do movimento estudantil universitário naqueles anos.

Por fim, ainda relaciona o teor da crítica presente ao desfile com a situação atual, destaca o caráter comunicativo do evento diante da população, hoje perdido em palavras que não interagem. Mais uma vez vai se reafirmar o valor da passeata em um contexto de diferenciação da prática atual e de outros

momentos do movimento: neste desfile, havia a possibilidade de uma outra faceta da política que não aquela viciada das assembleias, de posições fechadas na radicalização da luta contra a ditadura¹²³. Há até a abertura para linguagens carnavalescas, como se o espaço da festa aproveitasse sua proximidade com o período momino – geralmente separados por alguns dias, até no máximo 2 meses.

Assim, a passeata, na sua narrativa, apresenta várias facetas da legitimidade política da *festa*. Ele levantou alguns caminhos que foram sendo percorridos e depois, só no final, foi possível perceber o diálogo que sua fala teve no sentido de perceber que tipo de legitimidades reivindicou, quando pude entender os aspectos etnográficos do rito, definidos a partir da múltiplas legitimações em jogo e analisadas com base em outras falas e materiais.¹²⁴

Vejam os a outra fala inicial sobre a passeata. René Barreira, na sua entrevista, reforça a idéia do protesto que Mário já se referiu e que vimos nos jornais através dos cartazes; mas, para ele, ficou bem clara a idéia de uma estratégia do movimento em tomar o evento para si, para denúncia do regime. Segundo René, “*era se aproveitar da passeata dos calouros como uma manifestação de protesto através de faixas, de camisetas....*”. A passeata já existia antes do golpe, depois “*se passou a dar esse significado*”. Para ele, acabou-se por “*dar um significado político a essa passeata de calouros*”...

A idéia de uma estratégia de uso da passeata por parte do movimento ganha corpo e depois destas 2 entrevistas, pode-se dizer que, ao lado da noção ritualística, foi o grande norte de análise que tive em torno do evento. Mas era assim mesmo? Basta ficarmos nesta duas noções?

Um outro tipo de fonte nos ajudou a esclarecer essas questões, na medida em que nos dá sinais para aprofundar a relação da festa com a

¹²³ Essa posição de Mário está na página do trabalho.

¹²⁴ A noção ritualística do evento vai ser mais aprofundada na seqüência. Por hora cabe dizer que Roberto Da Matta nos ajudou a pensar as possibilidades de ação quando da sua realização. A idéia foi perceber, através dos diversos materiais, que “*é por meio do rito que se podem atualizar estruturas de autoridade, permitindo situar, dramaticamente e lado a lado, quem sabe e quem não sabe, quem tem e quem não tem, quem está em contato com os poderes do alto e quem se situa longe deles. Não é, pois, por motivos estéticos que em todos os ritos sempre encontramos um centro, uma zona focal, geralmente controlada por um sacerdote ou quem faz a vez dele. Pois é por aqui que se faz a ligação e a afirmação dos que têm com os que não têm, na conhecida dialética dos desfiles, procissões, paradas e reflexos de um grupo sobre o outro, no **jogo complicado das múltiplas legitimações***” (Grifo Meu). DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis. Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990. pp 27.

juventude universitária. Trata-se de um conjunto de fotos do acervo do NUDOC. Ele surge como um outro grande quadro de memórias da passeata dos bichos. São 56 negativos das passeatas de 1966 (18) e 1967 (27 que vieram a se transformar em fotos, mais 11 negativos perdidos, mas legíveis). A correria atrás das fotos de outras passeatas foi imediata. Seguindo a ordem dos envelopes – não consegui achar as fotos das passeatas dos outros anos da década de 60. Dentro do acervo estimado em cerca de 11.000 negativos só consegui localizar esses negativos das passeatas¹²⁵.

São momentos em que se destacava principalmente a apresentação dos cursos dentro do evento: dos 38 negativos da passeata de 1967, 16 são destacando os cartazes, faixas ou as rainhas dos cursos. Da passeata de 1966 das 18, 6. Isto se explica pelo próprio sentido do registro: documentar a história da universidade, em uma iniciativa promovida pelo reitor e fundador da universidade Antônio Martins Filho. Nada melhor do que documentar o sentido mais oficial do desfile, passando para a história justamente seu teor mais sério e que acredito dava sua maior legitimidade: a apresentação dos cursos. Ao lado dos grandes acontecimentos da história da UFC documentou-se aquele evento especial de apresentação dos novos universitários – orgulho da cidade e do estado.

Assim, é que pelo acervo de negativos da passeata de 1967 passeiam estudantes segurando faixas de cerca de 15 cursos, como que em um esforço de não deixar nenhum de fora. Por outro lado a preocupação de não se deixar escapar o brilho das rainhas de alguns cursos. O caráter de apresentação citado por Mário confirma-se nas fotos, mas e o resto? O humor político e o teor de protesto?

¹²⁵ Os negativos pertenciam ao acervo iconográfico da UFC, milhares de fotos tiradas a mando do fundador da UFC para se preservara a história da instituição. Segundo Pedro Eimar com sua visão mais aguçada ele resolveu montar o acervo com fatos marcantes da história da universidade. Na folheada que dei nos negativos do NUDOC vi a realização de festas estudantis, das casas de cultura, visitas de embaixadores e autoridades, jogos universitários, a greve de 1 terço estão registrados. Enfim, são centenas de acontecimentos referentes a importância da instituição na sociedade. A fotos a seguir não foram, reveladas por mim dos negativos. São as revelações feitas na época e que se encontram no acervo de fotos do MAUC. Ou seja tive dois momentos distintos de observação das imagens da festa. Além de nas fotos termos detalhes que nos negativos não se percebiam, temos também uma redução do número de imagens, o refugio que existe no acervo de negativos, não foi revelado, assim é que temos 11 fotos só em negativos.

Também estão lá, contudo, em um plano inferior. Ao observar as fotos vemos que a câmera fotográfica percorreu as passeatas de uma ponta a outra com a preocupação de dar uma visão geral da multiplicidade presente no evento. O espaço dado aos cartazes é menor que o das faixas dos cursos. O que não é, como poderemos ver mais na frente, uma **verdade** a ser extraída das fotos. Isto porque a passeata de 67 é tida pelos jornais e entrevistados como uma das mais politizadas, com um claro uso por parte das entidades.

Quem bateu as fotos é que quis dar essa conotação a passeata. No entanto, acredito que, pelo teor plural do evento, a câmera faz uma seleção, mas ainda assim, por conta de sua trajetória dentro do desfile não deixa de captar importantes facetas do desfile. Com abaixo em que se mistura protesto e “realeza”: A construção das memória através das fotos, bem como suas falhas!

RAINHAS DE 67 PODE SER DUAS FOTOS!

UMA DELAS SOZINHAS

OUTRA COM ELAS E FAIXA DE APRESENTAÇÃO.

Como vimos, das 38 de 1967 16, das 18 de 1966, 6, tratam da apresentação dos cursos, somando as que faltam temos da duas: 34 negativos ao todo! Ou seja, ainda que a preocupação tenha sido com o caráter do rito de apresentação, as passeatas possuíam outras facetas que não podiam ser desprezadas pelo fotógrafo no seu registro. Neles temos a temática de 1967, e, por outro lado, a passeata de 1966 apresenta as questões específicas dos cursos, situações mais gerais como sua grande tônica nos cartazes, elementos da criatividade.

Mais uma vez a fabricação de uma memória e seus “vacilos”. Temos três fotos em seqüência que demonstram bem o esforço do fotógrafo de pegar o movimento da festa, afinal era um desfile e acaba por também registrar elementos intrínsecos da experiência da festa.

A criatividade se expressa em roupas, adereços, posturas, desenhos e trocadilhos. Ao lado das rainhas o humor dentro da festa. As fotos a seguir referem-se a passeata de 67. Inclusive, em alguns momentos percebemos de um vez só a multiplicidade de valores no seu interior, como o que está abaixo.

Observamos a presença das autoridades, o policiamento nas ruas em volta dos estudantes, a chamada do curso, o uso de cartazes de protesto, tornando-o desfile um grande painel a ser apreciado pela multidão que se coloca nas calçadas das principais ruas do centro. Meninas do Liceu, transeuntes, comerciários, famílias inteiras, transformaram a passeata num desfile de opiniões e expectativas imprevisíveis.

Os cartazes da passeata de 1967 fazem menção a temática do ano, “a infiltração estrangeira no ensino brasileiro”.

Contudo, tanto nas fotos como nas falas de Mário Albuquerque e René Barreira não se apresenta explicitamente todo o teor da passeata. A fala de

Helena Serra Azul apresenta o tema, colocando também outras facetas da passeata dos bichos e das seleções feitas na sua lembrança. Depois de reconhecer seu “*cunho iminentemente político*” ela fez questão de lembrar que o “*peçoal ia brincar, era a maior bebedeira*”, para que não se passe uma idéia que ela não concorda e ressalta:

*“(...) porque as vezes também depois do tempo passa como uma coisa muito **limpa** demais, o peçoal ia embriagado mesmo, uma boa parte, as meninas nem tanto porque naquela época ninguém bebia tanto e tal. Mas tinha já, as mulheres bebiam mas bebiam menos, e tinha gente que não bebia.” (Grifo Meu)*

Sua preocupação em fazer com que a coisa não passe muito “*limpa*” introduz outro elemento da festa até então não tocado e que faz parte do múltiplo jogo das legitimação em volta do desfile. Citada também por outros entrevistados, a embriaguez fazia parte da passeata e vai ocupar, como veremos, um lugar chave dentro das disputas em torno do legitimidade do rito.

Era um componente da própria abertura que tinha quando da realização da passeata. Nem no acervo de fotos da UFC, nem em algumas entrevistas essa posição de dentro do evento não é citada. Isto porque no momento de construção de seus registros não interessou falar da bebedeira dentro da festa. Para que? Se o que interessava prioritariamente era destacar nas falas de Mário e René o uso político do sentido simbólico da manifestação? Não se trata de uma censura, apenas de um direcionamento de acordo com o que se quer reivindicar da significação da festa para o movimento.

Por outro lado, no acervo da UFC podemos imaginar que dentro do sentido pensado pelo acervo que tipo de lugar ocuparia um estudante bêbado dentro da festa comemorativa, ao lado de rainhas elegantes e lindas, faixas de cursos, cartazes de protesto, a presença de jovens cambaleantes...

Bem diferente de uma matéria de um jornal que ao cobrir a passeata de 67 monta uma montagem de fotos onde se percebe lado a lado rainhas dos cursos de jornalismo e serviços social; estudantes com cartazes protestando contra a guerra do Vietnã (“Quem Nasce no Vietnã é Vietnamita. Quem morre no Vietnã é americano”); um estudante cambaleando segurando uma garrafa para a câmara e outro estudante

com um cartaz que dizia: “MEDICINE Class. O Algo a mais o USIS lhe dá”.¹²⁶

Assim, a pluralidade foi o objetivo dessa cobertura, demonstrando o caráter intencional de cada composição que se faz sobre a passeata. A fala de Helena, conscientemente, se coloca na posição de evitar composições, para ela, “*limpas*” demais, que não apresentam outros aspectos que não apenas do protesto. Posso dizer que, dentro da questão do reconhecimento da festa, ela tem uma posição estratégica de discutir os sentidos das composições, tentando com sua fala evitar um direcionamento da lembrança do evento.

Por fim, cabe salientar, nessa discussão, duas opiniões discordantes que apresentam bem as divergências dos mecanismos das composições sobre as versões de festa.

Francisco Monteiro e Inocência Uchôa reafirmam o caráter de protesto do evento. Porém, enquanto o primeiro começa sua reflexão sobre sua participação política destacando de imediato o evento, para ele uma manifestação que apresentava a política dentro da universidade para os novatos, Inocência prefere dar a passeata uma importância mais relativa, dentro de uma visão em que tudo (inclusive o carnaval fora de época, a micareta de julho realizada em Fortaleza desde o início da década de 90, o Fortal) pode ser aproveitado para se fazer política: “*até o Fortal o pessoal faz política*”.

Para Inocência Uchôa, foi uma questão de aproveitar “*um momento folclórico do movimento estudantil*” já que “*não eram momentos assim que definiam a política...*”. Incompleta a frase, completei: “*estudantil?*”, ele completou que “*sim, não definiam a política estudantil*”. Logo a seguir arrematou: “*não era uma coisa que marcava uma posição ideológica, todo mundo ia, todos, porque fazia parte você chegar e mostrar: “eu sou universitário*”.

É aqui que aparece o porquê da posição de Inocência: as passeatas deviam ser um momento de ritualização das tendências no sentido da afirmação. No caso da passeata dos bichos colocavam-se dificuldades neste objetivo. Como no caso dos momentos de enfrentamento, de 1968, com a polícia, que unia as tendências em ritos comuns e menos divergentes, a

¹²⁶ O POVO 03/04/67: 8

passseata dos bichos também aglutinava. Só que em vez da fuga ou do enfrentamento, uma mistura maior de significados, a passeata confunde as militâncias – uma confusão que na cabeça de Inocêncio impede a definição do rito como lugar da iniciação política e/ou reafirmação de pressupostos por parte da tendências políticas – “*não marcava posição ideológica*”. Ele fala que “*todo mundo ia*” a passeata, como então usa-la?

Na sua fala, fica claro a tensão de significados dentro da passeata quando fala que se tratava de se “*mostrar um universitário*” – tensão que faz uma definição na sua visão da passeata. Quando compõe sua percepção da passeata, não pode vê-la como muito importante para o movimento naquele instante. Mais importantes são as passeatas de enfrentamento, como o massacre da José de Alencar ou da prisão dos estudantes da UNE, ou ainda as grandes passeatas de mobilização, como a célebre passeata dos 20 mil.

Já Francisco Monteiro, por suas vez, não só nessa entrevista, apresenta a passeata como momento ímpar dentro da sua militância. Na introdução de sua dissertação de mestrado na Faculdade de Medicina coloca a passeata com um dos grandes momentos do movimento estudantil. Ao me falar da importância de se fazer política sem carrancas e com democracia com a cultura ao lado, cita a passeata como exemplo de que se pode fazer política de um modo diferente. Uma passagem apresenta como ele define a importância da manifestação:

*“Porque na época, eu tenho um texto que eu vou lhe mandar, e já também no texto da minha dissertação fala, que era a passeata dos bichos, os calouros, era promovido, o Diretório Acadêmico, e o próprio diretório central dos estudantes, o DA 12 de Maio, o famoso DA 12 de Maio da medicina, junto com os outros fazia a passeata dos bichos essa passeata andava no centro da cidade e o ponto alto era quando ela passava em frente ao São Luís, muita gente na Praça do Ferreira, muita gente, tanto rapazes como moças, adultos mesmos, que ficavam lá porque era **um protesto político-etílico**, as pessoas bebiam, mas se preparava nos vários centros acadêmicos, no DCE ficava a madrugada antes pintando faixas, pintando cartazes e as pessoas iam fantasiadas, era uma coisa lúdica, era **um protesto lúdico-etílico**, mas muito interessante.”* (Grifos Meus)

Assim, ele até mesmo classifica a passeata dentro de um contexto no qual vários significados aparecem, cria definições/fusões, “*um protesto político-*

etílico” ou “*um protesto lúdico-etílico*”, – mas que passava pelo crivo das entidades, sendo portanto também parte do movimento estudantil, não algo a margem e completamente independente do movimento. Creio que a questão se resolve dentro da sua história de militância, do reconhecimento para o movimento. Importa colocar a passeata como uma demonstração de como se fazia política dentro do movimento. Na questão do reconhecimento, ocupa um lugar especial na forma de pensar uma ação política diferente, é um excelente exemplo. Quando vai contar a importância de sua militância ele recorre a passeata dos bichos – momento de combinação de significados, agora reivindicado.

Em contrapartida, na sua fala o elemento da tensão dentro da passeata não aparece – tudo se coloca como um campo em que é possível se combinar significados. Mas mesmo essa combinação teria outras facetas, uma vez que dentro do desfile há momentos em que aparecem tensões e nos fazem pensar mais detalhadamente na questão do reconhecimento do evento, no sentido da percepção das relações entre movimento e o desfile, cujo centro, na verdade, é o próprio sentido da juventude universitária na cidade, seus sentidos políticos de ação que foram variados e algumas vezes conflituosos.

Entre um e outro, Francisco Monteiro e Inocêncio Uchôa, existem inúmeras variações, e inúmeros aspectos da passeata vão ser levantados por outros entrevistados. Há combinações, ênfases em alguns detalhes, detrimientos de aspectos, valorização de outros, leituras diversas de sua importância. Em outras falas, ela não será lembrada como algo essencial na luta contra a ditadura. Percebo que são interpretações de uma material muito plural sobre o qual se debruçam, dentro dos mecanismos de construção de suas composições.

Para entender seus sentidos, temos que delimitar melhor o lugar do desfile dos calouros universitários, os porquês desse momento diferenciado de uso das ruas do centro da cidade, no asfalto a realização de um “mini-carnaval” dos estudantes. Uma festa capaz de permitir linguagens de crítica e que se transforma em espaço dos estudantes na denúncia e luta contra a ditadura militar. Em meio a uma multidão, sob olhar cerrado de fuzis, era comemorada a vitória pessoal de “ter passado no vestibular”, mas também foram

experimentadas outras utopias que ganhavam fôlego dentro dessa verdadeira festa juvenil durante a década de 1960.

A seguir, outras falas expressarão suas impressões sobre o evento, assim como poderemos através dos jornais e outras fotos perceber a relação do movimento e autoritarismo com o desfile dos calouros. Dessa janela, a passeata, vemos os estudantes em sua marcha festiva, a passeata de quem luta por uma causa, o general nacionalista, a atuação do poder simbólico contra os estudantes, enfim os conflitos entre múltiplas legitimações reivindicadas nos usos do evento quando da sua realização.

Para terminar esse capítulo, retorno à fala de Francisco Monteiro. Acredito que, ao se referir à passeata como um exemplo de aprendizado político, ele reforça nossas definições da passeata como um espaço cheio de sentido do qual pode-se tirar amplas noções, importando perceber que há um jogo de legitimações dentro do evento e também nas memórias sobre ele.

Nelas, a passeata dos bichos reúne em si amplos sentidos da vivência estudantil do período. Sentidos reivindicados de acordo com que legitimidade do que se quer expressar. Diferentes versões que não devem ser vista como “falsas” ou simplesmente complementares. São pontos de vistas que ao nos mostrarem diferentes posições e interesses apresentam também faces das complicadas dimensões acerca do simbolismo em torno da historicidade do evento.

Perguntado sobre sua passagem pelo movimento, Francisco Monteiro usou mais uma vez a passeata dos bicho, nos falando que ela:

“dá margem para a gente entender que a política não precisa ser feita com carranca, a seriedade das ações não impedem que elas sejam agradáveis, não impedem o espírito lúdico das passeatas dos bichos, não impedem que você divulgue mensagens políticas, a política não é uma coisa sectária, não é uma coisa carrancuda, não é uma coisa, vamos dizer, que só os iniciados fazem política, tem os donos, não...”

Capítulo X

Os “Bichos” Pedem Passagem. Passeatas e Outros Territórios Estudantis.

I

Helena Serra azul, Maria José, Antônio Ximenes e Bráulio Ramalho foram 4 entrevistados em que se destacou a preocupação em passar suas experiência nos seus cursos. Expressões curiosas, episódios pitorescos, especificidades políticas, cada um a seu jeito não deixou de evocar as vivências universitárias, de reivindicar do passado uma outra forma de viver a cidade e especialmente a universidade. É claro que o processo foi de certa forma orientado, pois tinha no roteiro perguntas sobre a movimentação cultural e política de cada curso de entrevistado.

Alguns, contudo, foram além, chegaram a algumas vezes a desenhar todo o traçado do Benfica como fez Maria José, na época estudante dos IBUC – Institutos Básicos da Universidade do Ceará”. Numa época em que a universidades mais distantes eram a Agronomia e a medicina ela nos conta de muita “integração”, ela mapeou toda a área facilmente coberta em uma caminha ou uma passeata:

“Ali no museu de ciências era a química, a parte de química, no do meio era a matemática, no lá de trás era a física, tinha uma biblioteca lá, cada bloco desse tinha... Agora, a sala de aula eram comuns, porque... De frente na Igreja, vizinho, não tinha a rádio naquele tempo, mas tinha a arquitetura, o museu, do lado era a Escola de Engenharia, onde hoje é a história, a sociologia, não sei o quê, ali era a engenharia, em frente onde são as casas de cultura, era a parte de letras, do lado pro CEU, que tinha o restaurante...”

Já Helena falou do seu curso, da medicina, da “sinuca” do Centro Acadêmico, dos jogos universitários onde o:

“pessoal ia para os jogos, o centro acadêmico comprava batucada, charanga, pessoal levava bebida, era maior festa tinha até os gritos de guerra, outro dia alguém estava brincando: Mas menina, a medicina sempre foi pernóstica”, essas brincadeiras,

não é? Por que tinha o grito de guerra assim: “Era não sei o quê, deus no céu, medicina aqui na terra.” [riso] Era uma coisa assim bem absurda, sabe?”

Antônio Ximenes destacou o significado político que se tinha no seu curso de se lutar contra o imperialismo. De se buscar uma “*política profissional*”, havia o sentido de “*que não adiantava essa luta violenta*”. Para eles o mais adequado “*era se formar e influenciar lá dentro, na SUDENE, lá dentro dos órgãos, pra poder promover um planejamento agrícola que contemplasse a reforma agrária.*” Uma luta feita diariamente por livros, por preços melhores no restaurante universitário.

Bráulio fala da “legião estrangeira” durante uma greve da FAFICE: estudantes de outros cursos que iam visitar o prédio ocupado pelos universitários da Filosofia. Como vimos o prédio da física em 68 foi sede de planejamento e aglutinação dentro do contexto conturbado da metade de 68¹²⁷.

Estas falas, assim como as memórias da festa, apontam para a percepção de Daniel Aarão ao vislumbrar formas possíveis de se observar as experiências de resistência a ditadura, em especial a movimentação estudantil. Acredito ser possível solidificar melhor a existência do ethos de protesto levantada por uma das suas visões a partir de Vera Magalhães e que segundo Daniel nunca deixa de ser uma idéia tateante. Vamos dar uma olhada como ele coloca a questão:

“Vera Sílvia Magalhães, em projeto que as circunstâncias impediram de levar adiante propõe a necessidade do estudo da constituição de um ethos específico, formado no ambiente estudantil da época, da saturado pela politização das interpretações, dos debates, das atitudes.”

Diante da “crise das ideologias até então dominantes”, dos valores e contravalores dos partidos políticos, tínhamos uma sensação de “terra arrasada” entre os jovens universitários da década de 60. Como, ao formular sua idéia de uma geração de dissidentes, novamente a idéia de um “marco zero”. Agora, dentro da proposta de Vera, uma diferença, sair do mero campo da política, sendo necessário se buscar a construção de uma identidade a

¹²⁷ Uma greve que durou vários dias apresentada nos jornais e tal. Na fala de Mazé também a greve foi recordada como importante marco daquela movimentação estudantil O POVO 23//06/68.

partir de “outras dimensões” e “outras referências” para além do político. Neste sentido, segundo Aarão, essa versão se destaca por propor que “para compreender a conjuntura política-cultural” daqueles anos “seria preciso articulá-la com as trajetórias pessoais”. Interpretar:

“micro e macroestruturas condicionando um processo de elaboração ética coletiva e individual, combinada a uma prática política. um programa revolucionário que emerge como manifestação de uma identidade construída para além da dimensão política”¹²⁸.

Desta forma, se na primeira parte do trabalho procurei compreender como se deram essas combinações do pessoal e político no sentido da construção do movimento nas relações entre organizações, entidades/movimento estudantil e ditadura, agora não posso esmiuçar melhor esse assunto no tocante a outros territórios estudantis que se vislumbram nas falas dos entrevistados? Perceber como vivências individuais se apresentam diante de tramas sociais e políticas do período. Acredito ser possível estabelecer um locus de observação desse ethos e aí sim ver que tipo de comportamentos político aconteceram e quais suas implicações no contexto da resistência o regime e/ou construção do movimento estudantil, na cidade.

Para tanto, acredito ser salutar dialogarmos com a percepção de Ridenti sobre a presença dos estudantes na luta contra o regime. Vejo que ele consegue caracterizar muito bem sentidos sociais e culturais daquela luta, abrindo possibilidades para se visualizar atitudes estudantis. Marcelo Ridenti consegue situar as questões levantadas por Vera e Aarão na medida em que norteia socialmente o teor desse ethos de revolta tendo em vista os conteúdos sociais e ideológicos da vivência política, mas também cultural, dos estudantes naqueles anos. Ainda o autor não vai deixar de demarcar os laços também de continuidade entre as referências políticas no pré-golpe.

Depois de refletir sobre o conteúdo social do protesto estudantil, as relações vanguardas e movimento, nos fala da situação de se trabalhar de uma forma ou de outra na instituição universitária. Um “meio muito peculiar”, herdeiro de uma tradição cultural marcada por valores que acabam por se contrapor a duas dinâmicas nos anos de 67 e 68:

¹²⁸ Op Cit pp 43-44.

“em primeiro lugar, no aspecto mais geral, à dinâmica de uma sociedade miserável, subdesenvolvida, repleta de injustiças e desigualdades, em que a maioria da população não tem acesso aos direitos básicos de cidadania consagrados pela ideologia burguesa, dominante também nas faculdades”.

Tendo em vista os planos de “modernização conservadora e socialmente excludente, imposta pelo regime civil-militar a partir de 1964”, uma parcela dos universitários, dentro daquilo que o autor chama de “cisão fáustica”, vai se posicionar contra essa nova reestruturação da desigualdade e da miséria. Com uma “consciência crítica, cultivada desde os anos de populismo”, ela não vai “admitir o novo modelo político e econômico”, que parecia estancar o desenvolvimento econômico e democrático do país, aguçando ainda mais a miséria e as diferenças sociais¹²⁹.

Por outro lado, em uma dimensão mais específica, “os valores humanistas do meio acadêmico chocavam-se com os métodos governamentais no tratamento das questões universitárias”. Era imposto:

“a implantação de um novo tipo de universidade: paga, tecnocrática, empresarial, “racionalizada” em seus “custos e benefícios”, voltada para suprir o mercado de mão-de-obra especializada para o emprego assalariado, além de cumprir a função de massificar o ensino, dando ilusões a uma crescente parcela da população de que seria possível a ascensão social pelo estudo”.

Tal receituário de mudanças do ensino superior opunha-se radicalmente “aos valores de autonomia intelectual da universidade pública e gratuita”, ao projeto de uma “instituição formadora de profissionais liberais e de livres-pensadores comprometidos apenas com os ideais acadêmicos de liberdade, justiça, igualdade de direitos etc”. Desta forma, estavam semeadas as fagulhas da resistência estudantil – delineadas por esses traços culturais e sociais – a serem trabalhados pelas organizações políticas e que foi o material da dinâmica do movimento estudantil como se apresentam nas memórias dos estudantes do período.

¹²⁹ Marcelo Ridenti fala da cisão fáustica referindo-se aos setores da sociedade brasileira que se vêem diante do pacto com Mefistófeles de aderirem a modernização conservadora excludente que acirra, a miséria e a desigualdade na sociedade brasileira. Os integrantes desses setores assim cada vez mais se vêem separados dos que justamente gostariam de aderir os excluídos da sociedade que são cada vez mais excluídos Op Cit. pp

Isto tudo acentuado por dois fatores ainda: a ação governamental que também impunha a repressão direta, e até física opositores chegando inclusive a devassar os “territórios livres” das faculdades, violados em sua “sacralidade” pelas invasões policiais, por exemplo¹³⁰. E ainda o “mal-estar mundial nas universidades”, uma “crise da cultura burguesa” que os estudantes daqui sabiam estar acontecendo e por sua própria posição social e cultural mantinham-se informados e de alguma forma tinham sua repercussão.

Percebo que Ridenti neste momento de sua análise consegue assim levantar todos os indícios dessa busca pela conceituação de um ethos da revolta. Creio ser possível ver na passeata dos bichos os sinais dessas observações colocadas por ele ainda que muitas vezes se percam na especificidade do nosso movimento local. Através desse evento se cruzam o papel social do estudante e da universidade, onde vemos o peso da “cisão fáustica” e de outros posicionamento diante do social, a presença de uma “crise”, ou pelo menos de uma recriação simbólica de conteúdos críticos que pelo tom jocoso e provisório podem parecer limitados e por isso mesmo permitidos devendo saber até onde iam.

Para tanto, mais uma ressalva teórico metodológica. Devemos situar que minha visão do acontecimento e dá como algo além de um mero desfecho de processos. Penso, como fala Jacques Revel, que os acontecimentos não são somente momentos de decisão, encarnando a verdade da história como pensava um certo tipo de história política.¹³¹ Eles podem ser indagados sobre seus atores e as relações que efetuam: como se organizam para celebra-los ou ainda transforma-los em momentos ímpares dentro da teia social. E aí está talvez a maior contribuição de Roberto Da Matta na sua decisiva opção de análise sobre os rituais brasileiros: atentar para que valores estão sendo “jogados” na sociedade brasileira quando dos desfiles, da realização de festas como o carnaval, como ajudam na construção de identidades e reelaboram significados sociais já existentes.

¹³⁰ *O regime afrontava os direitos de cidadania de uma elite cultural que, normalmente, os teve reconhecidos; as universidades deixavam de ser ilhas de liberdade e de direitos em meio à selvageria da sociedade mais abrangente.*

¹³¹ REVEL, Jacques. “Acontecimento” In: REVEL Jacques. & CHARTIER, Roger. **Dicionário** ? pp

Feita essa opção, trata-se de retomar alguns caminhos. Um autor como Marshall Shallins ganha um sentido ainda maior. Passa a ser referência grandiosa no entendimento das relações entre evento, acontecimento, tradição e cultura, entre processos de significação e relações sociais, entre história e cultura, entre como é possível superar dicotomias entre contexto e processo, estrutura e história:

“ (...) um evento não é somente um acontecimento no mundo; é a relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico. E apesar de um evento enquanto acontecimento ter propriedades “objetivas” próprias e razões procedentes de outros mundos (sistemas), não são essas propriedades, enquanto tais, que lhe dão efeitos, mas a sua significância, da forma que é projetada a partir de algum esquema cultural. O evento é a interpretação do acontecimento, e as interpretações variam.”¹³²

Amplia-se a noção do conteúdo analítico do evento. Mais que um acontecimento inserido dentro de um trama e como tal ponto de encontro de processos, para o historiador interessa também entendê-lo como ponto de construção de múltiplas referências, como pluralidade de simbologias e sentidos capazes de ressignificá-lo a todo instante. Em se tratando da história política podemos dizer que mais que sua importância enquanto ápice de algum processo, é preciso entender as maneiras de sua significação. Como os diferentes atores têm expectativas diferentes sobre suas funções e conseqüências, concebendo formas igualmente distintas de pensá-lo.

Os estudantes devem ser vistos em seus territórios apresentando suas bandeiras. Nas passeatas dos calouros de 63 a 68 temos uma chance de verificar diferentes teias que ajudaram a tecer, mas que estavam também longe de seu alcance. Na verdade, nosso protagonista é a relação entre a cidade e seus universitários tendo em vista a ruína de antigos sonhos e a iniciação de esperanças que acabariam muitas vezes por não se concretizar.

II

¹³² SHALLINS Marshall. “Estrutura e História” - In ----- **Ilhas de História**. p191.

Começamos pela passeata dos calouros de 1963. Um ano antes do golpe ainda com João Goulart vejamos como os jornais apresentaram para a sociedade o evento.

O POVO, do dia 25 de Abril de 1963 colocou a seguinte manchete:

“Mais de mil universitários desfilarão, Sábado próximo, pela manhã, percorrendo as principais ruas e praças de Fortaleza na **tradicional** Passeata dos Calouros”. (Grifo Meu)

O jornal Gazeta de Notícias assim noticiou o evento:

“Os universitários de todas as faculdades de nossa capital, farão realizar na manhã de hoje a sua **tradicional** passeata dos calouros, quando todos os novatos desfilarão devidamente fantasiados e transportando cartazes.” (Grifo Meu)

Acrescentando que “das principais novidades do desfile será a participação de carros alegóricos dando novas dimensões ao **tradicional trote.**” ¹³³ (Grifo Meu).

A passeata era um “desfile” pelo centro da cidade dos recém-aprovados no vestibular da Universidade do Ceará e das unidades de ensino superior existentes em Fortaleza. Realizava-se logo no início do ano letivo, acontecendo em um sábado, com milhares de pessoas assistindo nas calçadas e praças do coração da cidade na época. Era, pois, um evento de grande repercussão e movimentação cuja qualificação é de um evento “*tradicional*” dos estudantes universitários. Uma definição constante durante todo o restante da década, que revela o caráter ritualístico que o evento possuía, no tocante a representação da juventude universitária e sua importância para a cidade. A cobertura do ano de 1963 repete-se nos outros anos, ainda que, como vejamos, tenha o componente do cerceamento como uma novidade.

Porém, acredito ser possível, através do caráter simbólico da manifestação, compreender as concepções políticas dos estudantes e seus opressores, investigando como observam o rito dando-lhe novos sentidos. Para tanto, é preciso ir além da caracterização do “*tradicional*” como algo surgido de um marco original que remete a um passado remoto condenado a se repetir pelos anos com aspectos imutáveis. Deve-se analisar os significados presentes

nas expectativas dos envolvidos na sua realização, evitando um análise estática e linear do rito. Compreender suas formas relacionadas aos contextos em que se manifestaram, compartilhando, assim, das preocupações teórico-metodológicas de Edward Thompson, segundo as quais:

“la historia es la disciplina del contexto y del proceso: todo significado es un significado-en-contexto, y cuando las estructuras cambian las formas antiguas pueden expresar funciones nuevas y las funciones antiguas pueden encontrar su expresion en formas nuevas.”¹³⁴

É preciso definir que relações, com suas simbologias e interações, compunham a definição deste “*tradicional*”, e em especial os usos feitos dele. A noção do rito como sendo uma tradição remete às representações dadas a juventude universitária e da própria universidade no contexto das lutas políticas da época. Especialmente refere-se à experiência dos participantes no sentido de viver o rito, a partir de suas expectativas, dando ao mesmo novos significados; refere-se ao ser universitário naquele momento em que temos uma celebração de tal feito, a comemoração de uma passagem. Daí os carros alegóricos, as fantasias etc.

Feita essa ressalva podemos dizer que um dos eixos do rito, então, é justamente sua legitimidade no sentido de apresentar os novos universitários da cidade. Trata-se de perceber o rito como momento em que múltiplas legitimações entram em cena no sentido de ressignificar valores presentes na sociedade. Pegando a discussão de Roberto Da Matta acerca dos valores dos ritos nos remanejamentos sociais podemos tentar esmiuçar uma análise dessa passeata e de seu significado para a sociedade e a juventude universitária naquele instante. E como tal se faz necessário definir melhor seus mecanismos para que pudesse compreender suas possibilidades críticas de ação dos estudantes. Observar o ritual como reelaborador de sentidos da vida cotidiana, não como momento separado da mesma:

¹³³ O POVO 25/04/1963:2 e Gazeta de Notícias 27/04/1963:3.

¹³⁴ THOMPSON, Edward. “Folklor, Antropologia, e Historia Social” In: *Entre Passados - Revista de História*. Buenos Aires: Año II, nº2, 1992.p66 Esse historiador possui uma vasta obra em que se destaca a preocupação de visualizar antigos problemas com novos olhares, fazendo da percepção antropológica da experiência histórica um de seus principais recursos historiográficos. A tradição é percebida não apenas na sincronia do processo histórico, mas

“Nesse sentido, o estudo dos rituais não seria um modo de procurar as essências de um momento especial e **qualitativamente diferente, mas uma maneira de estudar como elementos triviais do mundo social podem ser deslocados e, assim, transformados em símbolos que em certos contextos, permitem engendrar um momento especial ou extraordinário.**”¹³⁵

O centro do ritual, os estudantes universitários, não são elementos dissociados da sociedade; muito pelo contrário ali ocupam um lugar socialmente definido que diz respeito aos papéis que deles se esperam, em uma interação de respeito e deveres, mas também de significados maiores acerca de como a própria sociedade visualiza a si mesma e a seu futuro. É o que vemos nas várias memórias da festa.

Juventude e universidade entrelaçavam-se nos eventos dentro de uma perspectiva em que a universidade ocupa um lugar na chave na busca pelo desenvolvimento, palavra que na década de 60 tinha um sentido de superação mitológica de uma situação de pobreza e atraso. Na leitura de vários livros sobre o golpe militar de 64 que contrapõem aclima de esperança, transformação, mobilização de setores no período João Goulart como sendo o ápice de um quadro nacional/desenvolvimentista. Nos primeiros parágrafos de Heloísa Buarque, como muitos outros livros, temos essa referência mitológica do desenvolvimento que, com o advento da ditadura e sua modernização conservadora perdeu tal sentido, consagrando essa visão do golpe de 1964 como um grande divisor de águas. No decorrer da década de 60 a utopia do desenvolvimento ainda está presente porém sem o mesmo enraizamento social. Um dos poucos setores que conseguem ainda viver esses ecos é justamente o universitário.¹³⁶

Como dizem Giovanni Levi e Jean Claude Schmidt, a juventude é marcada por ritos e cobranças sociais que exercem muitas vezes uma função ambígua de medo e expectativa. O rito é momento de consagração e desta

como ressignificada pelas experiências históricas em especial pela ação dentro do contexto das lutas de classes.

¹³⁵ DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis. Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990. pp 63

¹³⁶ HOLLANDA, Heloísa Buarque de. & GONÇALVES, Marcos Augusto. **Cultura e Participação nos anos 60**. (7ªed) São Paulo: Brasiliense, 1989. pp 10-11.

forma socialmente incentivado, existindo mecanismos de restrição e liberação. Não possuem uma essência única linear, mas sim são culturalmente determinados para exercerem papel chave na construção de significados sociais sobre os jovens.¹³⁷ No caso temos o entrelaçamento do jovem com a instituição universitária na visualização do papel da universidade na cidade.

Em um momento de expansão do ensino universitário, com novas demandas de setores médios interessados em novas possibilidades de status social, o acesso a universidade alcança um grau simbólico de realização, desejo e satisfação jamais visto. Uma vez expandida as vagas, não é justamente o momento de maior euforia quando se vê os filhos ocupando-as, não se torna um sonho muito mais desejado?¹³⁸

Os significados em questão se expressam bem na fala de Paulo Emílio:

“Agora, a minha entrada na universidade, ela como eu já disse era motivo de alegria, foi motivo de regozijo e eu sempre vi a passeata estudantil dos calouros como uma festa, momento de regozijo, em que não só se dava um trote e logo em seguida todos os estudantes em conagração apresentavam suas cabeças raspadas, seus rostos pintados, seus corpos cheios de talco, maizena ou coisa assim desse tipo e aí então se fazia a festa, entrava bebida alcoólica, entrava festa, farra, brincadeira, as meninas também se posicionavam dessa maneira, fazer a farra, brincadeira e tal.”

Assim, a passeata dos bichos é uma oportunidade para entendermos melhor o significado de ser universitário naquele instante, quais suas possibilidades de ação, que tipo de caminhos se abriam. Para tanto importa discutir:

“os mecanismos utilizados para a criação desses momentos onde se oculta ou se revela abertamente, onde se analisa ou se obscurece inteiramente, onde se marcha contra ou a favor daquilo que é o menos discutido no mundo humano ou no mundo natural.”¹³⁹

¹³⁷ LEVI, Giovanni. & SMHITT, Jean-Claude. “Introdução” In: ----- (org) *A História dos Jovens. V1 Da Antigüidade a Era Moderna. São Paulo*: Companhia das letras, 1996. pp 7-18.

¹³⁸ Até porque tal expansão na década de 60 encontra-se não consolidada e é no decorrer da décadas de 70 e 80 que a demanda pela universidade será mais saciada com o apoio do regime na expansão do ensino privado, o que ainda deixará por muito tempo o ensino público superior em uma perspectiva de difícil acesso.

¹³⁹ DA MATTA, Roberto. *Op. Cit. pp*

Os jornais referem-se a carros alegóricos como novidades que deram mais pompa ao vento, se fala também de cartazes e fantasias. A presença das rainhas dos cursos e faculdades aponta para a função do ritual como lugar do luxo, da beleza, da reverência, da distinção. A farra promovida em pleno centro da cidade com milhares de pessoas assistindo nas calçadas nos remete a mecanismos de deslocamento próprios do ritual, como fala Da Matta, que assim não inventa significados, mas os recria em uma perspectiva de reforçar ou desconstruir noções.

Fornecem-se aberturas. É tal noção do jovem universitário que permite comportamentos que não seriam tolerados em outros momentos, determinadas atitudes sendo permitidas enquanto se estiver ali, no meio da rua, como centro das atenções. Estamos, agora, diante de mecanismos de reforço. Como bem disse Pedro Albuquerque o rito celebrava a conquista de novas possibilidades e como tal permitia tolerâncias e criava expectativas quanto a essas aberturas :

“(...) era momento em que muitos estudantes... muitos dos estudantes, talvez pela primeira vez, tivessem a oportunidade de tomar, botar um copo de cerveja na boca, como foi o meu caso, eu vim colocar um copo de cerveja na boca pela primeira vez quando eu entrei na universidade, e talvez tenha sido aí na passeata dos calouros, talvez (...) “

Nos jornais vemos as notícias e fotos de jovens embriagados.¹⁴⁰

Passar no vestibular exigia distinções, daí a centralidade dada aos calouros que tomavam as principais ruas da cidade para se exibirem, fazendo um verdadeiro mini-carnaval segundo os jornais. A abertura se verifica na comparação da passeata dos bichos com o carnaval. Encontra-se em várias notícias espalhadas pelos jornais na década de 60, bem como, não esqueçamos, na memória dos entrevistados sua lembrança é a recordação da festa, dos *“rostos pintados”*, *“corpos cheios de talco”*, *“maizena”*.. .

No ano de 1963 observa-se a notícia de um concurso a ser promovido pela coluna “Informes Acadêmicos”, de João Soares, do jornal Correio do Ceará, por ocasião do evento. Possuindo júri e critérios, o objetivo do concurso é premiar com uma taça pelo seu desempenho a “equipe campeã geral”; a

¹⁴⁰ Pedro Albuquerque Neto. Militante do PC do B nos anos 60, foi vice-diretor do DCE em 1967. Entrevista realizada dia

“melhor apresentação masculina; a melhor apresentação feminina; o grupo mais original; a melhor organização”.¹⁴¹ Vemos a intenção do jornal com a festa dos estudantes reforçando determinados significados presentes na festa, direcionando-a no sentido da pompa, do requinte, da distinção. Sentidos claros são reivindicado em um propósito.

Os jornais de 1965 falam que os estudantes desfilaram ao som de “*orquestras que cantavam músicas carnavalescas*”¹⁴². Músicas das quais, segundo Cláudio Pereira, se faziam “*paródias*” para satirizar as autoridades como o presidente Castelo Branco, “*o ditador de então*”:

“Eu me lembro que na primeira passeata que foi aniversário do golpe, o Castelo era o ditador de então. Aí nós então fizemos uma paródia que ela assim: “Castelo, por favor vai embora””

A comparação ao carnaval é feita, em outra perspectiva, pelo presidente do DCE Homero Castelo Branco, em 1967. Ele indica a intenção das entidades em “*evitar o mini-carnaval dos anos anteriores*” (grifo meu), para a realização de uma manifestação ordeira de quem realmente “luta por uma causa”, deixando bem clara a indicação de vivências diferenciadas dentro do evento, expectativas que se cruzam ou se distanciam.¹⁴³

Marciano Lopes, ao ser perguntado sobre o desfile dos estudantes, assim recordou:

“Era um carnaval, com muitas brincadeiras, faziam críticas em tabuletas.... Era um pretexto para crítica, a pândega (...) Talvez pela influência do carnaval, dos blocos dos sujeitos, era perto do carnaval tinha o espírito...”

A festa, pois, apresenta linguagens que se distanciam do requinte aproximando-se do teor mais crítico, ainda que permitido, desde que no tom da ironia e da brincadeira. Não podemos esquecer ainda a presença das rainhas de cada faculdade destacadas nas fotos e colunas dos jornais. As belas moças reforçam o requinte da apresentação dos calouros, um momento mágico onde

¹⁴¹ O POVO 26/04/1963:4.

¹⁴² GN 09/05/1965:1

¹⁴³ O POVO 30/04/1967:1

todo o brilho deve estar presente, toda beleza referenciada em um dia de comemorações e premiações.

A idéia do "curso carnavalesco", de se apropriar de músicas carnavalescas, as premiações, a pândega, rainhas, o trote, por si só momento de se aplicar determinados receituários, remetem à dimensão festiva presente no desfile. São representações¹⁴⁴ do evento como uma festa que ocupa lugar de destaque no imaginário social da cidade, que pára para contemplar e assistir o que os jovens têm a lhe dizer.

Roberto da Matta, no estudo desse tipo de evento, os define enquanto momentos de dramatização social onde valores são reelaborados, visando uma perpetuação/reelaboração de significados, redefinições de posturas e personagens. Não se trata de negar a história, mas de perceber como cada sociedade encena sua auto-imagem inclusive em cada rito, reinterpretando sua historicidade. Daí a necessidade de que normas possam ser transgredidas, visando a criação de um ambiente propício a essa encenação.¹⁴⁵

A sociedade fortalezense criava um lugar para realização de um "mini-carnaval" de seus universitários porque estes possuíam um papel nos procedimentos de como essa sociedade imaginava a si mesma e seu futuro, por isso a permissão e a centralidade atribuída aos calouros ali no meio do centro da cidade. Isto porque se a festa suscitava a busca do exagero, da tolerância, exigia-se também o cumprimento de procedimentos que permitam a realização do ritual que claro deve estar em sintonia com determinadas visões

¹⁴⁴ CHARTIER, Roger. O conceito de representação nos permitiu perceber as interações feitas pelos diferentes atores sociais, e obedece a um pressuposto essencial: visualizar e interpretar "a pluralidade das clivagens que atravessam uma sociedade e à diversidade dos empregos de materiais ou de códigos partilhados". As representações como elementos a serem observados na construção de identidades e de sentidos, sem a quais é impossível se inserir e participar do tecido social. No caso, como já situei, a ênfase é nas representações acerca da juventude universitária, em perceber seus processos simbólicos de (re) construções na disputas pelo legitimidade dos atores e seus usos do espaço público. CHARTIER, Roger. *Op Cit.* pp 173-177.

¹⁴⁵ Em especial a introdução e o primeiro capítulo (onde analisa formas de desfiles que caracterizam a sociedade brasileira). DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis. Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro.* (5ªED) Rio de Janeiro: Guanabara, 1990. Uma passagem é elucidativa: "Daí porque, penso, o ritual é um dos elementos mais importantes não só para transmitir e reproduzir valores, mas como instrumento de parto e acabamento desses valores, do que é prova a tremenda associação – ainda não devidamente estudada – entre ritual e poder". (p26) Em relação aos calouros universitários e sua passeata não podemos perceber como esse ritual servia para reelaboração dos significados sociais da universidade e seus estudantes? Reelaboração do lugar que esses ocupavam no imaginário citadino e mesmo brasileiro daquele momento onde o desenvolvimento é visto como superação mitológica do subdesenvolvimento?

dos jovens. Assim, não se pode esquecer a presença de normas e controles na sua realização mesmo antes de 1964. A dramatização é feita com base em uma contextualização clara.¹⁴⁶

A reflexão, porém, é entender que, mesmo sendo passível de controle e permeada de preocupações e tabus normatizadores, o desfile permitia novos enfoques na avaliação de atitudes, e em especial na criação de linguagens políticas. Dentro de um reforço da ordem, aparecem elementos de inversão próprios do carnaval. Os estudantes embriagavam-se esperando tolerância, tinham a chance de “malhar” as autoridades e professores não muito queridos, reivindicar sobre questões da sua faculdade etc. Um estudante, em 1963, leva uma faixa onde se lê: “**VOCÊ AGÜENTA PILHÉRIA?**”. Ao seu lado estudantes levando um jumento com o cartaz: “**EU SOU O PILHÉRIA.**” O Pilhéria, provavelmente algum professor ou autoridade do ensino local, não deve ter ficado lá muito satisfeito, mas fazer o quê, estamos dentro de uma festa?!?!

Na cobertura acerca dos preparativos dos estudantes da passeata de 1963 vemos que serão feitas “diligências” para que “não saiam cartazes maliciosos, ou pornográficos”, bem como que “será evitado o excesso de bebidas alcóolicas”.¹⁴⁷

Duas inibições que dizem respeito a aspectos morais em que os estudantes não podem ser vistos nem como maliciosos nem pornográficos ou bêbados. O que nos levar a pensar no peso da audiência, com destaque para as famílias dos universitários.

O caráter exibicionista dos universitários está presente também na foto cedida por Maria José em que seu irmão se equilibra em uma cordão entre dois postes cima de um caminhão. E como ela mesma adianta sobre as fotos que me passou, essa e outra, percebe-se, como nas fotos do acervo da UFC, que *“não é uma coisa vazia, existe participação popular, as pessoas estão ao longo da rua olhando...”*

¹⁴⁶ O POVO 25/04/1963:2

FOTO

MARIA

JOSÉ

Assim, esse dados permitem definir que os estudantes eram o centro da festa e podiam assim apresentar com alguma liberdade temáticas que em outros momentos seriam prontamente proibidas. Com o advento do golpe, novas utopias adentram a festa. Ainda que vigiada, tornou-se espaço para denunciar o regime e reivindicar mais liberdade política diante as milhares de pessoas que assistiam ao desfile todos os anos. Neste sentido, novas linguagens nascem das expectativas existentes por ocasião da realização do desfile. Como no carnaval, eram toleradas e aguardadas, cabendo aos atores o dom do improviso...

Cláudio Pereira nos diz que o desfile dos bichos era:

“uma maneira coletiva de você extravasar, porque você se diluía na multidão, eram estudantes novatos e todos os estudantes que passaram no vestibular queriam aparecer que nem a gente aparecia também com as nossas músicas, a gente fazia muita paródia...”

¹⁴⁷ O POVO 29/04/1963:6 Claro que o termo pode ter outros significados, mas não é esta uma das riquezas da festa, a ambigüidade?

“Diluir-se na multidão” a partir do “querer aparecer” são expressões que denotam a chance de se sair as ruas para fazer o que em outros momentos não seria possível, dentro de uma ordem autoritária cujos espaços de manifestação são cerceados cada vez mais. Em um momento em que a crítica é cada vez mais perseguida, é melhor aproveitar a chance, mesmo que vigiado, de se perder na multidão, se deixar proteger... Assim, o ritual absorve a utopia da derrubada ao regime. Mesmo que em poucas horas, a maior vitória é justamente essa e alimenta o sonho maior de prosseguir buscando soluções para tão amarga situação. Em meio aos aplausos da multidão, uma possibilidade de se furar a censura, a repressão. Não é a toa, portanto, a busca das autoridades para cercear o máximo possível as possibilidades de mensagens nos cartazes.

A maior oportunidade aparece com a sátira, espaço privilegiado da criatividade que se espera ver no desfile dos estudantes. Ir para ruas assistir o rito de passagem era também entrar em contato com as mensagens, muitas vezes inesperadas, dos cartazes. Os cartazes levados a público “arrancavam risos”, segundo os jornais.

A sátira política é aspecto dos jornais levantado em 1963, quando foi presença marcante a “gozação a Brizola, Lacerda, Jango e outros líderes nacionais.”¹⁴⁸ Também elementos da esquerda, portanto, não estavam isentos da jocosidade estudantil, o que reforça o caráter de imprevisibilidade da crítica, da sátira independentemente das entidades. Se em fins de abril de 1963 vivemos no país uma situação de crescente afunilamento, no tocante aos embates políticos dos diferentes grupos sociais, os estudantes das diferentes escolas superiores parecem dispostos a estar presentes nesta discussões, algo esperado no desfile dos calouros: que os jovens se posicionassem sobre os assuntos nacionais.

Podemos pensar como caminhos para a denúncia da ditadura militar eram vistos nesses rituais, sendo que não estavam isentos da vigilância e do controle. Como disse Da Matta, trata-se de ver que tipo de relações acontecem entre o poder e o ritual, (algo bem mais profícuo se pensarmos na situação autoritária vivida pela sociedade brasileira)¹⁴⁹, que tipos de mudanças são

¹⁴⁸ GN 27/04/1963:3.

¹⁴⁹ O autor não avança neste sentido.

verificadas com a ditadura no processo de constante construção da auto-imagem da sociedade brasileira através de seus rituais.

No evento temos a representação da juventude universitária recriada no rito, enquanto futuro, símbolo do desenvolvimento, é carregada de tensões, uma vez que os próprios jovens possuem sua auto-representação e, por outro lado, o rito como momento de convergências de utopias e reivindicações é espaço privilegiado para se expressa-las e vivêncialas. Não é o que vemos por exemplo na passeata de 1966 em um cartaz empunhado por estudantes?¹⁵⁰

“ NÃO! EU SOU DO PARTIDO AZUL ”

A FOTO

Através de uma sátira, abre-se um leque de interpretações a serem feitas ali no calor do asfalto, inúmeras mensagens eram ressignificadas pelos presentes ressaltando seu caráter polissêmico de sentidos.

Vimos com a fala de Homero que em 1967 a intenção das entidades era se apropriar da passeata, com DCE e centros acadêmicos pretendendo fazer dela uma manifestação de “quem luta por uma causa”. Contudo, essa utilização não significa a mera instrumentalização do ritual pelas entidades, mas também a presença de utopias diferenciadas adentrando um espaço que ganha nova conotação por fornecer horizontes de liberdade política. Não podemos pensar em uma mera transformação automática do “mini-carnaval”; com certeza muitos continuaram a se embriagar e a se divertir, inclusive militantes, assim

¹⁵⁰ A foto em que vimos este e outros cartazes pertence ao acervo de negativos do Núcleo de Documentação do Departamento de História da UFC.

como as rainhas continuaram a ter sua beleza reverenciada. Nem tampouco pensemos que se trata de pensar o desfile (como vislumbrou a 10ª R.M.) desvirtuado pela subversão..

A apresentação dos calouros foi lugar de mensagens e sonhos estudantis na busca de se concretizar suas utopias. Busca de dizer o não permitido, de se passar pelas ruas comemorando a vitória pessoal e/ou a almejada derrubada da ditadura. Viver um dia especial, para muitos com diversos significados: “política e cerveja”. A festa para os calouros tinha um sentido de destacar essa significação social de futuro da nação, em uma época em que ser universitário era algo das mais difíceis e invejadas tarefas. As universidades ocupavam lugar de destaque no ideário de avanço e como tal tinham de ser vislumbradas, na cidade tínhamos sessões acerca da universidade em vários jornais. E quem mais que os estudantes poderiam encarar esses significados?

Temos uma série de interações agindo e adentrando o rito dos calouros. Se como diz Da Matta o ritual “é entre outras coisas, um instrumento privilegiado para expressar e enfeixar totalidades” consagrando globalizações que já existem na realidade” trata-se de usar tais eventos para perceber quais totalidades estão sendo recriadas na dramatização e como se davam essas dramatizações, que “mecanismos de ritualização” estão sendo usados.

Roberto Da Matta compôs uma tríade de análise dos desfiles brasileiros: militares, religiosos e carnavalescos; percebe que todos brincam com convenções, possuem um lugar dentro da ordem, de reforço, mas também de possibilidades diferenciadas de ação, muitas vezes possuindo elementos de combinação entre eles. Da Matta faz uma distinção entre as paradas militares onde uns assistem e outros são o centro, em um claro processo de reforço da ordem de valores, e do carnaval onde não há uma centralidade, existem espaços para todos brincarem apesar de existirem ainda distinções, mas o carnaval é por definição um “rito sem dono”. Os desfiles religiosos seriam eventos mediadores entre os outros dois.¹⁵¹

No caso da passeata dos calouros universitários os estudantes ocupam um lugar de destaque. Afinal, são eles o centro da festa, a vitória é mais deles do que nunca, e por isso somente eles têm o direito de “brincar” de fazer um

“mini-carnaval”, de paralisar o centro da cidade e comemorarem. Por outro lado, se há um reforço de papéis, de distinções, podemos falar em um reforço da ordem, de significados, mas também da criação de um espaço diferenciado para a crítica – ainda que somente para quem é o centro do espetáculo. A dramatização permitia que se tivesse a possibilidade de um canal especial.

Combinam-se, como vimos, os mecanismos de deslocamento, reforço e inversão. A partir das expectativas em torno das passeatas, as pessoas que se aglomeravam para saudar seus universitários, foi possível a transformação do evento em momento de se divulgar utopias estudantis, transformando o evento em um escudo simbólico contra a repressão. É através do mecanismo de reforço de significados que se consegue o lugar da expressão, ainda que condicionada. Com o deslocamento temos a própria saída as ruas, a construção de um lugar diferenciado nos sábados, onde se pode comemorar a vitória de seus universitários. Pela inversão temos o surgimento de linguagens e comportamentos singulares apenas de quem obteve o direito de usufruir deles.

Relacionando essas passeatas com outras, nos jornais apresentadas como verdadeiras “bombas” no espaço público, despertando variados comentários, vemos estas utopias e novos mecanismos de sua (re) criação, assim como vemos choques especiais acerca das visões de juventude. A carnavalização do desfile tem suas raízes na legitimidade do rito como apresentação dos calouros. É o que vai permitir que alguns se divirtam na consagração de determinados valores sociais e possuindo determinados mecanismos que não podiam ser desafiados, nem mesmo pelos estudantes, como o momento do trote. É assim que vejo a fala de Ruth Cavalcante¹⁵² ao se referir a um episódio:

“(..) era um verdadeiro desfile. Então eu me lembro de um fato uma vez que fugiu um dos calouros para não participar da passeata dos calouros, aí foi encontrado e ele foi em cima de um caminhão, um caminhão totalmente aberto, sem nem aquelas grades, raspam a cabeça dele, botaram ele só de calção e ele

¹⁵¹ DA MATTA, Roberto. *Op. Cit.* pp 37-69

¹⁵² Maria Ruth Barreto Cavalcante: estudante da Faculdade de Pedagogia a partir de 1967, também foi diretora da entidade estudantil dessa unidade de ensino no ano de 1968 e integrante do GRUTA – Grupo de Teatro e Arte Universitários, importante grupo cultural estudantil dos anos 60 em Fortaleza. Entrevista feita no dia 30/08/2000.

*foi gritando a passeata todinha: “eu sou um bicho fujão, eu sou um bicho fujão”, esse foi o trote dele [risos] Então não se admitia que o calouro não fosse a essa passeata. **Era uma grande festa, o orgulho do calouro em está de cabeça raspada era uma coisa impressionante, que era um sinal de sua vitória de ter entrado na faculdade.**” (Grifo meu)*

Sua fala, assim, denota aqueles significados expressos pala idéia de Da Matta sobre rituais brasileiros que apresentam discursos da realidade, expressando significados múltiplos. O autor consegue perceber a sutileza da questão quando aponta traços misturados nos eventos que analisa. No caso da passeata dos bichos o que temos é uma verdadeira confusão de significados e discursos. Por um lado, o estudante é o centro das atenções indicando um reforço da ordem, do elitismo de que só alguns podem passar no vestibular. Entretanto, é justamente por isso que o evento consegue condições de ser uma abertura, consegue proporcionar condições pra que os estudantes felizardos possam fazer coisas que não seriam aceitas em outros momentos.

No entanto, esse processo não é linear ou mesmo “pacífico”. Como veremos mais na frente e vimos aqui em passant há um claro esforço de cerceamento do rito por parte das autoridades militares. Esforço institucional de tutela e liberação de espaços, físicos inclusive, e também simbólico de distinguir o joio do trigo. Dentro das passeatas, por sua vez, há uma multiplicidade de vivências também e mesmo uma disputa em torno do que é legítimo fazer dentro da passeata. Processos mediados claro pelas culturas políticas dos estudantes, individuais ou reunidos.

Estudantes em disputa dentro da passeata isto é que havia. O caráter “tradicional” da passeata dos bichos vai ser reivindicado de acordo com os interesses dos envolvidos, e é concebido na medida em que as expectativas sobre ele se vislumbram. Era mesmo reivindicado, e sentido, por estudantes. Em 1965, estudantes da Faculdade de Direito distribuem um documento protestando “contra a atitude de elementos estranhos” que estariam a fim de “criar um clima de tensão entre os estudantes e as autoridades militares”, querem defender o “trote” como “uma tradição da classe estudantil de todo país que tem por objetivo criar um clima de maior entrosamento entre os universitários”. (Grifo Meu) Assim, esses estudantes buscavam ver no rito um

ideal de harmonia, o que, claro, o coloca como não passível de determinadas formas de uso da passeata, o protesto por exemplo.¹⁵³

Em outro trecho da matéria, percebe-se como a passeata propiciava linguagens não somente no sentido da harmonia visto pelos estudantes do direito. Os Presidentes dos diretórios estudantis responsáveis pela manifestação, dizem que “a passeata terá um caráter essencialmente democrático e servirá como instrumento de divulgação das principais reivindicações dos universitários cearenses”¹⁵⁴ (Grifo meu) Fica meio difícil distinguir o que é ou não o papel da passeata, uma vez que está abalado, pela própria situação política que se impôs, os sentidos da universidade.

Assim, temos uma ocupação do espaço público que permitia uma multiplicidade de vivências; de forma alguma era um rito único e homogêneo. Tínhamos as discordâncias quanto ao conteúdo das mensagens por exemplo. Como em 1966, quando o GN comenta que os alunos primeiranistas da Faculdade de Direito recusaram-se a participar da passeata alegando que as Diretorias do seu Centro Acadêmico e do Diretório Central do Estudantes “não estão querendo respeitar o pensamento da classe, mas querem impor as idéias de poucos, apesar de haverem sido eleitos pela maioria”. Os calouros do Direito acreditam que os cartazes devem estar em branco (o que discordam as entidades) declarando que “ou em branco ou nada”.¹⁵⁵

Desta forma, as legitimidades envolvidas dentro do rito não estavam dadas e havia discordâncias do que devia ser levado as ruas diante de um evento que possuía tamanho significado social. A passeata como veremos será cada vez mais alvo do controle e da atuação da violência simbólica em cima dos estudantes universitários. Estes por sua vez serão capazes através de suas entidades de elaborar usos direcionando-a para a passeata, buscando inseri-la dentro do contexto das lutas estudantis que se travavam em 1967-68.

¹⁵³ GN 07/05/1965:7 Esses estudantes podem ser da direita estudantil que viram uma possível utilização subversiva da passeata. Na Faculdade de Direito existia um núcleo conservador que inclusive promoveu um processo de intervenção nas entidades por ocasião do golpe militar. O POVO 16/04/1964:6

¹⁵⁴ GN 07/05/1965:7 Se os estudantes do curso de Direito viam o evento como uma “tradição” que tem seu sentido na criação de “um clima de um maior entrosamento”, os presidentes de diretórios, talvez não o do Direito, a observaram como aproveitamento do espaço público para a divulgação de reivindicações estudantis.

¹⁵⁵ GN 07/05/1966: 02

Quero deixar claro, contudo, que não acredito no desfile como fonte de protesto e evento político apenas no pós-golpe, fica claro pelo teor das falas expressas nos jornais e nas memórias de alguns entrevistados o caráter de expressão de bandeiras, de canal de mensagens estudantis, inclusive em relação a própria esquerda, da passeata dos bichos antes de 64. No pós-golpe o que veremos é ruir, como nos fala Marcelo Ridenti, a perspectiva conseguida por uma parcela, os ideais universitários, que muitas vezes davam o tom da passeata, serão perseguidos e sufocados passo a passo na violenta batalha que se trava em torno do rumos da instituição universitária e da própria sociedade. Um “novo” mundo se anuncia e dentro das passeatas dos calouros antigas utopias visam novos fôlegos.

A passeata dos bichos será cerceada, até ser de fato colocada a serviço do movimento. Porém, não perde suas características e será capaz como em 68 de expressar um conteúdo lúdico político. A passeata de 68 será cheia de cerceamentos e cuidados. Bem como todas as manifestações estudantis na cidade acaba por ser cerceada em defesa da ordem, almejando prevenir o retorno da situação que a “revolução” veio erradicar. Os estudantes, por sua vez, fazem da cidade um espaço de protesto, visando ocupar todas as situações em que possam denunciar o caráter do regime e a necessidade de transformações.

É assim que devemos observar a realização da passeata dos bichos de 1968: um espaço essencial no sentido do protesto em um momento da vivência de possibilidades de oposição ao regime até então não vistas. Afinal, marcada para o dia 8 de Junho (uma data já bem atrasada em relação aos dias das outras – no mais tardar no início de maio) a passeata acontece depois da repercussão da morte de Edson Luís, após a eclosão de inúmeras manifestações de protesto em todo o país, com uma série de experiências de politização nas ruas não só de Fortaleza, mas em todo o país. Muitas manifestações, inclusive, duramente reprimidas pelas forças da repressão, que permanecem de prontidão, armadas e se preparando para o que acabaram de denominar. Um termo muito distante do anteriormente empregado (“desfile dos

estudantes”), anunciando a idéia de uma verdadeira guerra a ser empreendida pelas avenidas e ruas das grandes cidades em defesa da revolução.¹⁵⁶

A passeata de 1968 se desenrola em um momento crucial tanto na tentativa de se conceber maiores espaços de liberdade política e/ou derrubada da ditadura militar, bem como nas ações do regime para não perder o controle da situação, incluindo-se aqui tanto os últimos esforços de Costa e Silva e seus aliados em cumprir a promessa de levar o país a redemocratização, bem como as ações de repressão/terrorismo deliberadamente empreendidas visando criar uma situação de instabilidade política e com isso legitimar o endurecimento do regime.¹⁵⁷

Em 1968, vemos a disputa da legitimidade em torno das passeatas, uma disputa que deveria ser essencialmente política, mas que as autoridades constituídas tratavam de levar (o que conseguiam muitas vezes) para a dimensão bélica/militar.

De qualquer forma, os estudantes estão interessados em fazer política e naqueles dias a vivem intensamente. Como lembra Paulo Emílio, se a passeata dos calouros de 1967 marcou uma “*virada*”, ainda “combinando festa e política”, a de 1968 “*não tinha festa, foi mais o protesto contra a ditadura, extremamente política*”.

Assim, o espaço público, na lembrança do entrevistado, remete a experiências profundamente marcadas pela utopia de se resgatar no asfalto uma liberdade perdida e, para muitos estudantes, nem muito conhecida. A passeata foi vislumbrada como momento de se denunciar uma situação de repressão, através de sua dimensão legitimada de ocupação do espaço público.

Isso, por outro lado, levou a um esforço de vigilância e controle por parte das autoridades militares, como vemos no título da notícia que anuncia o evento em 1968:

“BICHOS VÃO AS RUAS SOB **CUSTÓDIA** POLICIAL” (Grifo Meu)

¹⁵⁶ VENTURA.

¹⁵⁷ Cf. VENTURA, Zuenir. *1968, O Ano que Não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. pp 257-307. MARTINS FILHO, João Roberto. *op cit* 1987 pp 133-143.

Os “bichos” deviam ter muito cuidado diante do fato de estarem sob custódia. Anuncia-se uma situação incômoda, aonde o espaço da passeata é inteiramente definido pela polícia. Mesmo sendo vista como uma tradição (o que, tenho a ousadia de dizer, garantiu sua realização), seu lugar na cidade é basicamente definido pela liberação vigiada dada pela polícia, que afinal detém a “custódia” de seus participantes.

Mais uma vez para sua realização os estudantes entraram em contato com o Secretário de Polícia e Segurança Pública que, desta vez, determinou, além do isolamento das ruas do itinerário da passeata, que “todas as delegacias dessem plantão durante toda a manhã” objetivando “deixar todos a postos para suprimir qualquer subversão da ordem”. (Grifo Meu)

“Subversão da ordem” palavras mágicas capazes de mobilizar destacamentos inteiros e deixar a cidade em ebulição. Assim, a passeata dos bichos movimentou a força repressiva da cidade, demonstrando a clara preocupação dos militares em não deixar as coisas saírem fora de controle em um momento em que milhares de pessoas encontram-se nas principais ruas do centro de Fortaleza com a atenção voltada para o desfile dos estudantes.

O POVO reforça essa perspectiva quando informa que uma “fonte” lhe garantiu que a Secretaria de Polícia “não permitirá nenhum cartaz de críticas as autoridades e que está disposta a proibir a sua exibição.”¹⁵⁸

Apesar do terrorismo do Secretário de Polícia, as coberturas de O POVO e do Gazeta de Notícias não apresentam maiores perturbações na realização da passeata e os estudantes levaram às ruas críticas fortes. Como em 1967, temos também uma temática: “Política Educacional do Governo”, sendo que segundo os jornais ficaria a cargo de cada faculdade trabalhar a questão. Na cobertura, informa-se que a “tradicional passeata” saiu às ruas fazendo críticas referentes ao tema em questão, mas também (pela primeira vez de forma explícita verificamos essa informação em uma passeata dos calouros) que em “diversos momentos os estudantes chamaram o governo atual de “ditatorial”.

É surpreendente verificarmos que, mesmo com toda a repressão armada para a realização do evento, tais conteúdos tenham sido expressos, assim como não ter, segundo, O POVO, se verificado “a ostensiva presença de policiais” nas ruas. A colocação dessa presença de policiais também foi feita na

passeata de 65 como veremos uma passeata marcada pela tensão de ser a primeira depois do golpe quando se tinha o temor da retomada da ação dos subversivos. Agora, em 67-68, o que temos claramente o temor diante da capacidade de organização do movimento estudantil que assim consegue Ter peso na realização da passeata no sentido de trazer suas potencialidades para a luta contra o regime. Dentro de toda a repressão e censura não conseguem chamar o regime de “ditatorial”? Vejamos, contudo, que não houve, ao fim nenhuma “concentração de estudantes – algo “costumeiro” segundo os jornais. Não teria sido justamente o temor da repressão, uma vez acabado o desfile, que levou a essa postura dos estudantes?

Em outro sentido, um aspecto nos faz pensar acerca das estratégias estudantis para minimizar o risco da repressão pela força policial. Trata-se da informação de que, junto com os estudantes, desfilaram bichos de verdade, animais cedidos por um circo que se encontrava na cidade. Assim, na fotografia de O POVO vê-se os universitários nas ruas em meio a elefantes, chimpanzé e carroças puxadas a burro. Não seria uma forma de se combater a imagem da subversão que procurava se vincular à passeata? Com a irreverência permitir que a manifestação acontecesse e dentro dela a visibilidade de mensagens políticas de contestação que em outros momentos seriam prontamente reprimidas?¹⁵⁹

Mais uma vez vemos que as potencialidades específicas do evento recria o protesto. Usar a passeata como veículo de expressão é também ceder as suas peculiaridades. O rito de passagem libera linguagens que são formas de se burlar a repressão mas também limites que entram muitas vezes em tensão com o pretendido pelas entidades, grupos de direita e esquerda, as opiniões dos jornais, e as autoridades militares. É óbvio como vemos aqui parcialmente que o lugar da passeata é bem cerceado dentro desta tensões. Agora, iremos perceber melhor outros elementos da criação das condições da realização do evento.

Capítulo XI

A Juventude Dourada e o Dia da Mentira

¹⁵⁸ O POVO 06/06/1968:7

A passeata de 67 foi indicada por alguns entrevistados como a hora da virada em relação ao evento e a luta contra a ditadura militar por parte dos estudantes. Será que foi mesmo assim?

Chama a atenção nos jornais dias antes da realização da passeata dos bichos de 1967 a divulgação de uma notícia segundo a qual a reitoria da UFC, através de seu representante naquele momento, o Vice-reitor Renato Braga, estaria interessada em impedir a realização da passeata daquele ano através da “intervenção de forças do exército e polícia militar”.

Para acalmar os ânimos foi preciso que o representante viesse a público no dia da realização da passeata, fato não verificado em nenhum outro momento das passeatas, para garantir que tudo não passava de um boato. Nas suas palavras, “a pessoa responsável por tal boato tem, subterfugamente, interesse em ver a não realização da passeata”, pois a reitoria não tem nenhuma interferência na passeata, a considerando “uma tradição dos nossos universitários”¹⁶⁰. (Grifo Meu)

Novamente encontramos a definição do rito como uma tradição, indicando sua força no imaginário da cidade acerca da juventude universitária. Fica também subliminar uma certa acusação de terrorismo contra a passeata feita através desse “boato”. Pedro Albuquerque fala que a passeata dos calouros era cercada por ameaças de repressão, apesar de não acreditar em uma repressão de fato. Sabemos, por outro lado, que a passeata dos calouros não foi redoma impenetrável de defesa das reivindicações estudantis. Na cidade de Belo Horizonte, em 1966, houve a repressão a passeata. Os universitários ficaram mais visados pela ação repressiva, se verificando a restrição do espaço de reivindicação e crítica, capaz sim de ser levada até as ultimas conseqüências a ação intimidadora.

Outro elemento de cerceamento da passeata de 1967 foi, como em 1966, a obrigatória autorização do Exército. Para a realização da passeata de 1967 os estudantes necessitaram novamente pedir a autorização oficial, demonstrando que mesmo as tradições devem ser monitoradas. O DCE, junto com as demais entidades, solicitam ao “Secretario da Polícia e Segurança

¹⁵⁹ O POVO 09/06/1968:1

¹⁶⁰ GN 01/04/1966:4

Pública, “garantias para que a tradicional passeata decorra dentro da mais completa ordem”. O jornal Gazeta de Notícias destaca, dois dias antes do Gazeta, que o presidente do DCE Homero Castelo Branco, disse: “ter enviado um ofício ao secretário de Polícia e segurança pública, prof. José Miramar da Ponte, solicitando **a devida** licença e cobertura policial.”¹⁶¹ (Grifo meu)

Assim, verificamos, mais uma vez, a necessária relação das entidades com a ordem militar para garantir a realização da passeata, em que os militares monitoram a atividade dos estudantes, fazendo com que as ruas estejam tranqüilas e a disposição do desfile. A tradição justifica a presença e concede o direito de se ir as ruas, mas veja-se que sempre sobre a monitoração das autoridades. Não é qualquer forma de se ir para as ruas que é legitimada e tolerada. Por outro lado, os estudantes pedem autorização para realizar o tradicional desfile e aproveitam-se desse momento para outros fins.

Na passeata de 1967, verificamos também a idéia dos estudantes planejando usos da passeata não tão bem vistos assim, mas que driblam a vigilância. A intenção do DCE, na fala do seu presidente, Homero Castelo Branco, é fazer com que a passeata dos calouros de 1967 seja “ordeira e não um mini-carnaval como nos anos anteriores”, pois isso não é próprio de “quem luta realmente por “uma causa”. Nas palavras do diretor do DCE, a passeata também terá um tema: “a infiltração imperialista estrangeira no ensino universitário brasileiro”, mensagem que os cartazes e faixas deveriam expressar. Ainda se pretende “evitar o uso de bebidas alcoólicas”, tudo sem comprometer o “clima de liberdade da passeata”.¹⁶²

A fala de Homero remete a visualização que as entidades tiveram da passeata como um momento de repercussão singular, bem como de proteção, para se expressar contra a ditadura militar e suas negociatas e farsas.¹⁶³ Para tanto, era necessário evitar o “mini-carnaval”, e assim se realizar uma manifestação “ordeira”. Temos um projeto das entidades estudantis para a passeata.

O caráter político do evento assim em 67 ganha uma atenção especial por parte das entidades estudantis, interessando-a colocar como um marco na

¹⁶¹ GN 01/04/1966:6

¹⁶² O POVO 30/04/1967:1

¹⁶³ Pedro Albuquerque e João de Paula confirmaram essa indicação da passeata de 1967, marcando uma guinada com sua clara utilização para se protestar contra o regime.

luta pelos interesses universitários. A escolha do tema como vimos reflete a presença de uma bandeira capaz de aglutinar grupos e pessoas e expressar bem a situação de reformulação da estrutura universitária na cidade.

Nos cartazes levados nas ruas percebemos essa indicação. Vistos nas manchetes dos jornais da época ou no acervo do NUDOC (exceção feita a 2 fotos de Paulo Emílio), as fotos na sua maioria expressam a distinção dos cursos, mas também em especial a passeata de 67 aponta o caráter da temática planeja pelas entidades estudantis: a infiltração estrangeira.

Feita no dia 1 de abril de 67 um cartaz apresenta o teor da denúncia na citação ao dia da mentira:

FOTO 1 DE ABRIL

A denúncia da ditadura com sua revolução no dia da mentira. Mais do que provocação, na mente da oposição ao regime, situação do movimento estudantil naquele instante, o golpe tinha sido promovido no dia 1º de abril e isso para além da simples verificação possuía um sentido simbólico de denúncia do caráter falso do regime. No outro cartaz, a denúncia da dependência ao interesse imperialista:

Foto
Paulo
Emílio
Passeata
67

Paulo Emílio nos conta que realmente a passeata da qual participou, em 67, “aconteceu uma mudança ali: os cartazes haviam sido preparados pelos movimento estudantil previamente”. Seu cartaz, ele pegou por sua “própria vontade” – “um cartaz antiimperialista”. Os cartazes em questão já estavam prontos e haviam sido preparados pelo então estudante de direito Mino, hoje cartunista. Vendo o cartaz carregado por Paulo Emílio identificamos

prontamente o tema previsto para a passeata: no cartaz, com figuras caricaturais, um sertanejo dá um pontapé em um vaqueiro norte-americano dizendo: “FORA SEU YANKEE”.¹⁶⁴

Acerca da sua fala cabe ainda dizer que Paulo não via a passeata até aquele instante como algo do protesto:

“Olha, no momento em que eu entrei na universidade em 1967, eu, para mim era motivo de orgulho, de festa, de regozijo eu ter conquistado a aprovação no vestibular. E para mim tinha que se festejar, era motivo de festa, era motivo de alegria, não era motivo, eu não tava pensando em protesto.”

Assim, para além da vontade da denúncia a própria passeata de 67 cumpriu um papel de iniciação política seus participantes. A passeata que era uma grande festa agora tinha também um teor político explícito contra o regime buscava ser também um espaço político de luta contra a ditadura. Além de ser um local de criação de protestos e reivindicações estudantes entrava na postura de ser um ponto de enfrentamento com regime. Um protesto planejado, pois Mino nos contou que não só no direito ele fez os cartazes mais de diversas entidades em uma estratégia de burlar a censura militar (ele esperava o censor passar depois ia aquela universidade produzir cartazes mais ácidos sobre o tema).

A passeata, enfim, refletiu a presença de utopias clássicas para o Brasil dos anos 60. Utopias que mobilizavam amplos setores e que não devem ser, como a própria passeata dos bichos, entendidas apenas sob a ótica das entidades estudantis. Nos cartazes (vistos nos jornais do dia posterior a passeata, tendo em vista o direcionamento das fotos tiradas pelo fotógrafo da Universidade) ao falarem da influência norte-americana no ensino brasileiro articulam-se a luta contra o imperialismo (“USA MANDA POVO SUBDESENVOLVIDO ABUSAR DOS ANTICONCEPCIONAIS”), os valores de solidariedade do terceiro mundo na referência à Guerra do Vietnã (“JOHNSON!

¹⁶⁴ Paulo Emílio estudante da Faculdade de Direito na década de 60, militante de uma tendência trotskista caindo depois na clandestinidade, entrevista realizada dia 07/04/2001. Atualmente é professor de História. Interessante notar que Ruth Cavalcante recorda que em relação aos cartazes na passeata “(..) os calouros entravam e a passeata era preparada junto com os veteranos, e os veteranos já iam dando um toque.”

ANTES TALCO HOJE SANGUE PARA AS CRIANÇAS DO VIETNÃ!”), a luta pela soberania nacional (“O AMAZONAS É NOSSO? YES!!!”).¹⁶⁵

Assim, o grande evento da juventude dourada da cidade entra, através de suas entidades, na luta contra a ditadura militar. Faz do evento um painel de denúncia e reforço da posição estudantil. Em outros cartazes estudantes com os dizeres:

“UNE É NOSSA FORÇA”

e a

“UNE É O NOSSO PENSAMENTO!”

Fazem da vivência de se passar no vestibular o momento privilegiado de se reivindicar pela entidade maior dos estudantes.

Bandeiras são recriadas através de linguagens cuja força provém do sentido renovador do rito em relação a sonhos e projeções sociais. Os planos das entidades não saem totalmente como se desejava. Mesmo preparando os cartazes, os diretores utilizam, quando o fazem, de um linguagem diferenciada de outras manifestações. É o que vemos em cartazes como:

“LEI DE SEGURANÇA NACIONAL. NEM O NACIONAL DÁ SEGURANÇA”

Ou ainda:

“SE OS AMERICANOS NÃO TOMAREM CUIDADO OS BRASILEIROS ACABAM TOMANDO CONTA DO BRASIL”

¹⁶⁵ Eduardo Galeano traz inúmeras paisagens imaginárias da esquerda latino-americana inclusive a brasileira e claro dos estudantes fortalezenses do final dos anos 60. GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. (36ªED) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

Em suma: o rito abria possibilidades, porém impunha limites à ação política dos militantes e permitia que outros sem serem ligados a organizações dessem seu recado a partir de sua criatividade.

Assim, um novo momento se apresenta com a organização do movimento capaz de pensar um uso articulado do evento. Cabe ressaltar o caráter de experimentação do regime no tocante à passeata e mais amplamente, à ação dos jovens para complementar esse aspecto de expectativas sobre o ritual e sua juventude.

As organizações utilizam o rito para se fazerem expressar bandeiras dando ao mesmo um caráter diferente, mas também terem que se ver com as possibilidades de ação do tiro com suas linguagens. Vemos ainda a presença forte de rainhas e os jornais cobrindo o acontecimento no sentido de verificar os efeitos da tentativa dos estudantes verifica que apesar de menor número ainda sim muitos saíram embriagados no desfile. Em um jornal temos a montagem de fotos em que de um lado a rainha de um curso, do outro a foto de jovens cambaleantes com garrafas na mão e mais uma foto com a presença de jovens segurando cartazes de protesto tanto em relação ao tema elaborado em relação as entidades, como a protestos específicos de cursos e com um caráter lúdico.

A passeata de 67 ainda foi um painel diversificado de várias formas de se estar na passeata. Mas também o sentido das entidades de expressarem as lutas estudantis em um canal direcionado com a fabricação de cartazes, com a dissociação de evitar bebedeiras, com a presença de um tema. Se vemos as falas dos entrevistados iremos perceber que a passeata antes já possuiu um teor crítico e humorístico o que vemos é que de um lado as entidades têm que se adequar a esse traço d humor, o que se expressa nos cartazes e conviver com formas distintas de se esta na passeata dois calouros como a presença das rainhas e das fantasias, e de jovens embriagados.

**FOTO CIRCO
SAUDA**

FOTO CARRO MOÇAS COM CARTAZES

No acervo de fotos da UFC das fotos sobre o vento algumas destacam o protesto a maioria não, muitas das bandeiras que vimos foram descritas nos jornais. Ou seja, foi possível para o fotógrafo fazer uma seleção, mesmo que o protesto tenha sido massivo, outras formas de se estar na passeata foram possíveis. Paulo Emílio por exemplo empunha o cartaz mais que saber é da festa da vitória de ter sido aprovado. Artistas de circo, como em 68, cartazes de apresentação dos novos calouros – tudo em sintonia com as mensagens de protesto, principalmente verificadas nos jornais dos dias seguintes. Tudo claro sobre os olhares da cidade, que parava para assistir essa polifonia que caracterizou a passeata de 1967.

Concluo, pois, que ninguém “venceu”: as entidades não “desvirtuam” a passeata apenas se inserem dentro de suas regras e a própria passeata também não é mais a mesma depois do advento do golpe e agora no ano de 67 quando a tensão da época envolvendo movimento e suas lutas caba por adentrar seu campo de ação. A passeata, então, pode ser mais uma vez expressão do entusiasmo e criatividade estudantis, neste sentido como canal de expressão, interessante mecanismos político de lua dos estudantes, um rito de iniciação e coesão para o movimento em tensão com sua organização e grupos, mas sem prescindir deles.

Por fim podemos ver um caso que demonstra variáveis da passeata dos bichos tanto no tocante ao seu teor diferenciado quanto ao entendimento de bandeiras estudantis. Trata-se de um acordo possível em torno da questão do nacionalismo. E sim havia a limitação dentro de um campo possível de concordância. Em sintonia com a percepção de Marcelo Ridenti a temática do nacionalismo de um projeto diferenciado para os jovens e o papel da universidade temos a possibilidade de uma afinidade entre o DCE e o comandante da 10 Região militar.

Estamos falando de um episódio envolvendo a passeata de 1967. O jornalista Paulo Maria de Aragão, na sua coluna “Panorama Estudantil”, fez um comentário acerca do papel de um militar do Exército na realização da passeata dos calouros de 1967. Publicado cinco dias depois da sua realização, o comentário tem o seu objetivo estampado no título:

“GENERAL DILERMANDO SALVOU A PASSEATA”¹⁶⁶

Logo a seguir, temos a informação na coluna de que o professor Miramar da Ponte, Secretário de Polícia e Segurança Pública, estabeleceu como condição para a realização da passeata o veto prévio dos cartazes a serem levados a passeata. Até aí nenhuma novidade, mas com certeza mais do que nos anos anteriores a pressão existiu para evitar a politização explícita da passeata dos calouros, uma vez que os próprios estudantes avançam nesse sentido.

Segundo o jornalista o que garantiu a passeata foi a intervenção do General Dilermando, solicitada pelo presidente do DCE, Homero Castelo Branco. Inclusive o próprio General, inconformado com a proibição dos jovens de se manifestarem em defesa de seu país (lembramos que o tema programada pelo DCE para a manifestação era a “infiltração americana na universidade brasileira”), exigiu a liberação da passeata com todos os cartazes, tendo até (entrando na onda do teor da própria passeata de dar visibilidade a mensagens) sugerido um cartaz com os dizeres: “A PIOR IGNORÂNCIA É A INTELECTUAL”.

Pedro Albuquerque recorda-se da visita do General:

“nós pensávamos que ele vinha mandar proibir, mas ele diz: “Não, eu quero é fazer também cartazes com vocês aqui”, aí começou a escrever os cartazes dele aqui, aí disse: “Bom, vocês escolham, se vocês quiserem levam algum pra rua”, nós não levamos nenhum pra rua porque nenhum estava de acordo com o que a gente pensava.”¹⁶⁷

Diga-se de passagem que os estudantes esperavam o general se deslocar a outra Faculdade para produzir novos cartazes que assim estariam previamente verificados fazendo com que se criasse uma situação cômica. Nas palavras de Mino:

¹⁶⁶ GN 05/04/1967:6

¹⁶⁷ GN 05/04/1967:6 Pedro Albuquerque recorda-se da visita do General: “nós pensávamos que ele vinha mandar proibir, mas ele diz: “Não, eu quero é fazer também cartazes com vocês aqui”, aí começou a escrever os cartazes dele aqui, aí disse: “Bom, vocês escolham, se vocês quiserem levam algum pra rua”, nós não levamos nenhum pra rua porque nenhum estava de acordo com o que a gente pensava.”

“Eu ia fazer mais, porque eu desenho muito rápido não é? E isso é que era engraçado que ele dizia: “Não sei como é que pode esses meninos terem feitos tanto cartazes depois de eu ter...”, tem uma história assim que dizia que ele ficava abismado, porque ele não tinha visto aqueles cartazes todos, porque eu fazia muito, era muito cartazes mesmo, era só letra, eram poucos desenhos era só letra.”

Voltando as palavras do jornalista vemos que a conotação dada à manifestação estudantil é diferenciada em alguns aspectos dos vislumbrados até aqui. O jornalista cumprimenta o General Dilermando por ter sabido encarar de outra forma a maneira e o objeto das manifestações feitas pelos jovens. Em vez de ficar acusando todos aqueles que “combatem o que está errado na administração do estado” de comunistas, é preciso entender a possibilidade de serem “na verdade colaboradores em prol da causa social”.

Paulo Aragão enfatiza que se “a Universidade é aonde se estuda para ajudar a constituir o país, porque então calar-se diante de certos fatos que não condizem com a nacionalidade?” O General, com sua atitude de ter aprovado a “posição estudantil responsabilizando-se pela passeata”, deu um “bom exemplo” e acabou por contribuir para “uma aproximação entre a classe estudantil e militar”. Com isto mostrou a “melhor maneira de combater-se o comunismo”. A universidade e seu jovens são pensados como colaboradores, agentes críticos em prol da sociedade brasileira. O general é saudado por ter tido esta atitude diante a manifestação dos jovens: não os trata como “comunistas” e entende que é preciso compreender a motivação estudantil, inclusive como forma mais eficaz de combater os subversivos.¹⁶⁸

No fim da sua saudação ao General Dilermando, Paulo Aragão diz que ele conseguiu com suas atitudes se tornar “líder admirado, um amigo do estudante cearense”. E acaba fazendo a seguinte conclusão acerca do General e sua relação com os estudantes:

¹⁶⁸ Há indefinições nesse processo de representação do jovem, isso porque há diferenças na visão de como estes devem se inserir na sociedade e claro talvez a questão chave: há um debate acerca da relação EUA-Brasil, nacionalismo e imperialismo. Em outro momento quando estudar o caráter das utopias constituintes da passeata a questão será abordada com mais calma. GN 05/04/1967:6

“Acredita-se que no dia em que uma norma venha a ser violada por estudantes em nosso estado, com uma simples pedido do General automaticamente haverá solução para o caso”.

Ou seja, Paulo Aragão reforça sua expectativa de que a atitude do General possa colher resultados, conquistando um lugar de legitimidade para os militares no meio estudantil. Temos uma indicação do caráter de experimentação também por parte dos militares em relação a repressão ao movimento estudantil universitário. Como vimos na análise dos mecanismos de controle das passeatas, a liberação do espaço público terá como legitimidade as representações acerca do jovem universitário e seu papel para a sociedade. O general Dilermando, na época comandante da 10ª RM, “banca” a realização da manifestação baseado na ação dos jovens em relação à defesa da universidade brasileira, o que para ele significava a própria defesa dos interesses nacionais.

Uma atitude que não foi isolada, segundo João de Paula. Ele nos falou que durante a proibição de uma peça teatral pela censura policial, o General Dilermando Monteiro também interveio favoravelmente, o que para nosso entrevistado estava de acordo com a “coerência do General para com os estudantes”, algo que ele “continuou mostrando durante sua trajetória posterior”.

Assim, vemos o aspecto da experimentação em dois sentidos: uma acerca da própria maleabilidade da repressão no sentido de ir reconhecendo como deve reprimir o rito estudantil; e, claro, a própria divisão de opiniões acerca de como deve ser feita (ou não) essa repressão.

Não posso deixar de colocar que a postura do General não impediu que no início do ano se faça um protesto contra a sua indicação para ministrar a aula inaugural da Universidade. Nas palavras de João de Paula e Pedro Albuquerque o protesto não se fez contra a figura do General e sim contra a atitude, na sua opinião “subserviente” por parte da reitoria, de indicar um militar para ministra tal aula.

Pedro Albuquerque aponta que o protesto dos estudantes foi porque :

“(...)nós achávamos que isso era um desrespeito à universidade, então nós resolvemos fazer um protesto, e esse protesto, João de Paula Monteiro Ferreira, presidente do DCE, fez, não desrespeitando o General, o General não tinha nada a

ver com aquilo, mas o Reitor convidou o General de forma submissa, fizemos o protesto, isso foi muito importante.” (Grifo Meu)

Também João de Paula recorda que o protesto não foi “*contra a figura do general, mas de protesto pela indicação de um militar, uma pessoa que nada tinha a ver com a universidade*”. Firmando posição contrária ao fato de ser alguém fora da universidade o DCE faz o protesto na figura do seu diretor no período, João de Paula, que se retira com alguns outros estudantes do autoritário.

1 grande episódio do ano de 68, o Conselho Universitário acabará por votar por uma suspensão contra o DCE, que fica oficialmente impedido de exercer suas atividades. Em vão, contudo, a punição que acabará por animar os ânimos dos estudantes criando ainda mais laços de representatividade entre as entidades e o movimento¹⁶⁹.

Para o que quero colocar cabe dizer que assim, a atitude do General em tutelar os estudantes não foi algo decisivo na maneira como o movimento ia se colocar na sua ação. A experimentação por parte das autoridades não faz do movimento um fantoche. Pelo contrário o movimento reafirma sua independência e sua capacidade de se colocar como autônomo. Talvez porque como vimos a atitude de tutela também é um tipo de violência ainda que velada, a censura ainda era feita, mesmo que em uma dimensão diferenciada – tanto é que podia e era driblada pelos estudantes. O general salvava a passeata porque se dispunha censurara no que fosse indesejável. Porém, os estudantes aproveitam desse traço de experimentação para também experimentarem como vemos com a fala de Homero e Mino acerca da utilização deliberada da passeata no sentido de protestar tendo em vista a reforma universitária feita sob a benção dos interesses norte-americanos.

Ambos os aspectos remetem à discussão sobre a singularidade da passeata dos bichos como ocupação do espaço público, legitimada como uma ritualização socialmente concebida e aceita. Para aprofundar a questão, a seguir irei fazer um esforço de contextualização da passeata em relação a conflitos com as autoridades onde podemos atentar para que tipo de disputas

¹⁶⁹ Trata-se de um balanço do ano feito pelo jornal por ocasião do dia dos estudantes programado pra ser um dia de luta face as repressões verificadas durante o 1º semestre, na tentativa do combate à ditadura militar. GN 11/08/68

simbólicas de construção de legitimidades aconteceram quando da realização dessa passeatas de 63 a 68, mas também de outras manifestações estudantis.

Capítulo XI

Violência Simbólica em Ação. Autoritarismo e Movimento estudantil.

Venho até aqui falando de violência e poder simbólicos. Está na hora de procurar esclarecer melhor o que entendo por isso. Reconhecendo, com Pierre Bourdieu, que há uma função social do simbolismo que vai além da sua função de comunicação pensada pelos estruturalistas, agindo também como uma autêntica função política, vemos o quanto pode ser pertinente observar as manifestações estudantis enquanto espaços primordiais na visualização das representações que perpassavam pela sociedade sobre a ação política dos estudantes e como as mesmas agiam, e interagiam, como instrumentos políticos manipulados pelos diferentes atores da sociedade cearense e brasileira da década de 60.¹⁷⁰ Um dos pontos-chaves a se compreender é justamente o peso da violência simbólica em cima do movimento estudantil universitário.

Nada melhor para isso do que vê-la em ação, uma força atuante, em conjunto com outros fatores, pra cima dos estudantes. Para tanto, é preciso atentar para as ações de cerceamento do rito, observando as definições de juventude nelas utilizadas, projeções simbólicas que buscam uma eficácia na repressão de “desvios juvenis” não toleráveis. Editoriais, proclamações, apelos ajudam-nos a compreender que tipo de batalha estava sendo travada pelos estudantes no território do simbólico. Organizações sendo discriminadas, o fazer político limitado – o movimento não pode se expressar se não for pelos mecanismos legais cada vez mais pensados pra evitar que se tenha um corpo independente, capaz de expressar fazeres políticos não condizentes com o projeto de modernização que ia se implantando.

Já no dia 02 de Abril de 1964, está no jornal O POVO a fotografia do CEU, Clube do Estudante Universitário, tirada no dia anterior.

¹⁷⁰ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p10

Vê-se que o Clube estava cercado pela polícia, na missão de impedir a concentração de pessoas, uma vez que tinha sido, logo nas primeiras horas da manhã do dia 1º, o local para onde afluíram pessoas dispostas a lutar contra a deposição do presidente João Goulart.¹⁷¹ Nos dias seguintes, vemos o relato de prisões de estudantes efetuadas em nome da “Revolução”¹⁷², o que expressa a atmosfera de repressão daqueles primeiros dias de golpe. Logo nos primeiros momentos da intervenção militar vemos que o movimento estudantil universitário foi alvo das preocupações pelas autoridades, sendo que também foram, em diferentes momentos, alertados, avisados ou conclamados pelas forças militares.

O primeiro comunicado das autoridades militares para os estudantes aconteceu logo. Nele, vemos o papel esperado da juventude estudantil de Fortaleza em um momento em que intensas inquietações e incertezas pairavam no ar.

O texto, publicado no jornal O POVO dia 03/04/1964, vale a pena ser lido na íntegra. É uma “proclamação”, termo caro aos militares, intitulada “Apêlo da 10ªRM Aos estudantes Democratas”:

“PROCLAMAÇÃO

O comando da 10ª Região Militar dirige-se neste momento aos estudantes cearenses cujas Universidade juntamente com outras unidades de ensino já representa um centro de cultura que se iguala aos melhores do país.

O Exército está no propósito de manter a ordem, inclusive não permitindo passeatas, comícios ou outras quaisquer manifestações coletivas que possam criar um caldo de cultura favorável a desordem.

Conclamamos a todos que nos prestem sua valiosa colaboração tomando posição contra agitadores.

Aos estudantes democratas e anti-comunistas que, sabemos representam a esmagadora maioria, conclamamos ainda, que assumam a liderança de sua classe contribuindo, assim, para que nossa Pátria mantenha o lugar de destaque que merece.

¹⁷¹ O POVO 02/04/1964:1. Além dos jornais da época, também nos baseamos no trabalho de Bráulio Ramalho, que traz um minucioso relato acerca das primeiras horas do golpe em Fortaleza e da frustrada tentativa de resistência. RAMALHO, Bráulio. *As Lutas dos Estudantes Cearenses*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 1992.

¹⁷² O termo, e variações, são usados no trabalho como a constante representação feita nos jornais, de 1964 até 1968, pelas autoridades e setores aliados, como a própria imprensa, tanto do movimento civil-militar que derrubou João Goulart, como da progressiva militarização do Estado e sociedade brasileiras.

Apelamos também aos pais que prestem sua valiosa colaboração neste sentido.” (Grifos Meus)

A Proclamação se insere na percepção das forças militares sobre os estudantes e demonstra a intenção de banir os subversivos como principal quesito para o desenvolvimento e a ordem. Verifica-se o pedido aos “estudantes democratas e anti-comunistas”, a “esmagadora maioria”, para que assumam o comando das entidades garantindo que a ordem prevaleça na Pátria, em uma associação da juventude como responsável nessa missão . Vemos claramente a preocupação com o meio estudantil em um momento de perseguição e prisões.¹⁷³ Conjuntamente com a repressão aos inimigos do regime, vemos um esforço em se buscar adesão social, em especial, entre os estudantes, e em passar dos seus pais, ao novo regime. Uma “cooperação” no combate à atuação dos “desordeiros”.

Temos assim, em um primeiro momento do golpe, uma ação de repressão das manifestações públicas (inclusive as estudantis), tendo como justificativa evitar a desordem. A “PROCLAMAÇÃO”, feita aos “estudantes democratas”, é uma passagem emblemática para se perceber as expectativas dos militares logo nos primeiros dias da sua “revolução”, bem como na visualização de processos de coibição e classificação da política. Nesta verdadeira “ordem do dia” do Setor de Relações Públicas do Exército, vemos em palavras o que estava acontecendo em Fortaleza e no restante do país: o clima de perseguição, a busca de legitimidade, com discursos que visam adesões e justificativas da repressão por parte do regime.

¹⁷³ Ampla bibliografia relata o processo de repressão e perseguição empreendido logo nos dias imediatos do golpe, contra aqueles considerados a favor da subversão e portanto inimigos da “revolução”. Destaque para os IPMs Inquéritos Policiais Militares. Alguns livros: CALLADO, Antônio. *Quarup*. Editora Altaya/Record, 1998. pp446-473; FAVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em Tempos de Autoritarismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995 pp 47-48; GABEIRA, Fernando. *O que é isso Companheiro?* São Paulo: Companhia da Letras, 1996 pp 11-17; GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas a Luta Armada*. São Paulo: Ática, 1998. pp 13-16 e 77 a 79; MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968**. Campinas: Papyrus, 1987. pp 81-89; MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares pensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. p207; POERNER, Arthur José. *op. cit.* 1979 pp 218-230; SANFELICE, José Luís. *Movimento Estudantil: A UNE Na Resistência Ao Golpe de 64*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986. pp 161.

Neste contexto, como se inseriu o evento de celebração da juventude universitária em 1964? Por que não se realizou?

Acredito que a indicação do Exército, ao proibir “quaisquer manifestações coletivas” capazes de gerar “um caldo de cultura favorável a desordem”, foi o motivo da sua não realização, o que nos leva a discussão do que muda na passeata e na visão acerca do rito e dos universitários com o advento e a paulatina consolidação do governo militar. Uma consolidação que aos poucos demonstra a preocupação do regime com os estudantes, e nos permite visualizar as representações presentes no olhar e nas atitudes deste para os jovens.

È o que vemos em outro momento de 1964, agosto, dentro de uma posição mais incisiva no sentido de qualificar a juventude estudantil. Trata-se do depoimento do Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda acerca do papel do estudantes no contexto político do país:

“Os estudantes de hoje são os homens de amanhã, mas nós somos os homens de hoje. E acrescenta: Primeiro o estudante deve estudar, depois se aperfeiçoar na prática democrática no sentido amplo. Admite, porém, que os estudantes podem fazer política dentro dos partidos que estão envelhecendo, sem líderes para a renovação do pensamento político nacional.” (Correio da Manhã 28/08/1964) (Grifo meu)¹⁷⁴

Com o progressivo avanço da repressão aos estudantes pela ditadura a representação maior é de que “estudantes devem estudar”, os jovens são o futuro, “os homens de amanhã”, não devendo se meter em assuntos da política do presente. Afinal, se a política é o exercício de discutir e tomar decisões, o autoritarismo necessita de bons pais que dirijam a situação e não de coisas fora do lugar como “homens do amanhã” pensando o hoje. Suplicy foi o autor da lei, que por isso entraria para a história levando seu nome, apresentada ao Congresso no final de 1964. Aprovada, passou a subordinar as entidades estudantis ao Governo, em um processo de quebra da autonomia do movimento, visando a depuração dos estudantes subversivos (os que se

¹⁷⁴ FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Op. Cit* 1995. p61

opunham ao governo militar) através do atrelamento dos órgãos estudantis às instituições do estado militarizado.¹⁷⁵

No tocante às manifestações estudantis, os efeitos verificados no decorrer desse processo de desconfiança e vigilância apontam para o cerceamento. Ao estabelecermos relações entre a ausência da passeata em 1964 e a cobertura dos jornais sobre o evento de 1963, algumas reflexões são possíveis acerca da mudança de perspectiva militar sobre os jovens universitários.

A manifestação em 1963 é definida pelo GN como um “Movimento sadio, livre de quaisquer pênias políticos-partidárias” que possuiu “consubstanciadas críticas e sátiras as autoridades constituídas” e que algumas vezes acabou “extravasando sentimentos extremados”. Tudo bem. Segundo o GN isto não é algo “raro” para a ‘juventude”, é, inclusive, algo “próprio da juventude”. A passeata de 1963 é apresentada como momento de crítica. Nela se esperava a referência aos “principais problemas da vida nacional”, e é definida pelo jornal como um espaço em que se delineava “o pensamento da classe universitária”, o que denota a existência de um respeito pelas opiniões dos universitários levadas às ruas.¹⁷⁶

Em abril de 1964 temos um processo de intervenções nas entidades e a fuga de seus organizadores. Se, em 1963, a passeata é lugar de crítica – com tal crítica sendo compreendida como “uma brincadeira” – a situação de 1964 estava bem mais delicada. A representação da juventude como possuindo um espírito capaz de fazer brincadeiras e até mesmo extravasar “sentimentos extremados” não é suficiente para permitir a realização da passeata em 1964, uma vez que a própria ordem social se vê cada vez mais restringida em momentos de consolidação e fechamento do fazer político, tendo na juventude universitária um alvo da vigilância. A juventude, com seu “entusiasmo”, não pôde ser tolerada, pois o perigo da subversão foi prioridade, e para tanto não se permitiu manifestações capazes de criar um “caldo de cultura favorável a desordem”. Há uma “falha” na eficácia das representações simbólicas acerca do rito e portanto um temor acerca das suas possíveis repercussões.¹⁷⁷

¹⁷⁵ MARTINS FILHO João Roberto. *Op. Cit.* 1987 pp

¹⁷⁶ GN 28/04/1963:6

¹⁷⁷ Concordo com Bourdieu acerca da dimensão política do uso do simbólico, havendo uma imbricação entre ambos: a política tendo no simbólico um de seus principais componentes, e

A passeata, por conta das tensões daquele momento, era observada de um outro ângulo em que não é possível “abrir” um espaço para a “brincadeira” dos jovens estudantes, pois a subversão deve ser erradicada. Até mesmo no lúdico os espaços se restringem, pois o temor é a presença da subversão nas manifestações estudantis. O medo e a ideologia da segurança nacional predominam sobre a legitimidade do rito, que, como veremos, voltará a acontecer em 1965, quando temos uma maior estabilidade da situação “revolucionária”. A ebulição de 1964 se sobrepõe, no nível da força e das expectativas à visão da juventude como redentora da cidade, pelo menos por enquanto.

Assim, se o “caldo de cultura” pode ser inclusive um elemento intrínseco à passeata no seu contexto de realização, em abril de 1964 seu teor de imprevisibilidade não foi tolerado. Era perigoso um processo de ritualização de uma passagem que permitia aberturas de crítica e subversão da ordem. Um espaço naquele instante não tolerável, de acordo com as percepções do autoritarismo acerca das conseqüências do uso do espaço público. As críticas, presenças saudadas em 1963, não foram naquele momento pensadas como expressão do entusiasmo, da brincadeira, isto porque a juventude e suas manifestações são vistas a partir de um novo olhar. A imprevisibilidade não é tolerada em um momento de redefinição da ordem vigente, quando se procura a todo custo ter o direcionamento das ações, o controle do curso dos acontecimentos a serviço dos ideais da “Revolução”.

Teoricamente, isto significa dizer que ao olhar a passeata dos bichos da década de 60 não podemos ter uma definição fixa (nem espacial nem temporal), pois “um evento não é somente um acontecimento no mundo; é a relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico.”¹⁷⁸ Trata-se de compreender a tradição, dimensão que é da cultura mutável, a partir dos jogos e apropriações feitas no sentido de promover as significâncias das coisas, incluindo os acontecimentos, a história. Tendo em vista que os processos de significação são marcados pelo aspecto político, através dos interesses dos “usuários” do sistema simbólico, então vemos que as manifestações estudantis

este tendo entre os mecanismos de sua produção as disputas da política. BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

¹⁷⁸ SHALLINS Marshall. “Estrutura e História” - In ----- **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. pp 172-194.

são acontecimentos diferentemente pensados como eventos e nesta diferenciação existem efeitos de construções de legitimidades. Interessa verificar o conflito acerca dessas legitimidades, disputas acerca de como deve ser a tradição, do que é permitido ou não levar para as ruas.

Em maio de 1965 se observa, em uma declaração da 10ª RM no jornal GN as preocupações dos militares com a manifestação. O principal receio da 10ª RM é a possível “infiltração” de antigos “elementos subversivos” há tão pouco tempo erradicados pela “revolução”¹⁷⁹. A passeata dos calouros é vislumbrada, como deve ter sido em abril de 1964, enquanto possível espaço a ser ocupado no sentido de expressar determinados conteúdos políticos não desejáveis.

Logo no início da “nota de advertência” informa-se que os “estudantes universitários estão se movimentando para obterem a realização do trote público dos “calouros”. Para a 10ª RM, os mais interessados em fazer o desfile são os “estudantes de esquerda”, um grupo de “subversivos” cujo propósito em relação a passeata era “explorar **uma tradição da vida estudantil** para alcançarem seus objetivos escusos”.¹⁸⁰ (Grifo meu)

O perigo de uso da passeata pelos subversivos se vislumbra já na própria reivindicação da sua realização. Assim, é clara a projeção simbólica do rito e dos universitários, feita através da investida do exército no sentido de perceber qual a legítima função do rito. Isto se visualiza na fala acerca da necessidade de evitar a exploração da “tradição da vida estudantil”. O exército reconhece a legitimidade no evento enquanto uma “tradição”, o problema são os riscos envolvidos na sua possível utilização por interesses externos. A legitimidade da manifestação reconhecida pelo Exército é nos dada também pelo depoimento de Pedro Albuquerque quando nos diz que “*seria um verdadeiro absurdo o exército reprimir a passeata do calouros*”.¹⁸¹

¹⁷⁹ Trata-se de uma outra nota distribuída nos jornais – mais uma ordem do dia coletiva... Esta chama-se “Trote Universitário: Advertência” Gazeta de Notícias, 05/ 05/ /65: 7 Em O POVO também verifica-se a “solicitação” de divulgação da nota. Lá a matéria intitula-se: “EXÉRCITO ADVERTE SOBRE INFILTRAÇÃO ESQUERDISTA NA PASSEATA DOS “BICHOS”. O POVO 05/05/65:8.

¹⁸⁰ GN 05/ 05/ /65:7

¹⁸¹ Não pensemos contudo na total inviabilidade da repressão a passeata dos calouros. Em Belo Horizonte no ano de 1967 a manifestação foi reprimida pela polícia militar, fato que terá repercussão em várias outras cidades.

Um evento, pois, que possui um significado social não desprezado fazendo com que a sua repressão seja não apenas no nível da força, mas da necessária qualificação simbólica. Daí o interesse, na nota, em distinguir alunos e subversivos; o rito, como elemento da tradição, do protesto, o perigo da degradação através da intromissão da “baderna”. Temos uma situação onde o exército busca tatear que tipo de espaço a passeata deve possuir. Com sentidos próprios enraizados na cultura e imaginário da cidade, o rito não pode, nem se pretendia, acreditar, ser simplesmente proibido. O Exército aparece disposto a instituir uma legitimidade para o evento a partir dos seus interesses. Por intermédio da imprensa, o Exército atua efetivamente na coibição dessa “infiltração” e, desse modo, busca delimitar as possibilidades da passeata, aumentando o alcance da suas ações de repressão. Isto dentro de um mecanismo diretamente relacionado à definição do que é legítimo ou não no público: os jornais, que recebem a notificação de publicar a “nota de advertência”.

Por outro lado, também os estudantes agem a partir das noções de legitimidade que têm do desfile quando reivindicaram o direito de que participem também da passeata dos bichos de 1965 os estudantes do “2º ano, uma vez que, no ano passado, ela não foi realizada.” Ou seja, reivindica-se pela junção das duas turmas de calouros, o que me parece de um teor emblemático. Tratam-se de duas passeatas em uma? Ou ainda de um resgate da passeata do ano anterior – da restituição de uma direito negado aos primeiranistas do ano anterior. A turma de novatos de 1964, prejudicada pela eclosão da “revolução”, quis seu direito de sair as ruas concedido. O apelo a tradição se faz para que não sejam prejudicados, reforçando nossa idéia da tradição como fruto dos embates.¹⁸²

A passeata acabou saindo às ruas no dia 08 de Maio. Alguns dias depois, o Exército lança outra nota parabenizando a manifestação. A nota, “saúda” os estudantes pelo “ambiente festivo e de ampla liberdade” em que transcorreu a passeata, pois os “pseudoestudantes” não apareceram com suas “críticas acintosas as autoridades civis e militares”. Tudo graças a atitude dos “jovens líderes estudantis” que adotaram “as medidas adequadas de vigilância e apôio às autoridades”, o que nos leva a pensar acerca de um possível

cooptação estudantil pelo regime nesse momento, já que provavelmente as intervenções acontecidas em 1964 ainda têm seu eco.¹⁸³

As críticas que aconteceram, segundo o porta-voz oficial do exército, foram “revestidas de sadio humorismo, próprio da mocidade”. (Grifo meu) Nada das “grosseiras provocações” que “uma minoria expressiva queria levar a efeito”.¹⁸⁴ A eficácia desta representação tem seu papel na definição e classificação da passeata. Diferentemente de 1964, quando a situação era de reserva e mesmo perseguição da juventude por conta da notória influência dos subversivos no sentido de tumultuar uma situação de instabilidade, neste momento se pôde novamente permitir os legítimos (para eles naturais, frutos de uma fase e não da experiência política) “excessos da juventude”.

Mesmo assim não se trata de uma manifestação livre de conflitos somente porque em 1965 a situação do regime está mais consolidada. A busca do regime em assegurar sua permanência com seus objetivos o leva a delimitar espaços e expressões, usando, testando mecanismos de repressão e controle, em um processo de experimentação.

Os Jornais de 1965 falam que a passeata se deu “com as ruas ostensivamente policiadas, mas sem que os policiais tivessem o que fazer” pois “tudo decorreu ordeira e pacatamente”. A manchete, assim, denota a expectativa por conta da realização da passeata, provavelmente temerosa por conta da advertência da 10ª RM. Ressalto ainda que o conteúdo crítico do desfile também parece não ter sido totalmente solapado como vemos na afirmação da jornalista Joseoly Moreira de que na “passeata dos bichos” apareceram “alguns burros com críticas diversas sobre a indústria automobilística nacional e sobre alguns professores do Liceu”. Assim, vemos como existem margens de restrição que, contudo, não são infalíveis por conta do caráter da passeata.

É o que vemos na conclusão da cobertura do jornal sobre a manifestação que:

¹⁸² GN 05/ 05/ /65:7

¹⁸³ Pedro Albuquerque aponta que o processo de rompimento com a “direita nas entidades estudantis foi feito por Homero Castelo Branco”. Homero foi presidente do DCE de 1966 a 1967, o que não torna improvável pensarmos em, no mínimo, uma presença forte dos que apoiavam o regime nas entidades até 1966.

“terminou sendo apenas o que sempre foi mesmo: uma alegre manifestação da mocidade, sem causar medo ou perigo para ninguém.”¹⁸⁵ (Grifo meu)

O jornal demonstra sua preocupação de que não se precisava esperar tanto de um momento cujo significado é tão conhecido e respeitado. Para que tanto barulho por nada? Afinal, trata-se da manifestação dos nossos jovens universitários...

Na passeata de 1965 o que vemos é o claro temor de utilização da tradição para fins subversivos, em um momento em que o regime ainda não tem muito bem delineado onde está o perigo da subversão, e por isso tateia em busca do inimigo interno a ser reprimido. Em 1966, as pressões e limites se verificam na própria medida em que as entidades responsáveis pela passeata vão aos poucos se reforçando (através da luta contra as intervenções) em um processo de questionamento ao regime, que vai cercear-la na medida em que for possível, criando mecanismos para tal.

Até aqui, vimos que a passeata dos bichos se mostrava como um lugar em aberto; nela alguns comportamentos e linguagens encontram espaços não possíveis em outros lugares. Através dessa percepção, vimos também que, com a ordem autoritária, novas conotações e novas pressões ajudam a redefinir as representações acerca da juventude universitária e seu rito.

Antes, em 1963, há o entendimento das críticas e reivindicações. Em abril de 1964, já com uma nova ordem que aos poucos procura expurgar seus inimigos e ideologias, novas pressões se verificam em torno da realização da passeata, a juventude universitária é vista, ou melhor, vigiada, de uma nova perspectiva. Nota-se em 1965, um cuidado na maneira como a passeata vai se desenrolar, uma cautela acerca de uma manifestação pública de tamanho porte, repercussão e potencial de mobilização.

Agora aprofundemos a observação sobre como a liberação do espaço público relaciona-se com a visão que se tem do sentido do evento para a juventude estudantil da cidade.

Olhando aspectos da organização da passeata de 1966, visualizamos pressões no sentido da permissão para que o evento aconteça. É necessária

¹⁸⁴ GN, 13/ 05/ /65:7

¹⁸⁵ GN, 09/ 05/ /65:1

uma permanente comunicação com o comando militar para obter a devida autorização do Exército para sua realização, reforçando nossa idéia de que a passeata se modifica com o autoritarismo, de que existe um esforço maior por parte das autoridades em delimitar as possibilidades do rito enquanto expressão de determinadas críticas. Existe uma constante vigilância para que “formas de subversão” não se apresentem dentro da “tradição”.

Para tanto, é preciso vigiar a atuação das entidades responsáveis pelo evento. Os jornais informam as medidas tomadas pelas entidades para a liberação do espaço público pela 10ª RM. Vemos a seguinte manchete: “Polícia já autorizou Passeata dos Bichos”. Além da autorização da Secretaria de Polícia, “a Guarda Estadual do trânsito também colaborará com os estudantes desimpedindo todo o trânsito no itinerário previsto”, para “garantir a realização da tradicional passeata dos bichos”.¹⁸⁶

Dada a autorização, a 10ª RM, através do Major Murilo Luiz seu Chefe de Serviço de Relações Públicas, exprime suas preocupações acerca do desfile. Como em 1965, o maior objetivo é de que a passeata seja exclusivamente “confraternização” e “somente não se permitirá cartazes ofensivos as autoridades constituídas”. O motivo, segundo o jornal, é o já citado: é preciso que “a festa não deixe de ser de confraternização”.¹⁸⁷

Notemos a indicação de que a passeata não pode ter uma conotação política. A permissão é para se confraternizar (afinal esse é o sentido da passeata), fazer com que veteranos e novatos fiquem mais próximos em uma comemoração acerca das vitórias daqueles que conseguiram entrar na universidade. O espaço da reivindicação e contestação é tolhido na medida em que se vislumbra o perigo do ataque às autoridades nos cartazes. Verifica-se uma disputa no sentido do que é legítimo ou não na passeata. A tradição, na forma da confraternização, é reivindicada como forma de impedir componentes indesejáveis do evento que porventura possam aparecer. Daí o cuidado antecipado da 10ª Região Militar em delimitar as possibilidades de expressão da passeata, tudo claro sem ferir a tradição.

¹⁸⁶ GN 06/05/1966:1.

¹⁸⁷ GN 05/05/1966:6.

É preciso compreender que o rito ganha incessantemente novos sentidos sociais a partir das representações de como devem se comportar os estudantes.

E quais seriam essas expectativas sobre a juventude universitária em 1966?

Vimos que uma visão temerosa da passeata e dos jovens estudantes é a presença entre eles de “pseudo-estudantes” dispostos a perverter a tradição da passeata para a realização de seus ideais subversivos. Temos uma situação em que o regime já dispõe de uma legislação atuante sobre as entidades, ainda que essa atitude repressiva tenha muito mais ajudado na reorganização das entidades sob a influência das forças de esquerda do que conseguido uma adesão sólida de estudantes favoráveis ao regime ou pelo menos a desarticulação do movimento. Muito pelo contrário aconteceu a mobilização do movimento tendo como principal bandeira a derrubada da ditadura.¹⁸⁸

Na passeata do bichos adentram novas perspectivas dos estudantes, o que não quer dizer que as mensagens sejam frutos ideológicos da subversão. Ela, penso, recria utopias e bandeiras estudantis. Como vemos em fotos do evento de 1966, não há uma transformação panfletária do rito. Em uma temos um estudante com um cartaz do Tio Sam que fala a um profissional da imprensa:

“CONTINUA, EU TENHO MAIS!”

Mesmo a crítica ao governo se faz a partir do espírito satírico da festa:

“CORRE- CORRE DE VACAS NA ARENA”

A passeata é lugar, claro, de uma antiga bandeira estudantil:

“ESTUDANTES EM FÉRIAS ANDAM SEM MEIA”

Então porque a visualização da subversão com tanta ênfase e rigor? O temor é de um crescimento do movimento estudantil, que representava uma possível reorganização das forças que até bem pouco tempo a “revolução” veio abolir, em que a juventude ocupa um lugar central.

Podemos ver isso melhor observando o editorial do Gazeta de Notícias pouco menos de um mês antes da realização da passeata dos calouros. Seu tema é acerca da juventude, seu papel e sentido na sociedade, com destaque para o perigo de uma de suas principais “características”. Motivou-se pela descoberta da circulação de um manifesto no colégio Liceu do Ceará em que alunos reivindicavam a retomada das atividades do CLEC – Clube que se encontrava suspenso.

O autor, absolutamente contra a reabertura do que se “transformara em uma das mais ativas células comunistas do meio estudantil de Fortaleza” (Grifo Meu), diz que o fato da distribuição do manifesto é grave não “pela repercussão que possa obter” e sim:

“pela constatação de que os estudantes continuam intoxicados do veneno ideológico a eles ministrado em doses fortíssimas, quando se procurava reproduzir no Brasil a tragicomédia cubana sob o patrocínio das autoridades”¹⁸⁹. (Grifo Meu)

Mesmo referindo-se especificamente a estudantes secundaristas, acredito que sua crítica aplica-se aos jovens estudantes da cidade, servindo de alerta para que se abra os olhos sobre o perigo do retorno dos partidários da ordem que procurava impor a “tragicomédia cubana” (o governo João Goulart). O editorial demonstra o temor de que através do uso da perigosíssima propaganda de esquerda (o “veneno ideológico”) a juventude estudantil seja corrompida e usada pela subversão. A idéia da juventude como passível de corrupção porque naturalmente ingênua e idealista é a tônica do editorial. O perigo para seu autor não reside nas “manifestações do idealismo da mocidade” (Grifo Meu), uma vez que estas, para ele, são “ao natural legítimas e bem intencionados”. O problema são os:

¹⁸⁸ Cf. MARTINS FILHO João Roberto. *Op. Cit.* pp 99-102

¹⁸⁹ GN 15/04/1966:1

“ardis dos que, precisamente, se utilizam das emoções juvenis para voltarem a carga na tentativa de implantar no Brasil uma ordem de coisas totalmente contrária ‘as tradições e ás aspirações da nacionalidade(..)”.

Como vimos na proclamação de 1964 e na preocupação da 10ª RM por ocasião da realização das passeatas de 1965 e 1966, temos uma projeção simbólica dos jovens de qual deve ser sua tarefa para o bem dos interesses da Pátria. Não há nessas projeções uma unidade total na representação de qual deve ser a atuação política dos jovens, mas com certeza há pontos em comum: a visualização da juventude como elemento passível das manipulações esquerdistas e subversivas e, principalmente, a qualificação da juventude como uma fase instável onde o cuidado deve ser intenso.

Principalmente em 1966 reforça-se a idéia do perigo da subversão no meio estudantil, uma vez que nesse ano muitas entidades são ganhas pelas forças de esquerda e o movimento estudantil de várias cidades importantes se mobiliza com uma progressiva identificação das dificuldades estudantis com a luta contra a ditadura.¹⁹⁰ Para que prevaleçam as “tradições e as aspirações da nacionalidade” é preciso que se auxilie e se monitore os jovens para que não caiam nas armadilhas de quem só estar interessado em levar o país para águas conturbadas. Apresenta-se no editorial uma questão da própria década de 60: o caráter do “poder jovem”, sua possível corrupção pelo comunismo no seio da disputa geopolítica conhecida por Guerra-Fria. Uma questão, como o próprio autor do editorial alude, que perpassa “todo o século XX”.

Assim apresenta-se à juventude como “por si insatisfeita – desejosa de uma autonomia que a inexperiência lhe proíbe”. Uma mocidade que possui “uma antecipada sensação de frustração”, tornando-se o “alvo principal dos promotores da desordem e da luta”, indivíduos que da juventude “se utilizam” com “idéias e ações cujo alcance escapa inteiramente à sua inteligência, ainda volúvel, porque não liberta das emoções e dos caprichos próprios da idade”. Temos a noção de um processo não acabado, que se completa com a definição do idealismo como “estado de espírito característico de uma fase da nossa existência”. O papel da juventude enquanto fase da vida social deve ser

¹⁹⁰ FÁVERO, Maria de Lourdes de *op. cit.* 1995 pp 56-57; SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários Memórias da Guerrilha Perdida*, Rio de Janeiro Global, 1980. pp 15-48; MARTINS FILHO, José Roberto. *op.cit.* pp 99-105. São alguns dos autores que apontam essa perspectiva.

acompanhado para que desvios não aconteçam, uma vez que comprometem com suas “emoções” e “caprichos” não “somente a eles mesmos, mas a toda coletividade.”¹⁹¹ (Grifo Meu).

A idéia de “fase”, e portanto momento específico que requer cuidados específicos, é característica comum de diversas sociedades acerca das juventudes, sendo que cada uma trabalha simbolicamente as adaptações e inserções. Realizam-se ritos e passagens diferentes, tudo porque a idéia da juventude, como vimos, é de fase conturbada cheia de contradições e imprevisibilidades. No caso temos projeções simbólicas que atuam para qualificar a juventude, a juventude estudantil em especial, como o futuro da nação. Discursos com duas conseqüências: a desqualificação da prática política atual dos jovens que devem se preocupar com o futuro deixando o presente para os homens de verdade (o Ministro Suplicy, por exemplo); e que por conta da sua imaturidade e do idealismo, a atenção deve ser redobrada, transformando a juventude estudantil em um foco de preocupação e vigilância, pois o maior receio é a concreta possibilidade do comunismo e da subversão usarem o idealismo juvenil para alcançar seus funestos objetivos. E aqui está, como vimos até aqui, a violência simbólica em ação: a busca de se distinguir a “classe” estudantil de um punhado de baderneiros, sem se apresentar o próprio enraizamento que os grupos políticos possuíam entre os estudantes; as muitas mediações políticas estabelecidas.

Isso, como vimos, não impediu que, logo nos primeiros dias do golpe, os jovens sejam chamados a defenderem o interesse da pátria aderindo a “revolução”. O que nos leva a pensar a uma terceira atitude dos militares em relação aos estudantes. Novamente a associação da juventude estudantil, em especial a universitária, como principal responsável pelo futuro da nação, mas tendo que, em determinados momentos, atuar em defesa da pátria contra a subversão. Essa posição, porém, não se traduziu em uma legitimação do regime entre os estudantes: somente em 1968 a direita estudantil voltará a ter visibilidade e ainda assim muito mais através de ações provocativas e

¹⁹¹ GN 15/04/1966:1

terroristas visando mais abalar do que participar das esferas políticas do movimento. Talvez o grande problema de legitimidade do regime entre os estudantes tenha sido as atitudes repressivas dos militares para com o movimento estudantil logo nos primeiros dias do golpe (o esforço de controle das entidades, perseguição e prisão de estudantes), o que nos leva a ver como as autoridades tiveram bastante cautela e cuidado em relação ao potencial subversivo que visualizavam no meio estudantil. Tal temor não anula as representações acerca do papel da juventude, apenas exige cuidado e medidas de segurança, em conjunto com o efeito de distinção entre os estudantes de verdade e os subversivos.

Aqui está a legitimidade da passeata dos bichos. Ser um rito de passagem que representa a chegada daqueles que se constituem no futuro maior do país, sendo que se o protesto do jovem estudante, sua motivação política, era tolerada e mesmo aplaudida antes do golpe, logo depois será vista como possível de ser desviada a serviço dos interesses contra-revolucionários. O protesto, porém, não foi visto como fruto da experiência política do jovem, uma vez que muitos dos estudantes “desconhecem ainda a reflexão”, são jovens que “ignoram os fatos mais elementares da política e da organização social” como fala ainda o autor do editorial já citado.

São experiências, como disse, que se fizeram força de oposição ao regime pela atitude de cautela e repressão feita para com o movimento. Trata-se sempre de perversão da inexperiência juvenil, talvez porque encarar de frente os motivos da oposição estudantil era admitir a truculência para com a representação estudantil logo nos primeiros momentos do regime, e de uma maneira mais geral reconhecer as pressões e mecanismos de repressão que cada vez mais eram instituídos na sociedade brasileira. Em suma era reconhecer a esfera da política como lugar da discussão de projetos, algo naquele momento impensável diante da prioritária defesa da segurança nacional.

E para encerrar o que podemos dizer da eficácia desse poder em isolar as organizações, fazendo com que se apresentassem como de fato minoria e não como componentes do movimento? Ou seja será que podemos imaginar que acontece de fato u momento em que os estudantes não mais conseguem ter um movimento de peso e acabam por termos um isolamento das

tendências? Esse processo, lembremos, é apontado por vários estudiosos, e Braúlio no nosso caso afirma que isso ocorreu no 2 semestre de 68. Cita inclusive o episódio da reitoria que teve ampla repercussão negativa junto aos jornais. É o que vemos em um editorial do O POVO, “episódio deplorável”:

“EPISÓDIO DEPLORÁVEL

Os fatos registrados a tarde de Sexta-feira na reitoria da Universidade Federal do Ceará, quando um grupo de estudantes exaltados invadiu as suas dependências para “dialogar” com o professor Fernando Leite puseram mais uma vez a mostra que há uma corrente de radicais preocupada em destruir o princípio da autoridade. Chegaram eles a Reitoria no momento em o Reitor estava reunido com altas autoridades universitárias, tentando encontrar solução para alguns dos graves problemas que se transformaram em bandeira de luta da classe estudantil. Forçaram a porta e entraram no recinto onde se realizava a reunião, travando-se, então, uma discussão em que cada qual gritava mais alto e que nada tinha a ver com o reclamado diálogo. Todas as autoridades que se encontravam na local foram vaiadas. E a coisa só não se transformou num incidente sério porque não lhes faltou sangue frio no agir. Agora pergunta-se: foi uma simples e bem-humorada explosão estudantil? Evidentemente não. Foi mais uma das ações inesperadas e dirigidas por elementos interessados a fundo em desviar as atenções da juventude estudantil de suas reivindicações específicas para o plano do desafio ostensivo a autoridade.(...)”¹⁹² (Grifo meu)

Mais especificamente nota-se no editorial uma tensão entre este papel que se vislumbra nos jornais e as manifestações, entre as “reivindicações específicas” dos estudantes e a manipulação destes interesses “por elementos interessados a fundo em desviar as atenções da juventude estudantil de suas reivindicações específicas para o plano do desafio ostensivo a autoridade.”¹⁹³ O editorial cita a invasão da Reitoria no dia 20/09/68. Tal invasão teve como motivo o não reconhecimento da figura de José Genoíno Neto como presidente do DCE por não ser aluno da Universidade Federal do Ceará e sim da Faculdade de Filosofia uma das muitas unidades de ensino ligadas a Universidade Federal do Ceará.¹⁹⁴ No editorial percebe-se bem a tensão daqueles tempos e as possíveis ações de repressão ao movimento mas fica uma pergunta: como se gerou esta tensão entre as “reivindicações específicas”

¹⁹² O Povo 23/09/68:3

¹⁹³ O Povo 23/09/68:3.

¹⁹⁴ O Povo 22-23/09/68: 7

e o “desafio ostensivo a autoridade”? Mas como se chegou a este “clima”? Como entender o conflito entre o que setores pensavam do papel dos estudantes dentro do regime e a ação política dos estudantes, que freqüentemente era alvo da intervenção dos militares através de dispositivos de controle como a Lei Suplicy ou ainda o Decreto-lei 288¹⁹⁵, mas que acabava por ultrapassar os marcos do que era permitido?

Os estudantes têm a sua visão desta tensão e dão a sua opinião dizendo tratar-se de um “clima de repressão e terror que está sendo preparado contra o ME”¹⁹⁶. Em uma nota lançada no dia 25/09/68 pelo DCE e Diretórios acadêmicos na coluna “Presença Universitária”. Na nota, a “declaração do reitor que o estudante José Genoíno Neto não é mais presidente do DCE” é usada como um dos argumentos dos estudantes de denunciar para a ‘população de Fortaleza’ o “clima de repressão e terror que está sendo preparado contra o ME”.

Contudo, não foi possível como vimos se construir uma mobilização como no primeiro semestre de solidariedade e protesto contra o regime. agora, além do uso da força que vai experimentando novas forma de repressão e inibição dos movimentos sociais, também se chega a uma encruzilhada para as próprias tendências dentro do movimento que vem seu campo de ação reduzido.; antes de falarmos que a repressão obrigou as tendência a sair é preciso caracterizar que o próprio movimento foi desconstruído enquanto força de reação ao regime pelas próprias razões de ser um movimento de reivindicações, não revolucionário como imaginou a AP por exemplo. Mas que também as tendências vão aos poucos percebendo essa impossibilidade de atuarem e dentro do regime, em uma dinâmica de clandestinidade que é forçado pelos próprios grupos, mas claro foi construído simbólica, e pela força da ação feito pelo regime. Simbolicamente se buscou construir as condições para se desmoralizar a ação política dos estudantes, o que claro não teria surgido efeito sem as medidas repressoras em continua ação, que culminariam com o decreto 474 de fevereiro de 1969.

¹⁹⁵ Dispositivos de controle engendrados pela ditadura militar sobre o movimento estudantil: Lei 4.464 conhecida por seu de autoria do então Ministro da Educação Flávio Lacerda Suplicy, promulgada em 09 de Novembro de 1964. Decreto-lei n.º 288, 28/02/67, extinguiu a UNE, bem como as entidades estudantis estaduais, deixando as entidades estudantis no âmbito de suas universidades. Ver FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Obra citada**, pp 59-66

A AP tenta ainda ser uma força dentro do movimento, vai acabar desbaratada como vimos no depoimento de Oswald, Braúlio se recolhe sem poder fazer mais nada, Outros vão para a clandestinidade e depois por exílio, outros ainda apostam no trabalho de massas, outros para o Araguaia. Ou seja se, o que concordo, podemos afirmar que o regime ao eliminar o campo de ação das tendências reforça a sua propensão para o trabalho político clandestino e revolucionário, não é possível negar que caminhos diversos se traçaram. Não se pode apagar a diferença da ação dos grupos na solução política que imaginavam para o impasse criado ou ainda o sentido desse impasse na trajetória dos grupos. Basta lembramos que se planejava segundo depoimento de vários militantes de diversas tendências toda a expectativa de preparação da mobilização no início de 69, quando são todos pegos de surpresa pelo AI -5, que lança na clandestinidade líderes de todas as organizações que atuavam no movimento aqui.

É preciso ainda perceber que toda essa dinâmica teve como grande pano de fundo o isolamento político dos grupos da sociedade pela força, mas também pela incorporação da lógica do opressor no sentido de se batalhar no território bélico. É a própria ação do poder simbólico, que mina as condições políticas pela força, mas fez parecer o endurecimento uma condição da luta e não uma construção simbólica/social por relações de poder em clara ação do poder simbólico dentro a partir “o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrárias – embora ignorados como tais – da realidade social.”¹⁹⁷ Ao se verem fora de construir a luta dentro do movimento, uma condição da própria força, o jeito foi partir para o trabalho com as armas. Como bem diz Braúlio acabou-se deixando de lado a condição fundamental do movimento até então de construir uma representatividade perante os estudantes e setores:

“Era como os 2 pratos da balança na medida em que um subia o outro também, a repressão ia aumentando ia aumentando também as ações heróicas, vamos dizer assim, ao invés das ações de massa, as grandes passeatas, já os comícios relâmpagos, os comícios relâmpagos em ônibus, os comícios

¹⁹⁶ O Povo 26/09/68:8

¹⁹⁷ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p 12.

relâmpagos não sei aonde quer dizer a gente ia, as coisas iam... E começou a radicalizar mesmo, a gente começou... a repressão a ser mais violenta e a gente a atos mais destemidos também, e mais isolados, atos até certo ponto foquistas, da gente chegar na multidão e fazer um comício e rapidamente desaparecer, ir para outro lugar, sumir com o panfleto e tal. Quer dizer abandonamos a massa de certa.... fomos nos afastando.”

Isto se deu porque os partidos escolhem agir neste campo do jogo, sem poderem recorrer ao anterior (o que não deve ser visto em um sentido determinista como fica claro ao observamos a ação da AP, que vai tentar ainda uma atuação no seio do movimento).

A força impõe um limite fundamental a esta construção, mas também os partidos não conseguem, como conseguiram no início do ano, impor uma ligação, a representação, foram cada vez mais tendências reforçando seus ritos de coesão e se isolando do trabalho político, ainda que isso tenha significado maior unidade entre eles. Foram colocados para escanteio, mas se sujeitando a lógica do endurecimento, de acharem que esse passo do autoritarismo era uma condição da própria resistência, não um fenômeno histórico a ser resolvido e depois trabalhado politicamente. Isto se deu porque como vimos os grupos viviam dentro de uma grande tensão entre o que queria como organizações e seu trabalho dentro do movimento. Bem ou mal foi assim que conseguiram construir esse grande movimento de resistência. A responsabilidade de não mais conseguirem ter essa capacidade, escapa a eles, ainda que não possam deixar de ser vistos como sujeitos que fazem escolhas, mesmo que condicionadas. Fizeram uma interpretação na qual a luta aberta aparecia como grande perspectiva, não como uma condição a ser avaliada. É claro que mais uma vez a fala de Daniel Aarão cabe para se pensar na idéia de estados revolucionários a espreita do momento certo e sim, se colocando como vanguardas. Porém, não devemos esquecer as tensões existentes entre os objetivos das organizações e sua inserção dentro dos movimentos sociais, onde atuam diferentes mediações políticas a serem consideradas.

A fala do DCE demonstra uma tentativa de se ir até o último ponto que se conseguisse em defesa do movimento, o que não é meramente estratégia de defesa das organizações. O que demonstra o esforço da AP em continuar a

fazer movimento no pós AI-5 (em um primeiro momento antes da incorporação pelo PC do B – o que demonstra que a questão revolucionária era também a questão fundamental pra a AP).

No fundo, temos que entender que dentro do contexto de repressão as escolhas políticas dos militantes se fixaram, tendo como vista a repressão, tentaram até o fim ficara no seio do movimento como forma de se legitimarem, mas também de conseguirem garantir a sua representação. Porém, as bases desse representação foram minadas, sobrando coimo alternativa, tentaram construir na marra a antiga, ou se reconhecer o início de uma nova etapa da luta revolucionária, ou ainda o final da linha. Vemos claramente aqui um desfecho histórico em naquele momento se deram várias encruzilhadas, sendo que os limites das organizações claramente se apresentam, mas também os da própria sociedade em reagir e conceber formas de luta a sua ditadura. Sobraram as ações individuais heróicas, ou a inserção na luta armada, ambos, repito, feitos como escolhas condicionadas social e simbolicamente.

Capítulo XIII

O Quebra-Quebra do USIS: Estilhaços de Vidros e Lembranças

O quebra-quebra do USIS ocorreu no dia 01 de Abril de 1968, em meio a uma manifestação de repúdio à ditadura por ocasião do assassinato do estudante Edson Luís.¹⁹⁸ Nos jornais, a crise aparece espalhada por universidades de todo o país, com manifestações programadas em quase todas as grandes cidades, muitas também terminando em novas mortes de estudantes em sangrentos conflitos com as forças da repressão.

É neste clima que os estudantes saem as ruas nesse 1º de abril.

O escritório do USIS foi depredado quando a passeata de protesto atravessava próximo ao seu endereço pelas ruas do centro de Fortaleza. A passeata, nas palavras de Francisco Monteiro, ia passando pela Rua General Sampaio *“em direção a Praça José de Alencar, a gente ia, se eu não me engano, pela Rua São Paulo que é paralela a Guilherme Rocha e dobramos na São Paulo para a General Sampaio em direção a José de Alencar”* – o USIS *“ficava em uma galeria neste quarteirão entre São Paulo e Guilherme Rocha”*...

As informações no Gazeta de Notícias referem-se mais as conseqüências do que propriamente a cobertura de como se deu o evento. Fala-se dos implicados, da resistência estudantil em meio as prisões, sem maiores detalhes cobrindo o acontecimento.

O clima de perseguição e resistência do movimento é o que ganhará as páginas nos dias seguintes. Já no primeiro momento a entidade estudantil responsável pela passeata (o DCE) afirma em entrevista ao jornal Gazeta de Notícias que o “ato não partiu dos estudantes” e sim de uma “liderança universitária de pessoas interessadas em deturpar as manifestações estudantis e criar problemas para os estudantes”¹⁹⁹.

Nas entrevistas, vemos que as opiniões se dividem e percebemos divergências entre os entrevistados. A questão nos permite pensar mais uma vez na relação entre as organizações e o movimento estudantil. Há duas versões: a espontânea em que foi uma coisa quase que natural, partindo da

¹⁹⁸ UNITÁRIO 02/04/68 : 01

¹⁹⁹ A Fala é do presidente do DCE naquela ocasião João de Paula Monteiro Ferreira. GN 02/04/68:4.

massa ali no meio da rua – os estudantes em geral sentiam aquilo como um símbolo do imperialismo cruel, os americanos “*estavam matando o povo do Vietnã, estavam matando as guerrilhas latino-americanas*”²⁰⁰ (nessa versão há uma divisão acerca da importância do ato, em que alguns falam do trabalho das lideranças em tentar impedi-lo e outros de sua adesão). Por outro lado, afirmar a deliberação do evento consiste também em uma forma de se valorizar a própria participação, de se dizer apoiado pelo grosso dos estudantes e de ter decidido a hora certa de agir, criando um fato que teve grande importância no ascenso do movimento nos meses seguintes.

Vejamos como se apresentam essas posições e quais as implicações em torno da memória do evento, no como simbolicamente nos é apresentado.

No caso do DCE, dirigido por uma frente com maioria do PC do B, Pedro Albuquerque é o único a assumir a responsabilidade como um evento planejado, naquele momento da ditadura. O momento em questão aniversário do golpe militar, poucos dias depois do assassinato de Edson Luís, que mergulhou o país em uma grande comoção nacional.

As palavras de Pedro, depois que lhe perguntei sobre o quebra-quebra do USIS, trazem à tona muitas das tensões envolvidas, ontem e hoje, acerca do fato:

“Do USIS foi o seguinte: nós decidimos quebrar o USIS, isso foi uma decisão tomada no PC do B e nós levamos isso para o DCE e combinamos com a diretoria do DCE, e na hora lá, nós não espalhamos que iríamos quebrar o USIS, e na hora lá nós partimos para quebrar o USIS. E isto também foi muito importante para o movimento estudantil, era um momento que exigia mais radicalização, mais firmeza nossa, e aí nós tínhamos que dar uma demonstração que a nossa luta era uma luta anti-imperialista em defesa do Brasil. Quer dizer, muita gente pensava que isso era uma... fazia a leitura que isso era uma coisa sectária, quando não, aquilo ali era uma abertura maior do movimento estudantil, então aquilo foi muito importante para o movimento estudantil. Depois houve um processo aberto pela polícia federal, mas eles não conseguiram identificar ninguém..”

È assim, pela necessidade da mais “radicalização” e “firmeza”, que Pedro se sente à vontade para afirmar a disposição do Diretório em promover o

²⁰⁰ A fala é de Inocêncio Uchôa.

quebra-quebra, enfrentando inclusive a acusação de sectários, termo geralmente aplicado aos trotskistas e à AP.²⁰¹

Bráulio Ramalho, na sua dissertação, inclui a lógica da ação dita por Pedro dentro do seu raciocínio da hegemonia do PC do B: saber a hora exata do enfrentamento. O partido sabia fazer uma “opção tática”, no que se diferencia dos outros grupos políticos. Para esses grupos não pedir autorização, segundo Pedro, era uma “opção de princípio”, no que o PC do B não concordava: tratava-se de uma questão “tática”, de saber a hora de pedir ou não a permissão às autoridades. Bráulio coloca 2 momentos significativos, citados por Pedro, “em que o DCE não pediu licença para realizar manifestações”. Um foi a passeata dos 20 mil, como já vimos. O outro é justamente “o quebra-quebra do USIS”, que Bráulio Ramalho aponta, com base no depoimento de Pedro, como uma “decisão do PC do B”, que analisou como favorável a “correlação de forças” e, portanto, oportuna essa “demonstração simbólica de força”.²⁰²

Porém, não temos um consenso em relação a atitude do DCE e do PC do B. João de Paula reage à idéia do quebra-quebra como algo intencional por parte do DCE, naquele momento sob sua direção. Seria de se esperar que, dentro da questão do reconhecimento da organização e/ou da entidade estudantil estivesse a mesma definição do evento que fez Pedro Albuquerque e que foi transposto dentro da análise de Bráulio Ramalho sobre a atuação das tendências políticas. A definição de um ato deliberado dentro de uma consciência tática do PC do B. Contudo, temos justamente o oposto no depoimento de João de Paula:

“O quebra-quebra do USIS eu diria que ele foi como um ato a margem da passeata, o corpo da passeata passava ao largo e um certo número de pessoas fez o quebra-quebra nesse momento. Então não foi uma posição assumida pelo DCE, não... O DCE na verdade tinha uma posição de firmeza, mas tinha muito cuidado com certos métodos. Eu me lembro que houve a passeata, no meio da passeata que passava perto, um grupo se destacou e quebrou, e aquilo originou depois uma grande onda de repressão foi quando eles intimaram a diretoria do DCE para depor. Nós ficamos um período na clandestinidade, passei um período...”

²⁰¹ Como vimos, essas correntes não concordavam com a opção de pedir autorização para se fazer manifestações, dando seus itinerários, e muitas vezes “rachavam” passeatas. O trabalho de Bráulio apresenta o ponto como um das razões da hegemonia do PC do B.

²⁰² Ramalho, Bráulio p 165.

A firmeza continua no DCE, mas aqui o cuidado é lembrado com bastante nitidez. “A margem da passeata”, “um certo número de pessoas”, “um grupo se destacou”, expressões que apontam para o caráter marginal do acontecimento em relação a postura do DCE, que, por sinal (dentro da questão do reconhecimento uma vez que naquele instante o diretório estava sob a hegemonia do PC do B, com 3 membros na diretoria), mais uma vez tem reafirmado seu “cuidado” em relação a “certos métodos”...

As peças não se encaixam e cabe perguntar porque então essa divergência entre os militantes do PC do B: porque João de Paula não concorda com a solução dada por Bráulio ao quebra-quebra, um ato de radicalismo, mas tomado no momento certo, explicado a partir da consciência táctica mais avançada do PC do B?

De início, cabe dizer que a decisão foi tomada pelo PC do B e foi compartilhada com as demais organizações, uma vez que Pedro aponta para a diretoria do DCE, naquele instante, abril de 68, ainda sob o comando de uma frente que envolvia as principais tendências políticas do movimento. O reconhecimento do evento já se dilui em relação a uma decisão feita exclusivamente pelo PC do B, bem como indica a união das tendências políticas em torno de uma manifestação desse porte.

Tendo em vista que somente no 2º semestre acontece essa união dos grupos, segundo o trabalho de Bráulio, com o rebaixamento do PC do B aos métodos de AP e trotskistas, vemos aqui a possibilidade de ação (e decisão) conjunta, dentro de um contexto específico, no território do conflito, justamente um dos pontos que dividia os grupos. Um dos motivos da divisão em relação ao evento, creio, é que ele demonstra uma certa sintonia entre os grupos, maior do que se pensava.

Por outro lado, segundo João de Paula, o PC do B apresenta-se em um momento de visível “falha” da consciência táctica. Há claramente uma dimensão que não bate com as razões da hegemonia, apresentando um quadro mais sutil e menos previsível da ação dos grupos políticos. Isto fica bem claro quando nos atentamos para a repercussão negativa do ato nas semanas seguintes nos jornais. O papel das tendências dentro do movimento, claramente, vai ser rebatido, na distinção entre movimento de subversivos e movimento de estudantes.

O editorial do Gazeta de Notícias contrapõe o movimento dos estudantes, até aquele momento “uma vigorosa acompanha pelo aprimoramento do sistema brasileiro”, reconhecida pelo “próprio presidente”, à ação que atacou o USIS, produto de uma “minoría radical que se infiltra no movimento estudantil”, que “não representa os sentimentos reais dos estudantes”, não sendo nada mais do que “meros provocadores a serviço da subversão e da desordem”²⁰³.

O Governo do Estado, por sua vez, logo no dia seguinte lança nota na primeira página de todos os jornais condenando o ato. Apresenta que este foi liberado por ser comunicado pelas entidades estudantis como “uma demonstração de pesar pelos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro e que culminaram com a morte de um estudante”. Contudo, segundo a nota, a manifestação foi “inteiramente subvertida”, com a distribuição de “boletins subversivos”, “insultos ao governo” e “ameaças de perturbação da ordem”. Por fim, a manifestação foi “desvirtuada pelos agitadores” e “depredadas as instalações da USIS”, com o que “pretenderam criar um clima de intranqüilidade e ameaças a propriedade privada”. Com isso, a nota não apresenta outra solução senão a proibição oficial de “qualquer passeata ou demonstração coletiva que constitua ameaça a tranqüilidade do povo”.²⁰⁴

Dentro do contexto da violência simbólica, que distingue subversivos e estudantes, as tendências políticas procuraram se proteger. Diante da criação de mecanismos de classificação extremamente desfavoráveis, acredito que restou à liderança do movimento o sigilo total, tanto no sentido de se proteger da força da repressão institucional como da projeção simbólica que agiu em conjunto com ela.

Tal estratégia de defesa ainda hoje irá dar o tom do teor das composições. É uma tendência que se reproduzirá nas memórias sobre o evento, ainda que sob nuances diferentes em alguns momentos.

Neste sentido, a polêmica sobre o ocorrido apresenta uma indefinição acerca do reconhecimento dentro da ocasião. Há um receio sobre como se referir ao episódio e se inserir em meio às conseqüências que possam haver.

²⁰³ Gazeta de notícias 07/04/1968:2.

²⁰⁴ UNITÁRIO 02/04/68 01

Helena Serra Azul conta que “até hoje se tem uma divergência se foi uma coisa programada ou se foi uma coisa espontânea, isso acho que não interessa, sei que aconteceu, chegou um determinado momento...”

As palavras de Helena, ao falar sobre o assunto, nos ajuda a entender melhor o sentido dessa divergência de opinião: o quebra-quebra deu uma onda de repressão e “que até hoje eu não falo nomes, como é que essas coisas eram feitas sabe? Fica uma certa paranóia, não só eu somente não, muita gente também não fala os detalhes não, porque a repressão foi muito grande.” Helena refere-se depois ao Brito, companheiro seu de AP, que foi preso por conta do quebra-quebra.

Sobre ele, também Oswald se referiu lembrando que ele, o Brito, tinha sido um dos que comandaram a invasão e que:

“(...) ele passou 2 dias presos lá, aí quando ele voltou, ele voltou tão ressabiado, ele voltou até arrependido de um dia ter entrado no movimento estudantil, voltou apavorado dessa prisão, nunca mais quis nada. Deixaram ele voltar a estudar, ele deu graças a Deus, mas aí saiu de Ação Popular nunca mais participou de reunião, ele disse que estava queimado(...)”

Também João de Paula apresentou a situação quando falou da repressão que se abateu e da clandestinidade temporária na entrevista que me concedeu. Já no momento enquanto presidente do DCE evita vincular o fato a ação das lideranças e entidades. Por outro lado, observei o quanto foi prejudicial para os grupos, dentro da lógica de atuação da violência simbólica contra o movimento e o papel das organizações, a repercussão do quebra-quebra nos jornais.

Acredito, assim, que o fato, por ter tido conseqüência tão graves, hoje ainda não é visto como momento de se exigir por seu mérito e/ou esclarecer participações, apesar de Pedro Albuquerque afirmar a disposição do quebra-quebra por parte do PC do B.

O sentido dessa polêmica aponta claras intenções na criação de significados sobre o evento. Há uma preocupação muito grande, dentro das composições, em se evitar mais detalhes acerca de um episódio em que o movimento agride antes de ser agredido, em que “radicaliza” e que acabou por significar a criação de argumentos negativos para o movimento e para a ação

dos grupos políticos. Interessante ressaltar que essa compreensão está presente hoje nas entrevistas, na reportagem do dia posterior, como em uma matéria de agosto de 68 do jornal Gazeta de Notícias, que traz um retrospectiva da ação dos estudantes na cidade até ali. Mais um vez informa a crítica das lideranças quanto ao episódio provocado pelo “sentimento anti-americano” somado a um “desejo de maior radicalização”. O quebra-quebra, já neste momento, é lamentado pela liderança universitária como uma “radicalização improdutiva”, cujas conseqüências foram “as prisões de estudantes e freqüentes convocações das lideranças para prestar depoimento na Polícia Federal”²⁰⁵.

Assim, o que faz com que o quebra-quebra seja tratado com tanto receio é a própria disputa pelo reconhecimento do movimento como algo que evitou a radicalização, como quem não fez a coisa primeira – uma preocupação já do contexto da ação em que se temia as conseqüências de um ato com tal teor de “radicalização”. Bráulio já indicava uma solução pra isso, no seu trabalho em 1992, ao reforçar as palavras de Pedro sobre o evento com a sensatez diante da necessidade de ocorre-lo. Contudo, esta solução não é suficiente pra se evitar que até mesmo um dos integrantes do PC do B proclame a não participação planejada do DCE. Ou seja, João não teve a mesma solução que Bráulio incorporou no seu trabalho a partir da fala de Pedro naquela ocasião, ele trouxe de volta a preocupação de quando da manifestação dos estudantes de não se deixarem culpabilizar pelo ato, transferindo a responsabilidade para “a margem da passeata”.

Os estudantes vão evitar que sejam acusados pela manifestação argumentando que se tratam (e se trataram) de “pessoas interessadas em deturpar as manifestações”. Esta tática atravessa o tempo e encontra espaço pra se manifestar nas memórias.

Na questão do reconhecimento da luta universitária, prefere-se a opção da espontaneidade e do simbolismo do anti-americanismo como formas de mais uma vez preservar o significado de sua luta política da acusação de radicalismo. Por outro lado, as tendências políticas evitam ser atingidas pelo

²⁰⁵ GN 11/08/68

discurso dominante, que insiste em qualificá-las como guetos dentro do movimento e não como partes integrantes da dinâmica da sua organização.

No momento das composições já há espaço para posição contrária. Pedro Albuquerque, na época do trabalho de Braúlio e na minha entrevista, reafirma o papel do PC do B na bandeira do anti-imperialismo dentro do movimento, ao conseguir puxar uma manifestação de alto teor político. Como vemos no depoimento dos entrevistados e nas matérias dos jornais, entretanto, o reconhecimento que Pedro exige só ganha esse significado bem depois, inclusive com a ajuda do trabalho de Braúlio ao apontar a “consciência tática” do PC do B. No momento posterior ao quebra-quebra, o ato vai ser renegado e/ou diluído e não terá uma repercussão positiva para as organizações políticas, nem para o movimento, que acaba por assumir o ônus da manifestação com as prisões e as perseguições. Somente depois, quando já temos um quadro montado de explicação do movimento e do significado de cada tendência política dentro dele, o evento é reavaliado e/ou revalorizado.

Cabe ressaltar as buscas pelo reconhecimento em seus variados contornos. Entram em ação de acordo com o ponto de vista em meio ao delicado problema do reconhecimento da ação do quebra-quebra no contexto maior da luta estudantil contra a ditadura militar. Inocêncio Uchôa não tem meias palavras ao se referir ao episódio. Em meio às suas palavras sobre a divisão entre os grupos, a discussão do teor revolucionário dos grupos, pano de fundo do movimento, ele se recordou do quebra-quebra:

“A quebra da sede da USIS por exemplo, aquilo foi terrível, a massa, não foi programado, a passeata estava passando ali e a massa simplesmente resolveu pegar aquela porra ali e quebrar. Porque a gente era importante naquele momento, a luta contra o americanismo, o imperialismo americano era muito forte, a gente estava lutando contra a Guerra do Vietnã, os caras estavam matando o povo do Vietnã, estavam matando as guerrilhas latino-americanas e a gente encontra um símbolo americano ali, a massa foi para cima e quebrou aquela porra ali, eu também fui e quebrei aquela porra lá.”

Apresentado como um grande símbolo da luta contra o imperialismo, um acontecimento espontâneo, ele se recorda que era preciso quebrar “mesmo”. Depois ele ainda vai se referir como o evento foi percebido em meio às disputas entre as organizações:

“Mas você pensa... Nós fomos condenados por aquilo, a nossa sorte é que muita gente do próprio PC do B também quebrou, mas se fosse um ato, digamos, puxado pelos trotskistas a gente tinha sido execrado do movimento porque tinha quebrado o patrimônio, havia esse purismo.”

A questão da disputa entre as organizações reaparece claramente. Afirmando o papel do PC do B no ato, Inocêncio verifica que era bem delicada a situação dos trotskistas em meio a uma situação de enfrentamento como essa e que foram “inocentados” por não terem puxado o ato. Inocêncio não reconhece o planejamento para o ocorrido, não cita a decisão do DCE. Ou seja, a busca de reconhecimento de Inocêncio é diferente da presente na fala de Pedro Albuquerque e no trabalho de Bráulio Ramalho, e é igualmente distinto das recordações de João de Paula. Mesmo advogando a definição espontânea, para Inocêncio Uchôa, foi importante o ato e ele mesmo faz questão de reconhecer o sentido da manifestação e sua participação no ocorrido, tudo dentro do quadro da rejeição ao imperialismo.

A fala de Inocêncio traz ainda as disputas entre as memórias, de como a percepção do conflito dividia os grupos e adentrou dentro dos mecanismos de composição dos militantes. Para salvar a visão do PC do B fora do radicalismo até o 2º semestre, quando vai responder a radicalização se nivelando por baixo com a AP e os trotskistas²⁰⁶, a participação no quebra-quebra foi reconhecida por Pedro e endossado pelo trabalho de Braúlio como algo em sintonia com o momento. Dentro da argumentação de que quando “estávamos com força nós fazíamos mesmos”. Porém, dentro do movimento o PC do B teve que enfrentar também a pecha de sectários, com e como as outras correntes políticas, uma situação não prevista dentro da análise de Braúlio sobre as falas dos militantes. João de Paula vai por outro caminho, evitando a participação deliberada da diretoria do DCE e atribuindo todos aqueles adjetivos que nós vimos à manifestação.

Sua opinião assemelha-se a de Francisco Monteiro, que recorda que quando a passeata percorria ruas perto do corredor onde ficava a USIS “alguém, provavelmente algum provocador” gritou: “Vamos entrar e invadir o USIS”. Alguns foram e invadiram. Porém, segundo ele:

²⁰⁶ Vide o trabalho de Bráulio como vimos.

“as lideranças do movimento estudantil procuraram tirar as pessoas que estavam fazendo isso, tirar de lá porque isso era um ato provocativo, era uma provocação desnecessária e sem cabimento, não tinha porque naquele momento fazer isso.”

Depois de reconhecer o significado do anti-americanismo naquele contexto (*“os Estados Unidos como o representante, o financiador da ditadura, o suporte da ditadura, o ator principal da Guerra do Vietnã, obviamente que se queimava bandeiras americanas nas manifestações”*), ele afirma que de forma alguma fora algo planejado: *“a invasão e a quebra do USIS ela foi uma coisa que não foi preparada pelo movimento estudantil, não foi preparada pelas organizações, foi um ato de provocação ao meu ver, alguém gritou.”*

Como também fez Helena Serra Azul ao atribuir o ato ao anti-imperialismo. Afirma sua realização dentro de um plano espontâneo, quando disse que, dentro da passeata, *“de repente o pessoal resolveu quebrar, porque era um símbolo, aí foi a massa todinha quebrar.”*

Posso dizer que as lideranças, contudo, se envolveram no quebra-quebra. Inocêncio participou diretamente, como vimos e já era um dos membros do Centro Acadêmico do Direito, sendo o futuro presidente a ser eleito logo em junho de 1968. Pedro Albuquerque, membro da diretoria do DCE, além de participar, conta que o quebra-quebra partiu **das** lideranças do DCE.

Assim, Francisco Monteiro, creio, quer proteger a imagem do movimento no sentido de evitar a idéia da radicalização e prefere optar pela idéia da provocação, que de fato era um grande problema dentro do movimento. Defende ainda o papel da espontaneidade da massa que em vão as lideranças tentaram controlar: *“mesmo naquela época a direção estudantil tinha um senso suficiente de evitar, mas ninguém segura a massa, na provocação”*. Como fez João de Paula, evita atribuir responsabilidade do movimento ao ato porque isso supostamente, na questão do reconhecimento da luta estudantil contra a ditadura militar, passaria uma imagem agressiva da ação estudantil.

Daí, mais uma vez, a ação de pessoas deturpadoras, “provocadores”, é usada para evitar esse “deslize” do movimento. O que aconteceu há 30 anos se repete: o silêncio sobre quem organizou o ato, a participação dos grupos. A solução é o anti-americanismo e/ou ação dos provocadores, que resultou num

evento fora do controle. Diante da repressão verificada com a repercussão do ato, o melhor foi ficar na espera, fingindo que não tinha nada a ver com o episódio. O que era muito difícil, pois as fotos demonstram a participação de vários estudantes ligados a entidades e partidos. Assim, temos um momento instável em que um passo equivocado pode ter sido dado pelos grupos.

Desta forma, anos depois, observamos como as memórias se rearticulam buscando imprimir novos significados aos feitos de outrora e como estilhaços de vidros e lembranças se apresentam quando da discussão sobre o papel das tendências e o sentido da luta política do movimento estudantil naquele momento. Ao lembrarem sobre o episódio do USIS cacos saltam aos olhos, havendo um certo embaçamento e um cuidado em não se cortar com esses fragmentos.

Isto fica muito claro ao vermos todo o quadro da proposta de Bráulio Ramalho. Quando vemos os depoimentos que colheu dentro do seu trabalho, a sua solução para entender a questão e sua fala específica na entrevista que me concedeu. Ao perguntar acerca da radicalização do movimento estudantil no final do ano de 1968 apontada em seu trabalho, forneci alguns elementos que apareciam nos jornais. Entre eles, a notícia de uma bomba encontrada no IBEU e que, segundo o jornal, por muito pouco não explodiu.

“Pois é. Está dentro desse contexto aí que eu falo, quer dizer é um movimento heróico, já não foram tantos estudantes que participaram, eram mais os estudantes de esquerda, mais esquerda mesmo, e isso de certa forma justifica a repressão. Você quebrar a USIS, jogar uma bomba, eu acho que a bomba realmente eu acho que não houve, mas houve o quebra-quebra do USIS, quebrou vidro do USIS, quebrou essa coisa todinha e tal. E isso daí justificava uma repressão era isso que a repressão queria, essa radicalização porque eles podiam justificar a repressão, a tortura podia justificar tudo porque eles estavam só... É como se nós estávamos na contramão, eles estavam só se defendendo, nós é que estávamos atacando, era uma posição muito cômoda para eles. Isso daí de certa forma o PC do B já estava aliado com a AP, com os trotskistas, isso aí era ação típica de trotskistas e de AP e que o PC do B participou dessa – até na época saiu fotografia até do Genoíno também quebrando também(...)”

Sua fala mistura acontecimentos do início de 68 com o final do ano, o ascenso do movimento com o momento apontado de seu isolamento e declínio. Reforça sua análise sobre o “momento heróico do movimento” em que as massas estão afastadas. Dentro da questão do reconhecimento, vemos que

está em jogo também a explicação da perda para a repressão, quando “nós passamos a fazer o jogo deles”. O PC do B não possui o controle da situação, seu trabalho junto às massas foi abandonando e aliou-se aos outros setores fazendo justamente o que eles faziam e todos caminharam soturnamente para o fim, uma vez que fizeram o jogo da adversários, se deixaram levar pelo adversário.

Braúlio, diferentemente do que coloca em seu trabalho, explica a radicalização do quebra-quebra do USIS pelo momento em que ocorreu, ao mesmo tempo em quem retoma, por outro viés, à problemática das relações entre as tendências e sua inserção dentro do movimento estudantil universitário. Quando tudo já está perdido, o PC do B faz o que era típico dos outros grupos, se distanciando do trabalho político junto às massas. Bem diferente da explicação de Pedro Albuquerque que consta em sua dissertação.

A nova explicação de Braúlio fala muito mais das estratégias das memórias para se fazerem reconhecer omitindo informações, ou confundido, dentro de um processo em que se combinam variados elementos. O quebra-quebra do USIS, na verdade, foi **antes** da “fase de heroísmo” descrita e explicada por ele. Aconteceu pouco antes do maior movimento de massas feito durante a ditadura nos anos 60. No processo que se seguiria, viriam muitas outras passeatas e em especial a passeata dos 20 mil, com a grande participação e representação dos estudantes perante a sociedade.

Pedro Albuquerque sabe disso e assume a importância do ato dentro desse contexto, uma posição meio que isolada dentro das entrevistas que fiz. João de Paula, Francisco Monteiro Helena Serra Azul preferem “salvar” o movimento e as organizações. Inocêncio Uchôa reconhece sua participação e trava ainda a batalha na memória lembrando como todos estavam envolvidos em meio a esse tipo de confusão e como se estava sendo injusto com os trotskistas.

Braúlio, no entanto, é o mais curioso: no seu trabalho reconhece a importância do evento, através das palavras de Pedro continua seu raciocínio sobre o papel das tendências. Contudo, na hora de sua entrevista sua solução foi outra, foi a de classificar a ação do PC do B junto a dos outros grupos, inserindo-a dentro do movimento de radicalização. Foi assim que conseguiu fazer sentido às suas lembranças sobre esse quebra-quebra no tocante a ação

de seu grupo. Aqui a confusão se faz clara. Isto porque, há uma falha de percepção das complexas relações entre as organizações e seus sentidos na construção do movimento estudantil. A foto de José Genoíno²⁰⁷ na destruição da USIS é como um estilhaço de lembrança a destoar da explicação que deu. A princípio, contentou-se com a fala de Pedro, ligando-a à questão da hegemonia, mas, posteriormente, na hora de dar sua versão na entrevista, a composição encontrou outra solução para esse fragmento da lembrança.

Dentro do dito até aqui, acredito no planejamento do quebra-quebra; se algumas lideranças tiraram as pessoas, também ficou mais do que claro que lideranças partiram decididas para quebrar o USIS. Depois, houve grandes repercussões negativas – tanto que até hoje é um assunto polêmico e delicado. Porém, a fala de Pedro aponta para um ato deliberado, o que como vimos, está em sintonia com a colocação do PC do B dentro do movimento. Isto gerou divergências com outros grupos, mas também gerou sintonias; como essa do reconhecimento do caráter simbólico do quebra-quebra.

As memórias demonstraram que, para além das composições dos militantes, existe um elemento maior de inserção no quebra do USIS. A quebra do escritório não foi decidida apenas pelos militantes, mas também pelos estudantes que ali estavam: há uma capacidade de mobilização em função da denúncia do imperialismo. Quase todos os entrevistados reafirmam a decisão de quebrar o USIS em meio a uma passeata feita em protesto contra o imperialismo visto, ali como um dos grandes responsáveis pela morte de Edson Luís. A questão nos remete a perceber as relações entre entidades, movimento e bandeiras de luta como o anti-americanismo. Como vimos, quase todos os militantes apresentam o quebra-quebra dentro de um quadro maior dessa luta que de fato existia no movimento e até em planos maiores na cidade naquele momento – o que, claro, não significa aceitar a idéia do espontaneísmo da manifestação.

Mas, diferente do exposto na fala de Braúlio, o contexto teve um impacto importante na construção do movimento, mas não apenas para afirmar a “consciência tática” do PC do B. Diante do que vinha ocorrendo no semestre, o quebra-quebra não foi coisa só de grupos, mas também representou a

²⁰⁷ Como vimos José Genoíno era um dos principais quadros do PC do B dentro do movimento e viria a ser o presidente do DCE eleito em junho de 1968.

capacidade de mobilização diante de símbolos de protestos. A preparação do ato só funcionaria se na hora despertasse a reação da destruição da sede.

Para o PC do B, escolher o quebra-quebra, como ato simbólico, foi claro, tinha a ver com seu projeto nacionalista revolucionário. Também foi um ponto capaz de aglutinar os estudantes e mesmo os outros grupos, uma vez que a proposta passou pela frente que ocupava o DCE. Militantes de outras organizações participaram do quebra sem remorsos e todos foram unânimes em reconhecer o sentido simbólico do ato. Estratégia de defesa da própria participação e/ou de seu grupo? Também, mas não só. Estamos diante também da capacidade de mobilização dos estudantes. Da percepção de bandeiras que o definiam, sendo campo de possibilidade de ação dos grupos e fomentadores de opinião.

É preciso avançar no sentido da compreensão dessa “bandeira comum” a luta contra o imperialismo norte americano muitas vezes, mas nem sempre, vista como associada a defesa dos interesses nacionais.

Capítulo XI

“Go Home Yankees!”: Traços da Luta Antiimperialista.

Foto meninas com mapa do
Brasil em frente ao cinema

Tirada por ocasião da passeata dos calouros dos universitários de Fortaleza de 1967 a foto, com os cartazes empunhados por estudantes, expressa a própria temática daquele ano, “a infiltração estrangeira no ensino

brasileiro”²⁰⁸. “Visite o Brasil, a maior colônia de férias da América” diz o cartaz em sintonia com o tema escolhido pelo Diretório Central dos Estudantes, que deixa claro o teor que se esperava para a passeata dos bichos daquele ano: a denúncia dos acordos feitos em conchavos com o governo americano pra a mudança do ensino superior brasileiro. Simbolizada na luta contra os acordos MEC – Usaid, esta denúncia feita constantemente nos anos de 66 a 68 dentro do movimento estudantil em todo o país, invadiria naquele ano a tradicional passeata.

Assim, na passeata dos bichos de 1967 foram muitos os cartazes de protesto contra a presença dos interesses externos dentro do país: o imperialismo norte-americano. Se no acervo de fotos do museu de artes da UFC temos algumas das fotos de protesto, os jornais ao cobrirem a passeata, no dia posterior, trazem vários slogans que saíram as ruas nos cartazes levados pelos estudantes em 1967. “SE OS AMERICANOS NÃO TOMAREM CUIDADO OS BRASILEIROS ACABAM TOMANDO CONTA DO BRASIL”; “CRUZEIRO NOVO; DOLAR FORTE”²⁰⁹:

Dentro do contexto em que o imprevisível e a pluralidade são marcas fundamentais da passeata, o caráter de projeto planejado pelas organizações políticas a transformou **também** em uma grande bandeira de defesa dos interesses nacionais contra a intervenção externa. A estratégia das entidades representou um ação mais deliberada em que se visava uma maior politização.

Vislumbrando o papel das passeatas, suas possibilidades de linguagem, vemos, no entanto, que a temática ganha as ruas por se tratar de uma utopia estudantil e social dentro do país naquele momento. Sendo uma proposta do DCE, reflete o grau de mobilização da bandeira e seu lugar dentro da construção do movimento na cidade. Basta ver que em outras passeatas anteriores já se expressavam teores relacionados a este tema.

Vimos no outro ponto, quando da própria proibição da passeata que a liberação só ocorre dentro da aceitação do tema nacionalista pela intervenção do General Dilermando Monteiro. Neste momento é possível que se tenha um acordo: a defesa dos interesses nacionais, ainda que sob a perspectiva de

²⁰⁸ Um tema como vimos relacionado a discussões maiores em sintonia com a UNE. O POVO 30/04/1967:1

²⁰⁹ Gazeta de notícias 02/04/67:1

tutela e com a vigente censura. De qualquer forma, temos a liberação a partir de um certo ponto em comum.

Dentro das entrevistas, todos os entrevistados foram unânimes em reconhecer, como as duas grandes batalhas do movimento: a luta contra o imperialismo e a ditadura militar. Cada um, ressaltou, a partir de seu referencial naquele instante. A temática do imperialismo parece ser um caminho profícuo para se entender a inserção do movimento nas ruas da cidade. Verificar nuances das suas dinâmicas em busca de legitimidade e a construção de suas lutas, desde que vejamos a divergência de seletividade das tendências. Cabe perguntar se toda advogavam o mesmo “nacionalismo”, se é que o advogavam, e que tipo de denúncia do imperialismo defendiam.

Podemos entender, por exemplo, parte do sentido da hegemonia do PC do B, de seu projeto entre os estudantes, sua participação dentro do contexto político, com a adesão de outros setores, com a capacidade de promover alianças e ter boa circulação²¹⁰. Em 1968, no editorial do BISU, órgão oficial do diretório dos estudantes, na análise da conjuntura internacional em relação ao movimento estudantil naquele momento, apresenta-se bem o teor da luta a ser desenvolvido:

“Dentro de um contexto internacional inteiramente favorável – que é o das lutas estudantis em todo mundo, destacando-se os atuais acontecimentos na França, continua a desenvolver-se o movimento estudantil brasileiro, no combate ao imperialismo e a seu sustentáculo interno – a ditadura.”

O PC do B foi um dos principais articuladores da luta estudantil do combate ao imperialismo identificado a seu principal artífice, na sua ótica, a ditadura militar. Isso também foi visto na fala de Pedro sobre a decisão do quebra-quebra do USIS, um símbolo de acordo com seu projeto e que conseguiu mobilizar os estudantes.

Creio que essa postura do partido acabou por ser um forte elemento na sua hegemonia nas entidades estudantis, uma vez que, aliada à crítica ao imperialismo, também era principal proposta do PC do B a revolução em 2

²¹⁰ Tal definição é referida pelos entrevistados e no trabalho de Bráulio como vimos é um dos motivos da hegemonia do PC do B. explicada pela simpatia e malícia dos militantes que vieram do PCB, como se vê a aceitação das teses na cidade pode ajudar a explicar essa hegemonia.

etapas, sendo que se defendia uma frente **nacionalista** na primeira etapa. O imperialismo carrega consigo a relação inevitável com o nacionalismo como projeto político na sociedade brasileira dos anos 60. O que fica claro, por exemplo, em cartazes da passeata dos bichos de 1968 publicados no Gazeta de Notícias: “SE OS AMERICANOS NÃO TOMAREM CUIDADO OS BRASILEIROS ACABAM TOMANDO CONTA DO BRASIL”. Ou “O AMAZONAS É NOSSO? YES!!!”²¹¹.

Desta forma, a partir de um tema que já vinha desde a época das reformas de base²¹², o PC do B obtém maiores espaços de discussão na cidade e dentro do movimento.

Vemos melhor o raio de ação da proposta do PC do B justamente nos momentos de maior confronto com a ditadura e na junção de setores em torno do movimento estudantil na solidariedade quando do confronto com a polícia. Na realização da passeata dos 20 mil, aconteceu a presença dessa crítica ao imperialismo e a defesa do nacionalismo como valor diferenciado. No protesto contra a ação da polícia quando do massacre da José de Alencar, o sindicato dos bancários não deixou de criticar o uso de “**armas doadas pelos americanos** para assassinar o povo brasileiro, inclusive o sistema de comunicação”²¹³ (Grifo meu).

Antes da passeata a crítica vai ser aprofundada em outro manifesto, ao se falar na:

“agressão policial do governo contra os estudantes de todo o país, que pacificamente exigiam universidades para o povo e lutavam contra a sua transformação em fundação privada, **inspirada pelos cérebros americanos**, resultaram em mortes e massacres de dezenas de pessoas”²¹⁴. (Grifos Meus)

A figura de José Geraldo não esquece de se pronunciar acerca da luta patriótica dos estudantes. Dentro da passeata dos 20 mil vamos ter o hino nacional, bandeiras tremulando. Na sua fala inicial José Genoíno, agora já presidente do DCE, aparece com uma bandeira americana em punho. Aos

²¹¹ GN

²¹² referências sobre o nacionalismo

²¹³

²¹⁴

gritos, a multidão exige: “queima, queima”! Ele o faz, em seguida arremessa ao público bandeiras nacionais a serem usadas na passeata²¹⁵...

Em outros momentos do percurso canta-se novamente o hino. Paulo Emílio detecta isso como uma perspectiva oportunista dos movimentos internacionais e adotada pelo PC do B para com a burguesia “*uma verdadeira heresia dentro do internacionalismo proletário*”. Mais que uma perspectiva oportunista, jargão da época reintroduzido por Paulo Emílio, o PC do B atua dentro de um campo sensível e que dentro de suas escolhas parece, aos olhos dos dirigentes do PC do B, ser bem promissor na busca da revolução.

A politização em torno da bandeira contra o imperialismo era densa e ao mesmo plural, nem todos chegavam às mesmas conclusões sobre qual “nacional” estava-se mobilizando e mesmo se devia ser valorizado. As tendências de esquerda eram alguns dos agentes reelaboradores da temática chegando a conclusões diversas sobre seu significado na questão da revolução brasileira. Mesmo para elas, a bandeira vai ser vivida em tensão, apresentando que não é de uma forma mecânica que o tema adentra, pela ação das tendências ou não, o movimento.

Isto se apresenta na passeata dos 20 mil, como vimos, em que estudantes gritaram “Vietnã, Vietnã” e outros em oposição, “Brasil”, Brasil”. Não podemos esquecer que se tratava de uma manifestação muito maior do que as entidades ou os partidos e que com certeza havia muito de unidade, mas também de diferença de opiniões dentro do evento, com já vimos em outras partes anteriores. Temos uma tensão entre as bandeiras, o movimento e as tendências políticas. Essa tensão ficou também clara no caso do quebra-quebra do USIS, no sentido de se evitar a deliberação do ato, mas de reconhecer seu teor simbólico: “*Obviamente que se queimava bandeiras americanas nas manifestações, algumas pessoas cometiam o exagero de também levar bandeiras vietnamitas está certo?*”²¹⁶. **Não foi essa a opinião que predominou entre os entrevistados: não quebramos de propósito – mas havia uma grande receptividade ao ato, daí ter acontecido? COMENTAR**

²¹⁵

²¹⁶ Francisco Monteiro. Nos jornais também encontramos a referência a queima de bandeiras americanas

Assim, se, ao lado de “exageros” como levar “bandeiras vietnamitas” para as manifestações e os gritos de oposição entre “Vietnã” e “Brasil” dentro da passeata dos 20 mil, também temos os cartazes na passeata dos bichos nas ruas do centro da cidade em 1967, com uma clara solidariedade ao Vietnã: “JONHSON! ANTES TALCO HOJE SANGUE PARA AS CRIANÇAS DO VIETNÃ!” e “JONHSON É CRIMINOSO DE GUERRA, PROMOVE O MASSACRE ECONÔMICO DO BRASIL E MATA CRIANÇAS NO VIETNAM”²¹⁷.

Não podemos esquecer ainda a fala de Pedro Albuquerque quando citou a realização do “*juízo da Guerra do Vietnã*” na Faculdade de Direito com a presença de “*Gilberto Gil, o Torquato Neto, o Capinam*”, em que se decidiu pela “*condenação dos Estados Unidos por unanimidade*”.

Estes indícios nos mostram que o quadro de rejeição ao imperialismo permite vacilações e contornos distintos, com a percepção de comportamentos variados que não podem ser esquecido dentro de uma postura de homogeneização dos protestos.

As vacilações inclusive referem-se ao uso dos próprios militantes em relação a sua organizações. Paulo Emílio nos fornece dados interessantes quando diz que “*eu, todos nós, que se dizíamos trotskistas o supra-sumo do internacionalismo*” não passavam “*de um bando de nacionalistas*”. É óbvio que não podemos esquecer o caráter ressentido da sua fala. Paulo Emílio viajara muitos lugares na sua militância internacionalista não abandonando em nenhum instante sua convicções. Porém, não podemos deixar de observar a sua entrada no trotskismo e sua própria situação na passeata de 1967 quando nos contou que estava ali como “*um nacionalista*”, daí ter escolhido uma cartaz desse tipo.

FOTO PAULO EMÍLIO
PASSEATA
DOS CALOUROS 67

O nacionalismo, pois, é um campo de ação dos grupos, que irão ter que relacionar seus pressupostos dentro desse quadro. A perspectiva seletiva feita dos modelos internacionais levantado por Daniel Aarão demonstra que o PC do B consegue **selecionar** o modelo frentista, de aliança com a burguesia

nacional, de inspiração chinesa, mas também já vislumbrado pelo antigo PCB na sua proposta revolucionária. Sua análise demonstra o necessário cuidado ao se debruçar sobre as perspectivas de análise feitas pelos grupos em relação as estratégias a serem efetivadas na ação prática.²¹⁸

O que está em questão é que o nacionalismo foi um ponto que perpassou a ação do movimento estudantil, permitindo inclusive uma manifestação como a quebra-quebra do USIS e servindo como grande elemento da denúncia do regime militar. O que no caso ultrapassa as tendências políticas, mas ao mesmo tempo é selecionado por elas. Ultrapassa no sentido de que foi uma grande bandeira com a qual os grupos tiveram que se relacionar, sendo que algumas vezes havia o conflito entre suas premissas e essas bandeiras, em outras havia a seleção dos ideais nacionalistas em especial na luta contra o imperialismo.

Podemos ver que, naquele momento estava havendo uma redefinição das forças com uma presença ainda maior dos interesses internacionais. Pensar no imperialismo com uma bandeira de luta é, de um lado, reconhecer o tema dentro dos grupos, mas também como um grande campo de ação que se apresentava dentro da sociedade brasileira nos últimos anos e que, naquele instante, encontravam-se em um decisivo rearranjo como componente das relações sociais.

È neste sentido que cabe a percepção de como o movimento explicou a si mesmo e a sociedade a partir de sua percepção do caráter da luta contra o imperialismo. Para tanto, podemos usar alguns manifestos estudantis mas também acompanhar isso na trajetória de alguns entrevistados, que falam dessas redefinições citando o exemplo de suas experiências e cursos particulares.

Nas entrevistas vemos que a intervenção dentro da educação foi o grande motivo para essa bandeira ganhar tal força. As falas de Cláudio Pereira, Antônio Ximenes, Mário Albuquerque, assim como outras, demonstram o enraizamento da questão dentro da universidade, uma utopia vivida pelos estudantes.

²¹⁸ Daniel está se comprometendo com a análise dos pressupostos de cada grupo, fazendo com que sua percepção centre-se no que acreditavam e não no que anos mais tarde passaram a ver como equivocados, daí a idéia da seletividade aparecer: os grupos são vistos como sujeitos não como determinantes de alguma estrutura externa.

Cláudio se recorda de todo o processo de infiltração planejado dentro da universidade. Ele nos contou de sua ida aos EUA em 1967 dentro de um projeto que “os americanos tinham” de “selecionar líderes para fazer curso nos Estados Unidos”. O objetivo era fazer com que:

“você voltasse anti-comunista, aquela democracia a moda americana, eram cursos importantíssimos, o curso da Universidade de Harvard, conhecia o Departamento de Estado Americano, conhecia a Casa Branca, hotéis, você passava uma semana junto com uma família americana, selecionada. Então era muito bom, inclusive os grandes nomes da inteligência americana, o irmão do Jonh Kennedy foi dar uma palestra para gente...”

Ele se recorda da eficácia em alguns casos, no seu não deu certo: “*eu voltei ainda mais esquerdista*”.

Antônio Ximenes, por sua vez, se lembra do escritório da Universidade do Arizona “dentro” da Escola de Agronomia, o que “*incomodava demais*” os estudantes. Para ele, a crítica não era nem pela “*parte ideológica, do imperialismo*” e sim pela questão da “*parte tecnológica*” porque “*a gente via, como de fato eles fizeram, que eles estavam criando mercado para os insumos que eles produzem*”. A presença deles na Agronomia era identificada com a dependência tecnológica do país:

“Eles estavam criando uma agronomia baseada na química, na fertilidade artificial, através de fertilizantes industriais com agrotóxicos, naquele tempo chamava defensivos agrícolas, eles batizavam com um nome bonito, defensivo agrícola, os problemas da vacina... Tudo isso aí a gente via que eles estavam criando mercado, eles estavam fazendo da gente agentes de venda dos pacotes que eles tinham, da semente híbrida que era produzida por empresas multinacionais, até ainda hoje eles conseguiram.. “

Nada mais fácil do que notar como a questão da tecnologia, do desenvolvimento estava embaralhada com o político e o ideológico. Como se tivéssemos uma vivência de crítica a esse postura que não pudesse ser dividida – apesar da intencionalidade do entrevistado neste sentido. Temos a expressão de uma ética de denúncia da ação estrangeira e de defesa dos interesses nacionais.

Sanfelice, na sua análise da documentação da Une vemos que um dos pontos que logo levantam os ânimos estudantis contra os acordo MEC-USAID

é justamente esse: a dependência cultural ao se promover uma reforma de fora pra dentro, de acordo com interesses externos ao Brasil. È aí que age a ética que encontraria um campo de ação nos grupos políticos (mais precisamente dentro do movimento estudantil) e seria cada vez mais bombardeada pela repressão²¹⁹.

Mário Albuquerque, por exemplo, recorda-se da sua primeira experiência de repressão política: uma redação sobre o 7 de setembro, quando fez parte da chapa de um grêmio do Colégio Capistrano de Abreu:

“(...)nós tínhamos um jornal mural lá eu publiquei uma redação, um artigo sobre o 7 de setembro, bem naquela linha clássica da época de contestar a independência do ponto de vista econômico, que era precisava ser feita e tal, hoje todo mundo diz isso, mas na época você dizer era se arriscar demais, se você pregar que o Brasil deveria completar sua independência através da sua independência econômica, principalmente em relação ao capital estrangeiro. E eu publiquei isso e sofri represálias por parte da direção do colégio, fui chamado a 10º RM para explicar, eu era vice-presidente do Grêmio do Colégio.”

Aliás, a entrevista de Mário é uma das entrevistas em que mais se percebe essa ética nacionalista de luta e que posteriormente será elemento redefinido na ação das tendências políticas dentro do movimento estudantil universitário. Ele fala do processo desde a luta pela reformas de base, a defesa da cobrança de royalties, leis de remessa de lucro. Tudo dentro da tradição de defesa da soberania. Nela verificamos a ligação com esse tipo de referencial, uma indicação de uma outra forma de pensar as possibilidades de protesto e reivindicação política²²⁰.

Reafirmo que não se trata de uma ética desterritorializada, sem pressupostos e homogênea. Muito pelo contrário, já mostrei que havia divisões quanto ao sentido dessa defesa do nacionalismo, há a perspectiva seletiva dos grupos, assim como nos movimentos sociais, dentro do quadro da repressão e será bombardeada pelo discurso da subversão.

A denúncia feita pelas organizações, portanto, vincula-se desde a defesa dos interesses nacionais ainda presente no pós-golpe, com um grande

²¹⁹

²²⁰ Essa ética também está presente dentro de livros de memórias e ficção como “O que é isso companheiro? “Anos Rebeldes”, “Memórias de uma Geração Assassinada” etc.

vigor apesar de difuso, e as próprias perspectivas de cada grupo. O que fica mais é como o tema se insere no movimento estudantil e consegue se tornar um movimento de ação na denúncia do que ocorre na transformação do ensino brasileiro, se materializando no cotidiano dos estudantes universitários.

Um processo lento no sentido da politização do tema e que, como mostra Sanfelice, se dá passo a passo dentro da direção da UNE. A análise da entidade sobre a infiltração estrangeira no ensino superior vai demonstrar como o imperialismo se apresenta como força de transformação das relações sociais. Com o conceito de totalidade, explica que o imperialismo norte americano “não é apenas uma maneira de como os Estados Unidos se relacionam com ‘nações’ atrasadas” mas sim o “sistema econômico e social americano (que aliás, não é americano em sua essência, mas internacional) e que engloba essas unidades dominadas”²²¹.

Através de outro conceito indica a linha de “superação” desse sistema a ser adotada pelo movimento. Segundo a análise não será “eficaz” qualquer “luta antiimperialista” que não perceba a associação do capital brasileiro ao estrangeiro, sem perceber o caráter “internacional do capital”, e que se manifeste contra a “ditadura atual” sem nela ver uma “expressão desse mesmo sistema de dominação”²²².

É claro que essa análise se vincula ao entendimento do sistema capitalista, algo muito precioso as tendências políticas e às decisões que serão tomadas e tem seu peso presente no movimento estudantil.

Assim, em 1968 já temos um contexto claro de análise. Daí percebemos que às tendências políticas terem que se ver com o tema e se unem na defesa da universidade como vemos no documento do DCE avaliando o quadro das eleições de 68 em que “pela primeira vez” tivemos “perspectivas políticas diferentes” ainda que “todas voltadas para o **combate à ditadura e ao imperialismo**”²²³ (grifo meu).

Lugar de encontro dos grupos políticos, a luta contra a intervenção externa estará presente dentro de várias notas estudantis, nas principais lutas estudantis, e terá a sua materialização na luta que se deu no combate aos

²²¹ SANFELICE, João

²²² SANFELICE, João.

²²³ BISU Nº 16, sem data.

acordos MEC-Usaid. Se, antes de 1964, a luta pela reforma universitária era a principal bandeira, depois o que teremos é a luta contra a reforma planejada de acordo com os interesses socializados dentro do pacto da ditadura militar²²⁴.

A luta será matizada por dois grandes campos: os interesses nacionais, que já vêm desde antes a ditadura e continuam a ter sua penetração; e a ação das tendências políticas, cada uma a sua maneira tendo que lidar com dois elementos, seus próprios pressupostos políticos e a defesa da soberania nacional. A grande bandeira, mas que não foi capaz de evitar o golpe lembremos, daí merecendo novas roupagens ou mesmo uma rejeição que na prática não se mostrará eficaz.

Dentro das passeatas de 1967 vemos como se articulou a luta entre a reforma dos acordos MEC-USAID com a situação das escolas no Ceará, apresentando todos os problemas com que se fará uma grande discussão acerca da situação dos acordos. O boletim apresenta sua análise de uma “manifestação monstro”, que conseguiu expressar a situação do que está acontecendo para os estudantes:

“Na manhã de 20 deste, os universitários cearenses saíram as ruas, para em um protesto público, denunciar as irregularidades existentes em nossas ESCOLAS DE ENSINO SUPERIOR e se declarar contra a interferência estrangeira na nossa Universidade, materializada no famigerado e anti-nacional Acôrdo MEC-USAID”²²⁵.

O boletim, de um grupo ligado ao PC do B, mais uma vez confirma a tendência de se pensar o imperialismo com um grande inimigo a ser combatido. Mas também apresenta o ponto de convergência capaz de aglutinar os estudantes e outros setores. A passeata em questão, foi uma “manifestação monstra” com todos os cursos universitários, que segundo o Coruja acabou por “mostrar ao povo o que existe de errado dentro da universidade”, no protesto contra uma “estrutura arcaica” que não podia “oferecer melhores condições ao povo brasileiro”²²⁶. O jornal traz ainda em outro momento a resolução da UNE que inclui a luta contra os acordos MEC-Usaid.

²²⁴ A UNE NO S TEMPOS DO...

²²⁵ O CORUJA Órgão oficial do CASTA Ano 1, set, 67, n2.

²²⁶ O CORUJA Órgão oficial do CASTA Ano 1, set, 67, n2.

Neste momento é que se percebe bem a estratégia de embate pensada para o movimento. Dentro da carta política da UNE do congresso de 1967, vemos a estratégia de relacionar temas específicos com lutas mais gerais – pontos de conflito entre os grupos que disputavam a direção da UNE. Algo, creio, que perpassa todo o movimento do país de acordo com a situação de cada grupo político. Na luta contra o imperialismo, que é o que estamos discutindo, importa ver que também acontece essa tensão entre lutas específicas e gerais – que pode ser vista o caso do USIS, onde opta-se pelo enfrentamento explícito.

Na carta política da UNE publicada no jornal do CA da Filosofia vemos a necessidade da luta contra o imperialismo pelo movimento, que deveria:

“(...) organizar-se em entidades nacionais e internacionais e engajar-se nas fileiras de luta dos povos oprimidos contra a penetração e dominação imperialista. Entendemos, assim, que os organismos estudantis são instrumentos da luta antiimperialista. (...) Propomos a união de todos os estudantes ao lado dos povos oprimidos, apoio às lutas de libertação em todo mundo”.

A questão será de pensar “a condução da luta reivindicatória com a luta política, articulada como luta política” o que leva a um movimento fortalecido “em suas bases”. Em 1967, a avaliação diante desses processos enfrentados pelos estudantes é de que “nossa prática tornou cada vez mais claro o caráter de classe da ditadura”. Por “nossa prática” a carta está se referindo a luta contra a Lei Suplicy, a anulação do voto em 66 e claro a “luta atual contra o MEC-USAID”. Fica claro pois que a luta estudantil acaba sempre, na visão da direção formuladora da carta política, educando o movimento, por ser possível tirar lições dos resultados da luta.

Vemos que a carta claramente reflete as divergências, mas também o que há de comum entre os grupos que acabaram por dividir a direção da UNE: a luta como mecanismo indispensável do aprendizado político e a denúncia da ditadura no sentido de acabar com as esperanças democratizantes e investir na luta revolucionária (o pensamento da AP); e a luta reivindicatória, como forma de se conseguir o apoio dos estudantes na condução do movimento (dissidências). Em ambas há a concordância quanto o caráter de classe da ditadura e do desenvolvimento do sistema, bem como a desconfiança pelo

caráter pequeno burguês do movimento estudantil. Opiniões que tiveram um peso decisivo na definição de uma necessária e indispensável ação de vanguarda.

No tocante à luta contra o imperialismo, vemos que isto se expressa no programa a ser levado adiante, resumido no O Coruja, do qual de 11 itens, 4 referem-se explicitamente à luta contra sua inserção na sociedade brasileira, seja como uma luta geral, seja como um item específico contra os acordo MEC-Usaid. Os pontos apresentam até mesmo formas de se atrelar as lutas – fazendo com que se perceba a vivência da presença estrangeira dentro da reestruturação do ensino superior.

Assim percebemos que dentro do sistema de mobilização da UNE há claramente um espaço para a utopia contra o imperialismo. Um lugar de explicação para os desmandos da ditadura e, assim, um ponto de encontro no sentido da luta. Diverge-se sobre o “como” da luta, mas tem-se as mesmas conclusões quanto a sua importância no desenvolvimento da situação autoritária.

Outras notas estudantis demonstram a temática dentro do movimento. Na denúncia do DCE do massacre da Praça José de Alencar:

“Enquanto isso o Governo gasta milhões com armamentos. Entrega a Amazônia, nossas indústrias, nossas escolas e nossas riquezas aos americanos. É esta a verdadeira face do Governo. Sem máscara. É a ditadura vergonhosa de militares traindo o povo e servindo o imperialismo mata, pois esta é sua única maneira de sobreviver”²²⁷

No fim, conclui que “não permitiremos que o país continue a ser curral sangrento do imperialismo e de seus criados militares. Lutaremos para que soltem nossos colegas presos. A luta que é de todo o povo, continua”²²⁸.

Podemos ver que tanto na documentação relativa a UNE em 1967 como nos acontecimentos locais o imperialismo é um lugar de luta e resume bem as expectativas. As tendências políticas claro têm um claro papel seletivo desse processo e acabam por produzir visões distintas e têm mesmo papéis distintos na atuação dentro do movimento e na sociedade. Porém, parece ser

²²⁷ Jornal

²²⁸ Jornal

bem possível falar que o movimento estudantil a partir das tendências e de valores distintos produziu uma visão sua do acontecimento imperialista, verificada nas lutas de rua e também nas lutas locais dentro dos cursos e nas entidades.

Claro que os grupos acabam por ter visões distintas e o fazem partir de sua análise da situação brasileira proposta, em que a luta pode ou não radicalizar e que muitas vezes não encontram sintonia com o movimento em si. Daí que é preciso ter em mente que os grupos não são o movimento em si: também são redefinidos na dinâmica do movimento.

Acerca do imperialismo, cabe ainda falar que as tendências dentro da suas explicações para o movimento colocam a ditadura dentro de um contexto maior do desenvolvimento e que acabam por defini-lo a partir do imperialismo. Daí que sempre recorram a ele para explicar truculências, colocando o trabalho sujo dos que estão aqui e não confiando na burguesia submissa.

Ressalto, por fim, a divergência quanto ao peso e significado da luta antiimperialista. Essa é um campo frutífero para tensões, muitas vezes havendo posturas diferentes entre os grupos políticos.

É interessante pensarmos como João Sanfelice. Ele não se propõe a perceber a “precisão” dos “conceitos” usados pela direção da UNE e chegar a uma “interpretação” correta do que devia ter sido pensado. Seu objetivo é explicitar o “esforço da liderança em ter uma visão histórica do processo político e social brasileiro, bem como do próprio movimento estudantil” e, neste sentido, percebe o sentido do imperialismo no discurso da UNE²²⁹.

Só penso que, ao lado deste esforço, é interessante ver que tipo de relação estabeleceu-se entre a liderança, as organizações, as entidades regionais no tocante a percepção e explicação das formas e vivências, dentro do movimento estudantil, da luta contra o imperialismo.

²²⁹ OP CIT.

Considerações Finais

Considerações Finais

Realizar este trabalho foi poder se ver com uma questão essencial: a representação conseguida junto a sociedade em um determinado momento pelo movimento estudantil na tentativa de travar um processo de modernização autoritária. Vemos que as tendências políticas desempenharam um papel chave no sentido de possibilitar uma mobilização permanente sendo usadas ao mesmo tempo que usavam o movimento estudantil.

Nas memórias esta questão parece sobre a perspectiva de explicar o que deu ou puxar a brasa para sua sardinha. É a questão do reconhecimento. Seja pra o movimento, ou para si mesmo, ou sua tendência: importa que é preciso fazer com que essas questões, incluindo a derrota do movimento, façam sentido. É preciso contar sua história para que faça sentido na sua vida. Pessoalmente ou politicamente, ou ambos, faz-se necessário que a militância dentro do movimento tenha seus marcos de vitória, de contribuição na história do movimento. Este é um dos perigos: que essa ausência de sentido retroire do movimento dos anos 60 o que tem de mais importante sai historicidade.

Para que isso não ocorra foi preciso inserir-lo organizações, bandeiras de luta, dentro das relações do contexto em questão. Perceber que temas lhe deram vida, que divergências lhe compuseram, sua capacidade de representar o grosso dos estudantes, e em determinada situação como vimos, ser mesmo campo de recepção de variados setores na tentativa de mudar os rumos, no combate do regime que se constituía de maneira paulatina e avassalador. Era preciso, assim, compreender como dentro de uma situação tão sem perspectivas, que se via as esperanças da constituição de uma nova ordem se esvaírem pelos decretos, atos institucionais, um movimento foi capaz de ser um entrave na engrenagem do poder dessa cruel roda viva das histórias.

O caminho para tal foi o dos ritos político que perpassam o movimento dando alguns de seus principais sentidos. Um caminho possível entre diversos possíveis.

FONTES UTILIZADAS

Jornais

* **Gazeta de Notícias**

1963-1967 (Março-Junho); 1968.

* **O POVO**

1963-1967 (Março-Junho) ;1968.

* **Unitário**

1968 (Março-Abril)

Revistas:

- **VEJA** (1968 – 1969)
- **VISÃO** (1968)

Periódicos Estudantis

- **BISU** Informativo do DCE Fortaleza, ano II, n 16, sem data.
- **O Coruja** Órgão Oficial do CASTA. Fortaleza, Junho/1967, n 1.
- **O Coruja** Órgão Oficial do CASTA. Fortaleza, Setembro/1967, n 2.

Fotos

- Acervo de fotos do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará.
- Negativos, envelopes nº 677? a 777? do Acervo do Núcleo de documentação cultural - Departamento de História.

Pessoas Entrevistadas

- * **Antônio Ximenes** – Estudante do curso de Agronomia nos anos de 196 a 1970.

- * **Bráulio Eduardo Pessoa Ramalho** – Presidente do Centro Acadêmico do Curso da Filosofia Estadual em 1968 e pesquisador do período.
- * **Cláudio Roberto Pereira De Abreu** – Fundador do Grupo Teatral Universitário – GRUTA.
- * **João De Paula Monteiro Ferreira** – Presidente do Diretório Central dos Estudantes nos anos de 1967 e 1968.
- * **Marciano Lopes** – memorialista da cidade de Fortaleza, em especial as décadas de 50 e 60.
- * **Maria Ruth Barreto Cavalcante** – Militante do movimento estudantil universitário no período de 1967-1968, aluna do curso de letras ligada a AP.
- * **Mário Miranda de Albuquerque** – Militante do Movimento estudantil Secundarista nos anos 60.
- * **Hermínio Castelo Branco (Mino)** – Estudante da Faculdade de Direito em 1967. Artista (desenhista).
- * **Paulo Emílio** – Militante trotskista, nos anos 60.
- * **Maria José (Mazé)** – Estudante dos Institutos Básicos no início dos anos 60 e até seus meados.
- * **Oswald Barroso** – Estudante das Ciências Sociais.
- * **Francisco Monteiro** – Estudante de medicina/militante da AP final dos anos 60.
- * **Pedro Albuquerque** – Militante do PC do B, estudante da FAFICE.
- * **Helena Serra Azul** – Estudante de medicina/militante da AP final dos anos 60.
- * **Inocência Uchôa** – Estudante do Curso de Direito/trotskyista.
- * **René Teixeira Barreira** – Estudante das Ciências Sociais.

Bibliografia

- ACERVO: *Revista do Arquivo Nacional*, v11, nº 1-2 (jan/dez. 1998), Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1999.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. & WEIS, Luís. Carro Zero e Pau-de-Arara: o Cotidiano da Oposição de Classe Média ao Regime Militar. In: SCHWARZ, Lília Moritz. *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea*. Vol 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p 319-409.
- AMADO, Janaína. & FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ÂNGELO, Ivan. *A Festa*. 8º ED. São Paulo: Geração Editorial, 1995.
- BRASIL NUNCA MAIS. São Paulo: Vozes, 1988.
- BENJAMIM, Walter. Sobre o Conceito de História. In: ----- . *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p 222-232
- BLOCH, Marc, *Introdução a História*. Lisboa: Euro-América, 1976.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: Laços Permanentes. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Unicamp, v1223-2h, p 07-18,1992.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOUTIER, Jean. & JULIA, Dominique. *Passados Recompuestos; campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BURKE, Peter. A História Como Memória Social. In: -----.
- CALLADO, Antônio. *Quarup*. Editora Altaya/Record, 1998.
- CAMPOS, Flávio de. *Anos Rebeldes (adaptação para romance)*. São Paulo: Globo, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. São Paulo: Cortez, 19.
- CHARTIER, Roger. O Mundo Como Representação In: *Estudos Avançados*. 11 (5), p 173 -191, 1991.
- CONTREIRAS, Hélio. *Militares: Confissões. Histórias Secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

- COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964. A Versão e o Fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.
- CUÑA, Newton. *Memórias de uma Geração Assassinada*. América Cultural, Rio de Janeiro, 1988.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis. Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. 5ªED Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- DARNTON, ROBERT. *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FAVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em Tempos de Autoritarismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracias ou reformas? Alternativas Democráticas à Crise Política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso Companheiro?* São Paulo: Companhia da Letras, 1996.
- GUAZELLI, César Augusto Barcellos. (org) *Questões da Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- GUINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GOFFMAN, Erving. Introdução e Representações. In: ----- . *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985. p 11-24 e p 25-75.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1998.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. & GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e Participação nos anos 60*. (7ªed) São Paulo: Brasiliense, 1989.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de Viagem: CPC, Vanguarda e Desbunde*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume, 2000.
- KHOURY, Yara Aun. Narrativas Oraís na Investigação da História Social. In: *Projeto História 22*. São Paulo, EDUC, p , 2001.
- LEVI, Giovanni. & SMHITT, Jean-Claude. "Introdução" In: ----- (org) *A História dos Jovens. V1 Da Antigüidade a Era Moderna*. São Paulo: Companhia das letras, 1996. pp 7-18.

- (org) *A História dos Jovens. V2 A Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. In: *Projeto História*. Nº 17, São Paulo: EDUC, p 63-201, 1998.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. & NOVAES, Fernando. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARZ, Lília Moritz. *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea*. Vol 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p 559-658.
- MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História. A Problemática dos Lugares. In: *Projeto História*. Nº 10, São Paulo: EDUC, p 1-28, 1993.
- POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem. História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros*. (2ª ed) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas Vol.2, p 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. Forma e Significado na História Oral. A Pesquisa como um Experimento em Igualdade. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n.º 14, p 24-39, 1997.
- História Oral como Gênero. In: *Projeto História*. São Paulo, EDUC, nº 22, p 9 – 36, 2001.
- O que Faz a História Oral Diferente. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n.º 14, p 25-39, 1997.
- RAMALHO, Braúlio. *As Lutas dos Estudantes Cearenses*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 1992.
- REIS FILHO, Daniel & MORAES de Pedro. *1968: A paixão de uma Utopia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (Org). *Versões e Ficções: O Seqüestro da História*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

- . *A Revolução Faltou Ao Encontro. Os Comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.
- SADER, Emir. *O Anjo Torto. Esquerda (e Direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SALDANHA DE OLIVEIRA, José Alberto. *A Mitologia Estudantil: Uma abordagem sobre o Movimento Estudantil Alagoano*. Maceió: SERGASA, 1994.
- SANFELICE, José Luís. *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo, Cortez, 1986.
- SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários. Memórias da Guerrilha Perdida*, Rio de Janeiro Global, 1980.
- SHALLINS, Marshall. Estrutura e História. In ------. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. p 172-194.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SWAIN, Tânia Navarro. (org) *História no Plural*. (2ªEd) Brasília: Editora UnB, 1994.
- THOMPSON, Alistair. Reconstituo A Memória: Questões sobre a Relação entre a História Oral e as Memórias. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 15, p 51-71,1997.
- . Quando a Memória é Campo de Batalha: Envolvimentos Pessoais e Políticos Com o Passado do Exército Nacional. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 16, p , 1998.
- THOMPSON. Edward. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- . Folklor, Antropologia, e Historia Social. In: *Entre Passados - Revista de História*. Buenos Aires: Año II, Nº 02, p , 1992.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião C. 1968 – Movimento Estudantil e Crise na Política Brasileira. In: *Primeira Versão*. Nº 32, 1FCH/UNICAMP, 1991.

VASCONCELOS, José Gerardo. *Memórias do Silêncio: Militantes de Esquerda no Brasil Autoritário*. Fortaleza: EUFC, 1998.

VENTURA, Zuenir. *1968, O Ano que Não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.